

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**“CORPORAÇÕES PECUÁRIAS, PODER E LUTAS SIMBÓLICAS NO  
URUGUAI CONTEMPORÂNEO”**

**ALBERTO RIELLA EUSTACHIO**

**TESE DE DOUTORADO**

**Porto Alegre, 2003**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ALBERTO RIELLA EUSTACHIO

**“CORPORAÇÕES PECUÁRIAS, PODER E LUTAS SIMBÓLICAS NO  
URUGUAI CONTEMPORÂNEO”**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH da UFRGS como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Orientador: Professor Dr. José Vicente Tavares Dos Santos

Porto Alegre, 2003

**ALBERTO RIELLA EUSTACHIO**

**“CORPORAÇÕES PECUÁRIAS, PODER E LUTAS SIMBÓLICAS NO  
URUGUAI CONTEMPORÂNEO”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Gerónimo De Sierra  
FCS/UDELAR**

---

**Profa. Dra. Sonia Larangeira  
PPGS/IFCH/UFGRS**

---

**Prof. Dr. Ivaldo Gehlen  
PPGS/IFCH/UFGRS**

---

**Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo  
UNISINOS**

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Universidade da República Oriental do Uruguai e ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais por terem me concedido seu apoio institucional, liberando-me de minhas tarefas a fim de poder cursar meus estudos de doutorado.

Devo agradecer também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e a seus docentes e colegas que me acompanharam durante os cursos. Da mesma forma, agradeço à Cnpq que me ofereceu uma bolsa de estudos por três anos para a realização do presente trabalho.

Agradeço aos colegas da Unidade de Estudos Regionais, principalmente a Alejandra Andriolli e a Jorge Leal, que colaboraram na compilação, sistematização e análise da informação. A Juan Romero e Mauricio Tubío por seu permanente apoio e amizade.

Aos colegas do Departamento de Sociologia e a meus estudantes da Oficina de Sociologia Rural por me ofertarem a oportunidade de discutir e aprender com eles.

A meu orientador de Tese, o Prof. José Vicente Tavares dos Santos, amigo de tantos anos, quem, com sua inesgotável capacidade crítica, deu-me sua experiência, alento e estímulo intelectual para realizar esta tese.

A minha família pelo carinho e afeto que sempre me ofereceram e, principalmente, a meu filho Federico que me deu forças para continuar em frente nos momentos difíceis.

**“A dominação, mesmo quando baseada na força mais crua, a das armas ou a do dinheiro, tem sempre uma dimensão simbólica”**

**Pierre Bourdieu<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> “Meditaciones Pascalianas”. Pág. 227. Editora Anagrama, Barcelona, 1999.

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
<b>Lista de Mapas</b> .....	7
<b>Lista de Gráficos</b> .....	7
<b>Lista de Resenhas</b> .....	7
<b>Lista de Quadros</b> .....	8
<b>Resumo</b> .....	10
<b>Parte I- Poder e Lutas Simbólicas no Campo Social Agrário</b> .....	12
<b>1. Introdução</b> .....	12
1.1 Objetivos da pesquisa .....	15
1.2 Fundamentação e Importância do Tema .....	17
1.3 Globalização, Integração Regional e Burguesia Agrária no Uruguai .....	19
1.4 Formulação do Problema de Pesquisa .....	26
1.5 Hipótese .....	26
1.6 Metodologia .....	27
<b>2. Lutas Simbólicas, Organizações Corporativas e Conflitos Sociais</b> .....	30
2.1 Considerações teóricas .....	30
2.2 As Categorias de Análise em Bourdieu .....	43
2.3 Agentes Corporativos e Poder Simbólico .....	52
2.4 A Especificidade das Lutas Simbólicas no Campo Social Agrário .....	57
<b>Parte II- A conformação histórica do Campo Social Agrário No Uruguai e suas vinculações com o Campo de Poder</b> .....	61
<b>3. A conformação histórica do Campo Social Agrário</b> .....	62
3.1 A Conformação Histórica do Campo de Poder e dos Conflitos Agrários no Uruguai .....	62
3.1.1 A Hegemonia Pecuária .....	66
3.1.2 O Reformismo Batllista .....	70
3.1.3 A Proposta Batllista para o Agro .....	74
3.1.4 A Resposta dos criadores de gado .....	77
3.2 Do Segundo Batllismo à Ruptura Democrática .....	91
3.2.1 O Neo-batllismo e o Modelo de Substituição de Importações .....	92
3.2.2 O efêmero auge Ruralista .....	97
3.2.3 As Origens do Modelo Neo-liberal .....	100
3.2.4 O período Autoritário e a Ruptura Democrática .....	104

<b>4. A Estruturação do Espaço Social Agrário (1900 a 2000)</b> .....	<b>110</b>
4.1 A estrutura Agrária .....	110
4.2 A Estagnação Pecuária em Longo Prazo .....	119
4.2.1 Perda de Peso Econômico do Setor Pecuário .....	124
4.2.2 O crescimento dos setores Agroindustriais .....	126
4.2.3 A Diferenciação no Interior do Setor Dominante .....	129
4.2.4 As Leves Transformações Tecnológicas na Pecuária .....	133
<b>Parte III - As Estratégias e Lutas Simbólicas dos Criadores de Gado no Uruguai pós-ditadura (1985-1999)</b>	<b>142</b>
<b>5. As Estratégias Simbólicas dos Criadores de Gado</b>	<b>143</b>
5.1 A Agenda Atual das Agremiações Pecuárias (1985 a 1999) .....	143
5.1.1 Análise Quantitativa dos Discursos Pecuários .....	144
5.1.2 Mudanças e Permanências na Agenda das Organizações .....	151
5.2 Discurso e Estratégias Simbólicas dos Criadores de Gado (1985 - 1999) .....	155
5.2.1 O Contexto dos Discursos .....	156
5.2.2 A Recriação do Mito de País Pecuário .....	157
5.2.3 Relações Simbólicas de Oposição .....	169
5.2.4 Lutas pelas Distinções .....	172
5.2.5 Poder Simbólico e o Estado .....	176
5.2.6 Algumas Especificidades no Discurso da FRU .....	182
<b>6. As Agremiações Pecuárias e o Governo</b> .....	<b>187</b>
6.1 As Agremiações Pecuárias em face do Primeiro Governo Democrático (1985 - 1989) .....	187
6.1.1 A Estagnação .....	190
6.1.2 Ordem e Legalidade .....	192
6.1.3 Os Adversários no Campo de Poder .....	194
6.1.4 Apoio e crítica: O Desdobramento da Estratégia Coletiva .....	199
6.1.5 Tentativa de Balanço: Criadores de Gado e Governo de Transição .....	204
6.2 O Governo Branco e as Vitórias Simbólicas dos Criadores de Gado (1990-1994)	207
6.2.1 O Conflito com a Fração Financeira .....	213
6.2.2 A Batalha contra os Impostos .....	216
6.3 Os Anos Dourados e a Tática Ofensiva dos Criadores de Gado (1995-1999) .....	226

<b>Parte IV – A construção hegemônica dos Criadores de Gado no Campo Social Agrário: adversários e novo cenário regional (1985-1999)</b>	<b>239</b>
<b>7. Hegemonia e Poder dos Criadores de Gado</b>	<b>240</b>
7.1 Governo, Partidos e Poder Simbólico dos Criadores de Gado	240
7.1.1 Os Discursos de Governo	240
7.1.2 As Propostas Agrárias dos Partidos Políticos	247
7.2 As Agremiações Pecuárias em face dos Assalariados Rurais e suas Organizações	254
7.3 O Novo Cenário Regional: Os Criadores de Gado e o Mercosul	268
7.3.1 O Déficit Institucional do Mercosul	270
7.3.2 As Estratégias Integracionistas	272
7.3.3 A Rede de Organizações Agrárias na Região e suas Estratégias	274
7.3.4 O Poder dos Criadores de Gado na Construção da Integração	285
<b>8. Síntese, Conclusões e Perspectivas</b>	<b>288</b>
<b>9. Referências Bibliográficas</b>	<b>303</b>



## LISTA DE MAPAS

### CAPITULO IV

MAPA 1	REGIÕES PECUÁRIAS DE CARNE E LÃ (Conforme percentagem da área total destinada ao Pastoreio)	120
--------	--	-----

## LISTA DE GRAFICOS

### CAPITULO IV

GRÁFICO 1	Evolução do Estoque Bovino, Ovino e de Unidades Bovinas Eqüivalentes no Uruguai entre 1935 e 2000 (em médias trianuais)	141
-----------	--	-----

## LISTA DE RESENHAS

### CAPITULO VII

RESENHA 1	Referências à Associação Rural	241
RESENHA 2	Referências à Federação Rural	242
RESENHA 3	Referências ao setor agropecuário	245
RESENHA 4	Propostas Programáticas para o Agro do Partido Colorado (1984-1999)	248
RESENHA 5	Propostas programáticas para o Agro do Partido Nacional (1984-1999)	249
RESENHA 6	Propostas programáticas para o Agro da Frente Ampla (1984-1999)	250

## LISTA DE QUADROS

### CAPITULO IV

QUADRO 1	Evolução do Número de Explorações Agropecuárias do Uruguai conforme Estratos de Tamanho.	111
QUADRO 2	Evolução do Número de Explorações Agropecuárias do Uruguai conforme Estratos de Tamanho. (em base 100=1908)	112
QUADRO 3	Evolução do Número de Explorações Agropecuárias do Uruguai conforme estratos de Tamanho. (em percentagens)	115
QUADRO 4	Evolução da Superfície ocupada conforme estratos de tamanho das Explorações Agropecuárias no Uruguai. (em base 100=1908)	116
QUADRO 5	Número de Estabelecimentos e Superfície conforme Estratos de Tamanho (1913 e 2000)	117
QUADRO 6	Evolução da População Rural do Uruguai	118
QUADRO 7	Evolução de alguns Indicadores de Produtividade do Trabalho Rural no Uruguai entre 1970 e 2000	119
QUADRO 8	Evolução da Superfície de Pastoreio, Existências Pecuárias e Dotação Animal por Unidade de Solo (Médias trianuais)	121
QUADRO 9	Peso das Exportações Tradicionais sobre o Total das Exportações do País (1942 a 2000)	125
QUADRO 10	Evolução das Exportações conforme tipo de Produto	127
QUADRO 11	Evolução do Número de Estabelecimentos de mais de 1000 has. (1951-2000)	130
QUADRO 12	Evolução do Número de Estabelecimentos de mais de 1000 has. (Base 100=1951).	131
QUADRO 13	Evolução da superfície ocupada por Estabelecimentos de mais de 1000 has. conforme Tamanhos da Exploração (Base 100=1951).	131
QUADRO 14	Evolução da Superfície ocupada por Estabelecimentos de mais de 1000 has. (1951-2000)	132
QUADRO 15	Evolução dos Tamanhos médios dos Estabelecimentos de mais de 1000 has. (1951 a 2000)	133
QUADRO 16	Evolução da Superfície de Pastoreio melhorada sobre o total da	135

## Superfície de Pastoreio (em %)

QUADRO 17	Superfície de Pastagens Melhoradas conforme Estratos de Tamanhos das Explorações (em percentagem para cada estrato)	136
QUADRO 18	Produtividade dos estabelecimentos (em Unidades Pecuárias eqüivalentes) conforme estrato de tamanho e especialização produtiva	138
QUADRO 19	Relação Vacas de cria e Terneiros, 1976-2000	139

**CAPITULO V**

QUADRO 1	Menções realizadas nos Discursos de Abertura do Congresso da Federação Rural e de Encerramento da Exposição do Parque Prado da Associação Rural do Uruguai (entre 1985 e 1999)	147
QUADRO 2	Comparação do Conteúdo dos Discursos da ARU e da FRU Períodos 1930-1977 e 1985-1999	152

**CAPITULO VII**

QUADRO 1	Características das Organizações Rurais Regionais do Mercosul	283
QUADRO 2	Estratégias, Incidência e Capacidade de Pressão dos Grupos Sociais Agrários nas Negociações do Mercosul	285

## RESUMO

Esta pesquisa parte da constatação de que no Uruguai vinha se produzindo, desde as últimas duas décadas, um paulatino aprofundamento de um modelo social de acumulação que privilegia a abertura econômica e a globalização num marco crescente de integração regional. A implementação desse modelo deu lugar a um processo conflituoso nas dimensões materiais e simbólicas da sociedade que está conduzindo a uma reestruturação econômica, social e política do país e a uma decisiva modificação das relações de poder na construção do Uruguai contemporâneo. No entanto, essas mudanças não são lineares, adotando, pelo contrário, diversas manifestações e significados em cada um dos múltiplos espaços da sociedade. Nosso projeto procurou abordar as manifestações assumidas pelo referido processo no que denominaremos o “campo social agrário”. Particularmente, pretendemos colocar ênfase na análise das estratégias de reprodução simbólica desenvolvidas pelos agentes coletivos da fração pecuária da burguesia agrária, visando também mostrar a eficácia atingida pelas mesmas no seu propósito de impor como legítima sua “visão do mundo rural” e suas “explicações” sobre a atual situação da sociedade rural. Procurou-se explorar como –mediante conflitos e lutas simbólicas– esses agentes incrementaram seu poder e legitimidade para determinar as políticas agrárias, assegurando, em longo prazo, sua reprodução social e contribuindo para legitimar o atual modelo de acumulação e seus impactos na sociedade rural.

Em termos teóricos, partimos das contribuições de Bourdieu, utilizando-as para construir nosso objeto de estudo. Para esse autor, as “coisas” do mundo social podem ser percebidas e exprimidas de diversas formas, pois sempre existe uma margem de imprecisão e de indeterminação das mesmas que dá lugar a um certo grau de “elasticidade semântica”. Portanto, o que se encontra em jogo nas lutas simbólicas é a imposição de uma visão particular do mundo social como a única visão legítima do mesmo. Quem consegue impor-se nessa luta detém um poder simbólico, como, por exemplo, o poder de impor e inculcar os princípios de construção da realidade e, especificamente, de preservar ou transformar os princípios estabelecidos de união e separação, de associação e dissociação que operam no mundo social. Destas considerações deriva um dos pressupostos centrais de nossa pesquisa: a verdade do mundo social é o que se encontra em jogo nas lutas simbólicas, lutas para as quais os agentes estão desigualmente equipados.

A pesquisa de tese desenvolve esses assuntos em oito capítulos agrupados em quatro partes. As principais evidências empíricas e sua codificação são apresentadas em três anexos num volume separado.

Na Parte I, o capítulo introdutório expõe os objetivos do estudo, a justificativa e importância do tema tratado, o problema de pesquisa, as hipóteses e a estratégia metodológica. O segundo capítulo consiste numa revisão teórica sobre a relevância da dimensão simbólica no pensamento sociológico e sua utilidade para a análise dos conflitos sociais e das relações de poder.

Na Parte II são reunidos os capítulos que analisam a conformação histórica do campo agrário no Uruguai. No capítulo três são resenhadas as origens das organizações pecuárias, seus conflitos e negociações com os partidos políticos e o campo de poder. No quarto capítulo são analisadas as mudanças e permanências na evolução da estrutura agrária durante o século XX.

A Parte III contém os capítulos referidos às estratégias das agremiações pecuárias e a suas lutas simbólicas com os diferentes Governos do Uruguai pós-ditadura (1985 a 1999). No capítulo quinto é estudado o conteúdo dos discursos das agremiações e os principais componentes de sua estratégia simbólica. O sexto capítulo analisa a relação dos criadores de gado com cada um dos três governos do período.

Na Parte IV, o capítulo sete estuda o conflito dos criadores de gado com as organizações dos trabalhadores rurais, a visão dos partidos políticos sobre o Setor Agrário e os conflitos na construção do Mercosul como novo cenário regional das lutas agrárias.

Por último, nas conclusões, realiza-se uma síntese à luz das evidências empíricas apresentadas no decorrer da pesquisa, propondo-se um olhar retrospectivo em relação ao papel dos criadores de gado no novo cenário nacional e regional.

## **Parte I- Poder e Lutas Simbólicas no Campo Social Agrário**

## 1. Introdução

Em 1985, com o restabelecimento do regime democrático, começa a produzir-se no Uruguai um paulatino aprofundamento da *internalização* dos condicionamentos externos através de um modelo social de acumulação que visa aproveitar as vantagens da abertura econômica e da globalização, tentando conjugá-las à crescente integração regional. Durante esse processo, que se estende durante toda a década de 90, tiveram lugar sucessivos conflitos sociais que culminaram numa reestruturação social, política e produtiva do país. Isto levou a uma decisiva alteração nas relações de poder entre as classes, frações e grupos da sociedade. Além disso, esse processo geral adota diversas manifestações e significados nos múltiplos espaços sociais, que nem sempre assumem a mesma direção e sentido. Na presente tese, propusemo-nos pesquisar suas manifestações no espaço social agrário mediante a análise das estratégias coletivas de reprodução social efetivadas durante esses anos por parte da fração de grandes criadores de gado<sup>1</sup>, como também determinar seus efeitos no campo de poder do Uruguai contemporâneo. A pesquisa enfatizou as ações desenvolvidas pelas referidas organizações corporativas em suas estratégias no intuito de influenciar na formulação de políticas agrárias.

Para poder apreender e compreender a importância das estratégias coletivas das Organizações Pecuárias no Uruguai foi preciso, em primeiro lugar, colocar de manifesto a relevância destas ações na dimensão simbólica da realidade social. Como mostramos empiricamente com esta pesquisa, a dimensão simbólica é um elemento cada vez mais crucial na análise dos conflitos sociais e das relações de poder nas sociedades contemporâneas.

Um segundo elemento levado em conta a fim de captar a importância da ação desses agentes corporativos esteve constituído pela consideração dos processos de "*internalização*" da globalização decorrente das diferentes estratégias de reprodução social, tanto concordes quanto contraditórias, assumidas pelas frações e grupos sociais no intuito de melhorar ou manter suas posições perante os desafios impostos por esta nova situação num país pequeno

---

<sup>1</sup> Ao não ser utilizado em português o termo "pecuarista" com a mesma frequência do equivalente espanhol "ganadero", na presente tese, optamos por usar o termo "criador de gado" para fazer referência ao conjunto de criadores de gado como grupo social; a expressão "organizações pecuaristas" quando aludimos às organizações dos criadores de gado; e o termo "pecuária" quando nos referimos à atividade pecuária em forma genérica enquanto ramo de produção.

como o Uruguai. Principalmente, nosso interesse foi colocar de manifesto a importância específica e a eficácia das ações simbólicas neste processo. As estratégias coletivas desenvolvidas pelas organizações corporativas da fração pecuária da burguesia agrária vão além da defesa de suas demandas imediatas perante o Estado, pois suas ações simbólicas ultrapassam esse nível ao se inscreverem num campo de luta simbólica, mais sutil e menos perceptível. Da mesma forma, estas ações simbólicas desempenham um papel determinante na construção das relações de sentido, necessárias para a legitimação e consolidação das políticas que permitiram uma determinada forma de *internalização* da globalização no setor, favorável, aliás, a seus interesses de reprodução social no longo prazo. Sob esta perspectiva também foi possível constatar em que grau e em que medida estas organizações corporativas facilitaram ou dificultaram, em seu espaço social específico, o processo mais amplo de construção da legitimação do atual modelo social de acumulação no país.

Como é mostrado no presente estudo, as leis, decretos e políticas que envolvem a transformação material da realidade social, de um ponto de vista sociológico, redundam sempre em benefício para alguns agentes e em prejuízo para outros. Por isso, essas ações do poder político requerem, para sua aprovação e andamento bem-sucedido, necessariamente e sobretudo em contextos democráticos, uma série de “trabalhos” discursivos ou de outras formas de produção simbólica dos agentes corporativos. Por essa razão, a produção simbólica e seus conflitos devem ser considerados uma parte das batalhas dos agentes econômicos e principalmente de suas ações corporativas, das quais depende em boa medida a possibilidade de impor seus interesses e utilizar o poder do Estado em favor de suas estratégias de reprodução social. Esta dimensão simbólica da realidade social não pertence, como alguns ingenuamente afirmam, ao monopólio dos partidos políticos (Caetano, Perez, Rilla, 1992). Pelo contrário, na maioria das situações, por trás desses partidos, encontramos agentes da sociedade civil que, com sua produção simbólica, contribuem decisivamente para a formação das configurações de sentido e para as mudanças nas representações sociais e nas visões de mundo. Esta afirmação é singularmente verdadeira para o caso do espaço social agrário, em que as organizações corporativas têm construído e reconstruído a visão de mundo rural. Destarte, defendem os problemas e necessidades nos que se assentarão as políticas setoriais, antecipando-se e determinando as construções dos partidos políticos sobre a realidade agrária do país.



Ao realizar um estudo desses determinantes da vida social, devemos levar em conta que a abundância e a difusão das representações simbólicas acarretam o risco de considerar seu estudo com certo cepticismo. Porém, é possível rastrear facilmente o interesse suscitado na tradição sociológica pelo estudo desta dimensão da sociedade. A perspectiva adotada na presente pesquisa concebe a produção simbólica dos agentes como parte de suas estratégias de produção e reprodução de sua situação num campo e, por conseguinte, considera a mesma numa relação complexa e permanente com os conflitos e lutas sociais nos que os agentes se encontram envolvidos a fim de defender suas posições sociais perante os que pretendem subvertê-las. Nesse sentido, o processo de produção simbólica constitui um campo de batalha pela imposição de um conjunto articulado de categorias de percepção do mundo social, que conformam o que se chama comumente de “visão de mundo”. Nesse campo de luta, os atores colocam em jogo seu poder simbólico para impor essa “visão de mundo” ao resto dos agentes, para legitimar ou impugnar, reforçar ou enfraquecer, sem cessar, os interesses próprios e os de seus opositores.

## **1.1. Objetivos da Pesquisa**

### **1.1.1. Objetivos Gerais**

- Analisar as estratégias simbólicas de reprodução promovidas pelas organizações da fração pecuária da classe dominante agrária no intuito de assegurar suas posições sociais de privilégio no espaço agrário perante os processos de transformação impulsionados pela abertura, pela globalização e pela regionalização da economia nacional.
- Salientar a importância da dimensão simbólica dos conflitos agrários e sua incidência na mudança das posições sociais e das relações de força no espaço social agrário.
- Analisar e avaliar a eficácia das estratégias simbólicas de produção e reprodução social propulsadas pela fração pecuária da burguesia agrária a partir do restabelecimento democrático do país em 1985.

- Determinar se a fração pecuária da burguesia agrária e seus agentes coletivos modificaram sua posição no campo de poder da sociedade uruguaia.

### **1.1.2. Objetivos Específicos**

- Analisar a conformação histórica do campo social agrário e os conflitos entre seus principais agentes, explorando as linhas de continuidade e ruptura no cenário contemporâneo.
- Determinar as mudanças e permanências no espaço social agrário mediante uma descrição e uma análise da evolução das principais características produtivas econômicas e sociais do setor.
- Descrever e analisar os principais conflitos simbólicos desenvolvidos no campo social agrário desde o restabelecimento do regime democrático no país até as eleições de 1999.
- Descrever e analisar os conflitos simbólicos que tiveram lugar durante o desenho, a formulação e a aprovação das principais políticas agrárias implementadas no mesmo período.
- Descrever e analisar o posicionamento dos agentes agrários em face da Integração regional e a Globalização.
- Caracterizar a “visão do mundo rural” dos agentes corporativos da fração pecuária da burguesia agrária através da análise de suas representações sociais sobre os diversos aspectos da realidade rural, expressadas durante os diferentes conflitos produzidos no período compreendido pelo estudo.

- Descrever e analisar a evolução das propostas programáticas para o setor, colocadas pelos principais partidos políticos durante o período estudado.
- Determinar em que grau os agentes coletivos da fração pecuária conseguiram impor sua “visão do mundo rural” na elaboração das políticas agrárias e nas propostas programáticas dos partidos políticos.

## 1.2. Fundamentação e Importância do Tema

Atualmente parece estar ressurgindo -em forma periódica e sob diversas roupagens- a velha e refutada idéia de Bell sobre o fim das ideologias; agora, aliás, ampliada ao fim da história, do Estado-Nação, das utopias e dos atores sociais. Com efeito, na América Latina nos deparamos com uma fase ofensiva do pensamento tecnocrático de feição neoliberal. Ele se expandiu nas ciências sociais, impondo uma racionalidade econômica, obsessivamente instrumental, a todas as esferas da vida social. Isto levou a um desenfreado determinismo tecno-econômico que impera na interpretação das ações humanas e que provoca, ora voluntária ou involuntariamente, a desconsideração das relações sociais que verdadeiramente desenvolvem e produzem o mundo social atual.

Nesse contexto, achamos necessário reafirmar uma das contribuições contemporâneas mais significativas da reflexão sociológica que coloca de manifesto que a realidade na que vivemos constitui um processo constante de construção social realizado pelos agentes através de suas ações e práticas. Este princípio, reconhecido com diferentes nuances por diferentes perspectivas teóricas<sup>2</sup> é válido também para os contextos globalizados, pois a construção efetivada pelos agentes desempenha um papel decisivo na produção e reprodução desta nova

---

<sup>2</sup> Entre os autores mais relevantes que, na nossa opinião, têm esta concepção, encontram-se Giddens, Bourdieu e, anteriormente, Bereger e Luckman. Também Touraine poderia ser incluído numa perspectiva subjetivista desta mesma concepção. Além de suas diferenças –muitas e às quais não cabe fazer referência neste trabalho-, todos estes autores colocam de manifesto sua oposição à distinção entre subjetivismo e objetivismo. ou, em outras palavras, entre realismo científico e fenomenologia, pois não outorgam primazia nem às idéias nem à matéria na construção da realidade social. Pelo contrário, colhendo a contribuição dos clássicos, enfatizam as múltiplas determinações entre ambas dimensões e mostram como o social é constituído pelos conflitos entre os atores em todos os níveis.

ordem social. Disto se deriva –o que é muito bem sintetizado por Touraine- que, perante estes acontecimentos

*“o sociólogo deve encontrar as relações sociais que se encontram por trás das categorias impessoais da análise econômica, administrativa ou técnica (...) já que as sociedades modernas tendem cada vez mais a melhorar sua própria criatividade, representando-se como um sistema auto-regulado que foge aos atores sociais e a seus conflitos.”* (1994, pág. 247)

Por isso, em nossa pesquisa, tentamos colocar de manifesto o trabalho das organizações pecuárias (agentes corporativos) da fração pecuária da burguesia agrária no processo de construção das alternativas que se apresentam hoje como impactos externos da globalização favorável a seus interesses. Esta perspectiva visa mostrar as especificidades das ações e das práticas simbólicas desenvolvidas pelas referidas organizações como parte das estratégias de reprodução dos grupos sociais, salientando a importância do estudo dos conflitos simbólicos através de suas objetivações discursivas. Destarte, pode-se chegar a compreender em todas suas dimensões a forma em que estas organizações efetivam a defesa de seus interesses e posições sociais na construção da sociedade de final de século, em que a dimensão simbólica da vida social adquire a maior centralidade.

De outro lado, a importância de analisar os processos no espaço social agrário se sustenta na significação histórica deste setor nos diferentes modelos de acumulação do país, que o transformou sempre num cenário privilegiado de conflitos sociais e de intervenção estatal. Por essa mesma razão, seus grupos sociais, seus agentes corporativos e as políticas dirigidas ao setor, têm constituído um fio condutor das interpretações históricas e sociológicas de nossa sociedade.

Por último, mas não por isso menos relevante, cabe atentar para o fato de que essas lutas simbólicas que têm lugar no espaço social agrário apresentam homologias com o processo mais geral que se dá no conjunto do espaço social uruguaio de “sedimentação” do novo modelo social de acumulação. Ainda que as bases desse modelo já tivessem se instalado na década anterior, com a abertura democrática se inaugura um período de conflitividade em que as frações e grupos políticos promotores do mesmo desenvolvem um amplo trabalho político, ideológico e simbólico para apresentar as mudanças como naturais no intuito de incorporá-las como parte do senso comum dos diferentes atores, sedimentando assim as bases do novo modelo em busca de uma nova articulação hegemônica (de Sierra, 1994<sup>a</sup>; Nun, 1994). É nesta passagem da conflitividade para a sedimentação, com o desenrolamento de múltiplas

estratégias simbólicas visando a naturalização das mudanças, que se enquadram as ações e os conflitos dos agentes corporativos que propomos estudar na presente pesquisa.

### **1.3. Globalização, Integração Regional e Burguesia Agrária no Uruguai**

#### **1.3.1. A Globalização e a Ação Coletiva**

De um ponto de vista sociológico, a globalização –e a formação de blocos regionais- é efetivada graças às crescentes possibilidades que têm os agentes para realizar ações à distância em tempo real como resultado de uma intensificação da mídia global, que transforma radicalmente o espaço e o tempo em que se realizam as interações sociais. Com efeito, é sobre estes novos meios técnicos que se desenvolvem renovadas e até agora desconhecidas relações entre os agentes, que, por sua vez, deságuam num processo social altamente diferenciador e seletivo (Giddens, 1996).

Por isso, a globalização não deve ser vista como algo produzido por fenômenos alheios à sociedade, nem como resultado de uma lógica externa à mesma. Basta rastejar os inícios do processo, em finais da década de setenta, para constatar que são os próprios Estados-Nação e as classes dominantes do primeiro mundo os que, perante o colapso do modelo fordista, começarão a desenvolver medidas para intensificar a internacionalização da economia no intuito de estabelecer um novo modelo de crescimento em seus países.<sup>3</sup> A implementação destas políticas de expansão global por parte dos referidos países foi produto de sucessivos conflitos sociais entre classes, frações e grupos sociais que tiveram o Estado como cenário principal de suas lutas e negociações. Assim, vai sendo induzida uma saída à crise mediante a desregulamentação dos mercados internacionais de mercadorias e capitais, dando lugar à “revolução conservadora” dos anos 80, que, por sua vez, cederá passo à globalização dos anos 90. Destarte, consolida-se o que vários autores têm caracterizado como um novo modelo de

---

<sup>3</sup> A internacionalização do capitalismo e suas diferentes fases não constituem um fenômeno novo; basta lembrar as velhas teses de Lênin e as análises mais recentes do sistema-mundo de Wallerstein. A globalização seria mais uma expansão com características qualitativas muito particulares. A mesma deve ser entendida como a resposta das economias centrais ao entrarem, em meados dos anos setenta -após os “anos dourados do Trinta”- num período de estagnação que faz cair suas taxas médias de crescimento de 4.94%, entre os anos 60-64, para 1.86% anual no período 80-84.

acumulação em nível mundial que impulsionará a crescente integração das estruturas produtivas dos sistemas financeiros e dos mercados nacionais. De outro lado, cria-se uma nova divisão internacional do trabalho que se sobrepõe à anterior sem suprimi-la totalmente, produzindo uma nova, mais complexa e interdependente ordenação produtiva em nível mundial (Llambí, 1994; Ianni, 1997; Dreifuss, 1996). Isto provocou uma reestruturação profunda, principalmente nos setores industriais, de serviços, telecomunicações e agro-alimentícios, produzindo amplas alterações que levaram os agentes sociais, na maioria dos países, a desenvolver diferentes estratégias a fim de afrontar as mudanças nas regras mundiais de jogo (Giarraca, 1996; Bonanno, 1991). Esse fenômeno será analisado mais adiante para o caso dos agentes agrários no Uruguai.

Nesse sentido, as transformações geradas nos países latino-americanos não constituíram meros impactos de processos tecnológicos e econômicos incontrolláveis nem imposições mecânicas advindas de atitudes passivas dos Estados e das Sociedades. Pelo contrário, essas transformações são consequência da ação ativa dos diversos agentes nacionais que, através de seus conflitos e negociações, determinaram os modelos sociais de acumulação nacionais a fim de adaptar-se às mudanças produzidas pela globalização.

São então os agentes sociais nacionais os que, com certos limites –mais amplos do que se afirma comumente- *internalizam* os processos globais, realizando uma “seleção” das diferentes oportunidades em função de uma determinada relação de forças na matriz sócio-política do país. Em se referindo a esse processo, Flisfisch (1991) aponta que,

*“se bem que seja verdade que existe uma lógica da economia mundial –uma lógica do capital e sua acumulação- que se apresenta como independente e externa às condições sócio-políticas de um país, essa lógica é sempre internalizada em cada caso. Nesse processo de internalização resultam afetadas tanto as condições sócio-políticas do país quanto a própria lógica econômica através de sínteses sucessivas mais ou menos contraditórias, parciais e instáveis”* (pág. 241).

É provável que a lógica econômica ou uma situação determinada do país restrinjam consideravelmente as formas que a *internalização* pode adotar. Mas a questão central é que sempre existem diferentes estratégias de *internalização* em pugna e que a imposição de uma

ou de outra depende dos múltiplos conflitos sociais nos diferentes níveis da sociedade, como também do poder material e simbólico de que os agentes dispõem para dirimi-los.<sup>4</sup>

Reforçando esta idéia, Lipietz (1997) afirma que as soluções aos desafios impostos pela globalização não são de índole técnica nem puramente econômica, mas produto de uma história concreta de relações de força entre agentes sociais em confronto num processo de múltiplas determinações que termina com a imposição de um tipo específico de *internalização* da crise global ou mundial.<sup>5</sup>

Por essas razões podemos afirmar que a *internalização* das condições externas realizada por um país exprimirá as estratégias bem sucedidas desenvolvidas por um grupo de agentes para sua reprodução social, conseguindo impor a mesma como a única maneira legítima de afrontar os referidos condicionamentos. Essas estratégias bem sucedidas permitem que esses agentes se beneficiem ou neutralizem possíveis efeitos negativos da globalização na permanente batalha para manter suas posições ou subverter as de seus adversários nos diferentes campos do espaço social. Em outras palavras, esses agentes conseguem –utilizando seus capitais e principalmente o capital simbólico- determinar certas ações do Estado e de suas políticas que lhes permitem capitalizar em seu favor situações criadas pela globalização que, no caso de não existir a mediação dessa ação, poderiam não beneficiá-los da mesma forma ou, inclusive, afetá-los. O sucesso das referidas estratégias depende das capacidades dos agentes para aproveitar as situações não esperadas, geradas por outros agentes, para desenvolver ações que transformem situações adversas ou que demorariam muito em beneficiá-los, em situações favoráveis para seus interesses de reprodução social. Ou seja, não sendo suficiente com que as circunstâncias objetivamente possam beneficiá-los, deve existir uma ação coletiva para que esta situação se cristalize efetivamente em seu favor. Nesse sentido, a presente tese procura constatar o resultado das estratégias dos agentes corporativos da fração pecuária neste novo cenário para determinar se os mesmos têm melhorado sua

---

<sup>4</sup> Os países do continente começam um longo processo de *internalização* que se inicia com a crise do Modelo de Substituição de Importações e que se acelerará com a queda dos governos democráticos segundo uma trajetória de adaptação que privilegia o desempenho dos equilíbrios monetários, levando à abertura e à desregulamentação econômica. Posteriormente, os governos democráticos, mediante a adoção de uma estratégia de governabilidade sistêmica, levam ao aprofundamento e consolidação dessas reestruturações políticas, econômicas e sociais (de Sierra, 1994; Gonzáles Casanova, 1990).

<sup>5</sup> Deste ponto de vista, a globalização da economia, as transformações nas relações de poder na sociedade, as reformas do Estado-Nação e as ações coletivas no nível nacional são fenômenos estreitamente inter-relacionados e não concomitantes. Em rigor, sociologicamente, a globalização, os disputas pelas transformações do Estado-Nação e a ação dos agentes sociais nacionais são dimensões de um único processo.

situação na estrutura de poder da sociedade usando a nova situação para re-legitimar seus antigos privilégios e legitimar seus novos interesses.

Trabalhos recentes colocam de manifesto essa situação para os países do Cone Sul, ressaltando o papel desempenhado pelos agentes corporativos das diferentes frações da burguesia agrária e agro-industrial na determinação das orientações das políticas agrícolas em face do processo de globalização (Gómez, 1984; Da Silva, 1996; Soto, 1992; Lattuada, 1995). Os referidos estudos analisam como a relação dialética das transformações globais e as mudanças nas políticas nacionais contribuem de forma decisiva para a transformação das alianças e conflitos dos agentes corporativos nacionais, alterando suas relações de poder e o mapa das representações corporativas do setor.

Piñeiro (1996) defende a tese de que, na maioria dos países da América Latina, o processo de globalização está associado à emergência de uma nova estrutura agrária hegemônica pelos complexos agro-industriais. Porém, o autor reconhece, ao mesmo tempo, a diversidade de situações existentes por trás dessa hegemonia, constatando também que ainda subsistem poderosos grupos sociais que assentam seu poder na propriedade da terra e que concorrem pela influência política com os grupos sociais dominantes nos complexos agro-industriais. Como será exposto nesta pesquisa, essa situação é a que parece confirmar-se no caso uruguaio.

### **1.3.2. Globalização e Burguesia Agrária no Uruguai**

No Uruguai, a *internalização* dos condicionamentos externos seguiu em geral as mesmas linhas verificadas no resto do continente, o que produziu fortes impactos sobre sua estrutura social, política e econômica. Como afirma Sierra (1994), a crise econômica nacional, regional e mundial parece impulsionar os setores-chaves do empresariado e do poder político para a procura de um novo modelo de acumulação em longo prazo, com menor intervenção do Estado e uma maior abertura e integração em relação ao exterior. Este processo implica uma forte mudança nas posições do espaço social e nas relações de poder. Em geral, todos os estudos reconhecem a perda de poder dos setores populares e médios, mas poucos visualizam as mudanças no campo de poder. Existem evidências claras de que a classe dominante



tradicional do país sofreu uma marcada reestruturação que afetou de maneira importante as frações da burguesia agrária. De fato, nos últimos lustros, a fração pecuária passou por uma série de transformações e conflitos que modificaram seu poder e a legitimidade de seus agentes corporativos perante o resto da sociedade. Em função disso, a partir de meados dos anos 80, esses agentes começaram a desenvolver novas estratégias de reprodução social e novas práticas de reconversão.

Uma das mudanças quantitativas importantes registradas nas duas últimas décadas esteve constituída pelo fortalecimento econômico da fração da burguesia agrária ligada aos ramos agro-industriais, os que, em inícios dos anos setenta eram quase inexistentes<sup>6</sup>. O surgimento desta nova fração se encontra fortemente determinado pelas políticas de incentivo –a partir da década de 70- às exportações não-tradicionais, principalmente as de origem agro-industrial, que continuaram quase sem interrupção até hoje. Destarte, produziu-se uma consolidação de vários complexos agro-industriais que permitiram uma crescente articulação vertical, dando lugar a importantes processos de concentração na fase agrícola, como também à aparição de um forte grupo de empresários agrícolas. As exportações de arroz, cítricos, aves, leite e grãos testemunham de maneira exemplar esse fenômeno. Em meados dos anos 80, esta situação desaguou num fato inédito para a história econômica do país: esses setores conseguiram, por primeira vez, que o valor de suas exportações superasse o valor das exportações de produtos tradicionais derivados da pecuária (Peres Arrarte, Buxedas, 1992; Piñeiro, 1988, 1999).

A partir desses dados, é possível presumir o aumento do poder econômico desses novos agentes vinculados aos complexos agro-industriais, como também a relativa perda de importância econômica da fração pecuária. No entanto, o crescente capital econômico dos primeiros não se transformará linearmente em capital simbólico o suficiente como para subverter as posições de privilégio ocupadas pela fração pecuária no campo social agrário. Pelo contrário, pode-se afirmar que os criadores de gado, embora tivessem sua importância econômica reduzida, aumentaram consideravelmente sua influência política através de suas organizações corporativas, graças às grandes quantidades de capital simbólico acumulado.

---

<sup>6</sup> Embora nos anos quarenta, com a introdução do trator, uma fração de agricultores se desenvolvesse, a mesma ainda conservava uma base de agricultura familiar muito forte (Finch, 1980). Politicamente, esses agricultores estavam aliados às frações urbanas, ao se beneficiarem também com as proteções tarifárias impostas pelo MSI.

Esse processo no espaço social agrário se exprime em toda sua magnitude nas lutas e conflitos simbólicos pela determinação das políticas agrárias, em que o conjunto das organizações corporativas executa suas estratégias, utilizando todo seu poder simbólico<sup>7</sup>. De fato, nos anos compreendidos por nossa pesquisa tiveram lugar alguns acontecimentos que, pela profundidade das mudanças materiais e simbólicas que envolveram, permitirão colher material empírico suficiente como para observar as estratégias de reprodução social desenvolvidas pela fração pecuária em relação aos diferentes governos e aos outros grupos sociais do campo agrário. Analisaremos assim a evolução de seu poder, tomando como um indicador da mesma o grau em que esses criadores de gado conseguiram impor sua “visão do mundo rural” ao resto dos atores e às políticas agrárias. Num nível mais abstrato, poderemos avaliar o sucesso das estratégias simbólicas de reprodução social desenvolvidas por esta fração a fim de afrontar a nova situação de globalização e integração regional.

Em nossa pesquisa estudaremos em profundidade vários acontecimentos relevantes desse processo de construção social do campo agrário. Em diversas instâncias de debate, formulação e aprovação das referidas leis e reformas, efetivou-se, na nossa opinião, uma mudança substantiva na visão histórica do agro no imaginário nacional, conformando-se uma verdadeira inflexão nas representações simbólicas do setor. Isto leva a mudar radicalmente a definição de seus problemas, de sua história, de seu futuro e, por conseguinte, de suas políticas.

Além desses temas legislativos, também no mesmo período ocorreram conflitos importantes no campo social agrário em face do avanço dos trabalhadores rurais organizados. Esses debates e conflitos transcenderam em parte o âmbito nacional, estendendo-se mais tarde ao nível regional. Durante os últimos anos foi criado e desenvolvido o Mercosul, tratado em que a fração pecuária também interveio, desenvolvendo suas estratégias simbólicas no intuito

---

<sup>7</sup> Não descartamos a existência de uma vinculação pessoal entre os interesses destes setores e o Estado através dos cargos políticos ou da militância partidária, como é assinalado por Stolovich e Rodríguez (1987) entre outros. Porém, sob nossa perspectiva, esse é um fenômeno complementar e que, em definitivo, não resulta suficiente para defender os interesses em longo prazo desses setores, constituindo, pelo contrário, uma forma de assegurá-los em momentos de crise, como no caso do governo de Pacheco. Por mais delegatório que for um processo democrático, esse não é um elemento determinante na legitimação dos interesses das classes dominantes, isto é, na tentativa de fazer perceber esses interesses como necessários para toda a sociedade. A despeito disso, nossa pesquisa pretende, indiretamente, coletar informação sobre esse ponto, pois quando realizarmos as trajetórias das elites dirigentes dos agentes corporativos do setor, uma das dimensões levadas em conta será o desempenho de cargos públicos ou em partidos políticos.

de direcionar o processo de integração, enfrentando a lógica dos outros agentes e colocando de manifesto um conjunto de homologias estruturais entre os agentes agrários da região.

Por último, um aspecto que reflete as conquistas simbólicas atingidas nesse período pelas organizações da fração pecuária no imaginário dos uruguaios é o constituído por algumas mudanças significativas nas propostas programáticas dos partidos políticos. Essas mudanças, relativamente recentes, passaram despercebidas para os pesquisadores e conformam um campo de indagação importante para compreender em boa medida as transformações que a sociedade uruguaia contemporânea está experimentando, tanto no nível de suas representações simbólicas quanto no das relações de poder entre suas classes, frações e grupos sociais.

Também resulta particularmente interessante determinar em que medida as práticas simbólicas e políticas desenvolvidas por estes agentes durante os referidos processos conseguiram mudar as representações sociais de “o rural”. Esta nova representação, ainda emergente, apresenta o setor ao resto do país como um setor dinâmico e modernizado, sem problemas sociais importantes. Essa imagem procura substituir as representações anteriores que o mostravam como econômica e tecnologicamente estagnado, identificando-o como um dos principais problemas derivados das desigualdades sociais do país.

Com a presente pesquisa pretendemos coletar a informação necessária como para confirmar estes indícios e determinar em que medida os agentes corporativos da fração pecuária da burguesia agrária conseguiram que as mudanças recentes do espaço social agrário lhes permitam manter suas posições dominantes fazendo com que seus efeitos sociais sejam percebidos como naturais, não problemáticos e inquestionáveis. Nesse sentido, cabe lembrar que 74% dos trabalhadores rurais e 52% dos agricultores familiares vivem em condições de pobreza; que nos últimos 30 anos 40% dos agricultores familiares tiveram que abandonar suas explorações agrícolas; e que o setor com maior índice de acidentes de trabalho e mortes por trabalhador é o setor agrário (Equipes Consultoras, 1993; Banco de Seguros do Estado-BSE, 1995). Como procuraremos mostrar no decorrer de nossa pesquisa, estas situações não fazem parte da “visão do rural” que tem a sociedade uruguaia como conseqüência do triunfo simbólico das frações dominantes. Isto, sem dúvida, garantirá em boa medida sua reprodução social em longo prazo.

#### 1.4. Formulação do Problema de Pesquisa

As lutas simbólicas do campo social agrário, protagonizadas pelos agentes corporativos da fração pecuária da burguesia agrária, constituem nosso problema de pesquisa. Esses agentes visam, como parte do desenrolamento de suas estratégias de reprodução social, impor como legítimas suas categorias de percepção do “mundo rural” a fim de “explicar” suas transformações atuais e “justificar” seus efeitos. Procura-se explorar como, mediante essas lutas, os referidos agentes incrementam seu poder para determinar as políticas agrárias, assegurando em longo prazo sua reprodução social ao legitimar-se e legitimar o atual modelo social de acumulação e seus impactos no agro.

#### 1.5. Hipótese

1. As mudanças e permanências ocorridas entre 1985 e 1999 no espaço social agrário podem ser compreendidas à luz do sucesso das estratégias simbólicas de reprodução social da fração pecuária desenvolvidas durante esses anos.
2. O sucesso dessas estratégias levou a que a referida fração, ainda tendo seu poder econômico reduzido, melhorasse sua posição no campo de poder da sociedade devido ao aumento de seu poder simbólico.
3. As principais políticas agrárias implementadas desde a recuperação democrática têm sido decisivamente influenciadas pelas representações do mundo rural das organizações corporativas dos criadores de gado. Esta influência abrange desde a definição dos problemas até o delineamento dessas políticas; e, por isso, as mesmas contribuem objetivamente para o sucesso das referidas estratégias de reprodução social.

## 1.6. Metodologia

### 1.6.1. Plano da Pesquisa

A fim de contrastar as hipóteses apresentadas, foi elaborado um plano de pesquisa compreendendo um período de análise que começa com a abertura democrática, em 1985, e se estende até 1999, abrangendo três períodos de governo. As mudanças registradas nestes quase três lustros, tanto no âmbito normativo quanto nas políticas dirigidas ao setor, proporcionaram-nos a possibilidade de contar com um verdadeiro “laboratório” para observar a ação das corporações. A consolidação do modelo de acumulação e a institucionalização democrática produzida durante esses anos, fazem com que os discursos gremiais adquiram uma relevância que transcende as reivindicações econômicas imediatas ao enquadrar-se numa ação mais ampla que visa justificar e legitimar as mudanças necessárias a fim de impor as políticas de um novo modelo de acumulação na sociedade e, particularmente, no agro.

Como forma de contextualizar os processos sociais ocorridos durante esse período, adotamos uma estratégia de pesquisa que começa realizando um estudo da conformação histórica do campo social agrário no Uruguai e da evolução de seu espaço social no último século. Esta análise nos aponta as modificações sociais, econômicas e políticas de longo prazo nas que se inscrevem os conflitos que tiveram lugar no período compreendido por nossa pesquisa. A partir desses insumos, é possível vislumbrar as linhas de continuidade e ruptura dos fenômenos atuais, o que permite avaliar de melhor maneira os achados de nosso estudo.

As organizações incluídas no nosso trabalho são a Associação Rural do Uruguai e a Federação Rural enquanto corporações historicamente representantes da fração pecuária. O plano de pesquisa implicou uma análise longitudinal dos discursos dessas organizações a fim de avaliar sua influência no nível simbólico e fático nas políticas gerais do setor, nas propostas programáticas dos partidos políticos, na implementação e desenvolvimento do Mercosul e nos conflitos no campo social agrário. O resultado de cada um desses acontecimentos forneceu os elementos necessários para o contraste empírico de nossas hipóteses.

Para a análise propriamente dita, foram sistematizados os discursos das duas organizações e dos ministros da agricultura, como também outras informações relativas ao período, a fim de selecionar os acontecimentos e depoimentos mais relevantes do mesmo. Após serem selecionados os acontecimentos, preparou-se um dossier com todos os materiais, aplicando-se técnicas de análise de conteúdo qualitativo e quantitativo (vide Anexos).

Também foram coletadas as diferentes bases programáticas dos partidos políticos, elaboradas para os três atos eleitorais compreendidos pelo período de estudo, realizando-se uma análise das representações do agro e de sua evolução próprias de cada setor. Para esta análise, serão utilizados os mesmos indicadores e dimensões construídos previamente para o estudo dos discursos das organizações corporativas, com o objetivo de poder determinar, mais tarde, suas influências nos referidos programas.

Com a análise desses acontecimentos, sistematizamos a informação ordenando a mesma a partir de duas dimensões. A primeira se orienta a reconstruir sociologicamente o processo de relacionamento das organizações pecuárias com o governo durante todo o período abordado. Isto inclui a evolução da agenda das referidas organizações e os temas mais conflituosos da mesma, reconstruindo as posições de cada um dos agentes para analisar seus resultados em termos relacionais. Nesta fase da pesquisa, e a fim de contextualizar a informação documental, foram realizadas entrevistas aos dirigentes de maior destaque destas organizações.

Baseados na informação fornecida pelo módulo anterior e recorrendo ao uso de técnicas de análise de conteúdo, foram determinadas as representações sociais e a “visão” do mundo agrário das referidas organizações. Com esse procedimento também foram analisados os argumentos e formas utilizados pelo governo e pelos partidos políticos para dirigir-se ao setor. Destarte, pudemos identificar o jogo de influências exercido pelas organizações pecuárias sobre as políticas e os partidos.

### 1.6.2. Técnicas de Pesquisa

A técnica que utilizamos para estudar objetivamente as representações sociais e as “visões de mundo” e para poder confirmar empiricamente suas influências nos diferentes níveis propostos na pesquisa foi a análise de conteúdo. A mesma está composta por um conjunto de técnicas de análise que visam obter, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, a descrição do conteúdo dos discursos (Bardin, 1986). A fim de poder trabalhar com essas técnicas, devemos seguir uma série de procedimentos de seleção dos materiais e de pré-análise para a construção das categorias, indicadores e dimensões, que garantem o uso adequado da técnica e uma análise correta de seus resultados. Usamos então dois tipos de técnicas de análise de conteúdo, uma quantitativa e uma qualitativa, como aproximações sucessivas ao problema. Com a técnica quantitativa procuramos determinar a frequência com que determinadas palavras são utilizadas, seu peso nos argumentos e suas relações nos discursos dos diferentes atores. Com a técnica qualitativa, visamos aprofundar no estudo desses elementos a fim de poder descrever as representações do mundo social dos diversos agentes e as categorias de percepção impostas através das mesmas.

### 1.6.3. Fontes de Dados

As fontes de informação foram diferenciadas para cada módulo. No primeiro, elas estiveram constituídas basicamente pelos censos agropecuários e pelas estatísticas permanentes do *Ministério de Ganadería, Agricultura y Pesca-MGAP* (Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca-MPAP). Para o segundo e terceiro módulos foi utilizado material de imprensa extraído dos principais jornais e semanários do país. Esta informação, por sua vez, foi complementada –após serem selecionados os eixos da análise- com materiais das próprias organizações e com atas das comissões parlamentares, em que as exposições de todos os participantes são transcritas. Para o quarto módulo, a informação proveio dos próprios documentos publicados pelos partidos e frações, direcionados a analisar ou propor políticas para o setor. Utilizou-se também a informação colhida mediante entrevistas a informantes qualificados e a dirigentes das organizações.

## 2. Lutas Simbólicas, Organizações Corporativas e Conflitos Sociais

### 2.1. Considerações teóricas

As definições teóricas fazem parte do próprio trabalho de construção do objeto de estudo realizado ao longo do processo de pesquisa, o que dificulta sua apresentação sistematizada neste capítulo. Por isso, nesta seção pretendemos apenas expor os pressupostos e categorias mais gerais e abstratos dos que nos servimos para formular as relações conceituais que constituem nosso problema de pesquisa. Em primeiro lugar, apresentamos os pressupostos teóricos mais gerais, depois analisamos a dimensão simbólica da sociedade através do pensamento das correntes clássicas para, mais tarde, abordar as linhas interpretativas contemporâneas, expondo as principais categorias de análise de Bourdieu. No final da seção, tentamos discutir o modo em que as ações dos agentes corporativos, seu poder simbólico e seu relacionamento com o Estado podem ser estudados. Por último, focalizamos nossa reflexão nas especificidades das lutas simbólicas no espaço social agrário.

O pressuposto teórico mais abstrato e geral envolvendo uma concepção do social e uma perspectiva epistemológica para seu estudo é o referido ao conceito de processo social. Ao fazer referência aos processos sociais, aludimos às ações dos atores, coletivos ou individuais, que transformam as determinantes objetivas de sua posição no espaço social em iniciativas subjetivas, revertendo assim a estrutura em ações das quais os sujeitos são protagonistas (Thompson, 1981; Bourdieu, 1993; Giddens, 1982). Portanto, os processos sociais devem ser entendidos como mediações das interpretações que os agentes realizam da realidade social e como *o meio através do qual constróem essa realidade*. Mediante este conceito, tenta-se conciliar a ação dos agentes com as determinantes da estrutura social e o subjetivo com o objetivo da realidade social como um momento único, de modo que os atores, ao mesmo tempo em que constróem as configurações de sentido, encontram-se determinados nessa produção pela posição que ocupam no espaço social (Tavares dos Santos, 1996).



A noção de espaço social está indissoluvelmente ligada às noções de poder e conflito. Conforme a conceitualização de Bourdieu, o espaço social de um campo ou da sociedade em seu conjunto faz referência à distribuição objetiva dos agentes sociais em função de seus recursos estruturais e de suas trajetórias, que, por sua vez, conformam a rede de posições sociais. É nesse cenário social que os agentes desenvolvem suas estratégias e confrontam seu poder a fim de manter ou melhorar suas posições. Por isso, ele também é o lugar onde o pesquisador pode analisar empiricamente o poder dos diferentes agentes sociais, já que o poder, não tendo substância em si, constitui-se como uma relação de força e de sentido entre agentes sociais. Portanto, o campo de poder de uma sociedade é conformado entre os que de alguma maneira detenham poder sobre outros. Esta noção exprime a idéia relacional do poder enquanto campo de luta no que se encontram as classes, os grupos e as frações sociais. Nesse campo de poder, cada classe, fração ou grupo social define seus horizontes em virtude dos limites impostos pelos outros. Os limites, por sua vez, também estão sendo permanentemente definidos, existindo sempre estratégias para subverter o poder dos outros, dado que as estratégias dos agentes sempre estão relacionadas às de seus opositores<sup>1</sup>.

Um postulado central de nossa pesquisa é o relativo ao papel da dimensão simbólica nas lutas de poder. Esta dimensão, à que aludiremos na próxima seção, é um elemento constitutivo da realidade social e, por conseguinte, de enorme relevância nos conflitos sociais. Não fogem a esta consideração os conflitos entre frações dominantes vinculados à ação de representação de interesses econômicos. Ainda que, devido a seu capital econômico, as diversas frações dominantes tenham possibilidades de impor seus pontos de vista sobre o governo em virtude de sua capacidade para gerar uma direção econômica, esse poder nem sempre resulta suficiente como para garantir seus interesses no longo prazo<sup>2</sup>. De fato, em muitos casos, não é um determinismo econômico, mas considerações de índole política as que farão o governo outorgar prioridade a certas opções e ceder a certas pressões (Jessop, 1983). As pressões estruturais por si mesmas não forçam o governo a seguir uma política econômica; são os agentes sociais os que procuram determinar as relações de sentido dos processos nos que se encontram imersos, guiando as orientações sociais a fim de manter seus interesses em longo prazo na sociedade. Nesse processo, para que o poder econômico possa ser exercido

---

<sup>1</sup> Esta concepção relacional do poder é utilizada por vários autores pós-estruturalistas como Foucault; Bourdieu e Poulantzas em suas últimas obras.

<sup>2</sup> Estes pressupostos coincidem, em termos gerais, com a visão de Offe sobre a dupla determinação das formas institucionais do Estado derivada da necessidade simultânea de assegurar o processo de acumulação e de gerar legitimação democrática (Offe, 1991).

com eficácia, os agentes corporativos representantes do mesmo devem contar com quantias suficientes de capital simbólico que lhes permitam apresentar como legítimo o poder econômico que possuem. Em função disso, cada agente utilizará seu capital simbólico como elemento substantivo em suas estratégias de reprodução social nas que, ora consciente ou inconscientemente, todos eles se encontram sempre envolvidos para defender suas posições e interesses no espaço social.

### **2.1.2. A Dimensão Simbólica sob a Perspectiva dos Clássicos**

Na última década, começou a ser consensual entre os sociólogos o reconhecimento das funções múltiplas e complexas que cabem às representações e ao espaço simbólico na vida coletiva. Principalmente, é salientado o papel desta dimensão no exercício do poder nos diversos âmbitos da vida social. Nas ciências sociais, destaca-se o fato de que qualquer poder é revestido por representações coletivas; por isso, o domínio dos espaços simbólicos e do imaginário social se constitui num importante lugar estratégico (Baczko, 1986).

Porém, para construir nosso objeto de pesquisa em torno das lutas simbólicas na sociedade contemporânea, é preciso aprofundar as considerações teóricas expostas acima a fim de poder afirmar de forma fundamentada a pregada relevância da dimensão simbólica da realidade.

As múltiplas funções do simbólico e das representações coletivas não deixaram de ser observadas pelos que já se perguntaram acerca dos mecanismos e das estruturas da vida social; pelo contrário, eles colocaram de manifesto a intervenção eficaz e eficiente das representações simbólicas nas práticas coletivas, tanto no que concerne a seu direcionamento direto quanto a sua orientação. Nesse sentido, consideramos oportuno realizar uma primeira aproximação a sua conceitualização, partindo das considerações realizadas pelos autores clássicos da disciplina a respeito dessa dimensão da vida social para, depois, apresentar a corrente teórica contemporânea que tomamos como eixo conceitual para a construção de nosso objeto de estudo.

A preocupação pela importância e o estudo desses fenômenos já se encontrava presente nas origens da própria sociologia, nos estudos de Durkheim. Com efeito, nas “Formas Elementares da Vida Religiosa”, o autor fornece as bases para uma sociologia das formas simbólicas enquanto formas de classificação que deixam de ser vistas como transcendentais e passam a ser consideradas como formas sociais relativas a um grupo particular e, por conseguinte, socialmente determinadas.

Para a análise dos referidos fenômenos, o mencionado autor cria o conceito de representação coletiva, definindo a mesma como categorias de pensamento mediante as quais uma determinada sociedade elabora e exprime “sua realidade”. Ao adotar esta perspectiva, ele se opõe radicalmente à concepção dominante de sua época que afirmava serem as idéias um *a priori* social. Durkheim se nega a considerar as idéias como universais da consciência humana; pelo contrário, apontará que as mesmas aparecem ligadas aos fatos sociais, transformando-se, assim, elas mesmas, em fatos sociais passíveis de observação e de interpretação científica como qualquer outro fato social. Para ele, as representações sociais constituem um grupo de fenômenos reais dotados de propriedades específicas, com vida própria e, portanto, não necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Se bem que elas mantenham sempre a marca da realidade social da qual surgiram, adquirem independência em relação à mesma em decorrência de suas mutações e misturas que fazem com que vão perdendo sua referência com respeito à realidade social que as gerou. Isto leva a que algumas dessas representações se transformem em representações sociais históricas; é o caso das representações da religião, da moral, da noção de espaço e de tempo, da personalidade, etc. (de Souza, 1995:90)

Como afirma o autor, “as representações coletivas traduzem a maneira pela qual o grupo se pensa a si mesmo em suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si mesma e ao mundo que a circunda, precisamos considerar a natureza da sociedade e não a de seus indivíduos. Os símbolos com que ela se pensa mudam de acordo com sua natureza.” (Durkheim, 1978:79)

Sob essa perspectiva, através das representações simbólicas podemos –da mesma forma que com as instituições e as estruturas sociais- analisar as maneiras de atuar, pensar e sentir dos grupos sociais. É preciso sublinhar que, do ponto de vista de Durkheim, não existem “representações falsas” da realidade social, pois, como já foi dito, as mesmas

respondem a diferentes formas e condições dadas de existência humana. As representações fazem parte da consciência social e, por isso, têm um poder coercitivo sobre os indivíduos, que explica sua eficácia para a vida social.

Embora Durkheim tenha contribuído de maneira decisiva para o estudo da dimensão simbólica da realidade social, o alcance de sua proposta teórica se viu limitado, na nossa opinião, pelo excessivo peso integrador conferido pelo autor à referida dimensão. De fato, esse mundo simbólico será entendido como o instrumento por excelência da interação social, de seu conhecimento e da comunicação, ao possibilitar a formação do consenso sobre o sentido do mundo e ao contribuir para a reprodução da ordem social e para sua integração.

Suas idéias sobre as representações sociais e as representações coletivas foram continuadas e desenvolvidas por muitos sociólogos e antropólogos da cultura, entre os quais se destacaram Mauss e Malinowski. Para o primeiro, uma das características fundamentais do fato social é precisamente seu aspecto simbólico. Mauss mostra em seus trabalhos como a sociedade se expressa simbolicamente em seus costumes e instituições e também através de sua linguagem, de sua arte, de sua ciência, de sua religião, etc. Portanto, o objeto das ciências sociais é constituído tanto pelas coisas e os fatos quanto por suas representações. Todavia, o autor advertia desde cedo sobre os riscos de reduzir a realidade à concepção que dela têm os homens ou os grupos. Já Malinowski reconhece em seus estudos que cada corpus mítico equivale a um verdadeiro mapa social que representa e legitima eficazmente a formação existente, incluindo seus sistemas de distribuição de prestígio, de privilégios e da propriedade. Destarte, o autor introduz a relação entre dimensão simbólica e poder social ao colocar de manifesto que, ao mesmo tempo em que se produz um sistema de representações simbólicas, legitima-se a ordem social existente. (Baczko, 1986; de Souza, 1995).

Uma segunda corrente clássica sobre o papel das representações sociais surge da dialética marxista. A obra de Marx trata esta temática de maneira ampla, mas aqui nos centraremos brevemente na consideração de, na nossa opinião, duas de suas contribuições básicas para o estudo dos referidos fenômenos sociais.

A primeira dessas contribuições deriva de seu debate com os Neo-Hegelianos, desenvolvido na Crítica à Ideologia Alemã, em que Marx se manifesta contrário a considerar as idéias como produzidas e reproduzidas pela consciência, criticando uma concepção

segundo a qual as mudanças da sociedade adviriam da sucessiva substituição das falsas representações por pensamentos correspondentes às essências dos homens. Em face desse conceito, o autor afirmará que a produção das idéias, das representações, da consciência está, desde o início, diretamente interligada com a atividade material e com o intercâmbio material entre os homens enquanto linguagem da vida real (Marx, 1984: 40-44). Daí que as representações sociais sejam, como toda forma de pensamento e consciência, determinadas pelo modo de vida dos indivíduos e pela forma de produção de sua vida material.

Em sua defesa da anterioridade da vida material com respeito às idéias e às representações, Marx não postula uma determinação, mas uma relação dialética: “as circunstâncias fazem os homens, mas os homens fazem as circunstâncias”. Nesse sentido, relativiza o determinismo mecânico pregado pelos materialistas sobre a consciência, atentando para as contradições existentes entre as forças produtivas, o estado social e as idéias. Esses conceitos serão utilizados e desenvolvidos em suas análises dos processos de fetichização e reificação dos fenômenos sociais, em que coloca de manifesto a importância e a eficácia das representações sociais na realidade social. (de Souza, 1995: 97-99)

As categorias centrais utilizadas por Marx para abordar o campo das idéias e das representações simbólicas são a consciência -como já foi visto- e a ideologia, conceito ao que o autor conferiu seu sentido moderno. Do nosso ponto de vista, uma grande contribuição desse conceito para o estudo da dimensão simbólica da realidade é o fato de constituir uma das primeiras elaborações de um esquema global de interpretação das representações sociais e de sua relação com as práticas das classes sociais. A ideologia, num sentido lato, abrange as representações que uma classe social tem de si mesma, de suas relações com as classes antagônicas e da estrutura geral da sociedade. É, com efeito, através de suas representações ideológicas que uma classe expõe suas aspirações, sua justificação moral, concebe o passado e imagina seu futuro. Por isso, a luta de classes atravessa necessariamente o campo ideológico.

As idéias de Marx sobre esses aspectos serão desenvolvidas mais tarde por Gramsci e Lukács, entre outros. Gramsci abordará e reformulará o tema através de seus estudos sobre a hegemonia; neles, ele coloca de manifesto a unidade entre o material e o simbólico na vida social. Este autor afirma que a distinção entre forças materiais como conteúdo e ideologias como formas só pode ser entendida como uma “distinção puramente didática, pois as formas

materiais não seriam historicamente concebíveis sem as ideologias e as ideologias seriam fantasias individuais sem as formas materiais” (1981: 63). Essa ênfase outorgada à indivisibilidade da realidade social contribui para o abandono da discussão sobre a primazia de uma esfera sobre a outra, significando um importante avanço na análise integrada das múltiplas determinações entre ambas as esferas.

Lukács, por sua vez, realiza um aprofundamento do assunto das Representações em Marx mediante a noção de “visão do mundo”, considerando a mesma o principal aspecto concreto do fenômeno da consciência coletiva. Segundo este autor, a “visão do mundo”, embora não deva ser tomada como um dado empírico, deve ser considerada como um instrumento conceitual de trabalho, indispensável para compreender as expressões imediatas do pensamento dos indivíduos, pois sua importância e realidade se manifestam sim no nível empírico. Para ele, a “visão do mundo” consiste precisamente no conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que aglutinam os membros de um grupo ou de uma classe social, opondo-se às dos outros grupos (1974: 60-66). Em outras palavras, o indivíduo exprime a consciência social através da visão do mundo a partir da qual constrói a vida social.

Além de fornecer as duas contribuições assinaladas, o marxismo colabora decisivamente para pensar o simbólico privilegiando sua relação com os conflitos e lutas sócias entre classes, frações e grupos sociais. Ainda que esta não seja a única corrente a postular esta relação, a mesma exercerá uma enorme influência sobre os autores que refletem sobre o referido tema. No entanto, no nosso parecer, existe um elemento que tem tirado potencialidade a esta tradição de pensamento nas pesquisas contemporâneas sobre esta temática: o pressuposto marxista da existência de representações “verdadeiras” e “falsas” da realidade social. A herança hegeliana e racionalista de uma adequação final entre consciência e realidade se reflete no postulado marxista de que existe um grupo social, a classe operária, que ostenta -à diferença do resto dos grupos da sociedade- a única representação verdadeira da realidade. Isto devido ao fato de que a referida classe teria a virtude de que suas formas de existência lhe permitiriam que suas representações da realidade coincidam com a realidade mesma, sem nenhuma distorção. Este pressuposto tende inevitavelmente para a inibição da análise das representações do mundo, já que, na sua maioria, tratar-se-ia de representações deformadas ou falsas. Isto levará, como é ilustrado pelos desenvolvimentos teóricos de Althusser, a pensar a ideologia como separada dos conflitos dos agentes sociais, outorgando aos “aparelhos” do estado as funções de sua produção e reprodução. Por essas razões, a

corrente marxista não permite captar toda a riqueza e multiplicidade das lutas simbólicas na sociedade contemporânea.

Muito ligado ao exposto acima, e acarretando conseqüências similares para a análise das lutas simbólicas, encontramos o pressuposto marxista de que as lutas e conflitos sociais são essencialmente redutíveis a duas classes antagônicas. Esse postulado supõe também uma visão totalizadora que simplifica a complexidade social, apagando, assim, as nuances, que são de enorme importância para compreender os conflitos e lutas simbólicas entre os grupos sociais. Nesse sentido, achamos que resulta mais útil para o estudo desses fenômenos partir do pressuposto pós-estruturalista de pluralidade de grupos, frações e classes que, conforme seus interesses próprios, constroem suas representações particulares da realidade social, procurando impor, através de suas forças nas lutas simbólicas, políticas e materiais, as mesmas como legítimas, como verdadeiras.

A terceira perspectiva que focaliza as dimensões simbólicas da sociedade é a constituída pelas contribuições de Weber. Para este autor, o social se produz através de uma rede de sentido, de arcabouços de referência simbólicos mediante os quais os homens se comunicam, provêem-se uma identidade coletiva e estabelecem suas relações com as instituições políticas. A vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representação que os fixam e traduzem. Assim, define-se um código coletivo de acordo com o qual são exprimidas as necessidades e as expectativas, as esperanças e as angústias dos agentes. Em outras palavras, as relações sociais nunca se reduzem a seus componentes físicos e materiais. Da mesma forma, as relações políticas, enquanto dominação dos homens pelos homens, não podem restringir-se simplesmente a relações de força ou poderio. Os diversos tipos de dominação são exercidos através de diferentes sistemas de representações coletivas nos quais se assenta a legitimidade dos respectivos poderes. Destarte, os conflitos e lutas de poder e dominação têm lugar principalmente dentro da dimensão simbólica da realidade social, sem uma necessária determinação ou correlação com as bases materiais da sociedade. (Baczko, 1986: 6-9)

Weber elabora suas concepções das representações sociais em termos de idéias, espírito, mentalidades, que são utilizados muitas vezes como sinônimos. Em sua obra, o autor procurará colocar de manifesto como os sistemas simbólicos instaurados pelos agentes sociais acarretam freqüentemente conseqüências imprevistas e criadoras na vida social, questão

amplamente desenvolvida em sua pesquisa sobre a relação entre a ética protestante e o surgimento do espírito do capitalismo.

Sob a perspectiva de nossa pesquisa, uma das contribuições weberianas que deve ser destacada é a noção de “visão do mundo”. Para Weber, esse conceito abrange um conjunto de representações impostas por alguns grupos sociais sobre outros para explicar e definir a realidade. Nesse espaço simbólico de representações, os conflitos são processados por aquilo que aparece como não expressamente formulado, o que, aparentemente, permanece como não-significativo e que pode manter-se encoberto no nível das motivações inconscientes.

Cada sociedade, para se sustentar, precisa ter estas “concepções do mundo” amplas e unificadoras que compreendem vastas regiões da vida social e atravessam todos os grupos sociais como, por exemplo, a forma de encarar o tempo, o espaço, o trabalho e sua divisão, a riqueza, os papéis sociais, etc. Essa “visão do mundo” é o que confere significação cultural à vida dos indivíduos, dependendo dela as representações da realidade que orientam as ações cotidianas dos mesmos. A partir desta conceitualização, o autor propõe a autonomia do mundo das representações e postula a eficácia histórica das idéias na construção da realidade, sem deixar de salientar que, em certos momentos, essa relação pode vir a se inverter. (de Souza, 1995: 93-95)

Embora sua dupla perspectiva relativista, tanto em relação às determinações entre o simbólico e o material quanto no que se refere a sua definição da realidade a partir da significação cultural dos indivíduos, tenha sido muito criticada, na nossa opinião, permite apreender e enriquecer a análise das representações sociais e das lutas na esfera simbólica da sociedade.

O pensamento de Weber fundou as bases da corrente compreensiva, mas também influenciou a fenomenologia. Será Schutz quem, sob a perspectiva fenomenológica e partindo de muitos dos pressupostos da corrente compreensiva, realizará amplas contribuições para a operacionalização dos referidos conceitos. O autor usa a expressão “senso comum” para fazer referência às representações sociais cotidianas. Este conceito remete ao conjunto de abstrações, formalizações e generalizações construídas no mundo social do dia-a-dia. Portanto, sob esse ponto de vista, as experiências cotidianas estão dotadas de significado, sendo portadoras das “estruturas” de relevância para os grupos sociais que vivem e pensam



num determinado contexto social. Os diferentes significados que elas podem adotar -que podem ser objeto de estudo- são selecionados através de construções mentais de representações do senso comum. O que resulta interessante destacar sobre este enfoque é o radicalismo com que o mesmo apresenta a força das representações sociais na determinação da realidade social, pois, para ele, “se os homens definem situações como reais, as mesmas são reais em suas conseqüências”. Quando os homens atribuem algum sentido a uma situação, seus comportamentos subseqüentes e algumas das conseqüências dos mesmos são determinadas pelo sentido anteriormente conferido. De fato, outorga-se ao sentido atribuído pelo indivíduo à ação o mesmo nível de coerção que Durkheim confere às representações sociais mediante a consciência coletiva. (de Souza, 1995: 95-96; Bazco, 1986: 7-11)

Resumindo, após esta breve resenha das principais correntes clássicas devotadas a pensar o simbólico, encontramos que, a despeito de suas marcadas diferenças epistemológicas, todos os autores coincidem em atribuir à referida dimensão um lugar central na vida social. Weber e Durkheim apontam a importância da compreensão das idéias e mostram sua eficácia na configuração da sociedade através de um estudo empírico do desenvolvimento histórico, assinalando diferentes alternativas para sua conexão com as estruturas sociais concretas. De outro lado, Marx enfatiza a ideologia enquanto conceito que representa as idéias, os pensamentos e a consciência, mostrando como a mesma se encontra estreitamente relacionada com as bases materiais da existência e vinculada a suas práticas sociais. Junto com Durkheim, ele atenta para a anterioridade da vida social em relação às representações. Mas, enquanto para Durkheim a sociedade é a síntese das consciências, para Marx a consciência emana das relações sociais contraditórias entre as classes e pode ser empiricamente captada como produto da base material. Para os marxistas, a postura durkheimiana elimina o pluralismo e a heterogeneidade de grupos da vida social, desconhecendo, sobretudo, suas lutas e conflitos. Nesse ponto Weber se aproxima de Marx ao afirmar que a nova classe dominante é obrigada, a fim de atingir os fins visados, a apresentar seus interesses como interesses comuns a todos os membros da sociedade. É obrigada, enfim, a apresentar suas idéias de forma universal, como sendo as únicas racionais e universalmente válidas.

Em suma, Marx sublinha as origens dos universos simbólicos, os imaginários sociais e as representações, designando-os como ideologias, mostrando as funções que desempenham nos grandes conflitos sociais. Durkheim, por sua vez, salienta a correlação entre as estruturas

sociais e os sistemas de representações coletivas ao examinar o modo em que as mesmas fortalecem as instâncias que garantem o consenso e a coesão social. Finalmente, Weber coloca o problema das funções que competem ao imaginário na produção de sentido que os atores sociais atribuem necessariamente a suas ações e o papel determinante e autônomo que essa produção joga nos processos históricos. (Ansart, 1977: 54)

### 2.1.3. As tendências pós-cartesianas

As preocupações dos fundadores da sociologia em relação às diversas manifestações e atributos das dimensões simbólicas da vida social foram perdendo peso nas reflexões e pesquisas sociológicas à medida que o século XX foi avançando. Em geral, o estudo das representações sociais, dos imaginários ou dos universos simbólicos<sup>3</sup> foi relegado a posições secundárias na produção sociológica. Esse fenômeno pode ser atribuído ao fato de que o pensamento racional e científico de tipo cartesiano desvaloriza tudo o que represente pré-noções, opiniões, ideologias, etc. De fato, para as correntes que adotam esse tipo de pensamento, o simbólico ou o imaginário é fruto do erro, da falsidade ou do subjetivismo. Assim, mesmo quando as referidas dimensões chegam a ser abordadas, são tratadas como constituintes de um estágio inferior do conhecimento, pois são a lógica formal e a razão os atributos considerados essenciais do homo sapiens (Pesaventos, 1995: 11)

Será só com as contribuições da psicanálise e da antropologia cultural que o estudo desses fenômenos adquire uma considerável relevância. Com efeito, a psicanálise coloca de manifesto a presença de conflitos dentro do próprio indivíduo, entre ele, sua imaginação e sua realidade, postulando que a unidade de ambas as dimensões é que ordena a vida. A antropologia estruturalista, por sua vez, afirmará que qualquer cultura pode ser considerada como um sistema simbólico que repercute diretamente na vida social desse grupo, desvendando as relações entre sentido e poderio, isto é, entre sistemas simbólicos e estruturas de dominação.

---

<sup>3</sup> São muitos os conceitos utilizados para designar o que nós denominamos em geral como dimensão simbólica da realidade. adotando, cada um desses outros termos, uma precisa conotação teórica que não pode ser desenvolvida no presente projeto, mas que pode ser incluída no desenrolar de nossa pesquisa.

Ainda que essas contribuições, ao mostrar a relevância do simbólico na vida social, colaborem com a relativização da concepção cartesiana e racionalista, favorecendo, aliás, a transformação daquela dimensão em objeto de interesse científico, a grande ruptura com a posição cartesiana só será efetivada por Bachelard. Com efeito, a proposta deste autor traduz uma mudança epistemológica e um novo olhar sobre o imaginário e o simbólico. Ele procura colocar de manifesto o grande potencial da imaginação criadora, estabelecendo um entendimento entre a ciência e a imaginação enquanto níveis consistentes da realidade (Pesaventos, 1995: 12). A contribuição mais importante de seu pensamento para a construção do objeto sociológico é o pressuposto de que não existem rupturas entre o simbólico e o material, nem entre objeto e sujeito. De fato, ele afirmará que estas distinções não seriam mais do que falsas oposições epistemológicas, propondo pensar os eixos de construção de ambos âmbitos focalizando a atenção na tensão da relação entre os mesmos, postulando, aliás, a constituição dessa tensão em centro da prática científica.

Destarte, abre-se um renovado caminho para a análise dos fenômenos sociais, que se exprimirá em vários estudos e escolas sociológicas. Mas, sem dúvida, serão as contribuições de Pierre Bourdieu as mais imbricadas nessa tradição. Ele realiza uma “tradução” de Bachelard para a área da sociologia na década de setenta e contribui, com isso, para “recolocar” o espaço simbólico da vida social no campo dos conflitos e das lutas entre grupos, frações e classes sociais<sup>4</sup>.

Esse ponto de partida bachelariano leva o autor a negar a oposição entre mundo real e mundo simbólico para afirmar que ambos se encontram indissolivelmente unidos, pois as representações sempre são produzidas desde um papel social. Por isso, o discurso e a imagem, mais do que meros reflexos estáticos da realidade social, podem mudar e ser instrumentos de constituição de poder e transformação da realidade. Com efeito, as representações do real constituem em si elementos de transformação do real ao serem atribuições do sentido do mundo.

Outro ponto nodal de sua proposta é a colocação de que as imagens e os discursos sobre a realidade não equivalem exatamente ao real. Pelo contrário, verifica-se um *décalage*

---

<sup>4</sup> Várias correntes contemporâneas da nova história e da antropologia cultural, ao tratar do tema das identidades e dos imaginários sociais, têm deslocado o simbólico das relações de poder na sociedade e dos conflitos que articulam os diferentes espaços sociais.

entre o concreto das condições objetivas e a representação que os agentes fazem dessas condições. Isto dá lugar a uma margem para a interpretação da realidade, que, ao interpretá-la, também a conforma. A existência dessa margem para a interpretação é o que constitui o espaço das lutas simbólicas, sendo esse -como já foi assinalado- o centro de nossa análise empírica. (Bourdieu, 1985)

Bourdieu afirma que as representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento, constituindo um campo em que os agentes sociais investem seus interesses e seus diversos capitais. As representações, objetiváveis em palavras, coisas ou atos, são sempre produto de estratégias de interesses, de manipulações, conscientes ou inconscientes, tendentes à produção ou à reprodução dos grupos sociais.

Com efeito, para o referido autor, a instância das representações sociais é em si um campo de manifestação das lutas sociais e dos jogos de poder. Esta afirmação questiona severamente as interpretações economicistas ou culturalistas que vêem no objeto simbólico um reflexo mecânico do real ou uma finalidade em si mesma. Segundo o autor, o mundo social, além de sua dimensão objetiva, implica também representação e vontade. Todo discurso envolve estratégias de interesses de dominação nos diferentes campos. A autoridade de um discurso e sua eficácia em termos de dominação simbólica provêm de fora, já que a palavra concentra o capital simbólico acumulado pelos grupos que o enunciam e pretende atuar sobre o real ao agir sobre as representações do real.

Para analisar as implicações e possibilidades da proposta de Bourdieu, é preciso realizar um levantamento de seus principais conceitos, entre os que se encontram o de espaço social e simbólico, o de campo, o de habitus, o de capitais, trajetórias e estratégias. Só assim estaremos em condições de captar suas articulações e usá-los corretamente em nossa pesquisa a fim de apreender a ligação relacional entre os conflitos sociais e as lutas simbólicas no espaço social agrário.

#### 2.1.4. As Categorias de Análise em Bourdieu

A efeitos de atingir uma melhor compreensão da proposta teórica do autor, é preciso localizá-la em torno dos debates nos que ela emerge. Desde seus primeiros trabalhos, Bourdieu mantém um diálogo com as principais correntes das ciências sociais francesas da década de 70, que marcará o resto de sua obra. Estabelece assim um debate com as correntes estruturalistas de Lévi-Strauss e de Saussure, com o marxismo althusseriano, com o existencialismo de Sartre e também com o individualismo metodológico de Boudon.

Bourdieu, formado em filosofia, incorporará em seu edifício teórico contribuições das três correntes clássicas da sociologia. Retomará os postulados durkheimianos acerca da especificidade dos fenômenos sociais, adotará a idéia weberiana de que o mundo social tem esferas autônomas com seu próprio sistema de hierarquias e se inspirará nas Teses sobre Feuerbach no intuito de recriar a idéia de que o ser social determina a consciência social. Justamente um dos objetivos mais relevantes de sua proposta será a tentativa de unir num único momento estas duas dimensões da realidade, apropriando-se dos postulados epistemológicos de Bachelard.

Dessa forma, opor-se-á ao marxismo, argüindo que essa corrente dissocia os referidos momentos –material e simbólico– através das idéias metafóricas de estrutura e de superestrutura, considerando, “em última instância”, a primazia da primeira e transformando de fato a consciência social em mero reflexo da estrutura. Para superar essa separação, sua busca se orientará, como veremos depois, a salientar a relação entre esses dois momentos na construção social da realidade.

De outro lado, procura romper com os princípios estruturalistas, afirmando sobre eles que “*pensavam o mundo social como um espaço de relações objetivas transcendentem em relação aos agentes e irredutível às interações entre os indivíduos*” (Bourdieu, 1993: 18). O autor descarta a idéia de que o simbólico constitua um simples epifenômeno da estrutura, propondo introduzir os agentes sociais como construtores das estruturas que organizam sua ação. Para Bourdieu, Saussure e o estruturalismo tinham uma orientação mecanicista que concebia a prática como uma mera execução. Tentando reagir perante essa concepção, o autor assinala que sua intenção, muito próxima da de Chomsky, era conferir uma intenção ativa,

inventiva, à prática, insistindo sobre as capacidades generativas das disposições, no entendimento de que se tratava de disposições adquiridas, socialmente construídas. (Bourdieu, 1993: 25)

Embora Bourdieu identifique na postura estruturalista a instância objetiva da realidade social, não se conformará com essa explicação, pois a mesma não permite achar as verdadeiras causas e razões das práticas. As descrições objetivas –estatísticas, enquêtes, diagramas, genealogias- são consideradas pelo autor como ajustadas e inevitáveis, como um momento do procedimento científico. Porém, não se deve esquecer a outra relação possível com o mundo social, a dos agentes realmente comprometidos. Portanto, é preciso elaborar uma teoria que dê conta destas relações não-teóricas, parciais, *“um pouco mais ao rés-do-chão”*, resgatando sob esta perspectiva, as contribuições do interacionismo simbólico (Bourdieu, 1993: 24-26)

A fim de explorar essa outra relação possível com o mundo social e demonstrar que existe uma dimensão que a análise estruturalista perde de vista, o autor toma como exemplo a prática dos intercâmbios conjugais nas tribos Kabilas, entre as quais realizou seus primeiros estudos de campo. Bourdieu descobre que, nas referidas tribos, as práticas rituais decorrem de um sentido prático gerado pelas disposições adquiridas na experiência, sendo, por conseguinte, variáveis de acordo com os diferentes lugares e momentos. Esse *“sens du jeu”* é o que permite conceber um sem-número de práticas adaptadas à infinidade de situações possíveis que nenhuma regra, por mais complexa que for, pode prever (Bourdieu, 1993: 22).

Baseado nos mesmos argumentos, o autor também realizará críticas à teoria da ação racional e do individualismo metodológico. Essas teorias estabelecem, basicamente, que o princípio inicial da análise sociológica deve tomar o indivíduo como primeiro objeto de observação, por unidade de referência, extraindo daí todas as conseqüências sociológicas do referido princípio. Opondo-se a essa noção, Bourdieu afirma que as ações podem estar orientadas para determinados fins sem estar conscientemente direcionadas a eles. Com efeito, mediante um habitus gerador de sentido prático, a ação é guiada por uma intuição do jogo que tem toda a aparência da ação racional que desenharia um observador imparcial, dotado de toda a informação útil e da capacidade de dominá-la racionalmente. No entanto, as condições do cálculo racional quase nunca estão dadas na prática: o tempo é curto, a informação limitada. Apesar disso, os agentes fazem muito mais do que se atuassem ao acaso porque se entregam às intuições de seu sentido prático.

Na busca da superação destas teorias, Bourdieu se deparará também com as antinomias tradicionais subjetivismo/objetivismo, simbólico/material, teoria/experiência, macro/micro, estruturalismo/construtivismo. No decorrer de sua trajetória intelectual, e a partir da adoção de uma epistemologia pós-cartesiana, relacional –que lhe fornecerá os instrumentos para superar a distinção entre sujeito e objeto, que se encontra na base das referidas antinomias-, o autor irá forjando os procedimentos teórico-metodológicos que lhe permitirão desvendar as falsas oposições arroladas acima. Com a adaptação dos pressupostos bachelarianos às ciências sociais, no “Ofício do Sociólogo”, ele procura romper essas falsas distinções que considera um dos principais obstáculos para a elaboração de uma sociologia científica. Para o autor, essas oposições comuns, que Bachelard denomina pares epistemológicos, são construídas pela realidade social e irrefletidamente utilizadas para pensar a realidade social, impedindo captá-la adequadamente.

Enquanto, para os objetivistas, os agentes podem ser classificados como casos mediante uma ruptura com as pré-noções e com as classificações subjetivas, para os subjetivistas, os agentes, através de sua subjetividade e de suas classificações, constroem a realidade social e, por isso, não podem ser tratados como coisas. Para Bourdieu, essa é uma falsa oposição, visto que, na sua concepção, os agentes são, ao mesmo tempo, “classificados e classificadores”, destacando, aliás, que os mesmos classificam de acordo com suas posições no espaço social. Este pressuposto mostra a relação entre as posições objetivas e as percepções do mundo, derivando-se dele a noção de ponto de vista, central na abordagem relacional da sociedade. Como aponta o autor

*“o ponto de vista é uma perspectiva, uma visão subjetiva parcial (momento subjetivo); mas, ao mesmo tempo, é uma visão, uma perspectiva tomada de um ponto de vista, de uma determinada posição num espaço social objetivo (momento objetivo)”* (Bourdieu, 1994: 8).

De fato, já encontramos nesta noção um primeiro momento de síntese entre o objetivo e o subjetivo, entre a estrutura e o agente, síntese que será aprofundada mais adiante. O mundo social, a realidade social, estaria sempre em “relação” com o lugar do qual se observa. Portanto, o real sempre implica um ponto de vista, um lugar do qual se observa, que, assim, constitui-se em parte fundamental desse real.

Para chegar a essa proposta, é ainda Bourdieu quem introduz a idéia de habitus como mediador de ambos os momentos. Com esse conceito, o autor construirá uma teoria da prática, recuperando a antiga idéia escolástica de HABITUS, que enfatiza a dimensão de uma aprendizagem do passado e que considera o hábito como um *modus operandis*, como certa forma de fazer as coisas que se repete em forma não consciente. O autor realiza uma releitura desta noção no contexto de seu debate com o estruturalismo e o subjetivismo, definindo o habitus como um

*“sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios que geram e estruturam as práticas e as representações; que podem ser objetivamente ‘regulamentadas’ e ‘reguladas’ sem serem por isso o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a um fim; sem que se tenha necessidade de um projeto consciente desse fim, mas sendo, ao mesmo tempo, coletivamente orquestradas sem serem o resultado da ação organizada de um regente”* (Bourdieu, 1985: 78).

Sob essa perspectiva, cada agente, para além de sua vontade, é produtor e reproduzidor do sentido objetivo porque suas ações e suas obras são produto de um *modus operandis* do qual ele não é produtor e nem possui domínio consciente. Assim, as ações envolvem uma “intenção objetiva” que ultrapassa sempre as “intenções conscientes”. A ação é exercida sem uma observância a regras ou uma previsão consciente das metas a serem atingidas. Com esta concepção da prática, o autor rompe simultaneamente com a tradição weberiana do sentido mentado da ação e com o fundamento durkheimiano da coesão das normas sociais.

Quando se considera que as práticas se traduzem numa estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante, explicita-se que a noção de habitus não se aplica apenas à interiorização de normas e valores, mas que a mesma envolve sistemas de classificação que preexistem (logicamente) às representações sociais. De fato, o habitus pressupõe um conjunto de “esquemas generativos” anterior à ação (formador dos pontos de vista sobre o mundo). Assim, o habitus se sustenta através de “esquemas generativos” que, de um lado, antecedem e orientam a ação e, de outro, encontram-se na origem de outros “esquemas generativos” que predizem a percepção do mundo enquanto conhecimento prévio (Ortiz, 1985: 16)

Em decorrência disso, para Bourdieu, as relações de classe -que não são somente relações econômicas-, são simultaneamente relações de força e de sentido que o habitus permite visualizar como formas permanentes de interiorização da exterioridade e de



exteriorização das subjetividades (Ansart, 1992: 167-168). Desse ponto de vista, pode-se afirmar que não existe nada mais objetivo do que a subjetividade porquanto a mesma exprime a visão de mundo de um agente desde a posição que ele ocupa.

Na medida em que os sistemas de classificação são gerados pelas condições sociais e que a estrutura objetiva da distribuição dos bens materiais e simbólicos se dá de forma desigual, toda escolha tende a reproduzir as relações de dominação. Destarte, a luta de classes pode ser “lida” através do estilo de vida das diferentes classes e grupos sociais.

Avançando nesse sentido, o autor introduzirá o conceito de campo -que, junto com o de habitus, constitui o conceito de maior alcance de sua teoria- para enfatizar a idéia da pluralidade dos aspectos constitutivos da vida social, colocação que, aliás, Bourdieu retoma de Weber. O mundo social pode ser dito e construído de diversos modos segundo diferentes princípios de visão e divisão. Com a noção de campo é desconstruída a noção de totalidade do social, atentando o autor para

*“(...) a pluralidade das lógicas que correspondem aos diferentes mundos, quer dizer, aos diferentes campos como lugares onde são constituídos os sentidos comuns, os lugares-comuns, os sistemas de tópicos irreduzíveis uns aos outros.” (Bourdieu, 1993: 32)*

O conceito de campo serve como uma guia nas pesquisas e permite expor todas as relações implícitas num fenômeno ou espaço social determinado.

*“Pensar em forma de campo é pensar em termos de relações. Em termos analíticos, um campo pode identificar-se com uma rede ou com configurações de relações objetivas entre posições. Essas posições são objetivamente definidas em sua existência e na determinação que impõem a seus ocupantes, ora agentes ou instituições, por sua situação atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder (ou capital), cuja posse implica o acesso aos ganhos específicos em jogo dentro do campo.” (Bourdieu, 1996: 64)*

Os participantes de um campo compartilham as regras desse jogo que, não sendo uma criação deliberada, não se explicita ou codifica: os agentes partilham o sentido do jogo, o *illusio*, que faz surgirem os antagonismos, pois os jogadores se comprometem com o jogo sentindo que vale a pena jogá-lo. Nas sociedades altamente diferenciadas, o mundo social está constituído pelo conjunto desses microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações objetivas que conformam a base de uma lógica e de uma necessidade específicas, irreduzíveis às que regem os outros campos (Bourdieu, 1996: 64-65).

Para compreender a diferenciação e a autonomização dos campos, é preciso deter-nos na consideração do conceito de capital. O termo “capital” recolhe sua acepção tradicional que designa o capital econômico, o que é herdado e adquirido, acumulado e entesourado. Mas Bourdieu encontrará outros tipos de capital que reúnem essas mesmas características, dedicando a eles grande parte de sua obra: o capital cultural, o capital social e, uma forma particular, o capital simbólico. Este último é definido como a forma que assumem os diferentes espaços de capital ao serem percebidos e reconhecidos como legítimos. Assim, Bourdieu entende por capital toda energia social suscetível de produzir efeitos, passível de ser usada, consciente ou inconscientemente, como instrumento nas competições sociais. Portanto, a definição de capital é muito ampla, sendo preciso incluir dentro da mesma todas as propriedades que os agentes fazem intervir em suas práticas (Ansart, 1992: 100-103).

Desse ponto de vista, não só a batalha pela apropriação do capital econômico, mas também a luta pela apropriação de todos esses capitais, configuram as lutas de classes de uma sociedade. Pelo mesmo motivo, também não existe um cenário privilegiado dessas lutas, pois as mesmas têm lugar em todos os espaços e dimensões do mundo social, inclusive nos mais insuspeitos, como será demonstrado por Bourdieu em “A Distinção”.

Por isso, o plano de uma pesquisa sociológica deve contemplar um momento objetivo da realidade social -que Bourdieu denomina espaço social- e um momento subjetivo, o espaço das representações simbólicas, que analisa os estilos de vida e os pontos de vista sobre o mundo. Os resultados da pesquisa mostrarão como ambos os momentos conformam uma unidade relacional que se manifesta nas práticas e no poder simbólico dos agentes (Bourdieu et. Wacquant, 1995: 17-19).

Analisemos então em que consiste o Espaço Social. No pensamento do autor, que concebe o real como o relacional, a realidade social consiste num conjunto de relacionamentos constantes num espaço de posições externas umas em relação às outras e definidas por sua distância relativa, que são freqüentemente invisíveis ao serem obscurecidas pelas realidades de sentido de experiência cotidiana. É sob essa perspectiva que se afirma a existência de um momento objetivo, que representa a realidade social, e ao que faz referência a sociologia objetiva de Durkheim, como também, de certa forma, a de Marx. Destarte, pode-se dizer que os agentes estão distribuídos nas posições de todo o Espaço Social, numa

primeira dimensão de acordo com o volume global de capital que possuem, numa segunda dimensão conforme à composição de seus capitais, ao peso relativo de seu capital total nas várias formas de capital (principalmente econômico e cultural) e numa terceira segundo suas trajetórias, isto é, a evolução no tempo do volume total de seus capitais e as variações em sua composição interna (Bourdieu, 1994: 10).

Para Bourdieu, uma primeira tarefa das Ciências Sociais é construir esse espaço que nos permita explicar e prever as maiores quantidades possíveis de diferenças observadas entre os indivíduos. Ou seja, determinar os princípios de diferenciação básicos necessários ou suficientes para explicar ou prever a totalidade das características observadas num determinado grupo de indivíduos.

Esta elaboração conduz à determinação de uma posição objetiva no espaço social, relativa com respeito às outras posições e que conforma um sistema multidimensional de coordenadas. Em sua pesquisa, o autor chega a representar graficamente o espaço social e suas posições, como é possível observar no gráfico anexo, utilizando todo o arsenal metodológico da sociologia objetiva. Segundo Bourdieu, como já foi visto, os agentes que ocupam posições próximas dentro desse espaço são colocados em condições semelhantes de existência e, por isso, estão sujeitos a similares fatores de condicionamento. Os que ocupam posições próximas e têm a mesma trajetória tenderão a ter o mesmo habitus e, por conseguinte, um similar comportamento. Da mesma forma, os agentes não têm uma posição estática ou substancialista; pelo contrário, as posições são intrinsecamente relacionais, sendo definidas em função das posições ocupadas pelos outros. Uma posição isolada não tem nenhum significado social, só passa a assumir significado quando é localizada num sistema de relações. Os agentes assim localizados no espaço social adquirem também disposições que implicam um ajustamento a sua posição, um “sentido do lugar de si mesmos” que significa, ao mesmo tempo, um “sentido do lugar dos outros” (conceitos também utilizados por Goffman). Esses elementos compõem a esfera do momento objetivo na análise do autor, que procura mostrar as condições e condicionamentos das formas materiais de existência, mas expostas de modo relacional, em virtude das diferentes combinações de capital e da trajetória de posições de cada agente.

A segunda instância a ser resgatada pelo plano sociológico é o momento subjetivo que inclui a representação que os agentes têm do mundo social e a contribuição que os mesmos

realizam para a construção da visão do mundo e, conseqüentemente, para a visão real do mundo. Esse momento subjetivo permite considerar o trabalho simbólico que os agentes realizam a fim de fabricar os grupos sociais e definir suas identidades sociais através de um trabalho interminável de representação mediante o qual tentam impor suas próprias visões de mundo. Isto leva Bourdieu a postular que “*a verdade do mundo social é objeto de lutas*”, uma luta que se leva adiante principalmente no referido espaço de representação simbólico e em que os agentes estão desigualmente armados para impor sua verdade.

Portanto, os preconceitos, subjetivismos e ideologias deixados de lado pela ruptura objetivista no intuito de construir o espaço objetivo, são reincorporados por Bourdieu para a análise do espaço simbólico, como faz também o autor com os gostos e os estilos de vida no estudo de “A Distinção”. Daí decorre então o reconhecimento, como já foi assinalado, da existência de uma pluralidade de visões e divisões diferentes, e ainda antagônicas, que dependerão do habitus e dos campos nos quais os agentes se localizem. Em outras palavras, o campo de diferenciação social –em relação aos capitais e às trajetórias- encontra expressão num espaço simbólico de distinções visíveis, de signos distintivos que se tornam, dessa forma, símbolos das diferenciações objetivas entre as diferentes posições do espaço social. Entretanto, os agentes não realizam uma análise “objetiva” como para reparar nas diferenças. “*Para os agentes dotados com as categorias de percepção pertinentes, as posições sociais são imediatamente discrimináveis através de suas manifestações viáveis*” (Bourdieu, 1991: 78). Mas, como mostrará o autor, essas manifestações não são estáticas, estão em permanente mudança, crescendo nas posições intermédias do espaço social a indeterminação e a nebulosa entre práticas e posições, o que faz com que as estratégias simbólicas se localizem num espaço mais aberto.

Tudo o exposto até aqui sobre o pensamento de Bourdieu pode resultar demasiado analítico se não incorporarmos o conceito de estratégias. O conceito de estratégias de reprodução social é, na nossa opinião, o conceito que permite ao autor captar com maior clareza a dinâmica social. Trata-se de um conceito subsidiário dos anteriores e especialmente associado ao de trajetória; indica as práticas conscientes e inconscientes efetivadas pelos agentes, individual ou coletivamente, para reproduzir sua posição social nos diferentes âmbitos da realidade social; assim, ele delinea as trajetórias e o percurso histórico dos agentes no espaço social.

Por isso, as relações de um campo podem ser apreendidas mediante um estudo em profundidade da trajetória social traçada por esses agentes no percurso histórico de suas práticas sociais e, a partir disso, uma análise da reprodução das classes, das frações e dos grupos num espaço social concreto.

Essas práticas de reprodução social, configuradoras de estratégias de reprodução social, não ocorrem de forma isolada nem previsível, estando relacionadas, pelo contrário, com as estratégias dos outros agentes e com as relações de forças e de sentido de um campo determinado. Assim, as transformações do espaço social são resultantes dessas lutas individuais e coletivas que podem ser reconstruídas ou guiadas por estratégias de reconversão. Por exemplo, em nosso caso, devemos considerar a modernização agrária como um processo conflituoso de relações de forças e sentido entre os agentes envolvidos na mesma e pensar as transformações materiais decorrentes desse processo como a objetivação do sucesso das estratégias de reconversão de alguns grupos sociais e do correlativo fracasso das estratégias de outros grupos sociais.

As estratégias de reprodução e de reconversão e as conquistas atingidas com as mesmas podem diferir dentro de uma mesma fração conforme o momento da trajetória em que se encontre cada agente. Por isso, também podemos encontrar disputas no interior de cada corporação para orientar suas práticas em função das diferentes estratégias de reconversão produzidas pelas diversas trajetórias dos agentes<sup>5</sup>.

Por último, gostaríamos de fazer uma pequena digressão a fim de assinalar que, em nossa pesquisa, deixamos de lado explicitamente o uso do conceito de Ideologia para designar a dimensão simbólica dos conflitos. Do nosso ponto de vista, a ideologia poderia ser considerada como um conjunto de representações das relações sociais produzidas por um grupo ou uma classe e realizadora de uma legitimidade explícita de suas práticas, gerando uma relação gratificante com as práticas necessárias para a reprodução social. Portanto, a ideologia vincula os sujeitos e tende a erguer suas práticas sociais em práticas legítimas perante os outros grupos ou classes. As ideologias se enfrentam então na luta contínua pela legitimidade, como uma relação consciente com as práticas dos coletivos –elementos que não

---

<sup>5</sup> Neste processo de reconversão e de adequação às novas circunstâncias, podemos encontrar diferentes estratégias de reprodução social centradas na família que se tornam mais visíveis entre as elites dirigentes. como, por exemplo, a fusão de capitais através de casamentos, aquisição de capital cultural mediante o investimento em educação, mudança de tipo de capital econômico, assunção de cargos políticos, etc.

têm por que estar presentes quando nos referimos à “visão do mundo”, pois a mesma envolve também atos não-conscientes-. (Ansart, 1992; Ortiz, 1985).

Além dos elementos já assinalados na seção dedicada aos autores clássicos, cabe notar que isso decorre também do fato de que o uso habitual que se faz da referida expressão é demasiado difuso, sendo hoje muito utilizada para designar um “sistema de idéias sobre o mundo”, conceito muito afastado do conteúdo que nós pretendemos atribuir à dimensão simbólica dos conflitos sociais. Como também foi apontado, fazemos referência a práticas sociais vividas, habituais, dimensões inconscientes da experiência social derivadas das posições sociais que se traduzem através do habitus em sistemas de classificação e divisões sociais<sup>6</sup>. Isto confere ao conceito um conteúdo dinâmico que o localiza num terreno no que não existem conquistas definitivas, mas, no que, pelo contrário, a imposição de uma “visão do mundo” deve ser continuamente renovada, recriada, definida e alterada, ao se encontrar em permanente concorrência com as outras. Destarte, incorporamos a idéia de conflito e de luta permanente entre as formas possíveis de representação do mundo. Nesse sentido, trata-se de um conceito completamente relacional. Também preferimos falar em “visão do mundo” porque essa expressão apresenta vantagens para sua operacionalização visto que é empiricamente mais delimitada, podendo aludir com maior clareza às visões que os diferentes agentes corporativos têm do agro, de seu papel dentro da sociedade e a economia, de seu futuro, de seus problemas e potencialidades.

## **2.2. Organizações Corporativas, Estado e Poder Simbólico no Campo Social Agrário**

Para estudar as ações coletivas no nível simbólico das organizações da burguesia agrária e seus conflitos no espaço social agrário, é pertinente adotar, em primeiro lugar, a idéia de Flisfisch (1991) de que toda ação conflituosa entre atores sociais é pelo menos triangular, sendo ocupado, necessariamente, um dos respectivos vértices, pelo Estado. Esta afirmação, que pode ser questionada em determinados contextos, ajusta-se muito bem ao caso

---

<sup>6</sup> Nesse sentido, nosso trabalho poderia ser considerado como um estudo particular para o espaço agrário de uma articulação hegemônica mais ampla em virtude da qual, no sentido gramsciano, um grupo de frações estabelece uma liderança moral, política e intelectual na vida social, difundindo sua própria “visão do mundo” por todo o tecido social (Gramsci, 1958). Isto se torna possível ao incorporar as contribuições de Bourdieu para repensar e elaborar o conceito de hegemonia sob a perspectiva das práticas simbólicas em função da lógica dos diversos campos do espaço social, abandonando a idéia de totalidade social (Eagleton, 1997).

dos agentes sociais agrários (Moyano, 1993) e, principalmente, às especificidades do Uruguai, com sua marcada matriz endocêntrica (Lanzaro, 1992; de Sierra, 1994b).

Cabe assinalar aqui que, no setor agrário, essa mediação permanente do Estado se cristaliza em numerosos espaços corporativos. Esse não é um fenômeno particular do Uruguai, reconhecendo vários autores, pelo contrário, essa especificidade na maioria dos países ocidentais (Duverger, 1981; Schmitt, 1986; Moyano, 1989). Atualmente, em nosso país, essas tendências corporativas, com diferentes modalidades, continuam sendo importantes, ao existir quase uma centena de espaços desse tipo, em que as organizações corporativas da burguesia agrária negocia as políticas específicas para cada sub-setor (Carne, Lã, Arroz, Produtos Lácteos, Grãos, etc.). Nesses espaços, o capital simbólico acumulado das organizações constitui uma arma central para obter o apoio do Estado e impor seus interesses ao resto dos agentes que participam dessas mesmas negociações<sup>7</sup>.

Por conseguinte, o estudo da reestruturação das relações de poder e dos conflitos sociais no agro tem um cenário decisivo nas relações de negociação e nos conflitos que se estabelecem entre as organizações corporativas e o Estado. A magnitude das estratégias simbólicas desenvolvidas pelos agentes em face dos sucessivos governos e seus agentes políticos no Estado para incidir de forma determinante no processo de formação das políticas públicas constitui em si mesma uma evidência eloqüente da importância deste fenômeno para o estudo das relações de poder na sociedade uruguaia.

Para analisar esse tipo de relações, o enfoque utilizado mais frequentemente é o neocorporativismo. Esta corrente tem contribuído para o melhor estudo e compreensão das relações de poder e das mediações existentes entre o poder econômico e o poder político (Pérez Yruela, Giner, 1989). No entanto, a dimensão simbólica dessas relações ficou totalmente excluída das análises realizadas desse ponto de vista. Para poder incorporar, sob um olhar sociológico, essas contribuições, fazendo uso de alguns de seus termos, achamos

---

<sup>7</sup> A peculiaridade destes espaços no país é que os mesmos não estão direcionados a regular as relações capital/trabalho, mas a regular as relações inter-capitalistas entre a burguesia agrária e as outras frações do capital, excluindo-se os trabalhadores agrários. Isso permite caracterizar os dois níveis como espaços corporativos excludentes (Vide Lanzaro, 1992).

conveniente realizar uma breve aproximação crítica de seus principais conceitos, mostrando também suas limitações para nossa perspectiva de análise na presente pesquisa<sup>8</sup>.

O neocorporativismo pode ser visto como uma estrutura política real, específica e parcial, que implica o vínculo entre o Estado e os grupos funcionais institucionalizados, a interação entre os próprios grupos e os elementos de controle do Estado sobre eles. Sob esta perspectiva, não se pressupõe o equilíbrio de poderes ou influências entre as classes e os grupos sociais, nem a neutralidade do Estado em relação aos mesmos. As referidas relações estão sujeitas às contradições do capitalismo da mesma forma que o Estado e suas formas políticas e, portanto, elas refletirão, mediarão ou alterarão parcialmente as referidas contradições (Panitch, 1981). Desde um enfoque um pouco similar, Offe (1991) enfatiza que o sistema de representação de interesses, suas modalidades e legitimação são sobretudo uma questão de desenho político, constituindo uma variável mais dependente do que independente das decisões do Estado e das políticas públicas. Schmitter (1984), por sua vez, relativiza esta afirmação tão determinista de Offe, apontando que também deve ser levado em conta que essa relação é um intercâmbio político entre organizações privadas e estatais, não respondendo apenas a um ato deliberado do Estado para controlar os interesses dos grupos e das classes sociais.

É importante salientar que todos esses enfoques consideram que os espaços corporativos, as organizações que os ocupam e suas relações com o Estado, constituem um conjunto de estruturas de intermediação de interesses produzidas e reproduzidas nas lutas historicamente datadas num espaço temporal determinante das atuais relações entre o Estado e os agentes corporativos e os grupos sociais (Solé, 1984). Por conseguinte, para analisar as mesmas devemos necessariamente realizar uma aproximação histórica que nos informe adequadamente sobre sua construção específica em cada sociedade.

A despeito das contribuições resenhadas, este enfoque apresenta dois grandes problemas em suas concepções globais que relativizam o alcance de sua aplicação em nossa pesquisa. Um primeiro déficit provém de sua marcada ênfase institucionalista. A mesma faz

---

<sup>8</sup> Não pretendemos aqui analisar as diferentes lógicas internas das organizações corporativas nem diferenciar as organizações de acordo com sua representatividade, seu grau de intermediação de interesses ou seu alcance. O que nos interessa analisar é o modo em que estas organizações, enquanto portadoras de um determinado tipo de "visão de mundo", participam nas lutas simbólicas do campo político e, particularmente, no sub-campo das políticas agrárias.



com que se ponha de lado a idéia de processos de construção social da realidade postulada no presente projeto como eixo articulador de nosso problema de pesquisa. Do nosso ponto de vista, o referido enfoque não salienta o suficiente o papel desempenhado pelas organizações na construção da legitimidade das políticas, desconhecendo, assim, a importância dos trabalhos simbólicos realizados pelas mesmas. Quando fazem alguma menção à referida legitimação, apresentam-na como passiva, sem dar conta, por isso, do fato de que os agentes não apenas atuam em defesa de sua corporação num sentido restrito, mas que sua ação e suas práticas vão além, ao procurar sempre impor, de forma consciente ou inconsciente, sua “visão do mundo” ao resto dos agentes como a única visão legítima. Esse processo não pode ser captado sob uma perspectiva objetivista porque não se trata de relações de força, de relações de poder objetivo, que derivam exclusivamente da posição ocupada pelos agentes na estrutura. Pelo contrário, trata-se de lutas e conflitos no nível simbólico e discursivo que produzem relações de sentido e configurações do mundo social. Com isso, como já foi assinalado, não é subestimado o poder objetivo das frações com capital econômico perante o Estado, mas tenta-se resgatar a influência desses conflitos, não reduzindo-os a uma relação mecânica com suas posições sociais ou com os recursos estruturais que os agentes possuem no espaço social. Nesse sentido, devemos privilegiar a dimensão simbólica da realidade, na qual, não existindo um espaço único de luta e poder, deparamo-nos com um tecido de relações de poder em que as lutas são permanentes. Mas é preciso advertir que essas lutas, muitas vezes, são imperceptíveis para um observador desatento, pois o que está em disputa, o “enjeu” das mesmas, são as próprias formas de perceber e de classificar a realidade social.

O segundo problema desses enfoques reside no marcado realce conferido à unidade do Estado, como se o mesmo contasse com uma ação centralizada e interesses bem definidos. Uma das críticas mais certeiras sobre esse ponto é a realizada por Mann, quem, ao estudar as bases sociais do poder, enfatiza a falta de ação unificada e coerente do Estado. Em primeiro lugar, o autor afirma que o Estado não é um ator com racionalidade única e que não tem uma unidade de funcionamento como a concepção de Estado de tipo weberiana ou leninista. Segundo, com respeito à conceitualização dos espaços corporativos, o autor parte de pressupostos muito diferentes. Seu ponto de partida é que tanto o Estado quanto as Classes são duas fontes de poder diferenciáveis. Por isso, as classes, à medida em que o Estado foi se fortalecendo, foram “colonizando-o”. Os espaços corporativos seriam então, sob a perspectiva de Mann, as diversas modalidades possíveis de colonização das classes sobre o Estado. Essa usurpação do poder do Estado pelas classes aumenta ainda mais o parcelamento das decisões

e práticas estatais, levando a seu próprio âmago os conflitos das classes e frações e transformando-os numa organização política muito complexa e difícil de prever. Isso é o que, afinal de contas, confere fundamento a sua teoria do *Embrolo* para explicar o funcionamento do Estado (Mann, 1998).

Por essas razões, para captar em toda sua magnitude e eficácia as práticas dos agentes corporativos, devemos incluir em nossa análise a idéia de “colonização” e suas ações no nível simbólico, objetivadas principalmente em suas estratégias discursivas. Destarte, atingir-se-á uma aproximação objetiva do papel que as mesmas desempenham nas estratégias de reprodução das frações e grupos sociais agrários e da incidência real que elas têm na construção dos processos gerais apontados. Para alcançar esses objetivos, é conveniente abandonar a observação das bases materiais dos processos produtivos que levam ao desenvolvimento do capitalismo no agro e trasladá-la ao sistema de representações simbólicas da sociedade e às lutas levadas a cabo para impor uma “visão do mundo” como legítima em função de uma determinada relação de poder. Essa “visão do mundo” é necessariamente arbitrária, não possuindo nenhum significado universal que lhe outorgue força própria; contudo, ao legitimar-se<sup>9</sup>, apresenta-se justamente como universal, impondo ao resto dos agentes suas categorias de percepção do mundo social, determinando assim o que “existe”, o que é “óbvio”, o que constitui um “problema”, o que é “inevitável”, enfim, o que pode ser socialmente “transformado” e o que é “imutável”.

É nessas práticas simbólicas, e a fim de compreender a lógica conforme a qual ocorrem os conflitos, que devemos apresentar o conceito de poder simbólico. A perspectiva de Bourdieu acerca de como os agentes transformam capital (econômico ou de outro tipo) em capital simbólico e em poder simbólico resulta de grande utilidade para nossa análise empírica. Esse poder simbólico decorre da naturalização dos diversos capitais, que deixam de ser percebidos como resultado das relações de dominação para passar a ser aceitos como legítimos. Assim, o poder simbólico oculta outros poderes, sendo uma forma disfarçada e legítima de outras formas de poder. As lutas simbólicas entre classes, frações e grupos são as que visam impor a defesa do mundo mais ajustada a seus interesses. A luta política é uma luta simbólica por excelência, pois seu principal objetivo é transformar os interesses localizados de grupos e de frações em interesses gerais (Pinto, 1996; Bourdieu, 1989).

---

<sup>9</sup> Em geral, são entendidos como universais os valores ou categorias que parecem impor-se com força própria para além dos auxílios do poder ou da autoridade.

### 2.3. A Especificidade das Lutas Simbólicas no Campo Social Agrário

Nossa pesquisa procurará explorar a dimensão simbólica do Campo Social Agrário. Nesse sentido, visamos identificar quais são os elementos simbólicos em jogo nesse espaço social e mostrar as relações da fração Pecuária com os diferentes agentes envolvidos no referido campo. Na realidade, o conceito de campo social agrário é utilizado como uma ferramenta de trabalho para poder estudar todas as relações significativas que se estabelecem entre os agentes agrários e entre eles e o Estado. Esse Campo, como afirma Tavares dos Santos para o caso brasileiro, deve ser pensado como um campo de força e de conflitos em que é preciso localizar os agentes em seu lugar objetivo no espaço segundo as diferentes relações com as diversas formas de capitais, com a propriedade da terra, com as diferentes formas de uso da terra, levando em consideração também as trajetórias sociais dos diversos grupos. Para o caso específico do Uruguai, podemos levantar a hipótese, aliás, de que um dos principais “enjeu” no referido campo é o da determinação das políticas públicas agrárias, pois a intervenção estatal cristaliza posições, neutraliza estratégias de sublevação ou permite a mesma. A intervenção do Estado, mediante a legislação ou a justiça, objetiva o poder de cada agente e distribui o capital simbólico, capital imprescindível para as contínuas lutas simbólicas que, historicamente, têm conformado a forma privilegiada de dirimir os conflitos entre os agentes sociais no campo agrário no Uruguai.

Sob esta perspectiva de análise, não podemos mencionar apenas as estratégias de reprodução da fração pecuária. É preciso também fazer pelo menos alguma referência aos outros agentes do espaço social agrário, principalmente aos agricultores familiares, aos trabalhadores rurais e às frações industriais ou comerciais mais próximas do setor. Só a partir deste ponto de vista relacional poderemos entender e aprofundar a análise das estratégias de reprodução social da fração pecuária dominante. Portanto, ao falar na fração pecuária, devemos nos referir a suas relações e a seus conflitos com os outros agentes e corporações<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> É preciso esclarecer que, em nossa pesquisa, ainda que façamos referência aos outros setores, as mesmas serão apenas pontuais, pois nosso interesse reside nos agentes corporativos da fração pecuária da burguesia agrária.

As lutas simbólicas “existem” em decorrência da existência mesma dessas relações. Daí que o que está em jogo nas lutas simbólicas do campo social agrário é a imposição de uma das visões particulares do “mundo rural” como legítima “visão do mundo rural”. Quer dizer, os agentes procuram obter o poder simbólico para “poder fazer o mundo”, para poder impor e inculcar seus princípios de construção da realidade rural e “particularmente, para preservar ou transformar os princípios estabelecidos de união e separação, de associação ou dissociação, que operam no mundo social ... poder sobre as palavras usadas para descrever os grupos, as instituições e os problemas” (Bourdieu, 1994; 1995). Nos conflitos simbólicos que analisaremos no espaço agrário, como em qualquer outro espaço, “dizer é fazer”. A palavra é ação no sentido de que se prende a uma rede social de pertença, de aliança, de proximidades e de conflitos num sistema de sentido que remete para um sistema de posições objetivas em concorrência. Por conseguinte, o que está em jogo nessas lutas sociais, em que os agentes estão desigualmente equipados, é a verdade do “mundo rural” sobre a qual serão construídas as políticas agrárias.

Desse ponto de vista, as estratégias discursivas das corporações agrárias constituem práticas simbólicas que organizam relações sociais mediante configurações de sentido e que entram em colisão para impor suas “visões do mundo rural” como hegemônicas nesse campo do espaço social<sup>11</sup>. Por isso, a análise das referidas estratégias cumpre um papel relevante na pesquisa sociológica a fim de compreender as relações e conflitos de poder em cada campo e na sociedade.

As organizações corporativas estão sempre imersas nessa luta, pois disso depende a realização objetiva de seus interesses. Utilizando os termos de Merton, poderíamos afirmar que, além da função manifesta de uma organização –gremial, comercial, profissional-, existe sempre uma função latente que visa impor a “visão do mundo” do grupo que é representado. Isto pode ir inclusive contra a vontade manifesta dos representantes, visto que se exprimirá através das disposições instaladas em seus habitus e que remetem ao princípio de “não-consciência” desse tipo de fenômenos (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 1995).

---

<sup>11</sup> Não se trata aqui de assumir uma perspectiva que dissolva a distinção entre as práticas discursivas e as não-discursivas, levando a uma “inflação do discurso”, como assinala Anderson (1988) ao criticar os trabalhos de Laclau e Mouffe.

Assim, os discursos não devem ser vistos como meras “opiniões subjetivas” dos dirigentes, mas como “fatos objetivos”, pois representam o ponto de vista da posição social ocupada por esse grupo. Conseqüentemente, é possível afirmar que não existe nada mais objetivo do que a subjetividade, já que ela exprime a *interiorização* das condições materiais da existência. “As representações dos grupos de interesses não são meras perversidades e disfarces; são representações subjetivas de suas posições estruturais. Nesse sentido, suas representações devem ser consideradas objetivas.” (Bourdieu, 1993)

Destarte, no discurso das agremiações encontraremos cruamente exprimida a visão ostentada desde o lugar que se ocupa, visão exposta com a sinceridade inconsciente de quem não é capaz de reconhecer seu ponto de vista como apenas mais um, manifestando isso sem disfarces. Por isso, nas estratégias discursivas e simbólicas dos atores, poderemos encontrar claramente expresso seu poder, suas alianças, seus conflitos e suas estratégias.

Nesse sentido, o poder simbólico das diversas corporações se colocará de manifesto justamente na capacidade das mesmas de impor seu ponto de vista no processo de formação das políticas agrárias. Essa capacidade não é necessariamente equivalente a seu poder econômico, como tentaremos demonstrar com a presente pesquisa, mas atua como forma de fortalecer suas posições e ampliar num futuro seu próprio capital econômico.

Para poder reconstruir as estratégias desenvolvidas pelas organizações corporativas nesses conflitos simbólicos, devemos, como já foi apontado, prestar especial atenção às estratégias discursivas, sobretudo as que visam reconstruir retrospectivamente um passado ajustado às necessidades do presente ou a construir o futuro mediante uma predição criadora destinada a delimitar o sentido, sempre aberto, do presente. Essas lutas têm uma lógica específica que lhes confere uma autonomia real em relação às estruturas nas quais se assentam. Nelas, os agentes investem o capital simbólico adquirido em lutas anteriores e que pode inclusive ser juridicamente garantido pelo Estado, como acontece no caso das organizações pecuárias, que ocupam diferentes espaços corporativos.

Para analisar corretamente as estratégias atuais de reprodução social das organizações pecuárias, é preciso localizá-las no contexto de suas trajetórias históricas e da conformação do campo agrário no Uruguai, incluindo os conflitos de longo prazo registrados no mesmo. Por

isso, apresentamos nos seguintes capítulos, uma análise histórica do campo agrário e um estudo da morfologia desse espaço social no decorrer do século XX.

**Parte II- A conformação histórica do Campo Social Agrário no Uruguai e  
suas vinculações com o Campo de Poder**

### 3. A conformação histórica do Campo Social Agrário

#### 3.1. A Conformação Histórica do Campo de Poder e dos Conflitos Agrários no Uruguai

A fim de assinalar os traços mais significativos da sociedade uruguaia, na que se inscreve o campo de conflitos agrários alvo de nossa pesquisa, é preciso regredir no tempo até a implantação colonial que, tal como afirma Real de Azúa (1984), foi fraca e tardia. Última porção de território pertencente à coroa espanhola, que mereceu metódico cuidado devido à ameaça representada pela vizinhança com os domínios portugueses, sem massas indígenas aptas para sua redução à servidão e sem riquezas minerais nem condições climáticas propícias para a “Agricultura de Plantação” –e, por isso, não contando com a exploração das atividades mais lucrativas da época-, a Banda Oriental esteve marcada pelas normas mercantilistas em função da atividade de trânsito de sua cidade-porto, Montevidéu. A essas características, que conduziram à formação de uma estrutura social fraca e pouco espalhada pelo território, deve somar-se seu caráter fronteiriço que, como também ressalta Real de Azúa, *“significou uma região ampla de indefinição de jurisdições, de intensa mobilidade horizontal, geralmente clandestina ou semiclandestina, facilitada pelo difuso, instável e amiúde contraditório estatuto jurídico da propriedade”* (1984: 7). Isto, favorecido, aliás, pelas características geográficas e físicas da região, levou a que este território se tornasse uma região de “razzias” e correrias. Desde as margens do leste, desde o litoral ou desde o norte irromperam repetidas vezes os portugueses e tribos indígenas, *faeneros* e biscateiros, piratas e corsários de variadas origens européias.

Esses fatores, junto com o caráter tardio da distribuição mais ou menos formal da terra, explicam que o sistema de propriedade fundiária não fosse muito preciso e estável, em contraste com o que aconteceu em outras colônias espanholas, onde a referida propriedade foi delimitada desde cedo. A referida situação determinou, desde os primórdios da conformação da sociedade nacional, uma perda de força do poder econômico detido desde então pelo setor terratenente, que controlava a extração de couros, principal atividade econômica da região na época. A essa fonte de relativa fraqueza dos terratenentes devemos acrescentar a falta de contingentes humanos numerosos sob seu controle decorrente da já comentada falta de indígenas e da inexistência de população escrava nas regiões rurais. A forma de exploração



extrativa da economia do couro levou à consolidação de uma população rural – constituída, na sua maioria, por trabalhadores livres contratados sob formas assalariadas- escassa e dispersa, de instável assentamento e com uma cultura transumante que impedia o estabelecimento de controles efetivos para sua repressão. A conjunção de todos esses fatores colocará de manifesto desde cedo as limitantes afrontadas pela classe terratenente em suas pretensões hegemônicas.

Os elementos apontados configuram uma base fraca para a construção de uma sociedade rural estável e firmemente hierarquizada, o que ajuda a compreender o surgimento quase permanente de guerras civis e revoltas armadas que assolaram o campo até já avançado o século XX, constituindo uma das preocupações permanentes dos terratenentes.

De outro lado, o dinamismo da colônia esteve determinado, durante todo o período referido, pela expansão de sua cidade-porto. Com efeito, Montevideu era e continuaria sendo um elemento decisivo para a sociedade que, em seu entorno, ia adquirindo traços sócio-culturais específicos. Entre eles, o mais saliente foi seu permanente antagonismo com respeito a Buenos Aires, rivalidade essa que influenciaria a conduta de nossas classes dominantes residentes na cidade no processo de independência, no sentido de elas assumirem, a efeitos de melhorar sua posição perante a coroa, nos inícios do referido processo no Rio da Prata, uma conduta muito mais conivente com a dominação espanhola. Em decorrência dessa postura, Montevideu se tornou, durante o processo de independência colonial, uma base naval essencial da Espanha, permanecendo até 1814 em mãos das forças leais a sua autoridade. A revolução, como também todo o processo posterior de dissolução do vínculo imperial, efetivou-se sem o apoio da cidade e ainda contra a mesma (Real de Azúa, 1985: 23-24). Esse posicionamento dará lugar a intermináveis polêmicas entre as forças sociais da nascente República, nas quais a classe rural dominante procurará atribuir-se os direitos de paternidade da nação, reivindicando para si a investidura de legítimos defensores dos interesses gerais da pátria. Isto, junto com a já referida relativa fraqueza rural e, portanto, de seu setor dominante, marcará a matriz de estruturação no campo dos conflitos agrários, servindo como ponto de referência para compreender os conflitos objeto de nossa pesquisa.

Com a independência, em 1825, e após um longo processo libertador, inaugurar-se-ia um período conflituoso na região que levaria ao confronto dos grupos que tinham liderado a luta pela independência, desaguando numa prolongada guerra civil que terá implicações

regionais e finalizará só em 1852. Nesse momento, a base econômica do país ainda estava mormente constituída pela pecuária e pelo comércio portuário. Por motivos óbvios, a guerra tinha afetado fortemente os criadores de gado. Com efeito, a propriedade da terra continuava sem ser delimitada e, com a instabilidade derivada da guerra, a posse dos gados era impossível de controlar. Assim, os criadores de gado tinham tido sua renda muito reduzida e nada fazia supor que essa situação fosse mudar rapidamente com o final da guerra e a instalação de um governo constitucionalista. Por isso, um grupo de criadores de gado “esclarecidos” começa a deixar cada vez mais clara sua inconformidade com a situação e a afrontar o governo e os ainda mais fracos partidos políticos “tradicionais”, de criação relativamente recente. Suas principais exigências seriam a rápida pacificação na campanha e o estabelecimento de um sistema de controle que assentasse as bases para uma ordem estável no meio rural, permitindo a consolidação da propriedade privada da terra.

Na década de 1860, a queda no mercado do Charque e a nova demanda do mercado internacional -que determina a expansão da indústria têxtil na França e na Inglaterra-, somadas às dificuldades de abastecimento de algodão afrontadas pelos Estados Unidos por causa da guerra de Secessão, criam as condições para um significativo aumento da produção de ovinos em nosso país, que se quintuplica, passando de aproximadamente três milhões de cabeças em inícios da década para dezesseis milhões em finais dos anos 60. Essa introdução de ovinos, que não se realiza mediante substituição do gado bovino existente, mas de forma complementar ao mesmo, gera uma importante capitalização do meio rural e funda as bases do sistema de produção pecuária que vigorará até nossos dias. A incorporação em grande escalão do ovino acarretou também uma forte alteração no processo de trabalho rural, demandando a nova atividade uma maior força de trabalho, de caráter mais sedentário, para afrontar as novas tarefas de “pastoreio” que permitissem um aproveitamento racionalizado das pastagens a fim de atingir uma adequada combinação de ovinos e bovinos (Alonso, 1984).

Essas reclamações dos criadores de gado<sup>1</sup> coincidem com os inícios do primeiro processo de modernização, dando lugar à passagem da fazenda *cimarrona* –dedicada a uma

---

<sup>1</sup> Estas não são as primeiras reclamações dos terratenentes. Com efeito, desde cedo, em face do proferimento, por parte de Artigas, em 1815, da “Regulamentação Provisória para o Fomento da Campanha e Segurança de seus Fazendeiros”, na qual era priorizada a resolução do problema da instabilidade na entrega e na redistribuição de terra, um incipiente agrupamento de fazendeiros já objetava que a “prosperidade do campo não se alcançaria mediante a redistribuição de terras, mas pela perseguição dos vadios, ladrões de couro e índios e pela defesa dos proprietários perante as incursões dos portugueses”. Vide Alonso, José Maria, “El Agro Uruguayo. Pasado y Futuro” (O Agro Uruguai. Passado e Futuro). EBO, Montevideu. 1984.

atividade extrativa para a obtenção de couros vacuns- para a fazenda moderna, devotada à criação de gado, utilizando, além do couro, a carne e introduzindo também a criação de ovinos para a produção de lã.

O impulso desta modernização da fazenda *cimarrona*, como é assinalado por Germán Rama, consolida uma nova categoria de fazendeiros “ovelheiros”, proprietários de terras - destacando-se pela importante quantidade de terras fiscais confusamente apropriadas na época, no sul e no litoral oeste do país-, que “promoviam” especialmente uma produção de base capitalista que enfrentasse a desordem financeira e a fraqueza do Estado e, sobretudo, a “insegurança dos campos”, nome com que se fazia referência às endêmicas guerras civis e à presença do gaúcho ainda não transformado em peão rural. As concepções da elite pecuária modernizadora implicavam um projeto muito coerente de defesa de seus interesses, produzindo uma “visão do mundo” que, em curto prazo, conseguiria impor o desafio dos agentes da sociedade, visando, o mesmo, uma modernização da produção no intuito de incorporar-se ao mercado internacional de bens primários. Esse grupo defenderia a idéia de que, para atingir a inserção nesses novos mercados mundiais, a sociedade nacional deveria, entre outras coisas, organizar o controle monopólico da força em seu território por parte do Estado, delimitar e regular a propriedade privada, impulsionar a apropriação das terras públicas, criar uma moeda estável e organizar o Estado. Esse projeto obterá a rápida adesão da incipiente burguesia comercial ligada às atividades do Porto de Montevideú e de um grupo de intelectuais da época de feição positivista e racionalista (Rama, 1989).

Já os fazendeiros dedicados à tradicional economia extrativa, localizados principalmente na região norte do país, criavam gado de baixa qualidade para a produção de charque destinado a alimentar os escravos e pobres do Brasil, dando continuação a um amplo e secular comércio de fronteira. Esse grupo, perante a crise do charque, encontra certo refúgio na demanda inglesa de extratos de carne cozida e de couros rústicos. Isso lhes garante, tanto uma forma de reprodução de sua posição mediante o prolongamento de uma atividade tecnicamente rudimentar, quanto a manutenção de sua organização social assentada no caudilhismo, que consegue conservar, até finais do século, o uso da força como base de seu poder militar e político.

A existência dessas duas frações pecuárias, a ovelheira e a tradicional, cada uma com diferentes bases sociais de poder, levou a uma situação denominada por Angel Rama como

“diarquia”, na qual existiu, no norte do país, desde o fim da Guerra Grande até inícios do século vinte, um poder paralelo ao poder formal do Estado, reconhecido nos acordos de paz e exercido pelos caudilhos do Partido Branco. Esse partido representava os interesses dos criadores de gado tradicionais que contavam, aliás, com amplos vínculos com Rio Grande do Sul. De outro lado, o novo empresariado rural, que propunha organizar o Estado e acabar com a divisão do país, começava a conceber uma saída política de índole autoritária, à margem dos partidos, a fim de impor sua dominação no meio rural. Nessa disputa de forças, a Burguesia Comercial e Financeira, que tinha interesses próprios na modernização do Estado, começaria, aos poucos, a aproximar-se da fração modernizadora dos criadores de gado. Nessa luta de poder, que se dá no contexto de democracia Sensitária, as pequenas e difusas classes médias e de trabalhadores do comércio, compostas basicamente por imigrantes, como também os assalariados rurais prontamente cooptados pelo caudilhismo, não desempenharão nenhum papel relevante, exceto nas revoltas armadas, em que servirão de milícias em ambos os bandos. Essa situação de subordinação e de restrição de participação política efetiva das classes subalternas será mantida até já avançado o século XX, quando for atingido o sufrágio universal, embora no que respeita aos trabalhadores rurais, devido a causas que serão expostas mais adiante, a referida situação se estenda, assumindo outras formas, até nossos dias.

Destarte, chegamos a inícios da década de 70, em que a fração pecuária modernizadora, visando aproveitar as oportunidades do mercado internacional, tomará decididamente a iniciativa perante a instabilidade política imperante mediante a introdução do **cercamento**. O mesmo lhe permitirá proteger a propriedade das terras e dos animais e promover, com menores riscos, uma mestiçagem dos gados que permita o melhoramento da qualidade das carnes e lãs do país, de acordo com as exigências dos mercados na Inglaterra, país com o que o Uruguai se encontrava vinculado em caráter de “domínio honorário”.

### 3.1.1. A Hegemonia Pecuária

Em 3 de outubro de 1871 é fundada a Associação Rural do Uruguai (ARU), que tem como objetivo representar os interesses da fração modernizadora dos criadores de gado. Com sua fundação, considera-se encerrado um longo processo de gestação liderado por um destacado grupo de criadores de gado de muita significação na vida social e política da

incipiente nação, que, em consonância, conformou a primeira diretoria da referida instituição. Esse fato não passou despercebido pela crônica da imprensa da época, que qualificou a nova direção da instituição recém-criada como “uma assembléia diretiva composta por pessoas de alta influência social”. É possível afirmar que a formação da ARU deu lugar à formação da sociedade civil do Uruguai moderno, que servirá como matriz à pronta delimitação de seu campo de poder e dos conflitos agrários.

A nova associação se caracterizava, entre outras coisas, por procurar localizar-se por fora da política partidária e assumir a representação dos interesses dos criadores de gado perante os poderes públicos. Sua legitimidade e autoridade se fundavam no papel que a referida corporação se auto-atribuía na divulgação do progresso técnico. A segurança da campanha e o respeito à propriedade privada constituíam suas principais demandas. Sem elas, afirmava a nova agremiação, era impossível atingir o progresso técnico. Na memória de sua primeira reunião já era categoricamente afirmado que *“a segurança individual e a segurança na propriedade são inseparáveis: a guerra, Senhores, é a negação do direito de propriedade na campanha”*; e, em seu discurso, o primeiro presidente da associação, Domingo Ordoñana, apontava:

*“já é tempo de que os operários da paz e do trabalho entrem em contato a fim de que, conhecendo-se e estimando-se no que valem, exercitem o grande influxo que, indubitavelmente, terão nas altas esferas da sociedade para fazê-lo sentir beneficentemente em prol dos interesses gerais que eles representam, sem distinção de partidos nem nacionalidades”*. E acrescenta ainda: *“imitemos o que é praticado na Inglaterra e em outros países, em que as associações de nosso tipo se antecipam aos governos para estudar, para indicar o caminho das reformas, porque, Senhores, na promoção de interesses materiais não há governo que deixe de abraçar com efusividade qualquer projeto (...) que tenda a desenvolver a riqueza pública pelo seguro caminho do bem-estar individual”* (Astori, 1979: 265).

Destarte, a ARU propõe sobrepor-se à ação partidária, tornando-se um grupo de pressão para procurar a pacificação e realizar as reformas que, em seu juízo, o agro estava precisando. O desenvolvimento de múltiplas ações no âmbito político durante os quatro anos seguintes a sua fundação e a falta de medidas do governo para atender a suas reclamações, levou a um crescente afastamento com respeito aos partidos, que persistiam na divisão do país. Nessas circunstâncias, a ARU outorgou seu apoio entusiasta à ruptura constitucional e ao governo militar do Gral. Latorre, com o que se inaugura no país um período de 10 anos de governos militares. O governo de Latorre e os sucessivos governos militares apoiaram decisivamente o projeto modernizador dos criadores de gado para afrontar o problema agrário

do país. Por isso, afirma Alonso, “a base ideológica (da ARU) terá seu braço executor nos governos militares da época, principalmente no de Latorre (1876-1880), apoiando-se na posta em prática do novo elemento tecnológico desenvolvido nos países centrais: o cercamento” (Alonso, 1984: 21).

O cercamento dos campos constitui um processo que tendeu a consolidar a estrutura agrária persistente já altamente concentrada. Além disso, como o arame devia, necessariamente, ser pago conjuntamente com os proprietários dos campos vizinhos (regime forçado de pagamento compartilhado), o cercamento determinou a falência de inúmeros pequenos e medianos produtores que não puderam afrontar as despesas impostas por seus vizinhos, vendo-se então obrigados a venderem seus campos. Assim, o cercamento serviu para reafirmar o grande latifúndio e permitiu a definição da propriedade da terra e do gado ao introduzir novidades tecnológicas substantivas, sobretudo a referida à adoção massiva da mestiçagem do gado, que criou uma nova forma de efetivar a produção, dando lugar à aparição da fazenda moderna, a qual, com muitas poucas variantes, é a que conhecemos hoje. Mas, sem dúvida, a consequência de maior impacto social foi a forte expulsão de população dos campos. Estima-se que o processo de cercamento, realizado de forma acelerada se o compararmos com o relativo à Argentina, expulsou 40.000 habitantes do campo em apenas 5 anos (1877-1881). Isso deu origem a um contingente de população sem trabalho que, perambulando pelos campos e encurralado nos pequenos espaços de terras fiscais, fundará dispersos e pequenos centros povoados denominados “*rancheríos*” que, com o tempo, virarão os lugares de maior nível de pobreza e marginalidade do país.

Apesar da decidida repressão ministrada pelos governos militares, não se atingiu na época um controle efetivo sobre essa população errante como era demandado pelos criadores de gado. Isto se tornou uma das principais causas de instabilidade que alimentarão as revoltas armadas de finais do século XIX e as desventuras dos criadores de gado perante essas novas insurreições (Alonso, 1984; Barran e Nahum, 1986).

O último quartel do século, que abrange desde os governos militares até a primeira presidência de Batlle em 1903, constitui, como é reconhecido pela maioria dos historiadores, o momento de maior influência dos criadores de gado na história do país. A partir da fundação da ARU, a presença corporativa dos criadores de gado se tornou sistemática, indo muito além das questões estritamente corporativas, pois a referida associação foi consultada

permanentemente sobre todos os assuntos ligados à política agropecuária, como também sobre outras questões de interesse geral (Panizza, 1991: 25). O lugar privilegiado outorgado no cerne do sistema político e do campo de poder foi um elemento central na constituição do poder simbólico da organização. Com efeito, a partir desse momento, seu capital simbólico irá aumentando, nutrindo-se em diversas circunstâncias durante o século XX.

A influência destacada da ARU se objetiviza com a criação, por parte do Presidente da República pertencente ao Partido Colorado, Idearte Borda, em 1896, do Departamento de Pecuária e Agricultura (futuro Ministério). Esse novo órgão de governo é colocado sob a tutela formal da Associação Rural, sendo designado como presidente o ex-presidente da instituição e nomeados para a assembléia consultiva -composta, em total, por quatro membros- três de seus diretores em exercício. Destarte, como é observado por Barrán e Nahum (1986: 255), a Associação Rural, em finais do século, encontrava-se na cúspide do apogeu de sua influência sobre o Estado e sobre o grupo social que dizia representar. Nesse sentido, podemos afirmar, seguindo as considerações de Mann (1998), que a ARU conseguiu, desde sua fundação, abrir e colonizar espaços num Estado que se modernizava e expandia timidamente em suas funções.

No entanto, o inquestionável poder político e econômico dos criadores de gado e de suas organizações corporativas teve certas limitações que impediram sua manutenção enquanto força hegemônica para além daquele quartel de século. Como afirma Panizza, numa análise comparativa entre o setor agrário no Uruguai e na Argentina, o processo de modernização agrícola do Uruguai foi muito menos expansivo do que o desenvolvido na Argentina, onde as mudanças começaram mais cedo e foram mais radicais do que no caso uruguaio. Por exemplo, na Argentina, o processo de cercamento se efetivou de maneira mais lenta e com uma fronteira agrícola que permitiu atenuar e absorver lentamente seu impacto social. Pelo contrário, no Uruguai, esse processo se levou a cabo sem fronteira agrícola disponível e num lapso de tempo relativamente curto, o que fez com que suas conseqüências econômicas e sociais negativas fossem mais sentidas, acarretando uma vulnerabilidade política importante para o grupo social que impulsionou as referidas mudanças. De outro lado, a expansão agrícola uruguaia foi muito reduzida, sofrendo a resistência dos criadores de gado, atingindo, em seu momento ápice, 10% da superfície total. Em suma, se bem que, tanto no Uruguai quanto na Argentina, o latifúndio tenha dominado o meio rural, no segundo país, o setor foi, em seu conjunto, mais eficiente e dinâmico do que no Uruguai. Como tal foi capaz

de transformar as relações sociais de produção de forma mais consistente com uma racionalidade econômica e moderna e beneficiar-se das condições favoráveis do comércio internacional em inícios do século. Essas diferenças nos processos de desenvolvimento contribuíram para que os grandes produtores constituíssem uma força social e econômica mais próspera, coerente e com maior potencialidade hegemônica do que a correspondente a seus pares uruguaios (Panizza, 1991: 21).

No final do século, a modernização empreendida pela fração pecuária modernizadora fundadora da ARU começa a mostrar seus limites. Após ter estendido o cercamento, como também a mestiçagem e a reprodução combinada de ovinos e bovinos a quase todo o território, incorporando inclusive boa parte dos criadores de gado do norte mais resistentes a essas mudanças, o processo de crescimento da produção começa a desandar, transformando-se, conseqüentemente, as energias modernizadoras, em posições cada vez mais conservadoras na procura de consolidar sua situação de poder. Nessas circunstâncias, a economia do país afrontará os efeitos de uma crise financeira em finais dos anos noventa, que, junto com a instabilidade crescente no meio rural alimentada pelas amplas massas de excluídos pelo cercamento, configurarão um cenário que, devido às permanentes disputas de poder político, levará inevitavelmente ao país a uma nova guerra civil entre brancos e colorados (1896-1904). Essa situação redundará numa nova destruição das existências pecuárias, colocando em questão novamente o poder dos fazendeiros (Rama, 1989: 127).

### **3.1.2. O Reformismo Batllista**

A situação de guerra civil na que se encontrava o país colocou novamente no primeiro lugar da agenda dos criadores de gado o problema da pacificação na Campanha e da necessidade relativa à urgente proteção do Estado à propriedade privada da terra. Nesse sentido, quando José Batlle y Ordóñez assumiu seu primeiro mandato como presidente, apesar da elite pecuária não compartilhar suas idéias, a mesma se uniu rapidamente a seu governo no intuito de que ele estabelecesse o monopólio efetivo da força pelo Estado, como também a organização das finanças públicas a fim de poder consolidar definitivamente a posição econômica e social atingida por ela com a modernização do setor.



No entanto, a magnitude das transformações propostas pelo reformismo batllista era tamanha que essa aliança foi antes de caráter tácito e muito instável, passando por momentos de duros enfrentamentos ideológicos que marcarão até nossos dias o espaço das lutas simbólicas em torno do agrário. O período batllista se estendeu desde 1903 até 1933, aprofundando-se, durante o mesmo, uma concepção do Estado e da sociedade muito diferente e, sob certos ângulos, contraditória em relação à dos criadores de gado quanto ao papel que o setor devia desempenhar na modernização do país e, sobretudo, no referido às derivações que isso implicava com respeito ao uso social dos recursos naturais. Sem dúvida, é possível afirmar também que a marcha das reformas até seu momento mais alto e posterior declínio é indiretamente proporcional à força atingida pelos setores pecuários na sua luta contra o governo da época. Embora nesse enfrentamento os criadores de gado não estivessem sozinhos –pois se formou uma ampla aliança de frações e de grupos conservadores rurais e urbanos contra o projeto reformista–, foram eles os que mantiveram uma luta frontal, com grande exibição pública, colocando-se na vanguarda de boa parte desse processo de conflitos e negociações. Este período é de especial importância para os grupos sociais agrários enquanto se tratou de anos de definições ideológicas profundas e de confrontações de visões do mundo rural profundamente divergentes que contribuirão para definir os principais atributos “positivos” das corporações agrárias, os que, daí para a frente, serão disputados permanentemente entre os diferentes grupos com o objetivo de atingir a tão almejada legitimidade necessária para investir-se de autoridade dentro do campo de conflitos agrários, deixando de manifesto os elementos constitutivos das lutas simbólicas nos diferentes agentes corporativos do setor<sup>2</sup>.

Durante os períodos de tranqüilidade política e social, como é atestado por Barrán e Nahum, a classe alta rural encontrava a forma de exprimir-se através de sua agremiação clássica, a Associação Rural do Uruguai, a que mantinha íntimas conexões com as coletividades políticas e com o governo, como foi visto na seção anterior. Todavia, em tempos de tensão política, esse modelo de influência sobre o Poder Político resultava insuficiente. Quando os partidos lutavam pelo poder, afastando-se da máxima aspiração da classe alta rural

---

<sup>2</sup> O conceito de “luta” é utilizado para designar os enfrentamentos produzidos em torno dos bens e valores simbólicos para dar idéia da intensidade que essas disputas podem atingir na sociedade devido à importância ostentada por esses bens. Portanto, optamos, em consonância com Bourdieu, por não designar esses enfrentamentos como conflitos e sim como lutas, salientando a maior dureza e intransigência assumidas nas mesmas pelos oponentes e em virtude das quais, à diferença do que acontece nos conflitos, a possibilidade de negociação é mais remota, pois, no domínio do simbólico, o que predomina é a imposição e a existência de vencedores e vencidos.

–a paz interna-, a ARU adquiria certa parálise, mostrando sua fraqueza nessas circunstâncias e deixando transparecer a ação autônoma dos partidos, que preocupava demais certo grupo de criadores de gado (1986).

Após o final da guerra civil de 1904, tudo na relação entre governo e criadores de gado parecia voltar ao normal até que começaram a aparecer os primeiros indícios das concepções reformistas do primeiro Governo de Batlle, que intranqüilizavam os últimos. As medidas promovidas pelo novo governo pareciam querer empurrar os criadores de gado para “fora de seus trilhos habituais (o sistema pastoril) e, inclusive, questionar seu direito à propriedade da terra” (Barrán e Nahum, 1986: 253). Em face dessas circunstâncias, certo grupo de criadores de gado achou que era tempo de que o setor se fizesse ouvir pelo Estado como toda a força que merecia em função de seu peso na economia do país. Em 1905, um destacado ex-dirigente da ARU afirmava, no congresso da associação desse mesmo ano:

*“A união não é necessária apenas para que os humildes se façam ouvir e reiviniquem seus direitos prejudicados ou não contemplados o suficiente; também as classes superiores devem, necessariamente, unir seus esforços com a elevação das idéias que sua própria ilustração lhes impõe, para que sua voz seja ouvida e para que seus fundamentos, aspirações e desejos sejam levados em conta”* (Barrán e Nahum, 1986: 254).

Com estas colocações, visava-se a criação de um organismo gremial mais combativo do que a antiga e “benemérita” Associação Rural.

Esse grupo de criadores de gado apontava então a necessidade de mudar o modelo de ação corporativa desenvolvida até esse momento a fim de atingir uma maior influência sobre o poder político. Embora fosse reconhecido que, no último quartel do século, mediante o modelo de ação da ARU se tinha conseguido deter um amplo poder sobre o incipiente aparelho estatal e sobre seus sucessivos Governos, esse novo grupo de criadores de gado tinha a plena consciência de que essa modalidade de ação já não se mostrava eficaz para afrontar o novo tipo de batalhas que deviam ser travadas contra o Batllismo.

As características da proposta do reformismo batllista foram determinadas por sua capacidade de incorporar os novos setores sociais que emergiam de uma sociedade com um alto grau de urbanização. Apesar da pouca população existente no país, a cidade de Montevideu era, em inícios de século, a quinta maior cidade do continente, residindo nela mais da quarta parte da população do país. Isso instituiu as bases sociais e políticas do

reformismo que exprimia a cultura e os valores seculares da grande cidade. Nessa situação, os criadores de gado e os setores urbanos que controlavam o comércio e a banca não tiveram capacidade hegemônica para conduzir o sistema político nacional, à diferença do que se verificou no resto dos países do continente.

A prosperidade econômica que marcou o país na primeira década do século também contribuiu para esse contexto politicamente favorável para as idéias reformistas. Calcula-se que o produto interno bruto do país cresceu entre 1907 e 1911, chegando a uma taxa acumulativa anual de 5% enquanto o valor da terra aumentou 80% entre 1906 e 1910 e o preço da carne atingiu seu valor internacional máximo nos anos 1919 e 1920 (Panizza, 1991: 30; Vanega, 1980: 9). Assim, o Batllismo pôde desenvolver o projeto de modernização política inconcluso do militarismo do século anterior no sentido assinalado por Barrington Moore, ou seja, no concernente à imposição da paz e da ordem sobre o território nacional e à constituição de um forte Estado central. Esses processos, em contraste com o acontecido nos outros países da região, foram efetivados sem a participação direta da oligarquia, sendo, inclusive, como é apontado por Barrán e Nahum, o processo de abertura da ordem política, paradoxalmente dirigido desde o Estado e desde um partido historicamente identificado com a ordem estabelecida, sem que isso implicasse que o mesmo estivesse a serviço de um projeto político conservador. Como propõe Panizza, isso pode ser entendido em função da fraqueza política da burguesia industrial que, segundo Moore, é a classe social estratégica para o avanço da democracia capitalista. Destarte, o Estado no Uruguai se tornou um agente chave de um processo que, nos países europeus, esteve muito mais ligado aos referidos setores da sociedade.

Dessa forma, surgiu um reformismo que se afastou das posições do Partido Colorado relativas à “defesa da ordem estabelecida”, abrindo espaços para a organização democrática dos setores médios e populares. A principal estratégia política utilizada pelo batllismo nessa direção consistiu em impulsionar o voto masculino universal, o que, como afirma Giddens, constitui ação que produz uma separação objetiva entre o poder econômico e o poder político e que, no Uruguai, viria selar a pronta separação entre ambos. No entanto, não devemos deixar de notar que, ao mesmo tempo, esses espaços abertos à participação estavam claramente delimitados pela própria ação estatal. Isso constituiu a outra face da estratégia do reformismo, cujo programa, embora fosse um dos mais transformadores do status quo entre os projetos reformadores liberais latino-americanos, procurou permanentemente negociar e acordar a

abertura desses espaços com as classes conservadoras. Isto permitiu aos criadores de gado levar a cabo ações corporativas que foram progressivamente conformando uma contra-estratégia de guerra de posições (no sentido gramsciano) em prol da defesa de seus interesses corporativos, o que mostrou, em longo prazo, ser muito efetivo para frear a pujança do Batllismo (Panizza, 1991; Caetano, 1992). Essa contra-estratégia começou, como já foi sugerido no início da seção, modificando suas modalidades de influência e pressão sobre o poder político mediante a criação de uma nova organização gremial que pudesse dar conta das transformações sociais e políticas nas que suas ações deviam ser aplicadas a fim de reproduzir sua posição dominante.

Mas, para compreender melhor a ameaça a que estavam expostos os interesses dos criadores de gado, é importante ressaltar, não tanto os imediatamente vinculados à rentabilidade de suas empresas na conjuntura histórica, como a ameaça que a proposta reformista significava para sua reprodução como classe dominante no espaço social agrário e, portanto, para sua posição no campo de poder da sociedade. Esse tipo de ameaça se exprimia especialmente no nível simbólico da realidade, no qual são constituídas as legitimidades e a autoridade para exercer o poder detido. Pois bem, foi justamente nesse sentido que o reformismo tentou, por todos os meios, deslegitimar o domínio e o poder dos criadores de gado<sup>3</sup>. Para poder avançar nessa análise, devemos deter-nos nos fundamentos da proposta reformista para o agro, nas reações dos criadores de gado e em sua atuação corporativa e, depois, no comportamento do resto dos agentes do campo agrário.

### 3.1.3. A Proposta Batllista para o Agro

Como afirmam Frega, Marona e Trochón,

*“o questionamento do Uruguai pecuário e a elaboração de um modelo alternativo com marcada ênfase agrícola e industrial não foi patrimônio original do Batllismo emergente. Já nas duas últimas décadas do século passado, os governos colorados tinham desenvolvido atitudes críticas perante o caráter basicamente pecuário da produção uruguaia, assinalando a necessidade de elaborar desde o poder uma política de difusão agrícola e de promoção colonizadora que atenuasse a vulnerabilidade econômica do*

<sup>3</sup> Uma parte dessas batalhas simbólicas terá como cenário a imprensa escrita de distribuição periódica e a um preço muito baixo, que começa a se expandir como grande mídia, com a aparição do jornal “O Dia”, fundado e dirigido pelo próprio Batlle.

*país. Mas corresponderia ao batllismo, isto sim, o aprofundamento dessa política ao integrá-la a um projeto mais amplo de modernização do país”* (108).

O projeto de modernização social e política do Batllismo supunha um modelo de desenvolvimento econômico de feição urbano-industrial, em que a agricultura forneceria o abastecimento interno mediante a necessária diversificação da produção, eliminando assim a constante dependência em relação aos mercados estrangeiros, impulsionando e acompanhando, aliás, o processo de industrialização. Essas idéias estavam marcadamente influenciadas, como já foi referido, pelo extraordinário desenvolvimento agrícola registrado na pampa úmida argentina, que combinava produção agrícola e pecuária com grande sucesso econômico<sup>4</sup>.

Mas também, os objetivos da reforma se orientavam a resolver outros problemas de caráter mais político. Implicitamente, visava-se diminuir o poder dos criadores de gado, facilitando o assentamento no país das correntes migratórias que, nesses anos, devido à falta de terras disponíveis para a agricultura, após uma breve passagem pelo país, continuavam sua marcha rumo à Argentina. Além disso, a ampliação da base agrícola envolvia uma tentativa de pacificação da campanha e de afinamento da dispersa e rebelde população rural, ao reduzir as possibilidades de revoltas. Essas medidas procuravam contribuir decididamente para a criação de uma camada de medianos agricultores que servisse de contrapeso às posturas reacionárias das classes rurais perante as mudanças que se pretendia introduzir no meio rural e também no âmbito urbano, onde a oposição dos criadores de gado tanto em relação aos avanços em matéria de legislação trabalhista –lei de 8 horas, direito de greve e seguridade social- quanto no referido às medidas protecionistas à indústria, era cada dia mais forte.

A proposta central do batllismo visava realçar a função social da agricultura para compensar o desemprego, o êxodo rural gerado pela pecuária. Procurava-se permitir o assentamento da população e dos imigrantes para criar, desde o Estado, uma força social no meio rural de apoio político ao reformismo que enfraquecesse o poder do adversário em seu próprio meio.

---

<sup>4</sup> Na realidade, essa comparação realizada na época não resulta adequada, pois as possibilidades agrônômicas da região da pampa argentina são diferentes às do Uruguai. Vide Piñeiro e González, 1982.

Por isso, o problema da agricultura foi apresentado como mais do que um problema econômico, visto que, como apontou um deputado batllista,

*“trata-se de um problema social e de um problema político. A natureza pastoril ou agrária dos países se encontra em conexão direta com o progresso das instituições políticas. À era pastoril, nômade e inquieta, corresponde, na sucessão dos séculos, o ciclo revolucionário e a instabilidade das instituições políticas; à era agrária, permanente e duradoura, corresponde, no mesmo ciclo, a estabilidade das instituições nacionais”* (Barrán e Nahum, 1986: 256).

Esse tipo de fundamento em favor da agricultura era comum na época. Tentava-se equiparar o desenvolvimento da agricultura ao desenvolvimento do moderno, do estável e do civilizado, opondo-o simbolicamente ao atraso, à instabilidade e à barbárie da pecuária extensiva. Essa linha argumentativa procurará corroer a legitimação ostentada pelos criadores de gado e, assim, questionar seu poder econômico e social, mostrando a injusta distribuição da terra e a necessidade para o país de empreender uma reforma de sua estrutura agrária.

O fundamento do ataque à propriedade privada da terra, que, muitas vezes, ficava oculto ou implícito na defesa da agriculturização do país, assentava-se nas idéias gorgéas. O reformismo denunciava a injustiça do sistema de propriedade da terra com argumentos do seguinte tipo: *“A propriedade, na realidade, não deve ser de ninguém, ou, antes, deve ser de todos e da entidade que representa toda a sociedade”* (Barrán e Nahum, 1986: 264). Como é sabido, o pressuposto subjacente a essa afirmação é que a sociedade em sua totalidade e o Estado em particular contribuem para elevar o valor da terra com as melhoras diretas sobre o meio rural e com as indiretas mediante o aumento da produção e da riqueza do país, pois o preço da terra depende da prosperidade do país no que ela se encontra localizada. Por conseguinte, os gravames e impostos sobre a terra constituem uma forma de devolver à sociedade parte do que ela investiu em sua valorização. Daí surge uma filosofia tributária que não grava a produção e o trabalho, mas principalmente sobre a terra, sendo concebida como uma ferramenta de promoção que favorece a redistribuição da terra, ao facilitar o desenvolvimento da agricultura, e a redistribuição da renda através do uso dos impostos para efetivar a ação social do Estado.

Em linhas gerais, é possível afirmar que essa concepção do desenvolvimento agrário do país –para além do combate permanente e da oposição sistemática dos criadores de gado– foi mantida até os anos 70. Especificamente, a filosofia do sistema de impostos vigorará até já

avançada a década de 90, o que mostra a relevância desse período e das lutas simbólicas que tiveram lugar em torno da questão agrária e que, na nossa opinião, estruturaram o espaço simbólico ao construírem os símbolos e as referências dos cidadãos uruguaios sobre “o agro”, seus agentes e o papel que o mesmo deve desempenhar na sociedade. Com efeito, é em função de muitos desses símbolos que os agentes constroem até hoje suas estratégias discursivas a fim de obter ou de manter sua legitimação no campo agrário no intuito de impor seus interesses particulares como interesses universais.

Em síntese, durante esses anos, a intensidade e a amplidão dos conflitos, como também o próprio protagonismo dos setores rurais dominantes nos mesmos levaram a conformar o imaginário sobre “o rural”, abrigando duas visões do mundo rural em confronto que constituiriam o eixo das lutas simbólicas futuras nesse campo. Essas duas visões em pugna, que poderíamos denominar “extensivistas” e “intensivistas” assumirão diferentes faces durante o século em função dos variados interesses conjunturais, mas sempre inserindo-se no contexto de uma disputa de longa duração vinculada à reprodução dos grupos sociais agrários.

#### **3.1.4. A Resposta dos Criadores de Gado**

Os criadores de gado reagiram aos “ataques” do reformismo batllista de duas formas complementares: transformando sua ação gremial e conformando uma resposta de caráter simbólico para reafirmarem-se em sua legitimidade. Ambas estratégias podem ser separadas apenas analiticamente enquanto partes integrantes da prática de reprodução do grupo referido, tendo, de fato, um profundo conteúdo relacional, pois só podem ser entendidas em função das relações de conflito com os grupos reformistas.

##### **a) A construção simbólica do Uruguai pecuário**

Abordaremos a seguir as respostas ao reformismo que foram se delineando nas três primeiras décadas do século em dois níveis referidos à construção simbólica e à conformação

da “visão do mundo” com as que os criadores de gado se opuseram aos inimigos de seus interesses.<sup>5</sup>

Ainda que muitos desses postulados da ideologia pecuária já estivessem presentes no século anterior, foi durante este período que ela se consolidou, adquirindo uma maior coerência; existiu, de fato, um empenho especial em sua difusão pública como forma de polemizar com a visão do mundo que tentava impor o Reformismo. É justamente devido a essa última razão que os postulados dos criadores de gado só adquirem seu verdadeiro significado social se forem analisados sob uma perspectiva relacional.

As bases constitutivas da “visão do mundo” dos criadores de gado são pormenorizadamente analisadas por Barrán e Nahum em várias de suas obras, mas para nossos objetivos, resulta de muita utilidade a análise desenvolvida em “*Battle, los Estancieros y el Imperio Británico*” (Battle, os Fazendeiros e o Império Britânico), em que os autores apresentam a criação de um “Mito Pecuário”. Conforme eles, nesse período, a classe alta rural ampliou e definiu ainda mais sua ideologia. Com o apoio de ilustres intelectuais da época, como Carlos Reyles, a referida classe construiu um “mito” ruralista com heróis e vilões contrapostos para melhor ressaltar as virtudes dos primeiros. Para Reyles, tinha chegado o momento de que os “trabalhadores rurais” (fazendeiros) fizessem escutar sua voz

*“e de que deixassem de ser uma classe explorada para ser uma classe dirigente. Nenhuma outra classe do país tem tanto direito de impor seu ideal porque nenhuma tem se mostrado tão generosa e tão esforçada, nem tão valente como para combater as forças destrutoras da natureza e dos homens. Sua existência tem sido um heróico corpo a corpo com a fatalidade”. Já os vilões eram “as classes produtoras da capital, das vilas e dos povoados, que, diminuídos e aviltados pela superstição política, viviam de especulações modestas ou de sórdidas economias ou de torpes usuras...”* (Barrán e Nahum, 1986: 236)

Esta citação mostra diferentes dimensões da estratégia discursiva dos criadores de gado no intuito de impor seu ponto de vista sobre o funcionamento do mundo, suas divisões, o relacionamento entre os fatos e, sobretudo, sobre o mundo social. Em primeiro lugar, procurava-se investir na categoria de explorados, oposta à proposta pelo reformismo e pelos

---

<sup>5</sup> Essas concepções ideológicas, como será visto mais adiante, tão restritas, limitarão as possibilidades futuras dos criadores de gado de ampliarem suas alianças com outros setores conservadores urbanos com os quais concordavam em vários pontos contra o reformismo, sobretudo com respeito ao tratamento da questão operária. Essas coincidências poderiam ter sido mais exploradas pelos criadores de gado, mas seu discurso, sua visão do mundo elaborada conforme suas próprias produções simbólicas, não lhes permitiria ampliar facilmente suas alianças.



partidos de esquerda, pois os explorados não eram os operários, mas os fazendeiros e sua peonada, cabendo aos grupos parasitários das cidades e, num primeiro plano, aos políticos e aos especuladores o papel de exploradores.

A visão do mundo dos criadores de gado parte do fato real de que seu setor era o mais importante nas exportações do país, o que conferirá força a sua prédica e à representação da realidade que pretendiam impor. Embora a pecuária constituísse a base da riqueza nacional, os criadores de gado incluíam em sua defesa a defesa de seu próprio grupo social e do monopólio que exerciam sobre a terra. Como é assinalado por Barrán e Nahum, o reformismo insistia na equivalência pecuária=despovoamento=barbárie, opondo-a à série de equivalências agricultura=alta densidade de população=civilização. Isto era claramente percebido pelas elites pecuárias que já pregavam, em 1909, que o reformismo abordava os problemas econômicos mediante o uso de dogmas. “O fracionamento da propriedade é um progresso e a substituição da indústria pecuária pela agricultura outro progresso. Daí a santidade de uma verdadeira correria contra a grande propriedade e contra a pecuária”. Os criadores de gado contraporão a esta estratégia discursiva a idéia de que a pecuária era a atividade econômica básica do país e que, portanto, opor-se a ela e à ordem vigorante no setor era absurdo. Assim, a defesa da pecuária era a defesa do país e, como a pecuária era a principal fonte de riqueza do país, justificava-se também a defesa da propriedade privada sobre a terra monopolizada pelos grandes fazendeiros.

Defendendo dessa forma a atividade que tinha provado em reiteradas ocasiões sua viabilidade econômica no Uruguai, os fazendeiros se identificaram com a pecuária; enquanto isso, os reformistas faziam o mesmo com a agricultura, que tinha obtido resultados econômicos muito díspares e às vezes ruinosos. Em decorrência disso, enquanto os sucessos da pecuária recaíam sobre os criadores de gado, os fracassos da agricultura pesavam sobre os reformistas.

Mas a maior conquista dos fazendeiros consistiu em sua identificação com o “ser nacional” e com a tradição histórica do país, com a atividade pecuária e com a campanha. Segundo essa divisão, restava aos reformistas o papel de sustentadores do forâneo e do estrangeirador, representados pela agricultura. Essas identificações se assentam nas representações sociais e no papel efetivo desempenhado pelo campo e pela cidade no processo de independência, donde surgiu a idéia de que a revolução libertadora tinha sido realizada do

campo para a cidade. Em função dessas representações sociais, os criadores de gado se auto-identificaram com o campo e com a própria essência da construção da pátria e, por conseguinte, com o baluarte dos valores, da cultura e dos costumes nacionais. Destarte, os ataques à classe alta rural viraram crimes contra a pátria e absurdos econômicos, pois dessa classe dependia a viabilidade e a continuidade da nação. Com esses argumentos, os criadores de gado conseguem, como afirmam Barrán e Nahum (1986), passar do lugar de acusados para o de acusadores, invertendo os argumentos de seus adversários. A estratégia procura também impor outra divisão da sociedade, como é indicado pelo seguinte depoimento de um dirigente rural: “O mundo não se divide entre fortes e fracos, burguesia e proletariado, mas entre os que trabalham e os parasitas, entre os responsáveis e os utópicos e absurdos, entre os que defendem a nação e os que trazem idéias estrangeiradoras”. Com esses argumentos, visava-se também sair do banco de acusados, pois não se devia ter má consciência; as classes produtoras possuíam o papel essencial na nação, eram seu fundamento, constituindo, a riqueza que usufruíam, um prêmio a seus esforços. Dessa forma eram legitimadas suas aspirações e demandas em prol do melhoramento de sua situação. Isto leva ao convencimento de que suas posições sociais deviam ser intocáveis, visto que as mesmas se identificavam com a atividade econômica mais genuína e generosa do país.

Um elemento central a destacar no presente percurso pelas bases da ideologia pecuária está constituído por sua proposta de desenvolvimento econômico, que será um elemento recorrente nas lutas simbólicas desenvolvidas pelos fazendeiros em defesa do latifúndio e contra a agricultura e as idéias do gorgismo. Sua idéia predominante é a de uma economia com ritmos naturais, inspirada no *laissez faire* e o livre-câmbio, que não deve ser alterada pela vontade de ninguém e menos ainda pela do Estado. Destarte, as mudanças passam a ser vistas como dependendo de uma evolução natural dos processos econômicos à qual o país deve ater-se a fim de atingir o progresso da nação. Toda alteração dessa ordem existente é utópica e irresponsável, sendo a “única saída” defender a manutenção do *status quo*. Deste princípio aparentemente abstrato e universal se deriva a necessidade de manter a pecuária como destino nacional e preservar a propriedade privada. Assim, consegue-se sacralizar o existente e perpetuar os criadores de gado enquanto classe dominante.

Daí resulta um axioma central das posições pecuárias: o Estado devia respaldar todas suas demandas (créditos, estradas, comunicação, etc.) e não interferir no desenvolvimento da economia que abriga o progresso da pecuária. O país era pecuário devido a causas naturais

(solo e clima), não podendo ser agrícola. Por isso mesmo, a intervenção do Estado na economia era nefasta e só a evolução natural poderia curar os males que ela causava. Como um exemplo disto era colocado o caso do latifúndio em relação ao qual era afirmado que tenderia a desaparecer pelas leis da herança. Com esses argumentos, alegava-se também que os problemas de despovoamento rural e as más condições de vida na campanha não eram causados pelos fazendeiros, sendo, antes, produto de fatores políticos e não econômicos.

Da defesa do direito à propriedade privada da terra se derivava o princípio de que a renda pertencia exclusivamente ao proprietário e não à sociedade. Com isso, respondia-se às teorias reformistas georgianas que sustentavam o novo sistema tributário<sup>6</sup>. Portanto, a defesa da propriedade privada e da legítima apropriação por parte de seu proprietário de sua renda era a forma de opor-se e questionar os impostos “confiscatórios” impulsionados pelo setor mais radical do reformismo que pretendia promover a produção agrícola e a subdivisão da terra.

Quanto ao comércio exterior, os criadores de gado eram defensores do livre-câmbio por duas razões claras. Primeiro, interessava-lhes que os produtos importados, tanto de consumo quanto os insumos agropecuários, fossem baratos, visto que na época esses produtos eram, na sua maioria, de origem estrangeira. De outro lado, em sua qualidade de grandes exportadores, eles pretendiam que não lhes fosse imposto nenhum tipo de restrições nem gravames “excessivos” nas suas transações com o exterior. A conjunção dessas duas coisas lhes permitia captar o excedente produzido em suas terras sem maiores transferências para o resto da sociedade<sup>7</sup>.

Esses criadores pregavam então uma economia “natural” que levaria que cada região do mundo produzisse aquilo para o que fosse predisposta pela natureza e pela habilidade de seus habitantes; desses fatores se derivaria, de fato, uma “natural divisão internacional do trabalho” baseada nas vantagens comparativas de índole geográfica e demográfica entre países. O intervencionismo estatal destruía esse equilíbrio para todos os lados. A independência econômica era irreal e demagógica, podendo implicar um alto custo para as

---

<sup>6</sup> Esta teoria defendia que a valorização da terra decorria do trabalho da sociedade e que, devido a isso, a renda não devia ser aproveitada apenas pelo proprietário, devendo, uma parte da mesma, ser reinvestida na sociedade através dos impostos sobre a terra.

<sup>7</sup> Esta filosofia econômica e política se enfrentou duramente ao surgimento da indústria local sob a proteção do Estado. Como o processo era financiado com os recursos obtidos pelos impostos sobre as exportações pecuárias, à medida que as referidas proteções eram ampliadas, as taxas alfandegárias aumentavam.

verdadeiras forças produtivas do país. A única saída real era a pecuária. Assim, elaborava-se uma interpretação que ajustava perfeitamente os interesses particulares dos referidos criadores aos interesses gerais do país. Era preciso deixar que a evolução natural corrigisse ou eliminasse os males que pudessem existir sem nunca utilizar a ação do Estado porque ela perturbaria a harmonia, gerando males maiores do que os que se visava resolver<sup>8</sup>.

Destarte, o mito pecuário não só envolve a identificação da pecuária e dos criadores de gado com o autêntico da Nação, com a própria essência do ser nacional, como postula também a existência de uma ordem social estabelecida por um processo econômico natural que, para benefício do país, não deve ser alterado para atingir o progresso<sup>9</sup>.

Por último –mas não menos importante–, os criadores de gado neste período também procuraram uma interpretação sobre sua relação com as classes subalternas que fosse coerente com seus interesses e justificasse suas práticas. Em função da mesma foi sendo instituída uma representação social desses setores muito específicos. Em primeiro lugar, essa representação criou uma divisão dos referidos setores em duas grandes categorias: os peões, que colaboravam com eles, e o resto, que designavam como pobrerio rural. Quanto aos primeiros, sua prédica foi sempre no sentido de considerá-los como sócios do fazendeiro, desenvolvendo uma forma de relação paternalista com respeito aos mesmos, como é ilustrado pelos seguintes depoimentos de um dirigente da ARU:

*“Para os fazendeiros, a sociedade rural está constituída por uma só classe social, os trabalhadores todos sócios no negócio rural. Os ricos chegaram a ser ricos devido a seu próprio esforço ou pela legítima herança”. Segundo este dirigente, os peões rurais eram “tratados com humanidade, sendo-lhes inculcados valores, único caminho para a ascensão social”.*

Ou, como afirmava o jornal conservador da época, representativo do pensamento desses mesmos criadores,

*“é preciso estimular e despertar neles as nobres ambições, arrancando-os de sua categoria de instrumentos de trabalho, fazendo com que amem a vida tranqüila e de trabalho, praticando com eles uma autoridade severa, mas humana e razoável: resgatando-os, enfim, das desventuradas fatalidades que lhes aguardavam: o quartel ou o cárcere”.* (Barrán e Nahum, 1986: 247)

<sup>8</sup> Estas propostas são similares às atuais colocações neoconservadoras, com a diferença de que as últimas assentam sua argumentação em fundamentos matemáticos e monetaristas mais sofisticados.

<sup>9</sup> Estes argumentos constituem até hoje a substância conceitual da justificativa das reclamações e discursos das agremiações pecuárias.

O posicionamento da fração pecuária em relação às classes subalternas do agro irá variando durante o período supracitado, sendo, em alguns aspectos, ambíguo, como pode ser extraído da citação anterior. Desde sua fundação, a ARU tinha tido uma atitude de tipo humanista com respeito a esses setores, como uma extensão do relacionamento paternalista com seus peões. No entanto, o aumento da insegurança, o fracasso do cercamento para melhorar essa situação –que não apenas tendeu a piorá-la como aumentou a população transumante- e a crescente inculpação dos latifúndios pela situação farão com que essa posição seja modificada. Num primeiro momento, quando predominavam as idéias humanistas entre os dirigentes pecuários, foi promovida a idéia de solicitar ao Estado a realocação do pobrerio em terras fiscais para que o mesmo pudesse se dedicar às atividades da agricultura, solução, que, por sinal, não afetava seus interesses. Esta forma de remediar o problema será descartada definitivamente pelos criadores de gado em função das iniciativas reformistas de resgatar as terras fiscais, pois isto poderia virar um argumento em sua contra. Em face dessas circunstâncias, começará a ser elaborada uma interpretação do problema de índole moralista e conservadora que centrava a explicação da miséria e da ignorância do pobrerio rural a partir da natureza preguiçosa e viciosa do camponês, da degradação de seus costumes e de sua moral. Esta forma de ver o problema envolve uma resolução do mesmo baseada no aumento das medidas repressivas dirigidas a esse setor social e em sua construção simbólica enquanto classe perigosa.

O conjunto de argumentos exposto contribuiu a conformar uma sólida base ideológica das corporações pecuárias e uma muito integrada “visão do mundo” que conferirá uma forte coerência a sua estratégia discursiva, elemento de enorme valia nas lutas simbólicas e nas novas práticas corporativas desenvolvidas pela FRU para impor essa visão do mundo ao resto da sociedade, como também a re-legitimação de sua posição social, que, de fato, estava começando a ser questionada pelas estratégias discursivas do reformismo.

Desta forma, conforma-se no período uma estratégia discursiva de longa duração para impor simbolicamente uma representação do mundo rural que, em primeiro lugar, assimila a identidade nacional aos criadores de gado, explica cientificamente a evolução natural da economia e as determinantes agrônômicas, fazendo derivar disso a justificação para a não-intervenção do Estado em sua atividade. Já os problemas sociais decorrentes dessa forma de exploração são atribuídos às condutas individuais dos pobres.

Nessa busca por reproduzir e ampliar sua posição no campo de poder da sociedade, as elites pecuárias foram se apropriando de elementos simbólicos que lhes permitiam impor ao resto da sociedade certas interpretações dos problemas existentes. Por isso, é muito provável que na sociedade uruguaia atual, essa visão do mundo rural, baseada no mito de país pecuário, ainda esteja operando no imaginário político dos uruguaios. Faz parte da presente pesquisa constatar até que grau esse *mito* foi modificado para adaptar-se ao novo modelo de país no qual os criadores de gado já não enfrentam o reformismo, mas os setores populares e a esquerda política do país. As diferentes estratégias discursivas que analisaremos nesta pesquisa nos fornecerão elementos empíricos para avaliar essa hipótese.

### **b) A Mudança na Ação Coletiva: a criação da FRU**

No contexto desse desdobramento da estratégia simbólica analisada acima, a resposta no campo corporativo começa a ser concebida à luz dos primeiros embates do reformismo contra os interesses do setor pecuário. A Associação Rural, única representante do setor, mostrava-se, em inícios do período batllista, pouco combativa em face dos ataques do governo. Essa conduta da ARU pode ser explicada por dois tipos de razões que levaram a que a referida instituição mantivesse uma atitude relativamente passiva. A primeira delas é que, depois de 1886, seus diretores tinham conseguido dos governos de Latorre e Santos que o programa mínimo reclamado às autoridades fosse cumprido, tendo atingido também a difusão das mudanças técnicas necessárias para o melhoramento da produção da pecuária extensiva. Também, nos primeiros anos do reformismo, houve um acordo tácito de apoio ao governo com respeito a sua política de pacificação e manutenção da ordem na campanha em face das ameaças reiteradas de revoltas dos caudilhos do Partido Branco. Por isso, a pujança inicial da organização se tinha perdido, enfraquecendo sua capacidade de pressão ofensiva perante o Governo.

A segunda razão, ligada ao elemento anterior, é que a ARU tinha desenvolvido uma estreita relação com o aparelho estatal, ocupando lugares estratégicos para os interesses do setor que a referida instituição pretendia manter e ampliar. Entre esses lugares encontrava-se a área dos registros genealógicos da raça, um assunto de nodal importância para os criadores de gado cabaneiros, amplamente representados dentro da organização. Essas razões levaram a que a ARU se mostrasse pouco eficaz na defesa de todos os interesses pecuários e, sobretudo, a efeitos de combater a estratégia discursiva do governo que visava permanentemente atacar a

legitimidade de seus direitos de propriedade sobre a terra, como também contestar o uso que dela realizavam os fazendeiros. Para escudar-se e justificar sua ação pouco enérgica, a Associação arguiu que seu estatuto não lhe permitia “fazer política”, reivindicando, aliás, de maneira exaltada, as virtudes de sua neutralidade política. O argumento utilizado para manter-se à margem das polêmicas mais ásperas do país com o governo, muito criticado no começo, foi se transformando com o tempo num valor muito positivo para a organização, constituindo um atributo que aumentou sua legitimação no espaço corporativo agrário e no sistema político. Não pretendendo contradizer o exposto, também é verdade que para os observadores da época essa posição não era mais do que um estilo de argumentação, pois ninguém duvidava da capacidade de influência da ARU no poder político, não existindo nenhuma dúvida também de que esse poder de influência era usado em favor dos interesses dos criadores de gado. Na realidade, o que cabe concluir é que, certamente, a ARU participava ativamente na política desde o período de sua fundação, momento em que os criadores de gado detiveram maior poder político. Contudo, isso não ofuscou o fato –a destacar– de que sua alta legitimidade, construída num contexto autoritário, foi desenvolvida a partir de uma estratégia que não se caracterizava especialmente pela polêmica pública e pela ativa mobilização. Antes, sua ação foi de feição elitista, exercendo uma influência direta sobre os que decidiam as políticas, acompanhada por uma paulatina colonização dos espaços estatais vinculados ao setor. De qualquer maneira, para um grupo crescente de criadores de gado, essa modalidade de ação parecia não ser a mais adequada perante um governo tão afastado de seus interesses e ativo questionador dos valores que tinham contribuído para construir a legitimidade de sua posição dominante na sociedade. (Barrán e Nahum, 1986; Caetano, 1992)

No entanto, no primeiro lustro do século, embora existisse certo mal-estar entre os criadores de gado pela falta de resposta da ARU aos ataques reformistas, a necessidade de fortalecer a ação corporativa não era percebida com clareza porque não se calculava ainda com precisão até onde poderiam chegar os questionamentos reformistas e também porque ainda retumbavam o ruídos dos canhões da última guerra civil, colocando uma e outra vez como prioridade para os criadores de gado a recuperação da ordem da campanha. De qualquer forma, houve no período várias tentativas de construir uma nova associação de criadores de gado. A primeira delas foi a da Liga do Trabalho, em 1903, que não apenas visava formar uma agremiação pecuária contra os ataques do reformismo, mas pretendia também ser o eixo de uma aliança entre todos os setores conservadores contrários ao mesmo. Ainda que essa experiência tenha fracassado –entre outras coisas, pelo advento da guerra de 1904–, ela

conseguiu aglutinar por primeira vez os interesses dos setores mais poderosos da economia da época, isto é, o comércio, a banca e os frigoríficos. Essa iniciativa estabeleceu o primeiro precedente para a conformação do Conselho de Vigilância Econômica, criado em finais da década de 30 para combater o reformismo e alentar o golpe de Estado em 1933.

A essa experiência sucedeu, em 1905, a fundação da Associação de Criadores de Gado, que conta em seus antecedentes com um Congresso criado em plena guerra civil para assumir uma mediação entre os bandos que tinha sido solicitada à ARU, mas que essa instituição se recusara a realizar. Entre seus objetivos estava o *“fomento do progresso da pecuária nacional ... e, em geral, defender com empenho e por todos os meios, os interesses dos criadores de gado da república”*. Essa declaração mostra o estado de ânimo em que se encontravam os dirigentes do setor, que se viam ameaçados de tal forma como para propor a defesa de seus interesses **por todos os meios**. As declarações realizadas no ato fundacional também deixavam em evidência o mal-estar com respeito à ARU:

*“A Associação de Criadores de gado foi fundada porque muitos achavam que a ARU não defendia com suficiente vigor os interesses dos criadores de gado, quando alguns encontravam seus estatutos extremamente estreitos e permitindo a indefinida preservação das mesmas influências, com absoluta exclusão dos elementos de valia radicados na campanha.”* (Barrán e Nahum, 1983: 261 e 263).

Essas posições marcam com clareza a intenção de fundar uma instituição totalmente diferente da ARU e, em certo sentido, concorrente em relação a ela, ao colocar uma contradição entre os interesses dos criadores de gado que moravam em Montevideu e os que residiam no interior. Essa oposição concedeu muitos réditos políticos aos propulsores dessa nova associação.

Como é apontado por Barrán e Nahum, a referida organização surgiu em decorrência dos “defeitos” que eram atribuídos à ARU sobretudo no referido ao excessivo apego aos estatutos que lhe proibiam fazer política. Requeria-se então uma entidade menos acadêmica e mais militante, que se ocupasse menos dos problemas técnicos do agro e mais dos interesses imediatos. Mas as elites pecuárias intuía claramente que se a ARU cumprisse com essas aspirações, perderia o poder e a autoridade adquiridos justamente a partir dessa auréola de ação técnica baseada nos “desinteressados” assuntos da ciência. Os dirigentes mais



esclarecidos eram conscientes de que esse era um bem simbólico que a fração pecuária não podia perder e, por isso, a ARU se manteve inflexível nessa posição de neutralidade técnica.<sup>10</sup>

Porém, a nova perspectiva de ação gremial procurava uma ênfase muito diferente. Como foi assinalado por Irureta Goyena, um de seus mais destacados fundadores,

*“Esta indústria (sic. a pecuária), pelo posto que ocupa entre as outras indústrias nacionais e pela vitalidade e energia de que supostamente é dotada, tem mais ‘a temer do que a esperar do Estado’, sempre coagido por necessidades financeiras, mais ou menos exigentes ou imperiosas. Para conseguir o que quer que se possa ‘esperar’, para resistir o que se possa ‘resistir’, o que se possa ‘temer’, para qualquer dessas coisas, a Associação se impõe” (ATA FRU 1918).*

Com essas concepções de resistência com respeito a um Estado que só pode “tirar” da pecuária, a um Estado que é preciso temer por definição, pois sempre tenta subtrair alguma coisa da pecuária –que, essa sim, produz recursos genuínos- será construída toda uma nova concepção da ação gremial muito apropriada aos tempos vividos e aos desafios que deviam ser afrontados. Mas o surgimento definitivo de uma associação que pudesse desempenhar esse papel de forma efetiva deveria esperar alguns anos, visto que era necessária uma provocação ainda maior aos interesses dos criadores de gado para que eles reagissem e adotassem uma nova modalidade, deixando de lado a ARU, que tantos benefícios tinha trazido a seus interesses.<sup>11</sup>

Em suma, as duas tentativas de formar uma nova agremiação pecuária podem ser vistas como uma busca, uma acumulação, no intuito de encontrar uma forma de ação coletiva que pudesse afrontar eficazmente as ameaças do reformismo. Da mesma forma, é verdade também que cada uma dessas tentativas representa, em parte, uma expressão das clivagens sociais existentes entre os criadores de gado, mostrando sua relativa heterogeneidade, pois nem todos estavam igualmente representados pela ARU.

---

<sup>10</sup> Com o tempo irá se confirmando o acertado dessa escolha. Após a fundação da FRU, a ARU continuou ocupando, junto com ela, cargos de representação nos espaços corporativos, o que outorgou aos fazendeiros uma dupla representação em todas os âmbitos da vida política do país.

<sup>11</sup> Por isso, após as eleições da ARU de 1907, que deram como resultado uma nova diretoria conformada em sua maioria por dirigentes destacados da Associação de Criadores de Gado, considerou-se conveniente unificar ambas as instituições sob a égide da “benemérita” ARU, o que, de fato, levaria, com o decorrer do tempo, a que a ARU se fosse impondo sobre a estratégia de ação da última, conseguindo, aliás, reforçar sua imagem por alguns anos.

Esse processo culminou em 1915, com a criação definitiva da Federação Rural do Uruguai (FRI), fundada alguns anos antes, em 1908, mas que, após um muito bom começo, deixara de funcionar em decorrência da baixa participação das associações federadas do interior que a integravam. Entretanto, as novas ameaças, já comentadas, de aumento da contribuição imobiliária rural, o projeto pró-agrícola de Williman, o projeto de recuperação das terras fiscais e o “clamor” anti-latifundista dos artigos do jornal “O Dia” foram “*outros tantos degraus da escada de medo para os proprietários da terra e do gado*”. (Barrán e Nahum, 1986: 282)

Como documenta Rilla (1993), a discussão em torno da questão da Contribuição Imobiliária Rural para o exercício 1915-1916 do orçamento estatal foi uma grande instância de articulação de interesses, resultando um decisivo catalisador para a refundação definitiva da FRU. Para vários analistas, o surgimento desta entidade corporativa revolucionará em muitos aspectos as características do processo político. Caetano (1993) afirma que esse é o primeiro grupo de pressão de tipo moderno que aparece no país, levando inclusive a alterar a ação dos outros grupos de pressão empresariais tradicionais do país. Esse novo estilo de ação gremial deve ser visto também em relação com a universalidade do Voto masculino, que enfraqueceu e desafiou a pertinência das formas tradicionais de influência dos setores economicamente dominantes.

A FRU desenvolverá uma combatividade e uma força singulares, liderando, nos anos seguintes, uma autêntica cruzada anti-reformista da classe alta rural e exercendo também uma liderança indiscutida sobre o resto da classe conservadora (Caetano, 1992). O centro de sua estratégia consistia em levar a cabo uma aberta ação política em defesa de seus interesses a fim de transformar-se num ator político que pudesse reforçar os vínculos com os setores políticos conservadores, levando-os a uma luta mais radical contra os projetos reformistas. Isto foi claramente exprimido pelo presidente da FRU em ocasião de seu primeiro congresso em 1916:

*“Façamos política, senhores, que o país precisa e os partidos também (...) a Federação não constitui um partido político, mas um centro de ação política e econômica (...). Aspira a fazer política, mas sua ação não propende a dissolver os partidos; visa, antes, acendê-los”.*<sup>12</sup>

<sup>12</sup> A Federação Rural. “Su origen y desarrollo, Organización actual” (Sua origem e desenvolvimento, Organização atual), Montevideu, 1916. Citado por Caetano, 1992.

Nesse contexto, conseguiu-se, nas eleições de 1916 –e após um ampla participação da FRU e das forças anti-batllistas- instalar no governo uma coalizão conservadora que impôs um freio parcial às reformas numa instância denominada pelos historiadores o “alto” de Viera. Ele foi eleito presidente pela fração riverista do partido colorado, oposta a Batlle e que governará até 1919, ano em que voltará a triunfar o reformismo batllista.

A fim de poder compreender o desenvolvimento posterior dos acontecimentos ocorridos no interior do campo de poder e nos conflitos agrários no decorrer do século, devemos deter-nos um momento nas articulações que se formaram nesse período. Nessa época, surge dentro do partido colorado o riverismo como fração conservadora oposta às reformas de Batlle, fração que estabeleceu alianças políticas com os criadores de gado. De fato, muitos dos líderes da nova Federação Rural terão destacada militância nessa agrupação política<sup>13</sup>. De outro lado, também no partido nacional, inimigo político do reformismo que tinha abandonado seu afã revolucionário, certos setores começaram a identificar-se cada vez mais com as reclamações dos criadores de gado. A ação desenvolvida pela Federação Rural será, ora implícita ora explicitamente, conforme as circunstâncias, apoiada por estas duas importantes forças políticas dos partidos tradicionais. Isto acarretará que grupos e frações sociais comecem a desenvolver “nexos políticos reconhecíveis” que irão moldando a perda de autonomia do elenco político, marcando também uma aproximação entre a classe economicamente dominante e a classe dirigente. Se bem que isso não trouxesse a mesma marca oligárquica do resto dos países latino-americanos, os setores dominantes atingiram, como já foi comentado, uma pronta inserção no aparelho estatal, decisiva para a reprodução de seus interesses.

Assim –e como é assinalado por Poulantzas-, nesse período, o Estado Uruguaio começa a tornar-se um verdadeiro espaço de luta, onde as corporações, agentes representantes dos interesses economicamente poderosos, os partidos políticos e as organizações de setores subalternos entrarão em confronto a fim de determinar suas políticas nas múltiplas esferas da vida social e econômica do país. Nos fatos objeto de nossa análise, a participação dos criadores de gado nos espaços estatais através da ARU e, posteriormente, da FRU, serviu de

---

<sup>13</sup> Essa situação dará origem ao que pode ser denominado como um desdobramento de representações e que Caetano conceitua como a “peça mestra” do sistema de entrelaçamento entre partidos e corporações empresariais que se acentuará na década de 70, como é apontado por de Sierra. Isto determina também a influência ideológica dessas organizações sobre as posições partidárias, operando como um elemento homogeneizador de suas atitudes, opiniões e estratégias perante os assuntos referidos aos interesses das organizações.

reforço a suas ações para frear as reformas e reprimir as propostas legislativas não favoráveis para eles.

A vitória atingida em 1916 contribuiria para o fortalecimento da estratégia delineada pela FRU, outorgando-lhe um prestígio importante e dotando-a de uma autoridade e de um poder simbólico que irão se reforçar ao longo das décadas seguintes. Como afirma Caetano - que realizou uma análise pormenorizada desse fenômeno-, a cada vez mais reconhecida eficácia da estratégia político-gremial desenvolvida pela entidade ruralista reafirmou seu prestígio e a conseqüente liderança no seio das forças conservadoras.

*“A força de seus infalíveis pronunciamentos pré-eleitorais, a clara identificação político-partidária da maioria de seus dirigentes, a freqüência de seus contatos seletivos com as autoridades dos partidos perante determinados projetos legislativos, sua estratégia de confronto direto e radical com respeito ao reformismo (...) foram marcando os grandes lineamentos de mobilização política do resto dos grupos”* (Caetano, 1992: 139).

Destarte, a estratégia ruralista e suas formas de *lobby* foram se impondo ao conjunto dos grupos de pressão empresariais do país, o que representa, sem dúvida, um enorme capital simbólico que a FRU saberá utilizar no decorrer de sua trajetória em defesa dos interesses da classe alta rural.<sup>14</sup>

No entanto, os criadores de gado também souberam manter uma estratégia de dupla representação mediante a preservação da ARU à margem dessas mobilizações, dotando a mesma, nesse período, de um “purismo apolítico” e colocando-a como mera representante dos saberes técnicos e, portanto, “socialmente neutrais”. Essa imagem institucional lhe conferirá, no futuro, uma ampla vantagem sobre seus adversários nos conflitos por impor seu ponto de vista sobre os problemas rurais do país. O próprio presidente da FRU da época defendia a conveniência de manter a dupla representação, como surge com clareza da citação a seguir:

*“A ação de ambas as sociedades é reciprocamente complementar (...) Haverá certas iniciativas nas que nada se conseguirá sem o auxílio da Associação Rural do Uruguai, com sua organização burocrática e a autoridade técnica que merecidamente lhe conferem os poderes públicos. Entretanto, a Federação, de indole mais popular, terá influência mais eficaz para todo o que for mobilizar as forças conservadoras da opinião pública na*

---

<sup>14</sup> As formas de pressão descritas por Caetano são: a solicitação de audiências especiais no congresso ou na administração estatal, a promoção e elaboração de projetos de lei autônomos e a obtenção de sua aprovação, a interrupção e a subseqüente obtenção de revisão de projetos que contivessem medidas contrárias a seus interesses e a conquista de designações ministeriais ou de cargos nas empresas ou organismos estatais afins com suas aspirações.

*defesa de seus interesses que, são, em definitivo, os interesses nacionais”*  
(ATAS FRU 1918).

Esta citação exprime claramente, além de um apego ao mito pecuário, a fórmula realmente inédita utilizada pelos criadores de gado no intuito de manter duas organizações na defesa dos mesmos interesses e conseguir que o Estado as considerasse como diferentes, outorgando um lugar a cada uma delas, dando assim uma dupla representação dos interesses desse setor social em todas as instâncias corporativas do Estado. De fato, essas instâncias envolviam mais de quarenta representações nos diferentes âmbitos, que, junto com o Estado, intervinham e regulavam a vida social e econômica do setor.

Nenhum outro grupo social conseguiu ter essa dupla representação em todos os organismos estatais e para-estatais e, em decorrência disso, contar, nas instâncias de negociação e conflito, com dois votos, um por cada agremiação. Essa semelhança de interesses é inquestionável, pois, durante os 85 anos que ambas as instituições levam coexistindo nesses espaços, não foi registrada nenhuma polêmica pública relevante entre as duas nem uma votação confrontada.

### **3.2. Do Segundo Batllismo à Ruptura Democrática**

Em finais da década de 30, a aliança que tinha levado Terra ao poder começou rapidamente a desintegrar-se ao tornarem-se cada vez mais frequentes as desavenças e os enfrentamentos públicos entre industriais e criadores de gado que levaram a fortes tensões entre os grupos políticos que sustentavam o governo. Isso terminou por fraturar definitivamente o projeto terrista, mostrando a incapacidade dos setores conservadores para impor sua hegemonia.

Coincidindo com o desgaste político do Terrismo, nos primeiros anos da década de quarenta, começa a consolidar-se um ciclo de bonança econômica como resultado do aumento da demanda de nossos produtos pelos países centrais, que fundará as bases estruturais para o surgimento do projeto de industrialização acelerada com distribuição da renda que impulsionará o segundo batllismo.

Os governos subseqüentes à ditadura de Terra -ainda do partido colorado mas com uma orientação batllista mais marcada- ampliaram os níveis de participação cidadã, outorgando às mulheres o direito ao voto. Eles continuaram ampliando também a participação do Estado em diversas atividades da vida social e econômica do país, fomentando com algumas medidas a agricultura e mantendo uma taxa de câmbio que não prejudicava mormente os criadores de gado num contexto favorável para seus produtos nos mercados externos. Isso levou a que, na época, o país atingisse lugares de vanguarda no nível da legislação social na América Latina, mostrando, aliás, consideráveis melhoras nos níveis de vida da população.

A implementação paulatina de um modelo de crescimento com redistribuição da renda gerará uma transformação social e uma reestruturação das relações de poder na sociedade uruguaia. Sem dúvida, o auge industrializador constitui um novo questionamento à hegemonia econômica dos criadores de gado, configurando alterações importantes nas posições dos grupos sociais no campo de poder. Nesse contexto, também começou a vigorar um crescente protagonismo político das organizações de trabalhadores urbanos, que, com a instalação dos Conselhos de salários, em 1943, tornar-se-ão um agente poderoso nas lutas pela apropriação do excedente econômico. Em face dessa situação, a elite dirigente da Federação Rural e da Associação Rural do Uruguai começou a ver cada vez mais diminuídas suas posições de privilégio na orientação das políticas estatais.

### **3.2.1. O Neo-batllismo e o Modelo de Substituição de Importações**

Nesse cenário, em inícios de 1947, chegara à presidência do país Luis Batlle Berres, sobrinho de Batlle y Ordóñez. Ele implementará uma política amplamente favorável ao desenvolvimento industrial e à agricultura mediante medidas de fortalecimento e ampliação do mercado interno. Novamente, essas medidas e suas implicações políticas levarão ao governo a um conflito permanente com as organizações pecuárias, as que travarão uma luta sem tréguas com o projeto governamental, colocando-se, mais uma vez, na vanguarda das forças conservadoras a fim de combater essa segunda edição do modelo reformista.

O comportamento marcadamente díspar nesse período do setor industrial e do agropecuário, somado à forte recuperação e expansão da agricultura, levaram a uma maior intensidade no debate político em relação aos candentes temas da redistribuição da terra, da apropriação das terras fiscais e dos impostos às exportações, gerando os maiores conflitos entre o governo Batllista e as agremiações Pecuárias.

Os processos sociais e os conflitos ocorridos no mesmo período têm uma relevância particular para a compreensão da conformação atual do campo agrário e da magnitude das mudanças que terão lugar no campo de poder da sociedade uruguaia nas décadas seguintes. Deter-nos-emos especialmente em dois conflitos do período referidos ao campo agrário, tendo ambos amplas repercussões no nível simbólico no conjunto da sociedade. Eles são a criação do Instituto Nacional de Colonização, em 1949, e a desvalorização monetária, em 1958.

A ampla intervenção estatal efetivada nesses anos terá algumas limitações claras derivadas do instável equilíbrio das relações de força entre o Estado e o setor pecuário. Nada ilustra tão bem esta situação quanto a política de redistribuição da terra impulsionada pelo Batllismo. Quando o neobatllismo atingiu o governo, em 1947, seus líderes eram conscientes da necessidade de subdividir a terra, tanto por razões econômicas quanto políticas<sup>15</sup>. Essa vontade de modificar as estruturas agrárias tinha os mesmos fundamentos que trinta anos antes, mas contava com um setor de agricultores familiares e empresários pujantes que não existia nas primeiras décadas do século. O próprio Luis Batlle os assinalaria como uma de suas prioridades em seu discurso de posse da presidência da república, propondo, aliás, de acordo com esse objetivo, a criação, em 1948, do Instituto Nacional de Colonização, iniciativa que sofreu uma duríssima oposição por parte dos criadores de gado e da direita política.

O projeto do INC, que, desde o começo, foi um “cauteloso projeto de redistribuição de algumas terras” –ficando muito longe das aspirações dos setores mais radicais do batllismo-, devido às limitantes impostas no debate parlamentar pela pressão das agremiações pecuárias, nunca atingiu uma ação redistributiva de peso, chegando, em finais dos anos 60, a redistribuir apenas 154.000 hectares, o que representa 1% da terra agrícola do país. Nos anos seguintes,

---

<sup>15</sup> A subdivisão da terra também envolvia um aspecto político-partidário importante em algumas regiões do país, pois supunha uma ruptura dos laços de clientelismo e de caudilhismo rurais ancorados no poder dos donos da terra e dos notáveis locais filiados aos mesmos.

essa superfície não foi incrementada, caindo o INC numa espécie de “morte cerebral” (Panizza, 1991: 64).

Destarte, as agremiações pecuárias conseguiram frustrar a referida iniciativa, mostrando mais uma vez sua força em instâncias em que o Estado tentava introduzir no setor instituições que poderiam afetar seus interesses e seu poder. De fato, isso já tinha acontecido em ocasião da criação do Frigorífico Nacional. Em ambos os casos, os criadores de gado e os setores políticos conservadores conseguiram vetar os conteúdos mais reformistas, desvanecendo na prática as funções principais desses organismos, desapossando-os de instrumentos eficazes para cumprir suas metas. Isso repercutirá em mediano prazo numa ação muito pouco eficiente dessas instituições, o que servirá de pretexto aos próprios setores conservadores para deslegitimar os objetivos propostos com sua criação. No caso do INC, eles conseguiram reduzir ao mínimo as verbas para a compra de terras, o que faria fracassar, segundo seus promotores, o Instituto como veículo de reforma das estruturas agrárias em prol de uma modernização do setor que acompanhasse o crescimento urbano-industrial do país.

Contudo, a fundação do Instituto deve ser valorada porque, embora minguado em seu funcionamento, o mesmo não deixou de ser uma vitória simbólica importante das forças reformistas sobre os criadores de gado e sobre os setores conservadores que almejavam vetar sua criação. A aprovação de sua formação –para a que, com certeza, contribuiu o bom desempenho da agricultura nesse período– significou um reconhecimento público de que a estrutura agrária representava um problema no país e que, portanto, devia ser modificada. Isso constituiu um golpe simbólico duro sobre a legitimidade dos criadores de gado, como também uma grande advertência que pode inclusive dar conta da magnitude da reação da FRU contra o governo nos anos seguintes.

Dessa forma, o conflito entre os criadores de gado e o Estado irá adquirindo –sobretudo no segundo mandato de Luis Batlle (1955-58)– feições de guerra declarada. Perante a deterioração dos preços dos produtos agropecuários no mercado mundial, os criadores de gado começam a sentir uma redução sensível em sua renda, questionando, por isso, a redistribuição do excedente que o Estado os obrigava a realizar para financiar o desenvolvimento urbano-industrial.



Nessas circunstâncias, em finais do segundo período do neobatllismo, terá lugar o acontecimento central do período. Os criadores de gado tentarão exercer efetivamente, pela primeira vez na história, seu poder estrutural em forma aberta e concentrada, em setembro de 1957, realizando uma “greve de exportações”, exigindo a modificação do tipo de câmbio.

Esse enfrentamento não deve ser visto como um conflito circunstancial por interesses de caráter imediato visando a alteração do tipo de câmbio. Pelo contrário, o mesmo deve ser considerado um conflito que concentrará implicitamente as tensões históricas entre o modelo de país construído pelo batllismo e o modelo alternativo impulsionado pelos setores conservadores representados em primeiro lugar pelas Organizações Pecuárias. O Presidente da República era quem exprimiria com clareza esta situação, ao declarar, perante as reiteradas reclamações dos criadores de gado:

*“Esta luta não é uma luta nossa; é uma luta que teve início com Batlle. Dura luta que ele começou, não apenas contra os fazendeiros que se mobilizavam naquela oportunidade na mesma forma em que o fazem agora, mas que, ao sair a reclamar medidas para afirmar nossa indústria, Batlle teve que travar contra o imenso império inglês.” “Essa luta, do ano 1912, mantém-se até hoje com o mesmo vigor e a mesma dureza, continuando, até agora, com os mesmos inimigos de dentro e de fora.” (O DIA, 1947)*

Como é mostrado pela citação, o líder do reformismo era plenamente consciente da magnitude e da transcendência do enfrentamento e também no que concernia a seus adversários. O que se encontrava em jogo nessa luta não era apenas o preço da lã, mas o modelo de compromisso, de construção de consenso que caracterizou o desenvolvimento social promovido pelo modelo batllista durante as primeiras cinco décadas do século.

A medida de greve foi acatada pelos criadores de gado e causou uma interrupção econômica muito grave, sendo, por isso, um verdadeiro sucesso. O poder estrutural dos criadores de gado demonstrou ser muito alto. Imediatamente após o início da greve, a escassez de receitas se torna notória, pelo que o governo aceita desvalorizar a moeda de acordo com o demandado pelas organizações pecuárias. No ano seguinte, perante a nova safra de lã, os criadores de gado ameaçam com uma nova greve e o governo se antecipará a melhorar as condições de comercialização, temendo as conseqüências de uma nova medida desse tipo, mostrando sua fraqueza em face dos criadores de gado. (Panizza, 1988: 116)

Nessas circunstâncias, o governo ensaiou um discurso para o meio rural que distinguiu os interesses dos grandes criadores de gado dos do resto da população rural. Mas já era muito tarde para deter o avanço do movimento ruralista sobre as camadas médias e baixas rurais, que, baseando-se na prédica histórica das organizações pecuárias sobre “a família do campo”, conformaria o bloco político que derrotaria definitivamente o modelo batllista nas eleições de 1959.

Depois da derrota política perante os criadores de gado, diversos problemas sociais, políticos e econômicos levaram a que, em 1958, após quase uma década de crescimento e desenvolvimento, o modelo do segundo batllismo e seu modelo de substituição de importações se esgotassem. Como foi assinalado por Caetano e Rilla (1994: 202), a grande maioria dos indicadores recessivos começou a manifestar-se a partir de 1955, coincidindo com o segundo mandato de Luis Batlle (55-59), que esteve marcado a ferro e a fogo por essa conjuntura de crise radical. A agitação e o descontentamento se tornaram notórios rapidamente em todos os setores da sociedade uruguaia. Os criadores de gado investiam contra o governo com suas críticas (em particular contra a política de câmbio), adotando outras medidas drásticas que compreenderam desde a retenção de excedentes exportáveis de lã até o contrabando puro e simples (de carne para o Brasil) como forma de pressão desvalorizadora permanente sobre o tipo de câmbio. Os industriais começaram a distinguir-se das posições oficiais, endurecendo suas relações com os sindicatos. Estes últimos, por sua vez, potenciados em seu desenvolvimento pela década de impulso industrializador, resistiram de forma imediata às pressões de queda de salários e de níveis de emprego. As velhas estratégias concertadoras se viam transbordadas pelo descontentamento generalizado e pela redução na capacidade de arbitragem estatal de conflitos, que se multiplicavam em número e em gravidade.

Nessas circunstâncias, a “batalha final” entre o governo e as elites dirigentes das agremiações pecuárias terá um desfecho favorável para os criadores de gado, gerando uma virada significativa das políticas econômicas do país, instaurando o antecedente imediato à implementação do atual modelo de acumulação. Para explicar essa virada profunda nas estratégias das classes dominantes devemos deter-nos um momento na criação do Movimento Ruralista, que constituiu um dos pilares sobre os quais foi construída a aliança para derrotar o modelo batllista.

### 3.2.2. O efêmero auge Ruralista

Se bem que as organizações pecuárias demonstrassem que continuavam mantendo um poder histórico para vetar ações do governo, isso não era suficiente para derrotar definitivamente o modelo batllista. Para isso, era necessário, num contexto de aumento da participação cidadã -que fechava os caminhos para uma saída autoritária como a de 1933-, procurar as vias para atingir uma ampla convocação, com o alvo de vencer o governo nas urnas.

Conscientes desse desafio, as elites pecuárias utilizarão uma estratégia similar à impulsionada para afrontar as reformas do primeiro batllismo: criar uma nova agrupação vigorosa que propusesse com radicalismo a distinção campo-cidade e toda a cadeia de equivalências envolvida no mito pecuário a fim de poder articular novamente as forças conservadoras contra o projeto reformista. Como em 1915, quando é fundada a FRU, nesta oportunidade se formará o Movimento Ruralista.

Segundo Rama (1986), as transferências impostas ao setor pecuário em benefício do setor industrial e de consumo urbano, unidas à queda do preço da lã logo em seguida do fim da guerra da Coréia, incidem na já referida acentuação do conflito entre criadores de gado e governo. Mas, ao mesmo tempo, o esgotamento dos recursos fiscais para continuar a política de promoção agrícola afetará os pequenos e medianos produtores, como também os empresários cerealistas. Nessas circunstâncias, começará a gerar-se o movimento Ruralista, que conseguirá mobilizar essas massas de agricultores desconformes sob as velhas bandeiras das reclamações pecuárias.

As características do Movimento Ruralista reproduzirão, em grandes linhas, parte importante da estratégia que levou a FRU ao sucesso perante o primeiro Batllismo. Entre essas características se encontrava a de ser uma agrupação à parte com respeito às organizações de criadores de gado existentes -naquele momento, a ARU e a FRU-, reconhecendo sua continuidade reivindicatória mas, ao mesmo tempo, afastando-se do comportamento das referidas instituições, ao acusá-las de ter uma ação elitista e identificada com os setores pecuários mais poderosos. O Ruralismo assumirá, como o fizera a FRU nos

seus inícios, uma radicalização das reclamações, demonstrando uma capacidade de mobilização maior do que a das organizações existentes e, sobretudo, desenvolvendo abertamente uma ação política. Ainda que existam muitas especificidades que tornam o movimento Ruralista muito singular, essa equivalência da tática dos criadores de gado para afrontar o batllismo admite validade de forma plausível num olhar de longa duração.

O líder do novo movimento, Benito Nardone, soube utilizar de maneira extraordinariamente eficaz o potencial oferecido pela difusão massiva entre a população rural do rádio a transistores. Seu programa diário de comentários políticos, na que também eram divulgados os preços dos produtos do setor no mercado, era escutado em toda a campanha e, principalmente, na região sul do país, onde foi construída a maior base social do movimento. Conforme Nardone, as bases do movimento ruralista deviam ser procuradas nos *“esforços realizados por Carlos Reyles na Liga do Trabalho de Molles e na ação desenvolvida por Domingo Bordaberry na Federação Rural, no Comitê de Vigilância Econômica e no senado da Ditadura de Terra.”* (Panizza, 1988: 120)<sup>16</sup>

A liga Federal de Ação Ruralista –organização fundada por Nardone- estabeleceu uma clara mobilização de índole comunitária (assembléias abertas ou encontros massivos de produtores rurais médios e pequenos e de assalariados pobres), constituindo a primeira expressão política não enquadrada num partido. O discurso do Movimento Ruralista se nutria da definição de um adversário -o mundo urbano-, qualificado de parasitário, responsável pela pobreza rural e pela ausência de capitais para produzir, como também do estabelecimento de uma identidade rural que negava a existência de classes sociais (com exceção da distinção entre Galerudos (grandes proprietários residentes em Montevideu) e Botudos (produtores rurais residentes no campo), divisão com a qual se marcava uma distância em relação às elites dirigentes das agremiações pecuárias, residentes, na sua maioria, na capital). As classes ficavam subsumidas no conceito de trabalhadores, explicando-se que o instrumento de dominação sobre os mesmos era o Estatismo e suas políticas de intervenção econômica, colocando-se especial ênfase na crítica em relação à fixação administrativa do tipo de câmbio como a principal inimiga da liberdade de preços. As expressões ideológicas do Movimento incluíam também uma hierarquia da propriedade perante a tecnologia e a acumulação de

---

<sup>16</sup> O filho de Domingo Bordaberry, Juan María Bordaberry –que se unirá, desde sua juventude, ao movimento Ruralista, chegará à Presidência da República como candidato do partido colorado em 1971, dando, em junho de 1973, o golpe de Estado com que serão inaugurados 13 anos de ditadura militar.

capital e a rejeição a toda indústria que não fosse a de processamento de produtos agrários. Em conjunto, essas interpretações fisiocráticas e antimodernas constituem uma projeção do “mito pecuário”, continuando a linha ideológica iniciada com a criação da Federação Rural, como já foi visto anteriormente. No entanto, para muitos analistas, esse movimento teve uma carga de autoritarismo explícito que levou a alguns a qualificá-lo como fascista (Rama, 1986; Gonzáles, 1988; Jacob, 1982; Rilla, 1993).

Nas eleições de 1959, sob uma ampla mobilização política e em aliança com o setor Herrerista do Partido Nacional -inimigo acérrimo do modelo batllista e, naquele momento, o setor mais conservador do espectro político-, consegue-se derrotar por uma ampla margem o Partido de Governo e instalar o primeiro governo branco do século.

Apesar de suas origens publicamente reconhecidas, o Ruralismo foi, em seus inícios, uma força defensora dos interesses de todos os setores do campo, recebendo o forte apoio dos medianos e pequenos produtores. No entanto, num período curto de tempo e em consonância com sua origem ideológica, terminará representando os interesses dos grandes criadores de gado, como o fizeram a ARU e a FRU. Nesse sentido, Cose afirma que *“a experiência do Ruralismo mostra, de um lado, a existência de amplos setores sociais subalternos em condição de disponibilidade com uma rápida propensão para a mobilização sob certas condições de expressão de suas demandas”* (1991: 97). Também é possível afirmar que, após o triunfo eleitoral de 1958, a cúpula dirigente é cindida em suas bases, porque, entre outras coisas, apenas tinha a oferecer a melhora dos preços agropecuários por via das desvalorizações. Essas melhoras foram captadas principalmente pelos setores de alta acumulação, isto é, os exportadores, os armazenadores de lã e os grandes fazendeiros. Por isso, pode-se dizer que o Ruralismo passou de ser um movimento social a ser um grupo cupular que configurará mais uma fração de setores conservadores dentro do sistema de partidos tradicionais (Cose, 1991; Filgueiras, 1986).

Para Cose então, esse movimento constitui mais uma amostra dos diversos movimentos agraristas que, partindo da falsa oposição campo-cidade e apresentando um limitado horizonte reivindicativo determinado por sua visão segmentada do mundo, terminam diluindo suas forças, sendo cooptados, aliás, pelo sistema político.

### 3.2.3. As Origens do Modelo Neoliberal

Para o partido nacional, o triunfo nas eleições de 1958 constitui, sem dúvida, um marco histórico -consagrado também pela grande diferença de votos obtida com respeito ao seu tradicional adversário- que lhes permitiu romper a identificação que vigorara por mais de 90 anos entre o Partido Colorado e o Estado. De fato, o batllismo, que tinha instituído a formação política uruguaia do século XX, estava finalmente derrotado.

Esse período se caracterizará por uma alta instabilidade política e social, enquadrada na busca de soluções econômicas para a estagnação do país com um predomínio de idéias liberalizantes da economia em franca contraposição em relação ao modelo anterior (Alonso, 1982). O peso dos criadores de gado na vida política aumentará em forma ostensiva com a chegada ao poder do partido nacional incrementado desta vez pela aliança com o movimento ruralista.

Nesse sentido, em linhas gerais, a ação do novo governo consistiu em reduzir a proteção às atividades econômicas para permitir aos fazendeiros uma maior captação de excedentes no intuito de conseguir estimular o setor para que saísse da estagnação. Em 1959, após várias consultas com o FMI, é assinada a primeira carta de intenção do país com a referida instituição, realizando-se uma reforma cambiária que será o eixo do novo plano econômico liberal e que se traduzirá numa forte desvalorização da moeda.

Mas, a despeito da vitória eleitoral, o executivo colegiado estava em mãos de uma frágil maioria composta por uma aliança instável entre herreristas e ruralistas. Ambas as forças se auto-atribuíam o triunfo, pretendendo continuamente uma maior participação nas decisões e nos cargos de governo. Nesse contexto de instabilidade da aliança no poder, o grave problema de financiamento do déficit orçamentário foi resolvido com meios tipicamente inflacionários como a crescente emissão de moeda e as sucessivas desvalorizações do peso.

A abolição das taxas diferenciais de câmbio e a liberalização da economia tinham constituído pontos nodais na campanha do Partido Nacional e dos dirigentes Ruralistas, sendo demandadas também pelo FMI como condição para oferecer sua assistência financeira. Essas medidas foram vazadas na lei de Reforma Cambial e Monetária de 1959. No entanto, como

atenta Panizza, devido, na realidade, a um jogo complexo de múltiplas pressões e à falta de capacidade negociadora dos Ruralistas, foi criado um sistema supostamente provisório de juros e antecipações que conservava em muitos aspectos o papel intervencionista do Estado nos setores chave da economia. Por conseguinte, também nesse período a sobredeterminação política na atribuição de recursos econômicos mediante a fixação de preços continuou sendo um elemento central da formação política uruguaia.

Essa continuidade não impediu que os criadores de gado atingissem seus principais objetivos. Os primeiros meses de governo pareciam confirmar que o governo privilegiaria os interesses dos criadores de gado e da população rural como parte de uma reestruturação das relações econômicas, sociais e políticas do país. De fato, nos dois primeiros anos, houve efetivamente uma importante redistribuição de recursos em favor do setor agropecuário. Enquanto o custo de vida aumentou 38,5%, afetando principalmente os assalariados urbanos, o preço da terra triplicou, o preço do gado em pé subiu de 60 centésimos de peso para 2 pesos por quilo e as receitas pela venda de lãs dos fazendeiros duplicaram (Panizza, 1988). Por isso, as referidas medidas significaram um triunfo político e econômico para os criadores de gado que, além de receber fortes benefícios econômicos, conseguiram que fosse implementada a solução “liberal” pela que enfrentaram durante décadas o batllismo. Assim, isso significou também uma objetivação de seu poder fático e um reforço de seu poder simbólico perante a sociedade e as outras frações de capital.

Porém, essa tendência foi revertida em 1962, quando os mercados internacionais de carne se deprimiram, produzindo-se uma redução de preços, embora não tão notória quanto as subas anteriores, passando o preço do quilo em pé de 2,20 para 1,75 (Panizza, 1990: 199). Enquanto isso, o custo de vida continuou também em ascensão e as pressões dos setores sociais afetados pela desvalorização foram aumentando, principalmente através dos protestos dos assalariados que começavam a organizar-se em torno de uma Central Única de Trabalhadores. Em face dessa situação e com vistas às eleições de 1962, o governo optou –no meio de uma complexa relação de forças e de negociações– por fortalecer a moeda. Em decorrência disso, a taxa de câmbio tornou a ser fixa, detendo as transferências de renda do setor urbano para o rural (M. Rama, 1983; Macadar, 1982). Após atingir novamente a vitória eleitoral em 1962, o partido nacional voltou a desvalorizar. Inicia-se assim um período de desvalorizações da moeda que tendeu a favorecer o setor agropecuário e exportador em detrimento dos assalariados e da classe média. Ao mesmo tempo, isso favorecia os interesses

fiscais do Estado que, mediante esse manejo da política econômica, tentava solucionar o problema da estagnação produtiva utilizando a inflação e os impostos ao comércio exterior a fim de financiar o orçamento estatal. Esse mecanismo, perverso em mediano prazo, apresentava a vantagem em curto prazo de aumentar a renda nominal do Estado, não afetando os interesses dos setores exportadores. Assim foi instalado o que foi chamado de “as desvalorizações fiscalistas” da década de 60 (Instituto da Economia, 1968: 212; Panizza, 1988: 111), inaugurando um período crítico de conflitos e pressões sociais para a distribuição de uma renda nacional cada vez mais estagnada. Isso foi levando a que alguns setores da classe dominante começassem a conceber como saída para essa crise a imposição de um governo autoritário que freasse a chamada “inflação das demandas” populares.

Perante essa conflitividade, a FRU não ficou atrás. Convocou em 1962 a uma suspensão de pagamentos e à interrupção das atividades agropecuárias em 1963. Cerca de finais de 1964, os baixos preços da lã fizeram com que os criadores de gado retivessem seus produtos, levando a que, no verão de 1965, o mercado de câmbio fechasse até março do mesmo ano, suspendendo as importações. Em resposta a essas medidas, o governo, em outubro desse ano, promoveu uma das maiores desvalorizações da história: o dólar passou de 24 pesos para 60. Estima-se que, nessa ocasião, os lucros para os criadores de gado foram de aproximadamente 1.760 milhões de pesos da época (Venega, 1975).

A despeito da reafirmação, nessa ocasião, de seu poder econômico e simbólico, os criadores de gado nunca estiveram, durante o referido período, em condições de impor-se como uma força hegemônica, ora no sentido econômico restrito ora num mais amplo, de natureza política. Faltava-lhes para isso uma base social suficiente e, sobretudo, a capacidade ou vontade de articular seus interesses com os de outras frações do capital, o que tornou impossível para eles ter uma ascendência maior sobre o novo governo que tanto tinham ajudado a construir, ficando, muitas vezes, objetivamente enfrentados ao mesmo. Com efeito, não houve, nesse sentido, por parte dos dirigentes rurais, nenhum esforço consistente para encontrar elementos comuns com outros setores industriais, confirmando, como foi dito reiteradamente, o fato de que os criadores de gado “só se dirigem a eles mesmos” (Lichtenjstein, 1973).

Talvez a própria conformação histórica de sua elite dirigente, formada na luta corporativa contra o Estado Batllista –que a deslocara do centro da formação política



uruguaia- e seus próprios interesses de classe que a levava a almejar obstinadamente a apropriação total dos excedentes gerados no setor, sem considerar nenhuma possibilidade de redistribuição, tivesse acabado conduzindo a mesma a uma lógica corporativa extremamente “egoísta” que foi limitando, através de suas próprias práticas, a sua constituição enquanto força hegemônica. De alguma forma, este período serviu de aprendizagem, pois, nas décadas vindouras, essa conduta ou estratégia corporativa, ainda que persistisse em alguns de seus dirigentes, em termos gerais, irá variando.

Apesar dos benefícios obtidos pelas desvalorizações, tão custosas para os setores médios e assalariados urbanos, o setor pecuário em seu conjunto manteve uma taxa de crescimento muito baixa durante o período. Essa circunstância começou a questionar, dentro dos próprios setores conservadores, a possibilidade de instalação de uma estratégia de acumulação baseada na pecuária que permitisse tirar o país da estagnação econômica.

Nesses anos também começa a tornar-se evidente outro obstáculo para o “desenvolvimento” do setor pecuário: os industriais frigoríficos. Segundo as agremiações pecuárias, esses empresários não permitiam ao fazendeiro captar todos os benefícios da liberalização de preços, impedindo o desenvolvimento do setor. Perante o declínio do mercado mundial de carne, as empresas estrangeiras que controlavam a indústria frigorífica de exportação se retiraram do país, sendo substituídas pelo que foi chamado de “a nova indústria”, integrada por empresários nacionais que tinham surgido originariamente como fornecedores para o mercado negro de abasto de carne em Montevideu, cidade onde vigorava o monopólio do Frigorífico Nacional que, de fato, nunca conseguiu impor-se totalmente (Buxedas, 1980). Os conflitos de interesses permanentes travados entre as organizações pecuárias e os frigoríficos deslocarão, nesse período, a centralidade detida, no campo dos conflitos agrários das décadas anteriores, pelas lutas entre as agremiações pecuárias e os Batllistas.

Em definitivo, as “greves de exportações” e as outras demonstrações de força dos criadores de gado levaram a acelerar o colapso econômico e político em vez de garantir as condições de acumulação e de crescimento, mostrando a impossibilidade do sistema político de conduzir o Estado de maneira consistente com os interesses de acumulação de qualquer das diversas facções do capital. O problema residia em que as novas formas de institucionalização das estratégias de acumulação não podiam ser implementadas isoladamente com respeito à

outra função central do governo, a de organização do consenso. Pois bem, é justamente essa função a que fará tão tortuosa a implementação da nova estratégia de acumulação, tão desejada por boa parte do empresariado uruguaio e bloqueada pela opção dos setores urbanos médios e populares em crescente mobilização. O travamento da situação será cada vez mais insuperável no marco dos mecanismos de construção de consenso. Por isso, as classes dominantes irão se inclinando cada vez mais em prol de uma ruptura da institucionalidade democrática.

Em síntese, como afirma a tese de Rama sobre o mesmo período, a aliança constituída já em 1916 em ocasião do alto de Viera em torno da Federação rural pela elite pecuária e os grupos ideológicos conservadores dos partidos tradicionais para deter as transformações impulsionadas pelo primeiro Batllismo, chegará finalmente ao poder neste período como resultado da crise do referido modelo. No entanto, ao assumir esse poder, a referida aliança não contava com a hegemonia necessária sobre os grupos dominantes mais dinâmicos, os criadores de gado já não eram o “centro do processo histórico nacional”, mas representantes de uma atividade estagnada, não lhes permitindo mais, os mercados e preços internacionais decrescentes para a carne, serem o setor articulador privilegiado com a economia nacional como almejavam em sua proposta programática. Também não existia uma base política para a dominação, pois a paulatina perda de população rural acarretava a redução do peso eleitoral das elites pecuárias. Em suma, o ciclo econômico e político do Uruguai pecuário tradicional inicia seu desfecho justamente quando consegue conquistar o poder (1986: 147-151)

### **3.2.4. O período Autoritário e a Ruptura Democrática**

Nas eleições de 1968, o Partido Colorado volta ao governo, mas já o setor batllista seria franca minoria. Após um ano de tímidas tentativas de conformar um governo para promover um projeto alternativo de reativação econômica, o presidente eleito, Gestido, morre, tomando posse, em 1969, seu vice-presidente, Pacheco Areco, que desenhará uma estratégia de governo de decisiva feição autoritária. O Estado deixa então de ser um espaço institucional de mediações e compromissos para assumir mais diretamente um papel ativo na reestruturação econômica do país em favor dos setores dominantes, de tal forma que nunca antes na história política do país os grandes empresários assumiram a maioria dos postos ministeriais, separando assim, o executivo dos laços partidários tradicionais, lesando

gravemente, com isso, a já enfraquecida autonomia do sistema político. Destarte, começa a ser arquitetada uma aliança entre os setores empresariais e as facções conservadoras dos partidos tradicionais que começará a ensaiar um modelo de reestruturação econômica, com uma direção política autoritária, mais tarde aprofundada pelos governos militares. No início dessa aliança, os criadores de gado têm um papel relevante, sendo suas reclamações de liberalização total dos mercados incorporadas na agenda *sui generis* de reestruturação econômica.

Perante a contínua deterioração da economia e seus sintomas de desemprego e estagnação persistentes, os conflitos sociais e políticos pela distribuição do minguado excedente aumentam. De outro lado, os setores dominantes, em face do crescimento do caudal eleitoral das forças políticas de esquerda em 1971, começaram a ver como um risco possível a instalação no país de um governo de tipo socialista pela via democrática. A dinâmica desses acontecimentos políticos no marco de ampla mobilização social desaguará na ruptura institucional e na instalação do governo militar em setembro de 1973.

Ainda que a decidida resistência da maioria do elenco político, social e cultural incidisse na cautela com que os empresários acolheram o golpe, isso não impediu que diversos grupos empresariais do país, tanto rurais quanto urbanos, dessem seu apoio tácito. Porém, o único apoio público aos militares partiu de alguns dirigentes das agremiações pecuárias. De fato, essas organizações outorgaram seu apoio ao novo governo para que fosse impulsionado o modelo de acumulação de feição liberal sustentado nas vantagens comparativas do país e refreado na última década devido às mobilizações sociais.

No entanto, a mudança do contexto internacional em meados dos anos setenta, marcada pela crise do petróleo e a implementação de políticas de proteção agrícola da C.C.E. levaram ao governo ditatorial a realizar uma rápida virada em seus planos econômicos. Os mecanismos pensados inicialmente para melhorar a rentabilidade da pecuária -que, no começo, era novamente assinalada como eixo da captação de receitas- foram desativados, adotando-se uma ação decidida de apoio às exportações não-tradicionais e, particularmente, às de tipo agroindustrial, ao ser implementado um conjunto de fortes subsídios a essas atividades, o que determinou, no decorrer de alguns anos, um forte impacto positivo no desenvolvimento do setor.

Passados os primeiros anos, o descontentamento da elite dirigente das agremiações pela falta de atenção de suas demandas, voltará a ser notório. Ele exercerá um influxo sobre a equipe tecnocrática que envolveu os militares conseguindo, em 1978, que fosse promovida a tão almejada liberalização de todos os mercados do setor agropecuário. Com vistas a captar a suba dos preços internacionais da carne, foi decretada a liberalização do mercado desse produto, a desregulamentação parcial da indústria frigorífica intervinda desde 1971 e a redução das tarifas de importação de produtos e de bens de capital.

Essas medidas, que constituíam um perigo potencial para um conjunto de ramos do setor, principalmente para os medianos e pequenos produtores, foram euforicamente elogiadas pelas agremiações pecuárias, que deram um forte apoio do setor ao governo militar.

No discurso inaugural da exposição pecuária do Parque Prado, onde, ano após ano, a ARU realiza um discurso programático de um alto teor político perante o ministro da Pecuária do momento e o Presidente da República, o presidente da Associação afirmou em 1978:

*“Poucas ocasiões tão propícias como esta para destacar e valorar as transcendentales medidas econômicas anunciadas pelo governo no dia 3 de agosto de 1979... Essa tomada de posição determinou um novo horizonte que, temos certeza, permitirá ao país reencontrar um firme caminho de desenvolvimento liberado finalmente da parálise na que o dirigismo manteve durante anos o setor agropecuário, provocando com ela uma real decadência econômica nacional. Temos agora a política da verdade econômica, só resta reafirmá-la e complementá-la, principalmente no relativo às atividades agrícolas e de granja, para logo começar a colher seus frutos que, sem dúvida, serão abundantes, trazendo benefícios para todos...” (ARU, 1979)*

Como é ilustrado pela citação acima, as medidas governamentais, não apenas eram fervorosamente apoiadas, como era exigido também um maior aprofundamento, augurando-se uma etapa de crescimento e bem-estar à raiz de sua implementação. O presidente da FRU, por sua vez, também não poupava elogios:

*“Até o passado agosto tecnificar no agro uruguaio significava um suicídio econômico. Os produtores se endividavam dia após dia. Mas não foi esclarecido que o campo estava subsidiando outros setores do quefazer nacional, quando esse era o fator básico que explicava sua rentabilidade negativa. As medidas de agosto efetivaram uma virada de 180 graus na errônea direção econômico-agropecuária vigorante até hoje.” (FRU, 1979)*

Mas nessa oportunidade também se alçaram outras vozes críticas desde o mesmo setor. Com efeito, a CNFR mostrou seu desacordo em relação às medidas e deixou apresentada sua

posição que, embora de caráter sobretudo testemunhal, marcará o futuro dos conflitos e negociações no campo social agrário na saída da democracia. A opinião tão otimista dos máximos dirigentes das organizações pecuárias contrasta decididamente com as opiniões do dirigente dos agricultores familiares e empresários agrícolas intensivos transcrita a seguir:

*“... O setor menos preparado para afrontar as medidas de liberalização é o setor da agricultura intensiva, da horticultura, da fruticultura, etc. ... O mesmo está constituído por mais da metade das empresas agrícolas do país e produz –em pouca terra e com muita mão-de-obra– uma riqueza comparável à do importantíssimo setor pecuário. ... Nestes momentos, quando as medidas liberalizantes ainda não têm sido totalmente implementadas, a preocupação referida à abertura de nosso mercado está tomando muitos agricultores ... Devemos “abrir os olhos” porque, se não agirmos com prudência, com extremo cuidado, poderemos fazer desaparecer um dia a produção nacional de batatas, outro dia a de cebolas, outro a de maçãs, outro a de uvas, outro a de ovos ...” (CNFR, 1980)*

Não devemos esquecer, ao julgar o tom desta última declaração, que ela têm lugar num contexto repressivo muito forte, onde não era possível opor-se frontalmente às medidas do governo. Por isso, ela adquire, para a época, um marcado tom opositor que contrasta com as declarações realizadas pelos criadores de gado, dando noção, aliás, das contradições existentes entre os dois setores em decorrência dos diferentes tratamentos do solo realizados pelos mesmos.<sup>17</sup>

As medidas de liberalização têm um auge muito fugaz para os criadores de gado porque a endêmica crise fiscal continua. A fim de frear essa crise, o governo militar começará a colocar em prática políticas monetaristas orientadas a unificar o mercado de câmbio, estabelecendo um tipo de câmbio controlado por embaixo da inflação com a denominada “*tablita*”. Essas medidas, que acarretarão enormes prejuízos para os setores vinculados à produção (urbanos ou rurais), representará o início de uma virada fundamental no modelo de acumulação do país, com implicações severas na reestruturação do poder entre os setores dominantes. De fato, essa política fomentou um crescimento dos déficits da balança comercial produzido pelo aumento das importações sobre as exportações. Esse déficit começou a ser financiado com o ingresso de capitais, o que permitiu incrementar as reservas internacionais do país. Essa mudança significará transformar o Uruguai num mercado financeiro emergente como estratégia para resolver os problemas de endividamento do Estado e levará a uma perda

<sup>17</sup> As diferenças e negociações entre esses setores irão articulando as alianças e os conflitos entre os diferentes agentes do campo social agrário, que, como veremos na terceira seção, exprimir-se-ão no chamado “Concerto Social do Agro”. O mesmo nasceu como uma tentativa dos diferentes agentes agrários de respaldar os processos de redemocratização do país no intuito de pactuar as medidas de política agrária a serem implementadas nesse período pelos partidos políticos.

substantiva do peso estratégico dos criadores de gado e a um aumento do poder das facções vinculadas aos capitais financeiros nacionais e internacionais.

Alonso afirma que é a partir dessas decisões que tem lugar a inflexão central no modelo social de acumulação. O autor assevera que essas medidas

*“implicam uma importante mudança na valorização do setor agropecuário. Tradicionalmente, a pecuária extensiva desempenhava um papel estratégico na fixação das importações e o resultado da balança comercial constituía um aspecto chave da atividade econômica do país; ora, neste período, esse papel estratégico passa a ser exercido pelo setor financeiro, que financiará as importações através do ingresso de capitais.” (1985)*

Percebendo o caráter estratégico dessa virada, as organizações rurais promoveram uma dura crítica à política econômica do governo militar após 1982, somando-se, mais tarde –já em finais do processo de transição-, às reclamações do resto das organizações sociais e políticas pelo restabelecimento do sistema democrático no país.

Em 1982, a editora da revista da FRU já não mostrava o mesmo entusiasmo de três anos atrás:

*“Endividamento asfixiante: absoluta falta de rentabilidade nas explorações agropecuárias, tributos que, em nome de falsas expectativas finalistas, desvendam dia-a-dia seu fim primordial de satisfazer a insaciável voracidade fiscal de um Estado sobre-dimensionado em seu orçamento; arrestos, execuções, crises. Expressões estas que têm constituído a linguagem habitual de todas as jornadas ruralistas, conceitos que são o tema obrigado da roda de chimarrão dos serões nas feiras ou das reuniões dos dirigentes” (FRU, 1982)*

Os bons augúrios vislumbrados em 1979 não tinham sido confirmados e “a política da verdade econômica” não parecia ter trazido o desenvolvimento esperado.

Estas declarações, além de adotar um tom opositor, bastante diferente com respeito aos anos anteriores, também marcam quais serão os pontos nodais das demandas dos criadores de gado após a conquistada liberalização da política econômica dirigida ao setor que tentarão manter com os governos democráticos. Esses pontos serão a eliminação dos impostos sobre a terra, a mudança do sistema de arrendamento e a procura de soluções políticas para o endividamento do setor (fortemente concentrado nos grandes criadores de gado) gerado nos anos da ditadura. Esses assuntos, junto com a desregulamentação e a liberalização dos mercados da Cadeia da Carne constituirão os novos desafios das

organizações pecuárias no novo governo democrático, onde não mais contarão com o mesmo poder estrutural que tiveram para combater o modelo de Substituição de importações e as políticas batllistas.

Nossa hipótese é que, nos próximos anos, a posição dos criadores de gado mudará. Não mais atacarão o modelo de acumulação instalado no país, do qual agora fazem parte ativa, mas deterão também um menor poder econômico do que outrora. Sua estratégia, se levamos em conta sua nova localização no campo de poder, estará direcionada a exigir uma aplicação mais ortodoxa do liberalismo em todos os aspectos que afetem seus interesses, principalmente nos aspectos que possam colocar em perigo sua reprodução social. Nessas batalhas deverão apelar fundamentalmente para seu poder simbólico. Como mostraremos na Parte III da presente Tese, isso se efetivará, fundamentalmente, no esforço por restabelecer e renovar o “mito Pecuário”, reinterpretando ou incorporando nele os novos fenômenos contemporâneos como os referidos à integração regional, à globalização, ao meio ambiente, etc. Mas sempre esses temas serão reprocessados, para além das conjunturas específicas, de acordo com o código dos conflitos agrários da sociedade uruguaia e de sua matriz histórica da que tentamos dar conta no presente capítulo.

## 4. A Estruturação do Espaço Social Agrário

### 4.1. A Estrutura Agrária

No capítulo anterior realizamos uma descrição dos conflitos políticos e das lutas simbólicas ocorridas no campo agrário e no campo de poder no Uruguai no decorrer do século passado. No presente capítulo procuraremos mostrar as permanências e as mudanças que se produziram no espaço social agrário durante esse período para, depois, focalizar nossa atenção na dinâmica do setor pecuário por constituir, o mesmo, o eixo de articulação dos processos sociais agrários no referido país.

Os dados estatísticos apresentados neste capítulo e, principalmente, sua evolução devem ser interpretados como o resultado dos conflitos nos que os agentes investem todos seus capitais a fim de subverter ou conservar suas posições no espaço social. Nesse sentido, os mesmos representam a objetivação do processo social agrário e do poder de cada agente<sup>1</sup>. E, particularmente, a evolução da estrutura agrária reflete com nitidez o poder detido durante todo esse período pelo setor dos grandes fazendeiros.

#### 4.1.1. A Evolução do Número de Produtores

No Quadro 1 é possível observar a evolução do número de estabelecimentos por estrato de tamanho no último século, do ano 1908 ao ano 2000<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Esses processos combinam, em seus diferentes momentos e dialeticamente, a ação dos agentes e os limites impostos a eles pelas estruturas socialmente construídas em batalhas anteriores.

<sup>2</sup> Para a definição desses estratos, baseamo-nos numa convenção muito difundida entre os pesquisadores da questão agrária no Uruguai que define, em função das condições agronômicas e dos sistemas de produção existentes no referido país, os produtores pequenos como os que possuem menos de 100 hectares, os médios como os que têm entre 100 e 999 hectares e os grandes produtores como os que contam com mais de 1000 hectares. Ainda que esta estratificação, ao não considerar o uso intensivo de capital por hectares, oculte algumas situações que podem induzir a alguns erros na análise de determinadas regiões do país ou setores produtivos, a mesma demonstrou em múltiplas pesquisas constituir um critério de estratificação que reflete relativamente bem os problemas da distribuição da terra no país. De outro lado, utilizar este critério apresenta a vantagem de que ele nos permite realizar uma boa comparação através de todo o século XX, objeto principal desta seção.



**QUADRO 1**  
**Evolução do Número de Explorações Agropecuárias do Uruguai conforme Estratos de Tamanho.**

<i>Explorações</i>	<i>1908</i>	<i>1913</i>	<i>1937</i>	<i>1951</i>	<i>1961</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>	<i>2000</i>
<b>1 a 99 has.</b>	24433	35984	52462	63126	65034	56239	46936	33811	34208
<b>100 a 999 has.</b>	15375	18995	17467	18530	18085	16963	17532	16975	17053
<b>1.000 e + has.</b>	3781	3551	3485	3602	3809	3961	3895	4030	4034
<b>Total</b>	<b>43874</b>	<b>58530</b>	<b>73414</b>	<b>85258</b>	<b>86928</b>	<b>77163</b>	<b>68362</b>	<b>54816</b>	<b>55295</b>

Fonte: H. Finch (1980), e Censos Gerais Agropecuários.

Verifica-se um aumento constante do número total de explorações no país até a década de 60, em que o mesmo começa a reduzir-se aceleradamente para chegar, em finais do século, a um número menor ao registrado em 1913. Essa flutuação do número de explorações está associada temporariamente, como já foi visto em parte no primeiro capítulo, à aplicação das políticas reformistas do primeiro e do segundo batllismos, que abrangem as primeiras cinco décadas do século. Com efeito, durante esse período, deu-se um incremento substantivo do número de estabelecimentos, principalmente sob a implementação do Modelo de Substituição de Importações (MSI) entre as décadas de 40 e de 50, chegando, em 1956, a registrar-se 89.130 estabelecimentos, o maior número na história do país. A paulatina desestruturação do MSI e o deslocamento para a liberalização da economia desde inícios da década de sessenta se traduzirão com clareza na redução do número de estabelecimentos, registrando-se uma queda permanente desde 1970 até os dias de hoje. Essa redução se tornará particularmente aguda na década de 80, coincidindo com o período de liberalização dos mercados agrícolas que começa com as medidas de 1979.

Se observarmos a evolução dos diversos estratos de tamanho, veremos que seu comportamento é muito diferente. Em termos absolutos, os pequenos produtores apresentam uma forte variação durante o período analisado enquanto que os médios tendem a manter seu peso da mesma forma que os grandes, embora com uma leve tendência para seu aumento nos últimos anos. Para analisar melhor este movimento diferenciado, construímos o Quadro 2, em que o ano 1908 é tomado como base 100 para cada estrato.

## QUADRO 2

**Evolução do Número de Explorações Agropecuárias do Uruguai conforme Estratos de Tamanho. (em base 100=1908)**

<i>Explorações</i>	<i>1908</i>	<i>1913</i>	<i>1937</i>	<i>1951</i>	<i>1961</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>	<i>2000</i>
<b>1 a 99 has.</b>	100	147	215	258	266	230	192	138	139
<b>100 a 999 has.</b>	100	124	114	121	118	110	114	110	111
<b>1.000 e + has.</b>	100	94	92	95	101	105	103	107	107
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>133</b>	<b>167</b>	<b>194</b>	<b>198</b>	<b>176</b>	<b>156</b>	<b>125</b>	<b>126</b>

Fonte: elaboração própria baseada em H. Finch (1980) e em Censos Gerais Agropecuários

A evolução do estrato de pequenos produtores apresenta uma alta flutuação, pois esse estrato aumentou mais de duas vezes e meia entre 1908 e 1961 para, posteriormente, ter seu peso reduzido quase na mesma proporção no final do período compreendido no quadro, atingindo em 1990 um registro menor ao que tinha em 1913. Por sua vez, o estrato de produtores médios mostra um pequeno crescimento na primeira década do século para retrair-se em 1938, tornar a crescer levemente em 1951 e, depois, praticamente estagnar-se desde 1970 em diante. No longo prazo, isso indica uma tendência para uma leve redução do número de estabelecimentos medianos que se inicia em meados de século. Quanto aos grandes produtores, vemos que prevalece também um alto grau de permanência, com uma tendência leve para sua redução na primeira metade do século, revertida a partir dos anos 60, quando se inaugura um tendência para o crescimento, evidenciada no fato de que hoje temos mais estabelecimentos na faixa desse estrato de produtores do que os existentes em 1908. Esses dados indicam que houve um processo geral de alta estabilidade do referido estrato na estrutura agrária durante todo o século que refuta a hipótese de que a modernização e a incorporação de novos sistemas e ramos produtivos alterariam de forma significativa o peso da grande propriedade na estrutura agrária. Pelo contrário, estes dados abonam a hipótese defendida nesta pesquisa sobre a capacidade dos referidos setores para desenvolver estratégias de reprodução social que lhes permitiram manter sua posição social durante todo o século.

Em suma, a flutuação do número de estabelecimentos e sua tendência para a redução se explica em sua totalidade pelo comportamento dos pequenos produtores, pois seu peso na quantidade total de estabelecimentos dá conta da evolução do total das explorações.

Por isso, podemos relacionar o crescimento das explorações no país com o desenvolvimento da produção pequena de caráter familiar destinada a produzir alimentos para o consumo interno, que registra um aumento constante entre o segundo e terceiro quartel de século graças às políticas de expansão do mercado interno combinadas com o protecionismo tarifário implementado nesses anos em favor da produção de cereais. Quando as políticas protecionistas em relação ao mercado interno começam a ser desmontadas, esses produtores se verão obrigados a abandonar a produção de forma massiva.

O estrato médio, por sua vez, acompanha em parte essa tendência, mas com um comportamento muito mais amortecido. A explicação desse amortecimento pode ser achada em duas razões. Uma delas é a especialização produtiva no setor em virtude da qual os ramos pecuários começam a adquirir maior peso em detrimento dos ramos para o consumo interno. Em segundo lugar, a adoção de mudanças técnicas associada à mecanização na agricultura, devido ao maior tamanho dos estabelecimentos, adequou-se melhor a seu escalão de produção, o que permitiu a estes produtores ter um resguardo perante as políticas de desproteção implementadas a partir dos anos 60.

O número de grandes explorações dedicadas basicamente à criação de gado extensiva sofre uma leve redução durante os primeiros 40 anos do século que responde ao crescimento da área agrícola do país que, por sua vez, está ligada ao aumento do número de pequenos e medianos produtores<sup>3</sup>. Porém, a partir da década de 60, quando começam a ser ampliadas as medidas econômicas tão reclamadas pelas organizações pecuárias, o número de estabelecimentos nesse estrato de tamanho começa a recuperar-se paulatinamente até chegar a constituir, hoje em dia, 7% mais do número correspondente a 1908 e 15% superior ao número de 1913. Essa evolução diferenciada por estrato nos permite inferir que a ação das agremiações pecuárias e sua clara influência nos governos que se instalaram desde 1958 estão vinculadas de forma diretamente proporcional com a diminuição do número de estabelecimentos totais e com a marcada redução do número de estabelecimentos menores. Ao mesmo tempo, relaciona-se positivamente com a reversão da tendência para a redução dos grandes produtores na estrutura agrária.

---

<sup>3</sup> É preciso lembrar que, desde o século passado, não existe no país fronteira agrícola. Por isso, o aumento ou diminuição de um estrato sempre está associado ao movimento dos outros estratos da estrutura.

As conseqüências que podemos extrair dos processos políticos descritos no capítulo anterior a partir dos dados são claras. Durante o período em que as agremiações pecuárias se opuseram tenazmente às políticas econômicas do governo batllista, as explorações agropecuárias aumentaram em 60% enquanto que as menores tiveram seu crescimento dobrado, atingindo um aumento de 158%. O Quadro 2 também indica que as políticas aplicadas desde a década de 60 pelo ruralismo, que sempre contaram no substancial com o apoio das agremiações pecuárias, levaram à redução do número de estabelecimentos. Paradoxalmente, as políticas de abertura impulsionadas pelo movimento ruralista acarretaram uma paulatina perda de seu poder político, ao diminuir consideravelmente a quantidade de pequenos produtores rurais, setor social no qual se assentava sua capacidade de convocação e de mobilização, conformando a base social que lhes permitiu derrotar o batllismo. Em síntese, a ação coletiva desenvolvida pelas organizações rurais no intuito de impor seus interesses teve como uma de suas resultantes objetivas a redução dos estabelecimentos pequenos.

Durante a década passada, o setor mostra paradoxalmente uma quantidade de explorações totais que representam apenas 25% mais do que as existentes em inícios de 1900<sup>4</sup>. Isto marca o traço de alta estabilidade que caracteriza a estrutura agrária durante todo o século. Com efeito, esses dados permitem afirmar que a estrutura agrária do país se manteve à margem das profundas transformações sociais e econômicas ocorridas no século XX. De alguma forma, isso mostra a capacidade dos atores dominantes do setor e de suas organizações para manter a permanência da estrutura e de seus níveis de assimetria na distribuição da terra.

Entretanto, a presente análise ficará incompleta se não atentarmos também para a evolução do peso relativo dos estratos na estrutura do período e para a quantidade de superfície controlada por cada estrato. A evolução dessas variáveis mostra uma tendência que reafirma em traços gerais o que afirmáramos para a evolução do número de estabelecimentos rurais.

---

<sup>4</sup> Alguns poderiam chamar este processo de contra-reforma agrária, embora nunca tenha existido uma reforma agrária no Uruguai, mas uma expansão agrícola baseada em explorações pequenas sob o influxo das políticas batllistas.

**QUADRO 3**  
**Evolução do Número de Explorações Agropecuárias do Uruguai conforme estratos de Tamanho. (em percentagens)**

<i>Explorações</i>	<i>1908</i>	<i>1913</i>	<i>1937</i>	<i>1951</i>	<i>1961</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>	<i>2000</i>
<b>1 a 99 has.</b>	56,8	61,5	71,5	74,0	74,8	72,9	68,7	61,7	61,9
<b>100 a 999 has.</b>	35,0	32,5	23,8	21,7	20,8	22,0	25,6	31,0	31,0
<b>1.000 e + has.</b>	8,2	6,0	4,7	4,3	4,4	5,1	5,7	7,3	7,1.
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria baseada em H. Finch (1980) e em Censos Gerais Agropecuários.

Como mostra o Quadro 3, o peso relativo de cada estrato na estrutura agrária atual é de caráter muito similar ao correspondente ao ano 1908. As explorações menores constituíam, em inícios do século, 55.5% do total de estabelecimentos rurais, atingindo seu máximo peso em 1961, em que representavam 74.8% do total, tendo seu peso reduzido em 1990 a 61.7%. No sentido contrário, o estrato de maiores produtores representava 8.6% no início do mesmo período, seu maior peso relativo na estrutura, com exceção do ano 1951, em que alcança seu peso menor: 4.2%. Começa depois um processo de recuperação que se estende até nossos dias, em que o referido estrato representa 7.4% dos produtores, marcando o ponto mais próximo ao do início da série. O estrato intermédio apresenta uma evolução similar. Tendo atingido seu maior peso em 1908, vai sofrendo uma redução do mesmo até 1961, em que o estrato começa a crescer até chegar na atualidade a 31%. Ambos os movimentos representam então tendências contraditórias em relação às do estrato de produtores menores e mais numerosos, como já constatáramos com os dados anteriores.

Portanto, o aumento dos pequenos produtores e a diminuição das grandes explorações foi um processo relativamente curto que durou entre 1940 e 1960. Após esse período, afirma-se a tendência para uma involução em termos de equidade, já que o peso dos pequenos se reduz e começa a crescer o estrato de grandes produtores, produzindo-se na última década, aliás, um aumento do peso relativo dos produtores médios.

#### 4.1.2. A Evolução na Posse da Terra

A efeitos de avançar na presente análise, devemos introduzir um esquema da evolução da superfície de terra controlada por cada estrato de produtores a fim de verificar as hipóteses estabelecidas com respeito à persistência da estrutura agrária uruguaia, fundamentada até agora apenas na evolução do número de estabelecimentos<sup>5</sup>.

**QUADRO 4**  
**Evolução da Superfície ocupada conforme estratos de tamanho das Explorações Agropecuárias no Uruguai. (em base 100=1908)**

<i>Explorações</i>	<i>1908</i>	<i>1913</i>	<i>1937</i>	<i>1951</i>	<i>1961</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>	<i>2000</i>
<b>1 a 99 has.</b>	5,0	6,1	S/d	9,2	8,8	7,57	7,00	5,70	5,90
<b>100 a 999 has.</b>	30,8	34,3	S/d	34,3	34,3	34,05	36,40	36,78	36,50
<b>1.000 e + has.</b>	64,2	59,6	S/d	56,5	56,9	58,38	56,60	57,52	57,60
<b>Total</b>	100	100		100	100	100	100	100	100

Fonte: elaboração própria baseada em H. Finch (1980) e em Censos Gerais Agropecuários.

Como podemos observar no Quadro 4, as afirmações relativas à persistência da estrutura agrária são abonadas ao analisarmos a proporção de terra produtiva do país controlada por cada estrato de produtores. De fato, as tendências registradas são similares às correspondentes à evolução do número de estabelecimentos. Em linhas gerais, a superfície de terra sob o domínio dos diferentes estratos é mantida durante todo o século. Em média, para todo o período, o estrato de produtores grandes, que representa 6.6% dos estabelecimentos, controla 58% da terra; o estrato de produtores médios –com 30% dos estabelecimentos– possui 34% da terra; e, por último, os pequenos produtores, que contam com 77.4% dos estabelecimentos, detêm apenas 7.1% da terra. Assim, a estabilidade da estrutura está ligada ao mantimento de um padrão de distribuição da terra que envolve amplas desigualdades, o que redundará, provavelmente, na iniquidade existente hoje na sociedade rural, em que 52% dos lares se encontram vivendo em situação de pobreza (CEPAL, 1999).

Se observarmos as tendências por estratos no decorrer do século, notaremos que a superfície ocupada pelos pequenos estabelecimentos aumenta até 1951, estando isso

<sup>5</sup> Variável de enorme relevância para explicar a dinâmica da sociedade rural, porquanto mostra os elementos quantitativos, os fenômenos populacionais que estão fortemente vinculados a fatores políticos e de poder das organizações rurais.

associado, como vimos, ao aumento no número de explorações; depois, começa uma paulatina redução, nas últimas décadas, de sua já baixa participação no total, voltando à percentagem de começo do século. O estrato de medianos produtores, por sua vez, mantém basicamente sua participação ao longo do século, com um leve aumento de 2.5% entre 1913 e 2000. O estrato maior, após uma redução significativa no início do período –entre 1908 e 1913–, produto de uma primeira modernização pecuária no litoral sul do país, mantém sua alta participação, com escassíssima variação, começando, desde 1961, a experimentar uma leve tendência para o aumento da superfície sob seu controle.

**QUADRO 5**  
**Número de Estabelecimentos e Superfície conforme Estratos de Tamanho (1913 e 2000)**

<i>Tipo de Exploração</i>	<i>1913</i>		<i>2000</i>		<i>Variações 1913-2000</i>	
	Número	Superfície	Número	Superfície	Número	Superfície
<b>Pequenos</b>	61,5	6,1	61,7	5,75	+ 0.2	- 0.35
<b>Médios</b>	32,5	34,3	31,0	36,83	- 1.5	+ 2.5
<b>Grandes</b>	6,1	55,5	7,4	57,6	+ 1.3	+ 2.1
	100	100	100	100		

Fonte: Elaboração própria baseada em Censos Agropecuários

De maneira global, para resumir a “imobilidade” na estrutura agrária, construímos o Quadro 5, em que é possível observar, para os extremos do período, o número de produtores por estrato e a percentagem da superfície total ocupada por cada um deles. Esses dados permitem afirmar que a estrutura agrária do país não tem sofrido em essência variações importantes que alterem a natureza das relações de poder assentadas na posse da terra na sociedade rural uruguaia.

A exceção a essa regra é a constituída pelas décadas em que foi implementado o modelo de substituição de importações e nas que existiu de fato uma tênue redistribuição da terra que não chegou a modificar as tendências regressivas anteriores. Todavia, os níveis de concentração da terra nunca foram seriamente colocados em questão pelo batllismo, pois, como já foi visto, cerca de 4000 grandes fazendeiros<sup>6</sup> têm controlado desde sempre mais da metade da terra fértil do país.

<sup>6</sup> Um estudo realizado pelo MPAP demonstrou em 1977 que isto equivale a um número menor de pessoas físicas, pois, na verdade, uma pessoa ou uma família possui ou administra, muitas vezes, mais de um desses estabelecimentos.

### 4.1.3. A População Rural

Estas características da estrutura agrária uruguaia levaram à uma perda sistemática da população rural, reforçando os processos de centralização política e econômica do país. A população rural no Uruguai vem diminuindo paulatinamente em termos relativos e absolutos em forma mais acelerada do que no resto dos países da região. Esse processo de despovoamento está ligado, em primeiro lugar, à desaparecimento dos pequenos estabelecimentos (30.000 dessas explorações nos últimos 30 anos). Se estimarmos que, em média, cada uma dessas explorações contava com 4 pessoas por família, isso significou uma redução de 120.000 habitantes no meio rural<sup>7</sup>.

**QUADRO 6**  
**Evolução da População Rural do Uruguai**

<i>Anos</i>	<i>População rural</i>
1951	454000
1961	390000
1970	318166
1980	264216
1990	213367
2000	198.956

Fonte: Censos Agropecuários

O segundo fator que explica essa marcada perda de população é a evolução da produtividade do trabalho que, nas últimas três décadas, mostrou um aumento importante, reduzindo de forma notória os postos de trabalho no setor. Esse aumento decorreu do incremento das formas extensivas de exploração da terra, não tendo a produtividade da terra nesse período maiores incrementos. No quadro seguinte, vemos os indicadores do referido processo. A média de hectares por trabalhador passou de 91, em 1970, para 113, em 2000, o que implica que se passou de 11 trabalhadores cada 1000 hectares, em 1970, para 8, em 2000. Ainda no mesmo período, a superfície média dos estabelecimentos pulou de 214 para 288 hectares entre 1970 e 2000.

<sup>7</sup> Número que representa 56% do total de pessoas que moram atualmente no meio rural.



**QUADRO 7**  
**Evolução de alguns Indicadores de Produtividade do Trabalho Rural no Uruguai entre 1970 e 2000**

<i>Indicadores</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>2000</i>
Has. por trabalhador	91	101	113
Trabalhador cada 1000 Has.	11	10	8
Has por exploração	214	234	288.

Fonte: Censos Agropecuários

O aumento da produtividade do trabalho e do caráter extensivo da produção, ao se combinar com a expulsão dos pequenos produtores e de suas famílias, teve como consequência de considerável magnitude a perda de população rural no país. Como já mostramos, esses indicadores estão estreitamente ligados aos processos de concentração que ocorrem na estrutura agrária desde 1970.

Os efeitos sociais da referida perda de população são muito importantes e de vastas implicações no espaço social agrário, mas aqui interessa-nos assinalar principalmente sua relação com a diminuição de poder político e simbólico detido pelos setores dominantes do agro e suas organizações. A perda de peso absoluto e relativo da população rural significa uma perda de peso eleitoral do mundo rural sobre o conjunto do eleitorado do país. Tradicionalmente, os setores dominantes conseguiram uma ampla adesão dos setores populares da sociedade rural em relação a suas propostas gremiais, como também seu apoio eleitoral às frações dos partidos políticos que melhor representavam seus interesses. A despovoação acarreta uma redução da capacidade de influência desses grandes criadores de gado sobre seus aliados políticos e na margem de negociação de seus interesses com o resto das frações do campo de poder dos setores dominantes e com a classe política nacional<sup>8</sup>.

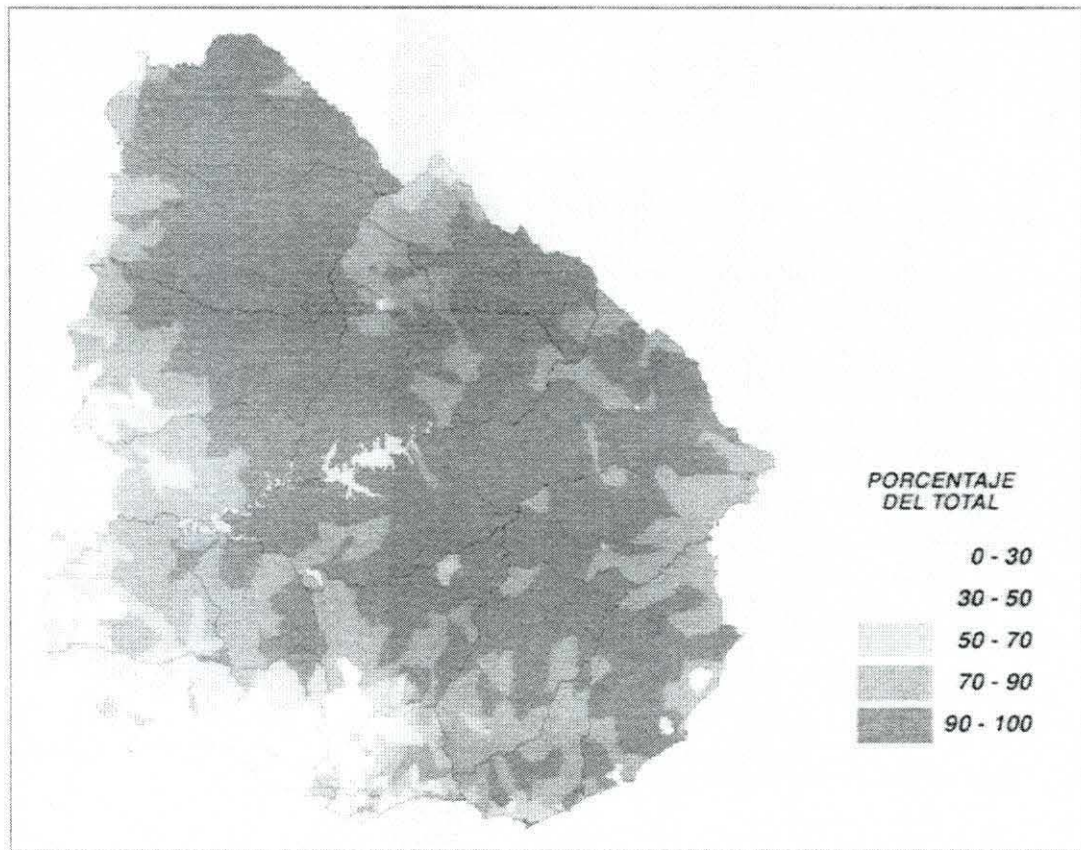
#### 4.2. A Estagnação Pecuária em Longo Prazo

Um fator significativo da estabilidade da estrutura agrária e de seus efeitos sobre a população repousa, sem dúvida, na dinâmica da produção pecuária e em sua forma histórica

<sup>8</sup> No entanto, e embora essa asserção não deixe de ser verdadeira, o peso político dos criadores de gado e sua margem de negociação não se reduziram na mesma proporção a essa perda de população. Vários fatores objetivos e simbólicos incidem nessa situação. De um lado, a definição de população rural é muito restrita no Uruguai, significando antes população dispersa; por isso se bem que o peso eleitoral das regiões rurais baixasse, a influência dos criadores de gado e de suas organizações se estendeu aos âmbitos suburbanos, conformando uma rede de centros povoados menores. Nessa nova ruralidade, a prédica das organizações pecuárias e o poder e prestígio dos grandes fazendeiros continuam sendo muito fortes.

de estruturação social, tecnológica e territorial. Como é possível observar no Mapa 1, cerca de 90% da superfície do país está ocupada por pradarias naturais dedicadas à exploração pecuária. De fato, com exceção de algumas regiões do Sul e do Litoral, onde se desenvolveu a agricultura e a produção familiar, o resto do país é essencialmente pecuário.

**MAPA 1. REGIÕES PECUÁRIAS DE CARNE E LÃ**  
(Conforme percentagem da área total destinada ao Pastoreio)



Fonte: <http://www.mgap.gub.uy/Diea/Anuario99/mapas.htm>

O peso da atividade pecuária faz com que os processos populacionais, políticos e culturais dessas extensas áreas do país estejam intrinsecamente relacionados com sua dinâmica. Portanto, os traços da estabilidade da estrutura agrária podem ser explicados pela forma de exploração pecuária. A mesma se caracteriza, como comentamos acima, por apresentar uma estagnação produtiva constante nos últimos setenta anos do século, sendo numerosas as pesquisas que, sob diversos ângulos teóricos, colocam essa estagnação de manifesto e avançam em hipóteses alternativas para explicar o fenômeno (Finch, 1980; Astori, 1979; Irigoyen, 1991, IE, 68). As diversas interpretações sobre o assunto, aliás,

constituem um parte importante dos debates subjacentes aos conflitos e lutas simbólicas estabelecidos entre as organizações rurais, o sistema político e os setores populares urbanos.

A fim de analisar o referido fenômeno, atualizamos os valores dos principais indicadores de produtividade da atividade pecuária utilizados pelos autores que realizaram um aprofundamento no tema sob diferentes óticas. No Quadro 8, expõe-se, para o período 1935-2000, a informação referida à superfície dedicada ao pastoreio de gado, às existências de gado bovino, às existências de gado ovino, ao índice de dotação total de gado mediante Unidades Pecuárias, às Unidades Pecuárias por hectare e, por último, à evolução desse último indicador, tomando como base 100 o início do período. Toda a informação é apresentada em médias trianuais para poder corrigir as flutuações anuais às que se encontra sujeita esta modalidade de produção extensiva.

**QUADRO 8**  
**Evolução da Superfície de Pastoreio, Existências Pecuárias e Dotação Animal por**  
**Unidade de Solo (Médias trianuais)**

Triênios	Sup. Pastoreio	Existências		Unidades Pecuárias	Unidades Pecuárias Por Has.	VARIACÃO U. Pecuarias por Has. 1935-37=100
		Bovinas	Ovinas			
1935-37	15.390	8123	17532	11638	0,76	100
1938-40	15209	8420	19446	12313	0,81	107
1941-43	15464	7666	21170	12302	0,80	105
1944-46	15550	6781	19919	10765	0,69	92
1947-49	15369	7552	19981	11549	0,75	99
1950-52	15133	8096	23063	12709	0,84	111
1953-55	15035	7540	23218	12290	0,82	108
1956-58	14787	7667	22586	12187	0,82	109
1959-61	15108	8500	21725	12845	0,85	112
1962-64	15253	8760	21827	13126	0,86	114
1965-67	15.311	8187	23079	12803	0,84	111
1968-70	15555	8564	20690	12703	0,82	108
1971-73	15585	9567	17511	13069	0,84	111
1974-76	15248	11009	15274	14103	0,92	122
1977-79	14900	10145	16474	13440	0,90	119
1980-82	15000	11059	20243	15108	1,01	133
1983-85	15300	9379	20760	13531	0,88	117
1986-88	15200	9873	24057	14684	0,97	128
1989-91	15200	9059	25234	14106	0,93	123
1992-94	15200	10133	23193	14772	0,97	129
1995-97	15100	10522	19380	14398	0,95	126
1998-00	14800	11.002	18940	14033	0,94	124

Fonte: Astori, 1981 e Anuários de DIPYPA-MPAP

Como é possível ver no quadro, a superfície dedicada ao pastoreio de gado se mantém praticamente estável em todos os anos analisados, cobrindo ao redor de 90 a 95% do território do país, o que equivale a aproximadamente 16 milhões de hectares. Isso significa que, nas seis décadas e meia que abrange a série, essa superfície sempre foi objeto de um uso pecuário com algumas pequenas variações marginais. Essa primeira constatação é amplamente compatível com a estabilidade verificada na estrutura agrária. Em segundo lugar, observamos que durante o período compreendido pela informação, a dotação de bovinos, principal produto dos criadores de gado, como também a dotação de ovinos –com algumas oscilações<sup>9</sup>-, mostram um crescimento muito baixo da produção –medida tanto através das Unidades Pecuárias (Coluna 3) quanto por dotação animal por hectare (Coluna 4)-, atingindo, nesse lapso de 65 anos, apenas um aumento de 26% (Coluna 5), o que representa em média um crescimento cumulativo anual para o período de 0.3%, crescimento esse menor ao já reduzido crescimento da população do país. Por conseguinte, é possível afirmar que a falta de dinamismo desse ramo de produção constitui uma das principais determinantes da imobilidade da estrutura agrária e de suas mais recentes tendências regressivas em termos de distribuição da terra.

Como pode ser observado no Gráfico 1, existem variações sazonais do estoque total de animais que conferem a esta estagnação uma marcada característica cíclica, de acordo com a qual se combinam períodos de crescimento em curto prazo com uma posterior redução que, em geral, termina em mediano prazo, apresentando um saldo de crescimento nulo ou muito baixo. Devido a essas oscilações, vários autores denominaram essa estagnação “dinâmica”. Isso deu lugar a interpretações sociológicas que atribuem aos criadores de gado um comportamento especulativo que se sobrepõe à lógica produtivista que rege em geral o comportamento dos agentes no agro e em outros setores da economia. Como afirma Irigoyen (1993), essas duas lógicas são propriamente capitalistas, mas o particular na pecuária uruguaia reside em que a lógica especulativa predomina desde 1930, levando a uma forma de “irracionalidade econômica” coletiva, em virtude da qual os criadores de gado podem ganhar especulando, sem por isso aumentar sua produção total, fazendo com que a sociedade realize um uso muito ineficiente de seus recursos naturais. Essa conduta especulativa já foi vinculada ao tamanho do estabelecimento, pois quanto maior for a quantidade de terra possuída, maior será a capacidade de especulação. Isto levou a que, historicamente, os grandes criadores de gado trasladassem essa racionalidade às reclamações das agremiações pecuárias que, de

---

<sup>9</sup> Como pode ser visto, a superfície de pastoreio é fixa e portanto a oferta de forragem é limitada, devendo os animais (bovinos e ovinos) competir pela mesma alimentação.

certa forma, têm procurado permanentemente melhorar as condições para a especulação e não necessariamente para melhorar a competitividade e produtividade do setor, contribuindo assim para reforçar com sua ação coletiva a situação de estagnação. Nesse contexto, a queda internacional dos preços da carne e da lã operaram como um mecanismo de reforço da estratégia especulativa dos criadores de gado, ao aumentar a incerteza e tornar a estratégia produtiva mais arriscada.

As explicações arquitetadas para dar conta da referida estagnação refletem duas formas antagônicas de ver o mundo rural e que, por sua vez, têm conformado a matriz dos conflitos agrários no Uruguai desde a década de 60. A primeira posição considera os recursos naturais como um patrimônio coletivo que deve ser aproveitado de maneira sustentável para gerar o desenvolvimento social e econômico da sociedade que o possui; por isso, de acordo com esta perspectiva, cabe ao conjunto da sociedade a responsabilidade pela estagnação do setor pecuário, devendo procurar-se uma solução através da intervenção do sistema político. Já a outra posição considera que a terra é um recurso de produção como outro qualquer e que, por conseguinte, está sujeita aos cálculos de rentabilidade do empresário, único responsável por esse meio de produção e, portanto, também livre para usá-lo em função de suas metas individuais de acumulação. Esta postura, defendida pelas organizações pecuárias, vem se consolidando no país, na última década, como a explicação “válida”. Os efeitos dessa imposição na forma de ver o problema da estagnação são variados e atingem muitas dimensões da representação social sobre o mundo rural contemporâneo. Em decorrência disso, por exemplo, a estagnação deixou de ser apresentada como um problema relevante por parte dos governos e de seus quadros técnicos, assumindo que o pleno vigor dos mecanismos de mercado no complexo da carne impulsionados a partir dos anos noventa, deveria resolver o problema num futuro próximo. Mas adiante retomaremos esta questão.

A longa situação de estagnação econômica do setor gerou, nas duas décadas passadas, três efeitos objetivos de muita relevância para caracterizar a nova morfologia do espaço social agrário: a perda de peso econômico dos criadores de gado, o aumento do peso dos empresários agroindustriais e a segmentação recente dentro do grupo dos grandes criadores de gado. Nas seções seguintes, referir-nos-emos a cada um deles.

#### 4.2.1. Perda de Peso Econômico do Setor Pecuário

Um dos elementos diretamente derivados da estagnação produtiva do setor é sua perda de peso no conjunto da dinâmica econômica do país e, principalmente, na sua contribuição para as exportações totais. No Quadro 9 é exibida, para o período 1942-2000, a quantia em milhares de dólares correntes das exportações tradicionais (carne, lã e derivados), o montante total de exportações do país e, na última coluna, a percentagem representada pelas exportações tradicionais sobre o total das exportações. Como pode ser observado, o setor teve, até meados dos anos 70, uma decisiva participação nas exportações totais, representando em média, pouco mais de 70% do total das receitas que ingressavam ao país nesses anos. Isto conferiu aos criadores de gado um poder estrutural determinante que, como cabe lembrar, entre outras coisas, permitiu-lhes levar a cabo com sucesso a greve de exportações que culminou em 1958 com a derrota do segundo batllismo, como também forçar as desvalorizações sucessivas da moeda nacional na década de 60. Esta situação começa a mudar em meados dos anos 70, quando, devido a fatores internos e externos, produz-se uma diminuição do peso de suas exportações. Enquanto as exportações totais do país experimentaram um crescimento acelerado, quintuplicando seus valores, as exportações tradicionais cresceram num ritmo mais lento, perdendo progressivamente peso até constituir hoje apenas 30% do total. Destarte, os criadores de gado tiveram, nos últimos 20 anos, sua participação nas exportações do país reduzida a menos da metade, o que significa, sem dúvida, uma importante perda de sua centralidade na dinâmica econômica.

**QUADRO 9**  
**Peso das Exportações Tradicionais sobre o Total das Exportações do País**  
**(1942 a 2000)**

Triênios **	<i>Exp.</i> Tradicionais	*. <i>Exp.</i> Totais	* <i>Tradicionais/</i> Totais(%)
1942-1944	41,5	52,6	78,9
1945-1947	91,4	124,1	73,6
1948-1950	108,8	177,5	61,3
1951-1953	170,0	233,1	72,9
1954- 1956	167,4	233,8	71,6
1957-1959	126,3	169,0	74,7
1960-1962	109,8	137,5	79,8
1963-1965	107,1	165,8	64,6
1966-1968	138,2	178,6	77,4
1969- 1971	149,0	204,1	73,0
1972-1974	179,8	247,1	72,8
1975-1977	236,2	437,5	54,0
1978- 1980	245,0	693,9	35,3
1981 -1983	549,0	1099,5	49,9
1984- 1986	367,3	941,1	39,0
1987-1989	444,8	1224,8	36,3
1990-1992	562,5	1632,1	34,5
1993-1995	503,0	1753,7	28,7
1996-1998	680,4	2251,6	30,2
1999-2001	s/d	s/d	s/d

Fonte: Elaboração própria baseada em estatísticas do Banco Central do Uruguai (B.C.U.) e em Astori, 1981.

\* em milhares de dólares correntes

\*\* média anual do triênio

Mas a conjuntura de estagnação deu lugar, em nosso juízo, a uma situação paradoxal. Com efeito, ao perderem seu lugar de privilégio na vida econômica do país e justamente em decorrência disso, os criadores de gado conseguiram, indiretamente, reduzir as pressões que o Estado exercia sobre eles para a obtenção de recursos fiscais. Essa circunstância outorgou a suas organizações maiores possibilidades para conseguir a implementação de políticas setoriais tendentes a diminuir as transferências de excedentes do setor para outros âmbitos da sociedade. Assim, num contexto de estagnação, os criadores de gado conseguiriam criar as possibilidades para aumentar seu ganho sem, por isso, correrem o risco de ter que aumentar sua produção. Em outras palavras, nas referidas condições objetivas, mediante sua ação gremial e o desenvolvimento de seu amplo capital simbólico através da mera inteligência, procurarão capitalizar em seu favor a redução de sua importância econômica, garantindo nessas novas circunstâncias sua reprodução social. Esta afirmação deverá ser verificada na

presente tese quando forem estudadas as conquistas atingidas com sua estratégia coletiva nos últimos 15 anos.

#### 4.2.2. O crescimento dos setores Agroindustriais

A perda de peso econômico dos criadores de gado não esteve acompanhada pela correspondente ao resto das atividades agrícolas. Pelo contrário, durante a década de 70, à medida que o crescimento do setor tradicional caía, começou a se desenvolver um conjunto de ramos agrícolas, com uma forte especialização exportadora, que irá aumentando seu peso econômico até atingir a mesma importância dos ramos tradicionais de meados da década de 90.

Como é mostrado no Quadro 10, no início da série, entre 1977 e 1979, esses ramos representavam 8,6% do total das exportações enquanto 20 anos mais tarde, entre 1997 e 1998, chegavam a representar 20% das mesmas, localizando-se a apenas 3% por embaixo do peso das exportações tradicionais para esse mesmo período.

Esses processos ligados às cadeias agroindustriais começaram a receber um vigoroso apoio estatal no marco de uma política destinada a promover as exportações não-tradicionais. De fato, nessas circunstâncias, produtos como o arroz, a soja, a cevada cervejeira, os citros, os laticínios e, nos últimos anos, a florestação, receberam fortes investimentos em sua fase agroindustrial e em sistemas de pesquisa e transferência tecnológica, conseguindo incrementar em forma sustentada a produtividade do solo e do trabalho<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> A florestação recebe um forte apoio estatal a partir da Lei Florestal de 1989, tendo acarretado também importantes transformações sociais e econômicas nas regiões do país onde se concentra seu crescimento.



**QUADRO 10**  
**Evolução das Exportações conforme tipo de Produto**

	<i>Tradicionais (Pecuárias)*</i>	<i>Novas cadeias*</i>	<i>Outras Não- tradicionais</i>	<i>Total</i>
1974-1976	52	s/d	48	100
1977-1979	35,3	8,6	56,1	100
1980-1982	41,7	11,1	47,2	100
1983-1985	39,0	12,7	48,3	100
1986-1988	36,3	12,2	51,5	100
1989-1991	34,4	13,7	51,9	100
1992-1994	28,7	16,9	54,4	100
1995-1996	30,2	19,6	50,2	100
1997-1998	23,1	20	56,9	100

Fonte: Elaboração própria baseada em estatísticas do B.C.U

(\*) Produtos tradicionais: carne, lã e couros.

(\*\*) Inclui só quatro produtos agrícolas de exportação: arroz, laticínios, cevada y cítricos.

(\*\*\*) Produtos Não-tradicionais: Industriais, Pesca, etc.

O crescimento registrado pelas novas atividades agrícolas é produto da combinação do aumento constante da produtividade e da superfície dedicada a esses cultivos. No entanto, esses processos de expansão têm sido limitados territorialmente, ocupando menos de 10% da superfície agrícola do país. Como no resto da América Latina, sua modalidade de desenvolvimento social é altamente concentradora e excludente. O grupo de produtores vinculados a esses ramos é relativamente baixo, mobilizando grandes quantidades de capital por hectare. Por exemplo, no caso do arroz, são 300 apenas produtores a semear as 150.000 hectares de arroz existentes no país; no caso da citricultura, 10 empresas ocupam os 12.000 hectares de plantações que representam 90% do total de plantações cítricas do país; e no ramo da leiteria, uns 800 leiteiros representam 80% do leite enviado ao chão de fábrica. De outro lado, este grupo de novos empresários rurais apresenta também como característica comum a de ter interesses na pecuária, pois, na sua maioria, são donos de grandes estabelecimentos dedicados a essa atividade (Amendola, 1991; Latorre, 1991). É presumível que as características desse processo de modernização agroindustrial, isto é, pouca expansão territorial, alta concentração e existência de empresários com interesses compartilhados com a pecuária, levem a que o mesmo não provoque mudanças profundas na estrutura agrária do país. Pelo contrário, a referida modernização agrária tem um forte tom conservador, tendendo para a preservação das tendências regressivas na distribuição da riqueza no setor rural.

Prova disso é o fato de que, no nível corporativo, esses novos grupos sociais vinculados aos ramos dinâmicos jamais concorreram com as organizações pecuárias pela representação do setor. Em geral, tenderam a organizar-se setorialmente, contando hoje com

fortes representações corporativas que se caracterizam por práticas e discursos gremiais de tipo “particularista”, devotadas exclusivamente a exercer pressão através de seus interesses setoriais, abstendo-se de realizar declarações ou ações gremiais de caráter mais generalizador sobre a situação do “agro”. De fato, essa função de opinar sobre os problemas globais do “campo” ou das “Políticas Agrárias” ficou em mãos das organizações pecuárias, que preenchem esse espaço público com um discurso “ruralista” tradicional de índole “generalizante” (Porrás, 1999). Essa ausência de concorrência pela representação integral do setor -que contradiz muitos pesquisadores que afirmavam que as contradições seriam inevitáveis-, fez com que não se passasse, entre os setores, de pequenos conflitos pontuais, em que o poder simbólico das organizações pecuárias –sobretudo o da ARU- abafou as tentativas específicas por sublevar ou questionar a representação global do setor exercida por essas organizações perante o poder político, o Estado e o resto da Sociedade Civil.

Em parte, isso pode ser explicado pelo fato desses grupos ou frações serem, isoladamente, pouco numerosos<sup>11</sup>, terem menor peso econômico que os criadores de gado e uma influência territorial mais restrita a certas regiões do país, enquanto a pecuária, pelo contrário, encontra-se estendida por todo o país. De outro lado, a heterogeneidade social, econômica e organizacional dessas frações entre si levou a que esses grupos altamente dinâmicos não pudessem unificar suas demandas, concorrendo assim pela representação geral do agro ostentada pela FRU e pela ARU. Antes, pode-se dizer que, na realidade, existe uma divisão tácita de tarefas de representação, em virtude da qual as agremiações pecuárias assumem a representação geral do setor e, principalmente, a dos criadores de gado enquanto cabe às frações dinâmicas zelar pelos interesses específicos de cada sub-setor.<sup>12</sup>

Nesse sentido, o crescimento do setor agroindustrial contribui em grande medida para atenuar a perda de relevância econômica do setor agrário em seu conjunto, decorrente da estagnação da pecuária, possibilitando que ambos os setores continuem a representar atualmente 50% do total das exportações globais. Isto, aliás, tem conferido vigor ao discurso ruralista da FRU e da ARU, permitindo preservar o capital simbólico destas instituições (QUADRO 10).

---

<sup>11</sup> Existem 300 produtores de Arroz, uma dúzia de grandes empresas Cítricas, aproximadamente 800 produtores leiteiros e uns 500 grandes produtores de cereais. Já os grandes criadores de gado são cerca de 4000.

<sup>12</sup> Além disso, esse sistema de representação resulta muito funcional para muitos dos empresários dos ramos dinâmicos que também têm interesse na pecuária.

O desenvolvimento desse sub-setor contribuiu também para criar uma imagem de mundo rural pujante, altamente tecnificado e moderno, ocultando de alguma maneira a situação de estagnação na que continua imersa a produção pecuária. Com efeito, embora muito localizados, o crescimento desses ramos levou a mudar a paisagem rural tradicional de várias regiões do país, conferindo-lhes um dinamismo particular ao levar melhoras de infraestrutura, comunicações e serviços. Essa imagem de “modernidade localizada” é permanentemente divulgada em boa medida pela ação gremial das organizações pecuárias, que utilizaram a exibição dessas conquistas econômicas e desses avanços tecnológicos como fundamento de uma estratégia discursiva recorrente como se os mesmos se tivessem dado de igual forma em todo o setor agrário.

Destarte, a potencial ameaça para o poder político e simbólico das organizações pecuárias representada pela emergência dessas outras frações parece ser neutralizada porquanto as mesmas não desenvolveram uma ação de confronto, mas de complemento, em relação às organizações tradicionais, tendo sido, aliás, suas conquistas, incorporadas pelos criadores de gado como mais uma amostra das conquistas do setor. De outro lado, ao não existir esse confronto simbólico nesses níveis, o dinamismo imposto pelos referidos ramos reforça a idéia de que o agro é a grande fonte de riqueza do país, o que contribui para manter o peso simbólico das organizações rurais como também seu mito de país Pecuário, pois a estagnação deste sub-setor fica oculta por trás do crescimento dos outros, permitindo às organizações tradicionais utilizar os sucessos nesses ramos como escudo perante ataques por sua falta de dinamismo e como estandarte nas batalhas com o elenco político para defender e ampliar seus privilégios.

#### **4.2.3. A Diferenciação No Interior do Setor Dominante**

Conforme o exposto, a situação atual do espaço social agrário está atravessada por uma tensão entre a tendência para a imobilidade da estrutura agrária por causa da estagnação da pecuária e, de outro lado, a tendência para a modernização tecnológica e para a intensificação da produção das produções vinculadas aos CAIs. Essa situação tem marcado os setores dominantes vinculados à pecuária. Nossa hipótese em relação a esse ponto é que a morfologia interna do grupo relativo aos grandes criadores de gado sofreu algumas mudanças

que poderiam estar alterando ou provocando tensões em suas estratégias de reprodução individuais e coletivas.

Como foi lembrado, a fração de grandes criadores de gado compreende 7% dos estabelecimentos e uns 4000 produtores donos de 56% da terra total do país. Para poder verificar se ocorreram mudanças em seu interior, analisamos a evolução interna do grupo desde 1951 até a atualidade<sup>13</sup>. Também subdividimos o setor de grandes produtores em quatro sub-estratos para estudar a evolução do número de estabelecimentos, depois a superfície de terra controlada pelos mesmos e, por último, as mudanças verificadas na superfície média dos estabelecimentos.

**QUADRO 11**  
**Evolução do Número de Estabelecimentos de mais de 1000 has.**  
**(1951-2000)**

	1951	1970	1980	1990	2000
<b>1000-2499</b>	2452	2790	2810	2931	2912
<b>2500-4999</b>	763	869	830	880	838
<b>5000-9999</b>	316	253	217	195	228
<b>10000 e mais</b>	71	55	38	24	56

Fonte. Elaboração Própria Baseada em Censos Agropecuários

No Quadro 11 vemos em números absolutos que os dois primeiros sub-estratos, que recolhem os estabelecimentos de 1000 a 4999 has., passaram de ser 3115 (2452 mais 763) em 1951 para somarem 3740 (2912 mais 838) em 2000. Isto mostra uma tendência em longo prazo de estabilidade, com um leve crescimento.

Enquanto os produtores muito grandes, isto é, os que possuem mais de 5000 has., agrupados no terceiro e quarto sub-estratos eram 387 em 1951, em 2000 são 284. Isto indica uma tendência lenta para sua diminuição durante a última metade do século, embora entre 1990 e 2000 tenham experimentado uma leve recuperação.

<sup>13</sup> Os dados existentes permitem analisar sua evolução só a partir de 1951, já que, anteriormente a essa data, a informação não permite desagregar as explorações de mais de 1000 hectares.

**QUADRO 12**  
**Evolução do Número de Estabelecimentos de mais de 1000 has.**  
**(Base 100=1951).**

	1951	1970	1980	1990	2000
<b>1000-2499</b>	100	114	115	120	119
<b>2500-4999</b>	100	114	109	115	110
<b>5000-9999</b>	100	80	69	62	72
<b>10000 e mais</b>	100	77	54	34	79

Fonte: Elaboração Própria Baseada em Censos Agropecuários

No Quadro 12, vemos a evolução anterior, mas tomando como base 100 o primeiro ano da série. Como é possível observar, há um incremento de 19% no primeiro sub-estrato e de 10% no segundo. Pelo contrário, nos outros dois sub-estratos de produtores muito grandes se verifica uma redução em todos os anos da série, exceto na última década, em que ambos experimentaram uma mudança nessa tendência, recuperando um pouco seu peso original. O terceiro sub-estrato cai entre 1951 e 2000 em 28% e o quarto sub-estrato se reduz em 21%.

Essa informação indica que o leve crescimento do total de grandes produtores registrado na análise global da estrutura agrária está composto por um duplo movimento em direções contrárias. Enquanto que os dois sub-estratos de grandes produtores crescem em conjunto 18%, os sub-estratos de produtores muito grandes diminuem 21%. Conceitualmente então podemos concluir que existe uma perda relativa de importância dos grandes fazendeiros terratenentes, que deixam seu lugar a outro grupo de grandes fazendeiros com estabelecimentos de extensões de terra não tão grandes.

No Quadro 13, mostramos a evolução da superfície ocupada por cada um desses estratos em termos absolutos e no Quadro 14 a mesma evolução, mas tomando como base 100 o ano 1951.

**QUADRO 13**  
**Evolução da superfície ocupada por Estabelecimentos de mais de 1000 has. conforme**  
**Tamanhos da Exploração (Base 100=1951).**

	1951	1970	1980	2000
<b>1000-2499</b>	100	113	114	118
<b>2500-4999</b>	100	115	108	114
<b>5000-9999</b>	100	80	68	62
<b>10000-Mais</b>	100	65	46	62

Fonte: Elaboração Própria Baseada em Censos Agropecuários

Em ambos os quadros (13 e 14), percebe-se claramente que a evolução de terra ocupada por cada estrato está relacionada com a evolução no número de estabelecimentos. No Quadro 13, deparamo-nos com que a superfície detida pelos dois primeiros sub-estratos de grandes produtores aumenta 18% e 14% respectivamente, enquanto que a correspondente aos dois sub-estratos seguintes diminui sua superfície 48% e 68% respectivamente em relação à ocupada por esses mesmos produtores em 1951.

**QUADRO 14**  
**Evolução da Superfície ocupada por Estabelecimentos de mais de 1000 has.**  
**(1951-2000)**

	<i>1951</i>	<i>%*</i>	<i>2000</i>	<i>%*</i>
<b>1000-2499</b>	3809704		4492725	
<b>2500-4999</b>	2583493	(37%)	2950865	(46%)
<b>5000-9999</b>	2064210		1273220	
<b>10000 e +</b>	1128166	(20%)	357142	(12%)
<b>TOTAL</b>	<b>9585573</b>	<b>(57%)</b>	<b>9073952</b>	<b>(58%)</b>

\* Percentagens sobre o total da Superfície agrícola do País

Fonte. Elaboração Própria Baseada em Censos Agropecuários

No Quadro 14, vemos como isto levou a que a participação desses estabelecimentos em conjunto se mantenha quase constante no total, aumentando nos 50 anos apenas 1%. Mas a participação desses sub-estratos no total da terra do país é alterada. De fato, a superfície controlada em 1951 pelos dois primeiros sub-estratos aumentou consideravelmente; com efeito, enquanto naquele ano, em seu conjunto, eles representavam 37% do total, atualmente possuem 48% do total. Enquanto isso, a percentagem relativa aos dois sub-estratos maiores caiu sensivelmente, passando de ocupar esses produtores 20% do total em 1951, para ocupar 12% em 2000.

Apesar dessas mudanças, como a concentração da terra de cada faixa acompanha a evolução do número de estabelecimentos, a superfície média para cada sub-estrato se manteve estável, como indica o Quadro 15. A primeira faixa só varia, em 50 anos, seu escalão médio em 21 has., passando de 1555 has. em 1951 para 1533 em 1990. O mesmo acontece com os outros dois sub-estratos seguintes, que variam sua média no período em 33 has. e em 3 has. respectivamente.

**QUADRO 15**  
**Evolução dos Tamanhos médios dos Estabelecimentos de mais de 1000 has.**  
**(1951 a 2000)**

	<i>1951</i>	<i>1970</i>	<i>1980</i>	<i>2000</i>
<b>1000-2499</b>	1554	1543	1541	1533
<b>2500-4999</b>	3386	3409	3374	3353
<b>5000-9999</b>	6532	6497	6502	6529
<b>10000 e mais</b>	15890	13316	13626	14881

Fonte: Censos Agropecuários Nacionais

A única ressalva se dá na faixa maior, que tem sua média reduzida em 1000 hectares, passando de uma média inicial muito alta de quase 16000 has. para umas 15000 has. na atualidade, o que, de qualquer forma, representa um nível muito alto para o Uruguai contemporâneo.

Esses dados em seu conjunto estão indicando que as mudanças no estrato de produtores maiores não geraram uma mudança significativa no padrão tecnológico, ao serem mantidos os mesmos escalões de produção do que na década de 50. Isso ratificaria a estagnação global do setor pecuário apontada anteriormente. O que pudemos constatar é tão só uma subdivisão dos grandes estabelecimentos embora os mesmos ainda continuem a representar um amplo resquício das formas mais tradicionais de exploração pecuária. De fato, apenas 229 estabelecimentos ocupam atualmente 12% da superfície, número que quadruplica, por exemplo, a percentagem de terras que possui o Instituto Nacional de Colonização para 4500 colonos.

#### **4.2.4. As Leves Transformações Tecnológicas na Pecuária**

Como já foi dito, a reestruturação dos grandes estabelecimentos, que levou a um aumento do peso dos sub-estratos grandes em detrimento dos muito grandes, não significou em termos globais uma transformação produtiva que alterasse a muito baixa produtividade histórica do setor pecuário.

Contudo, como no decorrer das décadas as pastagens naturais sofreram uma lógica minguada de sua produtividade, alguns indicadores mostrariam uma lenta incorporação de novas tecnologias de produção no setor para compensar essas perdas de produtividade. Em geral, as

novas técnicas visam a um aumento da capacidade forrageira das explorações junto com um aumento do número de poteiros e aguadas.

Essas incorporações foram favorecidas por vários fatores nas duas décadas passadas. Em primeiro lugar, pela crescente disponibilidade de tecnologias apropriadas para esses fins, graças ao desenvolvimento dos ramos vinculados às agroindústrias que levou a que aproximadamente 20% dos grandes produtores, principalmente no litoral Oeste e Leste do país, adotassem sistemas de produção combinando produção agrícola e pecuária<sup>14</sup>. Segundo, provavelmente tenha tido lugar na última década uma substituição geracional na direção desses estabelecimentos que, junto com os efeitos da herança e tendo muita incidência também na subdivisão dos estabelecimentos maiores, operou em favor da incorporação dessas mudanças. A combinação desses fatores contribuiu para que um grupo de grandes fazendeiros se orientasse para um tipo de estratégia individual de reprodução social que prioriza o investimento em melhoras forrageiras, questionando em parte a lógica especulativa dominante no setor.

Para avaliar a magnitude dessas mudanças e o peso do grupo social que as promoveu, utilizaremos alguns dados que nos permitem aproximar-nos do fenômeno.

Em primeiro lugar, a presença técnica nos estabelecimentos vem crescendo sistematicamente nos últimos 30 anos, passando-se de 19.6% de produtores que recebia assistência técnica em 1970 para 31.3% em 2000. Esse aumento é ainda mais significativo nos estabelecimentos grandes, onde os produtores do estrato que recebem assessoramento em 2000 atinge 66.7%, o que indica uma primeira mudança atitudinal importante com respeito à mudança técnica nesse grupo.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Os principais ramos que se combinam com a pecuária são o Arroz, os Cereais e os Lactínicos. Segundo os dados de DICOSE para 1997, reprocessados por Pereira, 20% dos criadores de gado de mais de 1000 has. desenvolve um sistema de produção agrícola-pecuário.

<sup>15</sup> Também esses estabelecimentos melhoraram muito suas vias de acesso, pois no ano 1990 mais de 67% dos estabelecimentos grandes contava com caminhos bem transitáveis, enquanto em 1980 essa porcentagem era de apenas 50%. Essas circunstâncias parecem ter incidido também no aumento da agremiação desse setor, embora a mesma sempre fosse alta. Com efeito, as organizações rurais têm um alcance que atinge 45% do setor. Entre o estrato de produtores grandes, a integração chega a 60% enquanto que entre os pequenos e médios a porcentagem é de aproximadamente 18%.



Em segundo lugar, o Quadro 16 mostra a evolução da superfície do solo ocupada com algum tipo de pastagem melhorada<sup>16</sup> entre 1951 e 1998. Como é possível observar, constata-se um aumento importante em finais dos anos 60, passando de um escasso 4.7% para um 7.8% que irá crescendo levemente até finais da década de 90, em que terá lugar um incremento significativo, atingindo-se o número recorde de 13% da superfície total do país<sup>17</sup>.

**QUADRO 16**  
**Evolução da Superfície de Pastoreio melhorada sobre o total da Superfície de Pastoreio**  
**(em %)**

<i>Anos</i>	<i>%</i>
1951	4,7
1960	4,3
1966	7,8
1970	8,9
1980	10,7
1990	10,9
2000	13,1

Fonte: Elaboração própria a partir de Censos Agropecuários, Anuário do MPAP e Astori, 1979.

É muito provável que esses aumentos de pastagens não se tenham produzido em igual proporção em todos os estratos sociais da pecuária. Infelizmente, não se conta com informação pormenorizada da evolução desse indicador por estratos, o que nos permitiria analisar o comportamento histórico de cada grupo social.

Mas, para mostrar esse possível comportamento diferencial na incorporação de pastagens melhoradas, temos um estudo recente de Pereira (2000) que, após reprocessar a informação de Dicose, realiza uma análise sincrônica que nos permite estudar a situação atual dos diferentes tipos de produtores em relação à referida variável<sup>18</sup>. O Quadro 17, permite-nos chegar a uma aproximação quantitativa da magnitude do fenómeno em cada estrato social.

<sup>16</sup> Isto inclui pradarias artificiais, campo natural fertilizado, semeadura em cobertura e outras formas de melhoras das pastagens naturais.

<sup>17</sup> Nem toda essa superfície é necessariamente dedicada à pecuária, incluindo também as melhoras forrageiras efetivadas para a produção de leite que, como foi referido acima, teve um grande aumento a partir da década de 80.

<sup>18</sup> Pereira elabora 27 tipos de explorações pecuárias, combinando variáveis de especialização produtiva (Criador, Invernador, Ciclo Completo e Pecuário ou Agrícola-Pecuário), o tipo de solo (basalto e cristalino) e o tamanho das explorações.

**QUADRO 17**  
**Superfície de Pastagens Melhoradas conforme Estratos de Tamanhos <sup>19</sup> das Explorações**  
**(em percentagem para cada estrato)**

	<i>Sem melhoras</i>	<i>Até 15%</i>	<i>Mais de 15%</i>	
<b>Pequenos</b>	57,5	10,4	32,1	100%
<b>Médios</b>	43,5	29,2	27,3	100%
<b>Grandes</b>	28,5	42,9	28,6	100%

Fonte: Pereira, 2000.

Como podemos observar, os diferentes estratos de produtores foram divididos em três categorias segundo o nível de superfície forrageira melhorada de sua exploração. A primeira categoria está conformada por aqueles produtores que não têm nenhuma superfície melhorada, a segunda pelos que têm até 15% de sua superfície melhorada e a terceira é composta pelos estabelecimentos que contam com mais de 15% de sua superfície melhorada.

Constatamos diferenças notórias na capacidade de incorporar melhoras ligadas aos tamanhos dos estabelecimentos. No grupo dos grandes produtores, deparamo-nos com que a percentagem de explorações com formas mais tradicionais de exploração (sem nenhuma melhora) é relativamente baixa porquanto 70% desses produtores têm algum tipo de melhora em sua propriedade. Porém, a situação é significativamente diferente nos outros dois estratos, em que quase 60% dos produtores pequenos e 43% dos médios não têm nenhuma melhora em seus estabelecimentos. Isto reafirma que a estratégia de reprodução social preponderante no grupo dominante dos criadores de gado está vinculada, em alguns aspectos, à modernização produtiva. Se bem que a mesma assuma um caráter moderado (apenas 28% do referido grupo mostra um índice alto de adoção de melhoras forrageiras), não deixa de apresentar certa novidade, pois é o estrato com maior incorporação. Há algumas décadas esse setor era alheio às mudanças técnicas dessa natureza, não tendo, inclusive, sua ação coletiva, maiores referências sobre esses assuntos até muito avançada a década de 80.

Destaca-se também nesses dados que existe uma percentagem de 30% de produtores em cada estrato que apresenta um índice alto de modernização, parecendo, com isso, localizar-se na vanguarda desse processo. Isso pode induzir a pensar que, para além de suas

<sup>19</sup> A categorização por estratos realizada por Pereira não é exatamente igual à que vimos utilizando no presente capítulo, pois considera estabelecimentos pequenos os que têm menos de 500 has., médios os que possuem entre 500 e 2000 has. e grandes os que contam com mais de 2000 has.

diferenças de tamanho, esses produtores compartilham uma percepção similar sobre os problemas do setor que, às vezes, pode chegar a se exprimir como uma clivagem relevante para entender suas ações coletivas. Em outras palavras, a coincidência objetiva nessa dimensão do espaço social agrário pode levar a que existam algumas homologias no comportamento coletivo dos referidos setores nas lutas políticas que transcenderiam o fator relativo à quantidade de terra possuída pelos mesmos.

Também no Quadro 17, observamos que existe um grupo social no outro extremo do espaço social, conformado pelos estabelecimentos tradicionais que não têm incorporado até hoje nenhum tipo de pastagem. Seu peso é majoritário entre os produtores pequenos e médios enquanto que apenas 28% dos grandes estabelecimentos se encontra nessa categoria. No caso dos estratos menores, essa situação pode ser explicada pelas limitações de recursos provindos de investimentos, mas no caso dos estabelecimentos maiores, tendemos a pensar que se trata de uma estratégia de reprodução deliberada usada faz muito pouco tempo pela maioria dos grandes produtores do país, sendo mantida nas regiões centro-norte do país, onde as terras tornam menos rentáveis as melhoras forrageiras.

Isto confirmaria que os grandes produtores, mais do que o resto dos produtores, iniciaram uma inflexão em sua conduta, ao propor-se uma estratégia individual de incorporação moderada de mudanças técnicas a fim de melhorar sua produção e sua forragem.

No entanto, como, em linhas gerais, a situação de estagnação em longo prazo se mantém, essa mudança não parece representar uma estratégia do grupo dominante a fim de promover uma ampla modernização produtiva, como já foi feito por outros grupos dominantes no agro latino-americano<sup>20</sup>. A permanência da estagnação em longo prazo pode ser constatada através dos indicadores de produtividade por hectare segundo os tamanhos das explorações, como se observa no Quadro 18. Ao analisarmos os indicadores de produtividade, encontramos que os impactos das melhoras realizadas nos estabelecimentos são minimamente significativos.

---

<sup>20</sup> É o que aconteceu no caso do trigo na Argentina, da hortifruticultura no Chile e da soja no Brasil, entre outros.

**QUADRO 18**  
**Produtividade dos estabelecimentos (em Unidades Pecuárias eqüivalentes) conforme estrato de tamanho e especialização produtiva**

	<i>Pecuários</i>	<i>A. Pecuários</i>
<b>de 1000 has</b>	1,06	0,82
<b>1000 a 5000</b>	0,75	0,76
<b>5000 e mais</b>	0,66	0,66
<b>Total</b>	0,80	0,76

Fonte: Gonzalo Pereira, 2000

Os dados que emergem do Quadro 18 indicam que a produtividade não mudou substancialmente com o aumento das pastagens e sobretudo, no estrato de maior tamanho, a mesma se encontra por embaixo da média de 0.80 registrada pelo país como sintoma de sua estagnação. Essa produtividade tão baixa se dá nesse estrato, em que a percentagem de estabelecimentos com melhoras é de aproximadamente 70%, representando, com certeza, a maior parte da superfície melhorada no país, que, como foi oportunamente lembrado, atingia 13% do total em 1998. Esse resultado permite afirmar que a estratégia de modernização dos setores dominantes, antes que visar uma reprodução ampliada, tende a manter os mesmos níveis de acumulação histórica, compensando com as referidas melhoras a redução de fertilidade dos campos naturais e parte do valor da renda diferencial captada no nível mundial com as exportações de carne e lã.

Para explicar o aparente paradoxo que resulta de encontrar um aumento constante da percentagem de pastagens melhoradas e indicadores persistentes de estagnação, devemos recorrer a outro tipo de indicador. Como mostra uma análise agrônômica minuciosa de Seragro (2000), as melhoras introduzidas apontam apenas para um dos problemas decorrentes da estagnação do setor, que é o relativo à produção de mais volumes de carne para a atividade pecuária. Isto representa então uma forma de modernizar conservadora que visa principalmente obter melhores condições de especulação. Essa modalidade tem incrementado a disponibilidade de alimentos, fundamentalmente para a fase final do processo de engorda, o que permitiu um aumento de cerca de 20% do volume de carne nos últimos anos. Mas o problema de fundo de aumento do estoque bovino, que implica produzir mais animais para atingir um crescimento sustentado do setor, continua em vigor.

No Quadro 19, podemos ver que a percentagem de “desmama” (a relação terneiro/vaca), que indica a capacidade de produção de novos terneiros, permanece estável há décadas, com uma leve tendência para a redução.

**QUADRO 19**  
**Relação Vacas de cria e Terneiros, 1976-2000**

<i>Ano</i>	<i>% de desmama</i>
1976	65.7
1980	68.5
1985	66.8
1990	49.5
1995	58.4
2000	61.2
Média	63.5

Fonte: elaboração própria baseada em Seragro, novembro 2000 p.45

Isto mostra claramente que as incorporações tecnológicas atingidas são insuficientes para aumentar o estoque vacum, o que, junto com as variações cíclicas do estoque ovino, provoca uma estagnação global do setor (Gráfico 1).

Todos os fatores analisados no presente capítulo, isto é, a permanência de uma estrutura agrária com altos níveis de concentração, a constante redução da população rural, a continuidade da estagnação, a diferenciação dos grandes produtores e sua parcial tecnificação, permitem realizar um balanço do século que mostra mais permanências do que mudanças. Os diferentes elementos numerados em cada uma destas seções são os que caracterizam o lento processo de Modernização da Pecuária Uruguia enquanto um caso tardio e particular da Modernização Conservadora Latino-americana a que alude Chonchol (1994).

De fato, os elementos expostos parecem indicar que os criadores de gado, perante a perda de peso de seu setor na estrutura econômica do país e em face de mudanças no mercado internacional de carnes, têm ido se mobilizando em direção a uma estratégia de reprodução centrada numa lenta mas constante incorporação de mudanças técnicas, sem que isso implique uma alteração substancial de seu controle sobre a terra<sup>21</sup>. Para que essa estratégia de

<sup>21</sup> Uma estratégia desenvolvida nestes últimos lustros pelos grandes produtores consiste na diversificação de seus interesses fora do setor. Com efeito, uma enquête recente indica que 25% dos grandes criadores de gado não obtêm sua renda principal do setor. Embora essa percentagem seja ainda baixa, mostra as conexões desses empresários com outros setores da economia, indicando uma estratégia individual ou familiar de reprodução social dos grandes criadores de gado de outrora (“El País”, dezembro 2001).

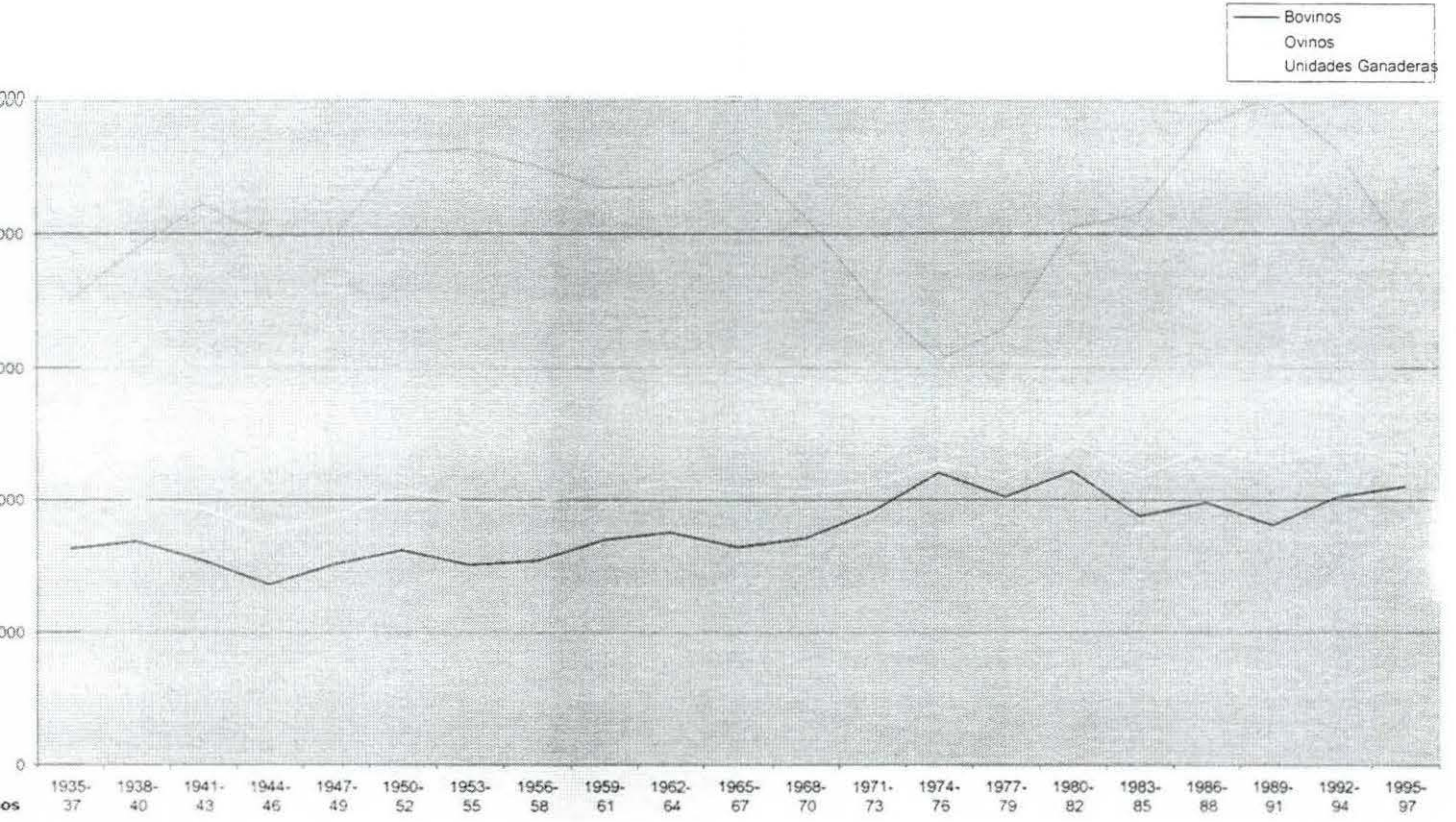
modernização parcial e conservadora fosse realmente efetiva teve que ser acompanhada por uma ampla luta gremial direcionada a obter, no nível material, uma sistemática redução das transferências de excedente e, no nível simbólico, a construção de uma nova imagem social do setor.

Em suma, a evolução da morfologia do espaço social que apresentamos no presente capítulo mostra como a mesma foi moldada pelos conflitos políticos e sociais desenvolvidos durante todo o século. Nessas lutas, o que estava em jogo para a classe dominante era sempre a manutenção de seus privilégios perante as transformações políticas e sociais experimentadas pelo país no século XX. Os dados nos indicam que as estratégias implementadas a esses efeitos redundaram nos resultados visados, pois, durante todo o século, os referidos agentes conseguiram reproduzir sua posição no espaço social agrário.

Nos próximos capítulos, analisaremos como eles adaptaram sua estratégia no período recente de redemocratização do país e em face dos processos de globalização e regionalização da economia. Também exploraremos se, nesse tempo, tiveram lugar algumas manifestações na ação coletiva que exprimissem a diferenciação observada no espaço social agrário entre os grandes criadores de gado.

## GRÁFICO 1

Evolução do Estoque Bovino, Ovino e de Unidades Bovinas Eqüivalentes no Uruguai  
entre 1935 e 2000 (em médias trianuais)



**Parte III- As Estratégias e Lutas Simbólicas dos Criadores de Gado no  
Uruguai pós-ditatorial (1985-1999)**



## **5. As estratégias Simbólicas dos Criadores de Gado**

### **5.1. A Agenda Atual das Agremiações Pecuárias (1985-1999)**

Para analisar as estratégias simbólicas promovidas pelas organizações dos criadores de gado durante os últimos 15 anos (1985-1999) com o objetivo de defender seus interesses e, portanto, de garantir sua reprodução enquanto grupo social dominante, devemos circunscrever as mesmas a um plano empírico específico. Nesse sentido, realizamos um estudo sistemático das declarações públicas das referidas instituições, que, como já foi argüido, representam a parte substantiva de suas estratégias. Esse estudo permitiu reconstruir analiticamente as estratégias simbólicas atuais, contidas implicitamente nas declarações, opiniões e comportamentos públicos de seus dirigentes. Abranger um período relativamente prolongado de tempo nos permitiu também distinguir os diferentes momentos ou mudanças registrados nessas estratégias, relacionando essas modificações aos processos que tiveram lugar durante o mesmo período na sociedade uruguaia.

As declarações públicas das agremiações pecuárias são abundantes e amplamente divulgadas pela mídia, mas, a fim de atingir a análise pormenorizada e específica das estratégias simbólicas que subjazem às mesmas, optamos por centrar nosso estudo nos discursos das organizações em seus encontros anuais de caráter público. De fato, nessas instâncias, ano após ano, é exposta, de forma sintética, a posição global da instituição perante a situação do setor agropecuário no contexto geral do processo econômico, social e político do país. No caso da ARU, referimo-nos à exposição e concurso de reprodutores realizados no Parque Prado desde inícios do século; e no caso da FRU, aludimos ao congresso rural anual de suas entidades federadas, que tem lugar em diferentes localidades do país. O discurso com que o presidente da ARU inaugura a referida exposição, como também o pronunciamento do Presidente da FRU para abrir o Congresso, constituem uma fonte básica de informação a efeitos de nossa pesquisa. Ambos os acontecimentos têm uma ampla cobertura da imprensa e uma repercussão política de alto significado, pois comparecem a essas instâncias as máximas

autoridades nacionais, que, inclusive, em ocasiões, usam as mesmas para realizar anúncios sobre políticas referidas ao setor.

Partindo dessa base empírica levamos a cabo diferentes tipos de análise da informação. Em primeiro lugar, na presente seção, realizamos uma análise quantitativa dos referidos discursos para poder construir a agenda de demandas das organizações, como também visualizar sua evolução no tempo. Na segunda seção, analisamos a construção simbólica que os criadores de gado procuram impor através desses discursos para legitimar suas demandas e sua posição de poder no espaço social. Na terceira seção realizamos uma análise de processo, concebendo as relações entre as agremiações pecuárias e os governos nos 15 anos alvo de nosso estudo como uma rede de negociações e conflitos onde é colocado efetivamente em jogo o poder simbólico das referidas organizações.

### **5.1.1. Análise Quantitativa dos Discursos Pecuários**

Para poder sintetizar os diferentes componentes da estratégia discursiva dessas organizações optamos por realizar uma primeira classificação temática do conteúdo dos discursos selecionados. Em primeiro lugar, identificamos os assuntos que aparecem com maior assiduidade. Isso nos indica quais são os temas de maior interesse para as estratégias das organizações, o que determina sua agenda de demandas e conflitos, da mesma forma que o poder político e os outros agentes sociais do setor. Também, a informação obtida nos conferirá a possibilidade de comparar a agenda desses anos com a de outros períodos, utilizando para isso trabalhos realizados nessa mesma direção. Destarte, poderemos determinar as mudanças e permanências dessa agenda de modo a nos ilustrar sobre possíveis alterações nas estratégias corporativas desse grupo social.

A análise dos discursos anuais de ambas as organizações foi arquitetada de maneira indutiva, registrando as menções realizadas sobre cada tema. Nos discursos do Presidente da Federação Rural registramos um total de 281 menções sobre diferentes temas, enquanto que nos discursos do Presidente da Associação Rural do Uruguai foram registradas 287 menções. Como fora previsto, o arrolamento de temas foi muito amplo e apresentou um conjunto importante referido especificamente à conjuntura desses anos (vide Anexo I). É por isso que

realizamos um agrupamento sobre a base de uma categorização que procurou transcender analiticamente os problemas de conjuntura e centrar-se nos temas objetos de preocupações mais permanentes das organizações, de modo que fosse possível uma análise de mediano prazo de seus interesses e conflitos. Em função disso, elaboramos seis categorias temáticas que permitem agrupar o conjunto das menções de ambas as instituições. As categorias temáticas construídas versam sobre Assuntos Políticos Gerais, Funcionamento do Estado, Política Econômica, Política Tributária, Política Creditícia, Gestão e Tecnologia Agropecuária e Assuntos e Políticas Sociais.

Como é possível observar no Quadro 1, a gama de assuntos tratados pelas menções dos discursos das agremiações pecuárias era muito ampla. Não existindo temas que concentrem mormente a atenção das organizações, encontramos que as mesmas contam com um amplo leque de espaços de atuação, tanto no campo agrário quanto no referido a assuntos relacionados a problemas nacionais que transcendem sobejamente os problemas específicos da produção agropecuária. E mais, nos discursos dos criadores de gado, pode-se apreciar o esforço por vincular os temas mais relevantes do debate nacional com seus próprios interesses ou demandas. Essa estratégia de procurar opinar e assumir posições determinadas em relação aos temas mais relevantes do debate político constitui, sem dúvida, uma tendência histórica dessas agremiações, enraizada em seu tradicional discurso ruralista. No entanto, nessa amplitude à que são impelidos em suas lutas pela hegemonia no setor e no campo de poder, sobressaem, sem dúvida, os temas que dizem respeito a seus interesses econômicos mais imediatos e que garantem sua forma material e simbólica de existência e sua reprodução enquanto grupo social. Outra peculiaridade que a informação exposta no quadro torna evidente é a relativa à semelhança do perfil das agendas das duas instituições, que, como é possível observar, apresenta uma notória equivalência no grau de menções dedicadas a cada um dos assuntos. Isso confirma mais uma vez a raiz ideológica comum de ambas as instituições e seu posicionamento próximo no espaço social<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Porém, no decorrer do período estudado começará a processar-se uma separação nas estratégias das mesmas que decorre, em parte, das mudanças no espaço social agrário assinaladas na seção 4. No entanto, esse distanciamento se insinuará só no final do período, não podendo, por isso, ser apreciado por esta análise de mediano prazo.

### QUADRO 1

**Menções realizadas nos Discursos de Abertura do Congresso da Federação Rural e de Encerramento da Exposição do Parque Prado da Associação Rural do Uruguai (entre 1985 e 1999)**

Categorias Temáticas	FRU		ARU	
	Nº. de Menções	Percentagem sobre Total	Nº. de Menções	Percentagem sobre Total
Assuntos Políticos	31	11,0	44	15,3
Funcionamento do Estado	25	8,9	43	15,0
Política Econômica	60	21,4	45	15,7
Política Tributária	78	27,8	61	21,3
Política Creditícia	41	14,6	26	9,1
Tecnologia e Gestão Produtiva	23	8,2	38	13,2
Assuntos e Políticas Sociais	23	8,2	30	10,5
<b>TOTAL</b>	<b>281</b>	<b>100,0</b>	<b>287</b>	<b>100,0</b>

Fonte: elaboração própria baseada nos discursos do período

A maioria relativa das menções da ambas as instituições nesse período aludem a assuntos referidos à Política Tributária (27,8% na ARU e 21,3% na FRU). Em geral, nessas menções, é sistematicamente colocada de manifesto a suposta alta carga tributária sofrida pelo setor. Embora esse seja um tema recorrente na história das instituições –como foi demonstrado no primeiro capítulo-, neste período, as denúncias sobre a alto ônus tributário que suporta o setor em momentos em que seu peso econômico e rentabilidade se encontram em declínio, tornam-se mais pungentes. Com efeito, a reclamação central do período é a que exige a eliminação do imposto sobre a terra e a redução de todos os outros impostos diretos ou indiretos que deve pagar o setor. Portanto, não se trata de uma pressão pontual por este ou aquele imposto. Pelo contrário, essa reiteração assinala uma mudança doutrinal sobre o assunto que parece visar a uma alteração profunda do sistema que implique o abandono da velha idéia de “castigar” -segundo a visão pecuária do problema- com mais impostos a quem possui mais terra. Isso leva a que nas menções seja apresentada como necessária uma

“profunda” reformulação do sistema tributário no Agro<sup>2</sup>. Essa prédica para baixar os impostos foi legitimada através da crítica frontal ao gasto público e ao funcionamento do Estado.

Por isso, as menções a Assuntos Políticos e ao Funcionamento do Estado constituem também itens muito importantes na agenda das agremiações. No caso da ARU, eles aparecem em terceiro e quarto lugar de importância, enquanto que na FRU ocupam o quarto e quinto lugar respectivamente. Esses itens, pelo tom das menções e sua natureza, são facilmente agrupáveis, pois fazem referência a aspectos similares vinculados a assuntos de política nacional e a elementos de feição ideológica como, por exemplo, as menções ao funcionamento do Estado e as alusões à condução política do país. É justamente nessas menções que se pode analisar com maior facilidade o ponto de vista dos criadores de gado sobre os principais problemas da sociedade, como também a relação que esses agentes estabelecem entre esses mesmos problemas e o papel que eles atribuem a seu setor. Os dois itens referidos agrupados detêm um peso importante nos discursos das agremiações pecuárias, atingindo 33,7% das menções na ARU e 19,7% na FRU.

Destarte, a argumentação dos “avolumados” impostos se conjuga com esses temas, conformando uma constelação de argumentos que representa o ponto de vista dos criadores de gado e que consegue criar uma cadeia de significados quase perfeita em seu discurso. Isso lhes permite utilizar e verter em seu favor o sentimento de descontentamento da maioria da cidadania em relação aos problemas de funcionamento e de burocratização do Estado e das empresas públicas, colocando-se, com essa ofensiva, na vanguarda das forças anti-estatistas no campo de poder.

O segundo foco de relevância na Agenda de ambas as organizações é o relacionado às menções sobre a Política Econômica do governo. Nessas menções, o tom opositor é muito mais atenuado do que o registrado nas menções aos assuntos anteriores. Com efeito, nesse tema em particular, aparece uma crítica muito mais mesurada ao governo, salpicada de acordos implícitos e explícitos com a linha de condução econômica dos sucessivos governos. Nas próximas seções, desenvolveremos uma hipótese ao respeito que afirma que, em linhas

---

<sup>2</sup> Essa idéia de força é sustentada com muita veemência pelas duas Instituições gremiais que, no final do período, conseguirão impor implicitamente essas mudanças. Como veremos, a prédica rendeu frutos e conseguiu modificar substancialmente o sistema tributário, reduzindo, posteriormente, o montante total de tributos pagos pelo setor. As declarações do Presidente Batlle durante o ano 2002 constituem uma eloqüente demonstração desse fenômeno. Isso ficou em evidência quando, por exemplo, ele afirmou publicamente: “o agro não paga mais impostos” (El País 8/2001)

gerais, as agremiações pecuárias mantêm um acordo com a política econômica vigente no país desde a década de oitenta, mas diferem com os diferentes governos de pós-ditadura nos aspectos referidos a sua implementação. Isso porque, em geral, as referidas instituições visavam um grau maior e mais acelerado de abertura, liberalização e desestatização do que o impulsionado por esses últimos governos.

As menções sobre a Política Econômica remetem principalmente ao comentário sobre a evolução das variáveis macroeconômicas e ao posicionamento das instituições pecuárias - em geral favorável- quanto às políticas anti-inflacionárias, à necessidade de manter os equilíbrios macroeconômicos, de conter o gasto público, etc. Os comentários mais críticos nessa temática atacam a política de câmbio, que, durante a década de 90, manifestou uma sobrevalorização do peso perante o dólar como uma das medidas para conter a inflação. Isto acarretou um prejuízo importante para os criadores de gado, reduzindo sua apropriação de excedentes decorrentes da exportação de seus produtos. Nesse tema também são incluídas as menções sobre a política agropecuária e sobre sua relação com as políticas econômicas. Principalmente, muitas menções estão direcionadas a marcar as contradições entre a política econômica em geral e a política setorial. As mesmas estão especialmente dirigidas ao sub-setor da carne, em que, segundo a opinião das agremiações, não são aplicadas as mesmas regras que o governo postula para a economia em geral, o que geraria efeitos contraproducentes para os interesses dos criadores de gado, afetando o desenvolvimento de todo o setor.

Todas as menções agrupadas nesse item contêm, em sua maioria, amplas referências aos princípios de uma “absoluta” liberdade de mercado que reafirmaria a tradicional postura das agremiações. Mas, desta vez, o discurso procura articular-se com uma maior amplitude, sobretudo no final do período, tentando contribuir para a visão hegemônica dos problemas do país e, principalmente, para a idéia de que eles só podem ser resolvidos transitando o caminho da liberalização dos mercados e da desregulamentação. Por isso, aparecem com frequência nessas menções alusões às privatizações das empresas públicas e dos seguros sociais.

Os principais conteúdos das menções sobre Políticas de Crédito no período se referem a problemas relativos ao sobre-endividamento do setor e à criação de linhas de crédito mais adequadas. Essas menções ocupam um lugar diferente nas agendas das agremiações; enquanto na ARU elas se localizam no terceiro lugar, com 14,6% das menções de seus discursos, na

FRU ocupam o último lugar, com 9,1%. É difícil arriscar uma explicação sobre essa situação, mas o que parece claro ao ler as menções é que a ARU exige maiores facilidades de crédito para o desenvolvimento do setor enquanto que a FRU coloca mais ênfase nos temas de Endividamento e refinanciamento de dívidas. Isso explicaria que se registrem mais menções na ARU do que na FRU porquanto as reclamações por facilidades de crédito e linhas especiais para o setor constituem uma demanda mais contínua e estável. De fato, as reclamações da FRU sobre Endividamento e refinanciamento de dívidas são necessariamente mais esporádicas. As mesmas se concentram mais em alguns momentos para, posteriormente, quando é atingida uma solução, desaparecer da agenda por vários anos até emergir uma “nova situação de crise”. As reclamações de refinanciamento encontraram soluções parlamentares em três oportunidades no período estudado, o que acarretou, em algumas ocasiões, o surgimento de conflitos abertos com o capital financeiro, que não aceitava renegociar as dívidas<sup>3</sup>. O aumento do endividamento e a tensa relação com a fração financeira no campo de poder irão levando, com o tempo, a um endurecimento da posição da FRU. Isso irá empurrando a instituição para um isolamento dentro do campo de Poder. Já a ARU, em relação a esse conflito, apesar de apoiar as reclamações da FRU, toma distância com respeito ao tema nos pontos mais candentes da polêmica, limitando-se apenas a continuar reclamando linhas de crédito mais adequadas para o setor sem entrar em polêmicas abertas com a fração financeira. Essa estratégia lhe permitirá um melhor relacionamento e a constituição de alianças dentro do campo de poder com a fração hegemônica nesses anos.

O quinto tema em virtude do qual reunimos as menções é o constituído pelos assuntos ligados ao desenvolvimento tecnológico e à gestão da empresa agropecuária. Nesse item, o elemento de maior peso é o relativo à sanidade animal e às campanhas para extinguir doenças endêmicas no rodeio nacional, como a febre aftosa, o carrapato, etc. Já o problema da estagnação da pecuária a que aludimos no capítulo 4 tem uma escassa participação explícita nestas menções, aparecendo apenas com alguma recorrência nos primeiros anos do período, tendo seu peso reduzido depois até quase desaparecer completamente em finais dos anos 90. Em geral, as poucas propostas de desenvolvimento tecnológico realizadas em face dessa problemática são de caráter extensivo e não procuram alterar de maneira significativa o sistema de exploração dominante na pecuária. Em geral, as mesmas são instrumentos

---

<sup>3</sup> No entanto, a despeito desses momentos conflituosos, a verdade é que este setor foi o único ao que foram aplicadas leis de refinanciamento de dívidas, constituindo esse um bom indicador do poder do setor na sociedade.

complementares ao modelo em vigor, conseguindo, no máximo, aumentar marginalmente a produtividade. Por isso, os assuntos sanitários, a melhora das pradarias naturais e outras medidas similares que não colocam em risco o sistema de exploração pecuário tradicional passam a ser os temas tecnológicos relevantes que marcam a agenda de pesquisa. De outro lado, esse enfoque conferido pelos criadores de gado à questão tecnológica apresenta hoje a vantagem de conjugar-se muito bem com os argumentos de sustentabilidade da produção agrária porquanto não representam nenhuma ameaça para o meio ambiente. Esse novo ingrediente de sustentabilidade permite a esses produtores apropriar-se de uma nova fonte de legitimidade em função de sua produção ser “natural”. Por essa razão, o atual sistema de exploração e a estrutura agrária derivada do mesmo devem ser mantidos a fim de que o “país” possa ser mais competitivo no mundo globalizado. Pela primeira vez neste século, os criadores de gado têm a oportunidade de estar no sentido da época e deixar assim de ser acusados como “tradicionais” ou “atrasados”. Seu sistema de produção passa a ser “sustentável” e “natural”, valores cobiçados no mundo de hoje, como ontem o foram o “industrial” e “urbano”. Esses argumentos se constituirão num dos eixos mais marcantes da readaptação do “mito de país pecuário” que as elites pecuárias tentaram construir durante este período.

O sexto agrupamento de menções se refere aos problemas sociais do meio rural e às políticas sociais vinculadas aos mesmos. A FRU é a instituição que incorporou com maior frequência estas menções e os temas sociais do campo. Com efeito, esses temas são reiterados ano após ano, centrando-se sobretudo nos problemas concernentes ao despovoamento e à falta de serviços básicos como estradas, eletrificação, comunicações e uma adequada oferta educacional. Em geral, seu peso é pouco importante, mas tende a concentrar-se no início do período, pois a saída da ditadura instaurou em toda a sociedade um clima favorável a esse tipo de reclamação social, às que, de alguma forma, as agremiações pecuárias também aderiram. Por constituírem demandas que abrangem toda a população rural, encontramos que essas menções aparecem também nos anos eleitorais como uma forma de reclamação aos próximos governantes. O enfoque que ambas as organizações fazem desses temas é de feição puramente filantrópica, operando, na maioria das vezes, como um efeito de “condescendência” que não faz mais do que reforçar a dominação sobre os setores sociais subalternos do agro.



### 5.1.2. Mudanças e Permanências na Agenda das Organizações

Para poder analisar as mudanças e as permanências na estratégia de reprodução dos criadores de gado é importante observar o grau de continuidade que apresentam suas plataformas gremiais. Nesse sentido, é possível comparar -como mostra o quadro seguinte- nossa análise com a realizada por Astori para o período compreendido entre os anos 1930 e 1977. Ainda que os lapsos de tempo e objetivos do levantamento difiram dos nossos, mediante um agrupamento de itens, é possível realizar uma comparação geral sobre a composição das agendas das organizações em ambos os períodos<sup>4</sup>.

**QUADRO 2**  
**Comparação do Conteúdo dos Discursos da ARU e da FRU**  
**Períodos 1930-1977 e 1985-1999**

Tipo de Menções	ARU		FRU	
	Período		Período	
	1930-1977	1985-2000	1930-1977	1985-2000
Estímulos Econômicos	46.5%	46,1%	60,5%	63.8
Aspectos Tecnológicos	39.9%	13,2%	14.9%	8.2%
Política Nacional	9.7%	33,5%	17.7%	19.9%
Aspectos Sociais	3.8%	10,5%	6.7%	8.2%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: elaboração própria baseada nos discursos do período

Em primeiro lugar, não pode deixar de surpreender o grau de regularidade e permanência da estrutura geral da agenda de demandas destas agremiações. Como é possível observar, as reclamações por estímulos econômicos para a produção (abatimento de impostos, linhas especiais de crédito, exonerações tarifárias e tributárias, regulamentações para o melhoramento de preços, etc.) são mantidas com uma estabilidade notória em ambos os períodos, conformando uma ampla maioria relativa das reclamações da ARU e a maioria absoluta das correspondentes à FRU. Essas reclamações de feição imediatista procuram, sobretudo, impulsionar mecanismos que possibilitem uma maior captação do excedente,

<sup>4</sup> Para ver como foram agrupados os itens a fim de proceder à comparação, consultar o Anexo 2.

pressionando principalmente em mecanismos de fixação de preços e em outro tipo de regulamentações que favoreçam sua posição no mercado. Essa atitude histórica das agremiações já foi interpretada como expressão de sua conduta rentista e especulativa mais do que produtiva, que, por sua vez, teria levado o setor a seu cíclico estado de estagnação. A continuidade e magnitude desse tipo de demandas na agenda atual das agremiações confirmariam que essa atitude não mudou significativamente apesar das transformações ocorridas no contexto econômico e social da produção agropecuária nos últimos 20 anos. Sem dúvida, essa continuidade também está ligada à imobilidade da estrutura agrária observada no capítulo anterior.

Embora esse tipo de demanda rentista continuasse a constituir a principal reclamação das agremiações pecuárias, também constatamos que foram registradas algumas mudanças entre os dois períodos estudados. Uma das mudanças mais evidentes resultante da comparação é a que se verifica na agenda da ARU, que incrementou notavelmente em seus discursos as menções sobre os assuntos de política nacional. Com efeito, essas menções passam de representar 9,7% no primeiro período para constituir 33,5% no segundo. A triplicação desse tema na agenda atual da ARU tem vários significados. Primeiro, esse aumento indica que a referida agremiação se viu obrigada pelas novas circunstâncias a assumir um papel mais político em sua ação corporativa e a referir-se, conseqüentemente, mais diretamente a assuntos relacionados com o debate político nacional. Uma dessas circunstâncias é a redemocratização do país, que levou todos os atores coletivos a travar uma discussão mais orientada para os problemas nacionais ao sair da ditadura. De outro lado, nesse período, constatou-se um enfraquecimento da FRU devido a problemas internos, que culminará com um reposicionamento da agremiação em finais do ano 2000. Isso foi impelindo os dirigentes da ARU a adotar uma face mais política em suas intervenções, papel que, como se lembrará, a instituição deixava reservado para a FRU, auto-atribuindo-se um *status* mais “neutral” e “técnico”. Sem dúvida, essa mudança de ênfases em sua agenda também foi motivada pelo discurso neoliberal dominante que reduz todos os problemas nacionais às finanças públicas e à política monetária, o que obriga a todos os atores a opinar ou pronunciar-se em relação a esses assuntos como forma direta ou indireta de justificar suas reclamações particulares e mais imediatas.

Mas outro elemento importante dos movimentos da agenda da ARU é a redução das referências às questões técnicas e de gestão tecnológica. De fato, essas menções passam de

39,9% no primeiro período para 13,2% no período atual. As alusões ao desenvolvimento tecnológico do setor tinham constituído historicamente um dos traços centrais da instituição, a fonte de legitimação de sua ação corporativa e de sua suposta ação universal em prol do desenvolvimento tecnológico do setor. Certamente essa mudança é resultado de considerações de estratégia da organização e ao não-consciente “sentido do jogo” de seus dirigentes. Mas também deve ser levado em conta que as mudanças tecnológicas impulsionadas pela ARU – amplamente inovadora em finais do século XIX- hoje se mostram totalmente esgotadas, encontrando-se, o pacote tecnológico que a instituição representa, totalmente estendido no país e com resultados à vista. As menções atuais em seus discursos sobre esses aspectos se referem antes às conquistas já atingidas, ao seguimento de temas sanitários e de raças. Todas essas medidas não são mais do que ajustes marginais ao sistema de tecnologia estagnado e dominante de produção pecuária do país.

Entretanto, embora as menções ao tema tecnológico tenham se reduzido quantitativamente, o apelo às questões ligadas ao mesmo continua tendo um importante efeito legitimador e um peso qualitativo muito importante para defender as posições sociais e as reclamações das elites pecuárias perante o Estado. Como será visto mais adiante na análise do processo, as alusões à necessidade e à defesa da adoção de novas tecnologias são um argumento muito importante em sua estratégia de reprodução social. Mas, com a irrupção dos difusos princípios e valores da “sustentabilidade”, hoje os criadores de gado pregam que as mudanças tecnológicas devem preservar o modo de produção “natural”<sup>5</sup>.

Outra mudança importante que se observa na agenda atual da ARU é a relativa ao incremento das menções sobre aspectos sociais. Essas menções, centradas sobretudo no início do período democrático, respondem ao clima social vivido no país durante vários anos e que colocou os temas da agenda social no debate público. Nesse sentido, a ARU não se absteve de agir e, sistematicamente, denunciou os problemas sociais da campanha, exigindo ao Estado sua resolução; o eixo dessas denúncias estava centrado nos problemas de educação, habitação e saúde conjugados com o despovoamento rural. Essas reclamações sempre constituíram uma arma importante nas representações do mundo rural das classes dominantes, pois, de alguma

---

<sup>5</sup> Em nosso juízo, isso mudou o eixo de discussão dos discursos sobre a questão tecnológica no agro. As agremiações pecuárias e principalmente a ARU se apropriarão rapidamente deste conceito, usando-o como um argumento em seu favor perante os ataques a sua forma extensiva de produção. Esses ataques a sua baixa produtividade estão baseados no paradigma produtivista, contrário à idéia de sustentabilidade ambiental, defendido hoje pelas mesmas forças sociais que denunciaram a estagnação do setor pecuário e combateram o sistema de produção dominante.

forma, elas se solidarizavam com a situação dos grupos subalternos, mostrando-se dispostas a “lutar” por eles. Essa estratégia permitiu, em boa medida, dar até hoje uma consistência ideológica importante à sociedade rural uruguaia, como também um sentido de identidade sócio-cultural que reforça os liames sociais nos que se assenta e a partir dos quais se reproduz a dominação das elites pecuárias. Um indicador desta afirmação é a escassa variação dos comportamentos eleitorais nessa região do país nos últimos três lustros.

Já a agenda da FRU aparece como mais estável no tempo; apesar de sofrer algumas mudanças quantitativas, as mesmas parecem reafirmar ainda mais seu perfil institucional tradicional. Essas mudanças consistem basicamente, num leve aumento do peso das demandas por estímulos econômicos –que sempre caracterizou as reclamações de feição imediatista da referida instituição–, numa redução de suas menções sobre aspectos tecnológicos, que nunca constituíram o eixo de seus discursos e num aumento das menções sobre os aspectos da política nacional e sobre os problemas sociais rurais.

As mudanças e permanências encontradas nos discursos de ambas as agremiações indicam que as mesmas modificaram sua agenda no mesmo sentido, respondendo na mesma direção às mudanças ocorridas no contexto econômico, social e político no último período. Como indicam as percentagens, não foram constatadas alterações significativas no perfil das reclamações das instituições, as que mantêm, por mais de 70 anos, sua agenda estruturada de acordo com as mesmas ênfases temáticas<sup>6</sup>.

De uma forma geral, essa análise quantitativa dos discursos das organizações gremiais permite assinalar que suas agendas se “politizaram” ainda mais do que no período anterior, no qual, como já foi apontado em seções anteriores, o grau de politização já era muito alto. Essa nova dose de politização, que leva a um incremento de intervenção das organizações nos temas mais gerais da agenda política nacional, indica sua participação ativa nas lutas simbólicas pela construção de um novo modelo de acumulação e nos conflitos por sua hegemonia. Essa maior politização pode ser entendida ora como correlativa ora como resposta às perdas de seu poder econômico, isto é, como uma forma de compensar com seu poder simbólico, no campo político, as perdas do campo econômico.

---

<sup>6</sup> A única nuance diferencial reside talvez em que os dirigentes da FRU, por causa de uma crise interna de representação que teve lugar em meados dos anos 90 e a efeitos de recompor seu perfil, optaram em 1999 por radicalizar seu discurso contra a política econômica, denunciando a situação social do campo.

## 5.2. Discursos e Estratégias Simbólicas dos Criadores de Gado (1985-1999)

Com o objetivo de realizar a análise qualitativa dos discursos proferidos pelas agremiações rurais –Associação Rural do Uruguai e Federação Rural- entre os anos 1985 e 1999, utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo. Essa técnica nos permitiu observar as diferentes estratégias discursivas das corporações agrárias enquanto práticas simbólicas que organizam as relações sociais através de configurações de sentido que entram em confronto pela imposição de uma visão de mundo.

Mediante a análise dos discursos das referidas organizações, identificamos a estratégia simbólica implementada pelas mesmas –de forma não necessariamente consciente- em prol da defesa de seus interesses e de sua posição no campo social agrário e no campo de poder. Considerar os dados verbais como fenômenos simbólicos nos levou a descobrir as referências “representadas” pelos signos, os elementos aos que as mesmas se encontram associadas, equivalem ou se opõem. Como aponta H. Eco (1990), o simbólico não apenas permite “nomear” a experiência, como também organizá-la e, portanto, construí-la como tal, ao torná-la pensável e comunicável. Em outras palavras, analisar discursos como fenômenos simbólicos implica reconhecer que “o mundo social é dito e construído” e que o “dizer” é uma prática que afirma o que o campo social agrário “é” e o que os agentes do campo social “são” e “têm” (Bourdieu, 1988: 139).

A estratégia utilizada para efetivar a análise de conteúdo envolveu dois níveis. O primeiro nível está constituído pela análise sincrônica dos conteúdos dos discursos; isto é, mediante adição, unifica-se a totalidade dos textos –quinze anos- de acordo com uma operação analítica idêntica para mostrar as reiteraões e continuidades da estratégia simbólica de apresentação das organizações. Já o segundo nível de análise é seqüencial, diacrônico, sendo apresentado nas próximas três seções.

### 5.2.1. O contexto dos Discursos

As menções realizadas nos discursos da ARU e da FRU, incluídas no Anexo I, constituem linhas gerais de argumentação e reafirmação de sua visão do mundo e de suas representações sobre variados temas nacionais reconstruídos pacientemente pelas referidas organizações há mais de um século. Mas o período que analisaremos apresenta uma característica particular porquanto, ao coincidir com a recuperação da vida democrática do país, nele, as organizações pecuárias deverão concorrer com outras corporações e organizações sociais a efeitos de legitimar suas reclamações perante uma opinião pública e uma sociedade civil que as identificava como estreitamente ligadas ao regime militar<sup>7</sup> e como um dos principais responsáveis pelos problemas econômicos do país (Bruera, Filgueira, González, 1992).

Nesse cenário, os interesses pecuários deviam concorrer com os do resto das organizações da sociedade civil a fim de direcionar as políticas do primeiro governo democrático, enfrentado, após 15 anos de ditadura, a um cúmulo de reclamações econômicas e sociais.

Nessa batalha, os criadores de gado contavam com algumas vantagens e com algumas desvantagens. A principal desvantagem residia em sua estagnação econômica e no fato de terem colado sua imagem aos sucessivos governos militares, mas, fundamentalmente, em sua entusiasmada adesão às medidas de 1979, que terminaram acarretando drásticas conseqüências sociais no meio rural. Essa série de circunstâncias contribuiu para que seu poder simbólico se encontrasse enfraquecido e questionado durante os primeiros anos da transição democrática.

Sua vantagem consistia em que, embora de forma minguada, continuavam mantendo seu poder econômico e uma sintonia ideológica com o governo eleito democraticamente quanto aos lineamentos gerais das políticas econômicas e ao aprofundamento do modelo neoliberal parcialmente imposto pela ditadura.

---

<sup>7</sup> Essas circunstâncias se atenuariam um pouco em 1985 devido a que a ARU, em finais de 1980, começara a efetivar uma ação pública contra os militares que a levaria a uma ruptura pública com o regime em 1982. Nesse mesmo momento, dois anos antes de cair a ditadura, a ARU começara a realizar um discreto afastamento com respeito ao governo militar.

Nesse contexto, os referidos agentes deveram afrontar, no campo de poder, inimigos muito poderosos para seus interesses em curto prazo como o capital financeiro -que tinha uma crescente e determinante influência no referido campo-, a fração industrial frigorífica e a própria necessidade arrecadadora do Estado.

No terreno das forças populares, deviam afrontar as demandas dos trabalhadores urbanos em apoio à incipiente agremiação rural e em relação à redistribuição das terras, promovida pelas forças políticas de esquerda com o aval de recentes organizações de colonos e pequenos produtores.

Em face desses adversários, num contexto democrático, não existia outra arma que reafirmar e incrementar seu poder simbólico. A primeira estratégia para reforçar o poder simbólico consistiu em “fazer entender” que, para além das mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no país e no mundo e apesar dos percalços “conjunturais”, “o país continuava sendo um país agropecuário”.

As circunstâncias referidas explicam a urgência simbólica afrontada pelos criadores de gado, que tiveram que recompor o lugar de privilégio que ocupavam nas representações do setor e restaurar a crença de sua importância estratégica e do inquestionável destino agropecuário do país. Isso é abonado ao analisar a frequência desse tipo de menções; de fato, nos primeiros quatro anos de democracia, registra-se 52% desse tipo de menções<sup>8</sup>.

### **5.2.2. A Recriação do Mito de País Pecuário**

A estratégia simbólica das organizações pecuárias está dirigida, em termos gerais, à reconstrução e atualização do “mito de país pecuário”, base de seu poder simbólico na sociedade uruguaia. Essa estratégia procura ligar novas e velhas representações numa sucessão de equivalências para contar com um “artefato social bem-fundado”, imprescindível

---

<sup>8</sup> Nos restantes 10 anos do período sua frequência se normaliza, registrando-se entre uma e três menções por ano.

em sua estratégia para manter a hegemonia no campo social agrário e aumentar sua influência no campo de poder da sociedade uruguaia.

Para estudar os componentes dessa estratégia, começaremos por analisar os diferentes elementos dos discursos<sup>9</sup> de ambas as instituições que se referem ao “setor agrário” e ao “papel” que a pecuária desempenha na sociedade. Essas afirmações conformam a base do mito de que único modelo possível para o Uruguai seria o da pecuária extensiva.

Uma primeira aproximação quantitativa ao assunto nos mostra que as organizações atribuem uma função importante a essas menções de auto-apresentação em sua prática discursiva. Com efeito, nos discursos da ARU encontramos 44 menções sobre o tema (18,5% do total) enquanto que nos discursos da FRU registramos 62 menções desse tipo (27,9% do total). Cabe lembrar que, no total de menções registradas de demandas, o peso destinado aos trabalhos de auto-apresentação, de recriação do “Mito Pecuário”, atingem o terceiro lugar na escala de suas “reclamações”. Esse peso tão significativo está ligado à necessidade de construir “fundamentações” e “considerações universais” para legitimar suas demandas e, assim, “obrigar” a que sejam adotadas as políticas ou medidas exigidas em favor de seus interesses particulares.

As representações de si mesmos e do setor detidas pelos dirigentes pecuários se imporão através de diversos mecanismos discursivos assentados no poder simbólico que de dispõem, propostos como forma “objetiva” e “natural” de perceber o mundo rural. Essa informação nos remete diretamente à construção da “visão do mundo” que, como sugere Bourdieu, é utilizada pelos agentes sociais a fim de exercer uma dominação simbólica em forma de *“atos de conhecimento e reconhecimento que, como tais, recorrem a estruturas cognitivas suscetíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, às estruturas sociais”* (1992: 87)

Por isso, é bom lembrar que, como já insistimos, os discursos das organizações coletivas não são meros atos lingüísticos desconexos, mas fazem parte de uma estratégia simbólica geral em que as palavras devem ser consideradas como atos, como armas de luta na disputa

---

<sup>9</sup> Todas as citações da presente e das seguintes seções nas que não aparecem especificadas as fontes, foram extraídas dos discursos dos Presidentes da Federação Rural ou da Associação Rural do Uruguai para o ano e instituição mencionados no parágrafo em que a citação se encontra inserida.



pela determinação das configurações de sentido que orientam as políticas econômicas específicas, gerando alterações na distribuição dos recursos, o que, por sua vez, pode colocar em risco as estratégias de reprodução de determinados grupos sociais.

O primeiro passo para analisar o “mito” é decompor os diferentes elementos que integram as representações que se procura impor mediante os referidos discursos. Com vistas a esse objetivo, foram detectados quatro elementos básicos a partir dos quais os dirigentes pecuários constroem sua visão de “mundo rural”: a Terra (ou “o Campo”), a Agropecuária (Pecuária), o Produtor Rural e a Ação Gremial. Esses elementos, estruturados numa cadeia de equivalências, constituem a força simbólica de seu discurso para impor a referida visão do mundo no intuito de criar e recriar sua hegemonia no campo social agrário e avançar em suas posições no campo de poder perante as outras frações dominantes.

No Anexo I, são expostas as menções que fazem referência a esses quatro elementos durante o período 1985-1999. O primeiro quadro indica as menções nos discursos da ARU e, o segundo, as menções nos discursos da FRU.

O primeiro elemento constitutivo desses discursos é “a Terra”. O significado conferido a esse termo nos remete diretamente às teorias fisiocráticas nas que se assenta o referido mito desde sua construção em finais do século XIX. Esse mito outorga à produção agropecuária um papel fundamental na sociedade. De fato, ela é sua “*principal fonte de riqueza*”, a “*única e autêntica vantagem comparativa do país*”, donde “*sai todo o necessário para a vida*”, enquanto “*reserva inesgotável de recursos*”, “*fonte de felicidade material e espiritual da sociedade*” e “*reserva moral para o país*”. Esse papel protagônico que a ARU e a FRU atribuem ao “campo” e à terra, como principal fonte de produção na conformação econômica e social do país, baseadas em “evidências históricas” –construídas em boa medida por seu próprio discurso–, confere um inquestionável poder simbólico a quem realiza essa “nobre” atividade: o “Produtor Rural”.

Esse segundo elemento, “o Produtor Rural” (utilizando-se a expressão, na presente tese, em muitas ocasiões, como sinônimo de “criador de gado”) delineia a imagem de um agente social idealizado, portador de “*o bom*”, criticado e pressionado sem fundamentos. De fato, o produtor rural se caracteriza, nos referidos discursos, por ser “*injustamente acusado*” e ter uma “*vocação de produzir para além dos cálculos econômicos*” e “*fé no agro*”. Tudo isso

induz a pensar num agente que desenvolve ações “esforçadas”, à altura da importância de seu “papel” numa sociedade que se manifesta como o produto dos “recursos de maneja”, o que, por sua vez, levá-lo-ia a atuar de maneira não muito racional, “com fé” e “para além do cálculo econômico”. Esses argumentos servem para justificar que sua ação não seja compreendida pelos agentes sociais que não têm suas mesmas responsabilidades. De outro lado, esse lugar de “incompreendidos” lhes permite resguardar-se das reiteradas acusações de que são alvo quanto a fazer um mau manejo empresarial dos recursos naturais que possuem. Às vezes, essa “especificidade” também lhes dá um fundamento que justifica sua isenção em relação às regras de mercado que eles impulsionam de forma entusiasmada para o resto da economia.

Usando a equivalência entre as virtudes da terra e quem a possui, atribuem a este último termo valores altruístas e generosos ligados a sua “nobre” atividade de fazer produzir a terra, gerando riqueza “para” o país. Assim, estendendo esses conceitos aos lucros e aos interesses materiais dos criadores de gado, suas ações não podem ser compreendidas como atos egoístas, de um grupo social poderoso contra outros grupos com menor poder. De acordo com esta perspectiva do mundo, os interesses e ganhos dos criadores de gado são transformados simbolicamente em *“justas e legítimas retribuições ao esforço de seu trabalho”*.

Da mesma forma, no intuito de defender a apropriação da maior quantidade possível de excedente, começa-se a utilizar um argumento mais inovador, que implica uma mudança importante na resignificação contemporânea do setor e de sua visão do mundo: os criadores de gado procurarão associar sua imagem à de um “empresário” agente, amplamente revalorizado nos anos 90 como dinamizador do desenvolvimento. Em função disso, recorre-se a argumentações que apelam para valores mais gerais da ação empresarial na sociedade de feição classicamente neoliberal, afirmando que *“é justo e legítimo que quem trabalha, investe e arrisca, pretenda receber também com justiça e legitimidade o que esse trabalho gera”*. Esta visão tenta acrescentar às virtudes deste outro agente os atributos “essenciais” da pecuária para atualizar a legitimação da figura do “produtor rural” com argumentos mais antenados com as mudanças econômicas neoliberais.

Isso contribui também, nos primeiros anos após o retorno à democracia, para reduzir os possíveis riscos de que uma calorosa defesa da terra como *“única e verdadeira fonte de riqueza do país”* levasse a que as forças progressistas, baseadas nesse mesmo discurso,

questionassem a apropriação e o uso que os criadores de gado faziam dos referidos recursos. Não se deve esquecer que as forças de esquerda afirmavam nesses anos a necessidade de redistribuição da terra como forma de aumentar sua produtividade. Por isso, a defesa dos lucros começa a usar um argumento de legitimação vinculado à ação “empresarial” socialmente em ascensão, sem colocar-se tanta ênfase no papel da terra para o desenvolvimento do país.

O terceiro elemento constitutivo da estratégia simbólica para recriar o mito de país pecuário é o relativo ao Setor Agropecuário. Sob essa designação são agrupadas indistintamente as atividades desenvolvidas no setor agrário. Embora sempre suponha uma forte referência ao pecuário (carne e lã), o termo “agropecuário” envolve uma ambigüidade que é muito utilizada pelos dirigentes da agremiação. De fato, nunca se sabe ao certo se suas afirmações são sobre o setor tradicional ou se também incluem as atividades agroindustriais. Essa estratégia discursiva, amplamente utilizada, procura incorporar as conquistas dos setores agroindustriais, objetivamente dinâmicos, como conquistas atingidas pelo conjunto do setor, atribuindo às atividades pecuárias uma difusa capacidade dinâmica muito difícil de contrastar objetivamente, como foi visto no capítulo 4. A significação dessa estratégia na revalorização do setor e na recriação do mito de país pecuário para aumentar e fortalecer seu poder simbólico se torna evidente no fato de que em apenas uma das 18 referências sobre o “Setor”, o mesmo é identificado especificamente com a pecuária. Em contrapartida, quando se menciona o setor em geral como “o agro”, são atribuídas ao mesmo as virtudes que antes apareciam como exclusivas da pecuária.

De qualquer forma, as referências ao “agro”, sem especificação de setor, fazem alusões permanentes aos bens simbólicos que conformavam o antigo mito pecuário: “*o Uruguai se salva com o agro ou com ele perece*”; “*o progresso do país depende do progresso do Agro*”. Essas afirmações sobre o “Setor” ou sobre o “Agro” se confundem com os valores atribuídos à terra e à pecuária. Originalmente cunhadas no combate contra as visões reformistas e agraristas de inícios do século XX e referidas exclusivamente à atividade pecuária, aparecem na atualidade como estendidas “naturalmente” aos novos setores agroindustriais.

Destarte, passa-se a afirmar veementemente que “*o progresso*” do país, sua “*reabilitação e equilíbrio econômico*”, “*a criação de emprego*”, enfim, a “*solução dos problemas nacionais depende deste eixo vital da economia nacional*”, porque o que “*o agro semeia é*

*recolhido pelo país*". Com essa construção do mundo –permite-nos observar o volume de capital simbólico acumulado pelas agremiações pecuárias-, realiza-se um investimento simbólico tamanho que torna possível enunciar afirmações do seguinte teor: *"todos os homens deste país deveriam ser conscientes de que, em boa medida, sua sorte está ligada ao campo"*.

O quarto elemento constitutivo do referido Mito Pecuário é a própria ação gremial de suas Instituições (ARU e FRU). Ela sintetiza, de alguma forma, os significados, a ação e a legitimidade dos outros elementos, exprimindo tudo isso de maneira coletiva ao conjunto da sociedade. Como afirma o presidente da ARU, *"sua ação gremial contínua e transcendente"* há 125 anos faz com que a instituição esteja

*"indissoluvelmente unida ao destino da nação desde seu próprio nascimento". "Nascemos logo após a Revolução das Lanças, fomos fundados por orientais\* e imigrantes, gente de estratos diferentes, mas com um ideal comum, que acreditava e queria a agropecuária e que, por isso, formou uma instituição disposta a trabalhar em prol do agro e do trabalhador rural... no momento em que estava nascendo um pequeno país que se abria caminho a ponchaços, cercado de gigantes e sem ter idéias muito claras exceto a de ser livre"*.

Fundando assim sua ação nessa legitimidade histórica, a instituição se acha habilitada para lembrar que com o

*"espírito de contribuição que sempre caracterizou a ARU (...) sente (a) responsabilidade de propor caminhos de desenvolvimento nacional, (...) (a fim de) projetar o país rumo ao século XXI, comprometendo-nos a trabalhar por um futuro melhor para as futuras gerações"*.

Esse elemento de sua estratégia simbólica naturaliza e universaliza a representação efetivada por eles mesmos, permitindo-lhes deter um capital simbólico capaz de igualar-se mesmo ao do Estado-Nação. Por isso, a ARU se sente no direito, em finais do século XX, de pedir, num ato de supremo poder simbólico, que o *"povo e a cidadania se sintam agropecuários, pois é isso o que fomos e seremos"*, afirmando também que assume *"a representação de todas os níveis e aspirações da cidadania"*. Esse investimento único em virtude do qual a ARU passa de representar os criadores de gado para representar toda a cidadania implica a conversão definitiva de seus interesses particulares em "universais", conseguindo assim que os interesses dos criadores de gado se tornem os interesses da cidadania. Baseada nessa rede discursiva, a ARU destaca que ela representa as adiadas reclamações do setor no decorrer de mais de meio século, *"que, como são interesses de todos*

---

\* N. da T.: Oriental: oriundo da República Oriental do Uruguai

*os cidadãos, é preciso cumprir com elas pelo bem do país e de sua gente*". Assim, a ação gremial da ARU e da FRU vincula numa cadeia de equivalências os quatro elementos que constituem uma totalidade estruturada que, por sua vez, oferece uma compreensão do mundo rural integrada, criada a partir de seus interesses particulares e que impõe à sociedade o "mito de país pecuário". Esse mito permite nos fatos que a forma de "conhecer" e "reconhecer" o mundo rural própria dos criadores de gado, como também a definição que eles realizam de seus problemas e de suas prioridades, virem universais, atingindo o resto dos agentes do campo e a sociedade em seu conjunto.

#### a) Associações e Equivalências Simbólicas

Na análise que estamos realizando, devemos atentar especialmente para as articulações ou oposições de interesses que surgem dos discursos porque isso nos informará de uma maneira particularmente eficaz sobre as alianças e conflitos das organizações pecuárias, tanto no campo social agrário quanto no campo de poder. Sob essa perspectiva, a análise enfatiza as formas relacionais com as que se articulam os significados do texto. Referimo-nos tanto às "**relações de associação**", definidas por presenças recorrentes, quanto às "**relações de oposição**", marcadas pela presença de incompatibilidades.

O que se diz é o que se "é" e o que se "faz"; o poder mitificador reside na unidade do significante com o que (é) significa(do). Os processos de associação e equivalência resultam significativos para a análise porquanto é deles que emergem relações referentes, símbolos ou idéias que, pela rigidez e fixidez de seus elementos, podem ser interpretados como medidas da intensidade ou força de uma representação, crença ou convicção (K. Klippendorff, 1990). Em geral, as representações simbólicas não são mais do que o produto cultural de associações muito elaboradas e de tradições socialmente consolidadas que refletem determinada relação de força entre os atores que "vivem" nessa realidade. No caso que nos ocupa, esse fenômeno se pode traduzir nas seguintes associações que procuram impor-se como equivalências nos discursos das corporações pecuárias: **Agro = País = Riqueza**. Esta fórmula é simbólica porquanto o Agro (re)apresenta nela algo que excede seu significado imediato e óbvio, provindo justamente, o caráter simbólico, das unidades significantes, País e Riqueza, que provocam uma espécie de dualidade semântica, solidária e indivisível, assentada na associação de idéias de uso muito generalizado. Como aponta R. Gubern (1994) quanto maior for a *monossemia*, quer dizer, a determinação do significante, mais forte e consolidada será a

representação. Essas representações simbólicas têm o efeito de produzir uma redução da polissemia da realidade à monossemia de uma fórmula simbólica estipulada e codificada. Nos corpus textuais analisados, a utilização desse tipo de representações gera “impossíveis semânticos”, conduzindo a enunciação e a interpretação por um só caminho possível. A imposição dessa codificação traduz o pleno exercício do poder simbólico. Assim, os acontecimentos sociais realizados pelos agentes são predeterminados a partir destas categorias de percepção do mundo social, tanto dentro do campo agrário como de outros campos. A criação e uso destas representações fazem parte do “capital simbólico” das organizações porquanto elas conferem a suas instituições elementos de distinção e de reputação, como também a “fortaleza” das representações sobre eles mesmos e sobre a percepção dos outros.

As seguintes representações constituem a preparação natural para a conformação e imposição de uma visão do mundo: *“colocamos ênfase no Uruguai agropecuário, este é um país essencialmente agropecuário”, “do progresso agropecuário surgirá o do país todo”, “o progresso do país está indissoluvelmente unido à agropecuária pujante e depende dela”*. Essas assertivas adquirem significação porquanto dotam as representações de um caráter normativo, sendo interiorizadas como tais pelos agentes sociais aos quais são dirigidas (governantes, elites políticas, dirigentes e opinião pública em geral), passando a fazer parte de suas “expectativas sociais” ao (re)apresentarem a “realidade” do país e seus desafios sociais, econômicos e políticos. Esse processo decorre da função de imposição dessa “categorização” nas operações de percepção e de pensamento, efetivada mediante a simplificação e a uniformidade da realidade, a que aparece como evidente como resultado da repetição incessante e graças ao poder simbólico de quem a repete. Para Bourdieu, essa estratégia de pré-formar o mundo faz parte do próprio “habitus” dos agentes –neste caso, os dirigentes pecuários- enquanto

*“princípio ativo da unificação das práticas e das representações que permite articular o individual e o social, as estruturas internas da subjetividade e as estruturas sociais externas (...). Isso constitui parte essencial do jogo social no que se encontram inseridos os agentes, como dois estados da mesma realidade, da mesma história coletiva que se deposita e se inscreve ao mesmo tempo e indissociavelmente nas mentes, coisas e objetos sociais” (1986: 92).*

Os enunciadores conjunturais –os presidentes de plantão- ficam esvaecidos, pois toda originalidade ou personalização no discurso pode afetar em forma negativa as fórmulas e a representação tradicionalmente codificadas. A construção de “gêneros ou estilos próprios”

também pertence ao nível simbólico enquanto os mesmos definem e distinguem o setor. Essa formulação genérica reforça as representações e indica o “modo” de apresentação das mesmas –previsibilidade- de tal forma que o estilo ou gênero não constitua apenas uma tradição de palavras, mas também uma associação estável de códigos com elementos invariáveis que são os que dão coerência e continuidade histórica ao estilo dos criadores de gado como grupo social.

A constância, redundância e coerência dos significantes com os que as organizações pecuárias articulam os elementos de seu discurso permitem vislumbrar a presença de um sistema rígido de codificação, de forte caráter normativo. Nesse sentido, Bourdieu (1986: 84) aponta que

*“a codificação é uma operação de posta em ordem simbólica ou de manutenção da ordem simbólica (...) a codificação produz o efeito da formalização, termina com o impreciso, com o vago, com as fronteiras mal delineadas (...) a codificação torna as coisas simples, claras, comunicáveis; torna possível um consenso controlado pelo sentido”.*

Os códigos a partir dos quais os criadores de gado definem o agrário e o rural como “principal fonte de produção”, “alavanca da reabilitação e do equilíbrio econômico”, “setor básico da economia nacional”, “protagonista na solução dos problemas nacionais” – “crescendo a agropecuária o país inteiro crescerá”-, estão o suficientemente formalizados como para conformar representações dotadas de “previsibilidade social”, localizadas por em cima das variações individuais e das flutuações temporais. Assim, a codificação produz, citando a Bourdieu, “uma evidência cega nos símbolos”.

A mesma “tradição” agrária que os referidos agentes evocam tanto em suas práticas quanto na linguagem é um composto de todos esses elementos simbólicos. A própria Feira do Parque Prado, os Congressos, os expositores, os concursos, a presença de Presidentes, Ministros e Embaixadores favorecem e legitimam a naturalização de suas representações:

*“A agropecuária nacional, sem qualquer jactância, considera-se o eixo vital da economia do país e nossa instituição, contando com quase 120 anos de permanente defesa da agropecuária, também sem nenhum tipo de gabo, sente-se parte importante enquanto expressão da mesma”.*

A herança cultural ou tradição é, por definição, um processo de continuidade deliberada, constituindo uma seleção e re-seleção dos elementos significativos do passado recebidos e recuperados que representam, não uma contigüidade necessária, mas visada, que

favorece as posições de poder do agente (neste caso, as organizações pecuárias). Nesse sentido, os desejos não são em abstrato; pelo contrário, eles se encontram efetivamente definidos pelas relações sociais existentes.

Os discursos da ARU, enquanto práticas simbólicas, (re) criam rituais que favorecem seu reconhecimento e consagração como porta-voz, conferindo a si mesma e recebendo dos outros, ao mesmo tempo, um sinal distintivo, um signo de reconhecimento:

*“assumimos a representação de todos os níveis e aspirações da cidadania; os produtores rurais estamos dispostos a desempenhar o papel que nos corresponde”, “pedimos ao povo, à cidadania, que, de uma vez por todas, pense como país agropecuário, que se sinta agropecuário, pois é isso o que fomos e somos”, “o país depende substancialmente do campo e todos os habitantes deveriam ser conscientes de que, em boa medida, sua sorte está ligada ao campo”.*

Esses discursos são simbolicamente eficientes porquanto são proferidos em situação de autoridade. Ao enunciarem o que se “é”, os mesmos estão dando um “veredicto” quanto a sua definição social legítima, isto é, quanto ao que está “autorizado”, ao que tem direito “a ser”, sobre o ser social que tem direito a “reivindicar” (P. Bourdieu, 1995: 238). *“O Uruguai não pode não ser um país agropecuário, da mesma forma que o setor não pode não ser o eixo da economia nacional”.* Destarte, existe uma sistematização de procedimentos discursivos formais, estáveis, recorrentes, reconhecíveis e previsíveis que produzem uma espécie de simbolização que, mediante inclusão/exclusão, “ancora o sentido” em significantes invariáveis, re-legitimando o designador (ARU), o papel social do setor e a função que os produtores rurais devem desempenhar, papéis e funções conhecidos e reconhecidos como naturais. Em outras palavras, esses são alguns dos componentes das estratégias discursivas dos criadores de gado a fim de entesourar e acumular capital simbólico na sociedade uruguaia.

Nesse sentido, para que as “conotações simbólicas” funcionem, requerem-se porta-vozes que tenham incorporado o sentido do jogo social e da relação de forças do campo, de tal modo que isso lhes permita ter a suficiente familiaridade com os costumes, com o uso da linguagem, com a conjuntura histórica, com uma rica base de informação que os habilite a usar a história em seu favor a fim de garantir um critério de verdade convencionalmente aceito (Van Dijk, 1993). Isso pode ser claramente observado nos seguintes trechos dos discursos da ARU:

*“a evidência histórica indica que sem um campo próspero não há progresso”, “o setor agropecuário não deve ser visto como mais um setor*



*da produção nacional, mas como o verdadeiro e único impulsionador de toda a economia nacional”.*

Que o Agro e o Setor Agropecuário estejam associados ou sejam equivalentes a significantes como *“eixo da economia”*, *“autêntica riqueza nacional”*, *“protagonista do progresso e do desenvolvimento”*, elementos reiterados e redundantes nos discursos, constitui a *“estratégia de reprodução”* posta em *“prática”* para produzir e reproduzir o capital simbólico. De fato, ele se sustenta no fluxo constante de significados associados e de *“extensões de significado”* que permitem aumentá-lo através da captação de elementos de significação adicionais: *“do agro enquanto setor principal da economia depende a felicidade material e espiritual do país”*, *“o agro é um entusiasta defensor do Uruguai natural”*.

È importante assinalar também a importância de alguns *“operadores semânticos”* no contexto do discurso, como, por exemplo, as referências a personalidades que comparecem aos discursos. Com efeito, elas sempre são *“nomeadas”* no começo do discurso: Sr. Presidente da República, Sres. Ministros, Sres. Embaixadores, etc. Salientar a presença dessas autoridades que *“representam”* o Estado e seu governo não constitui apenas um elemento de *“distinção”* que conota a importância do setor, mas também é um signo de reconhecimento e consagração por parte do Estado. Portanto, usando as palavras de Bourdieu, a própria presença dessas autoridades constitui o capital simbólico dos criadores de gado, objetivado e garantido pelo Estado. Por conseguinte, nomeá-las uma por uma no discurso significa deixar claro para os ausentes, isto é, para quem não quer *“ver”* seu poder, como o mesmo é consagrado ano após ano pela máxima autoridade simbólica: o Estado-Nação.

## **b) Construção do Mundo Rural**

No item anterior assinalamos principalmente as relações associativas e/o de equivalência entre significantes e significados na prédica das agremiações pecuárias direcionada a impor seu ponto de vista sobre o mundo rural. É esse processo de significação o que permite às referidas organizações a *“construção social da realidade rural”* em função de seu *“ponto de vista”*. Essa expressão, que significa *“vistas tiradas desde um ponto”*, remete a sua posição no campo social agrário (P. Bourdieu, 1988). Para que a convenção *“o país depende do Agro”* funcione simbolicamente, o significado implicado pela mesma deve ser admitido de tal forma que, independentemente da correção ou precisão do mesmo em relação

à realidade objetiva, os agentes envolvidos dentro e fora do campo social sejam capazes de ligá-los de forma constante e invariável. Destarte, a convenção pode virar, inclusive, uma “enciclopédia”, “*quer dizer, uma representação que permite registrar enciclopedicamente uma série de condições que confere veracidade ao mundo representado*” (Eco, 1990: 130). Assim, ela se constitui, não apenas em conhecimento de senso comum, como também em conhecimento científico, enciclopédico: “*O Uruguai é um país agropecuário*”.

Com esse tipo de afirmação rotunda, inapelável, funda-se a visão do mundo rural que constrói, em boa medida inconscientemente, sobre os hábitos lingüísticos, os símbolos e convenções da linguagem aceitos e utilizados pelo referido grupo social. Os mesmos moldam a percepção e interpretação do mundo físico e social, condicionando condutas e comportamentos no resto dos agentes. Ao se “dizer” como é preciso “ver” o mundo, chega-se a produzir, como magicamente, efeitos reais, comportamentos e ações, conseguindo-se determinar, no caso particular objeto de nosso estudo, as políticas públicas para o setor (P. Bourdieu, 1988).

Como já foi visto, o setor agropecuário, objetivamente, tem peso na economia nacional, o que constitui seu capital econômico –embora o mesmo venha reduzindo-se historicamente-, porquanto os indivíduos ou os agentes corporativos “acham” que o têm e “sabem” que outros acham a mesma coisa. Essas convicções são então os pilares de uma determinada “concepção da realidade” construída sobre a base de acordos com respeito a significados comuns –objetivos e subjetivos-, capital simbólico que envolve as outras formas de capital, legitimando os referidos agentes. Ao poder afirmar que “*o Uruguai se salva com o agro ou com ele perece*” é construída uma ordem simbólica que se assenta na imposição ao conjunto dos agentes de estruturas cognitivas que devem uma parte de sua consistência e de sua resistência ao fato de serem, pelo menos aparentemente, coerentes e sistemáticas e de estarem objetivamente em consonância com as estruturas do mundo social (P. Bourdieu, 1988).

Nesse sentido, essas convenções constituem a gênese dos “papéis sociais” da pecuária e dos criadores de gado normativamente aceitos e legitimados. As representações de qualquer tipo ou grupo específico podem ser autênticas ou não, podem ser fidedignas ou enganosas, mas, em definitivo, são interiorizadas como objetivamente válidas e apreendidas como realidade. O tipo de conhecimento que deriva das mesmas (“*o Uruguai se salva com o agro*”

*ou com ele perece*”) é o “sabido por todos” sobre o agro. Esse conjunto de valores supremos, crenças e mitos, que emerge dos discursos dos criadores de gado, é o que conforma o universo simbólico imposto pelos mesmos, constituindo a dinâmica motivadora do comportamento institucionalizado que define e constrói os papéis que não de ser desempenhados nos contextos específicos. Assim, o referido conhecimento funciona como um corpo de verdades válidas acerca da realidade, legitimando a ordem estabelecida.

Em decorrência disso, os funcionários públicos de diferentes categorias que atuam nas múltiplas instâncias em que as políticas públicas para o setor são decididas, como também os políticos que tratam dos corpos normativos, estão predispostos, em menor ou maior medida, para esta “visão do mundo” dinâmica, motivadora do comportamento institucionalizado. Essa “visão” leva a que a definição dos problemas e a proposição de soluções sejam efetivadas no contexto da realidade agrária difusamente constituída do ponto de vista dos criadores de gado. Esse é o ponto de partida da eficácia de sua ação coletiva.

### **5.2.3. Relações Simbólicas de Oposição**

A estratégia discursiva dos criadores de gado, como toda totalidade estruturada que procura impor-se como hegemônica, é composta também, necessariamente, por elementos de oposição. As oposições têm a função de apresentar uma cadeia de equivalências que pretendem simplificar o mundo social, como também explicar os problemas desse mesmo mundo em função de enunciados pré-formativos, rígidos e lineares, utilizados como armas fundamentais na luta simbólica.

Os elementos de oposição mais gerais, isto é, os que se encontram imbuídos em toda a estratégia discursiva dos Criadores de Gado, aludem a um “outros” na hora de outorgarem os atributos negativos, enquanto o pronome “nós” é portador de todo o positivo e, portanto, digno de ser destacado. Esse “outro” pode corresponder a qualquer setor econômico, ao Estado, ao sistema político, aos países desenvolvidos, aos partidos de esquerda, etc. O mais importante a ser salientado e que abonaria uma das teses do “egoísmo” corporativo dos criadores de gado, é que, no período analisado, apesar das grandes transformações econômicas e sociais ocorridas, não foram registrados sintomas de mudança com respeito a essa atitude.

Isso inabilitou sua representação corporativa para estabelecer alianças estratégicas com vistas a obter uma hegemonia além do campo social agrário. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, isso os obrigou a reforçar permanentemente seu discurso e suas práticas defensivas dos “outros”, os que, como já foi dito, são apresentados como os geradores de todos os “males” que não permitem ao setor transitar pela trilha do crescimento e do desenvolvimento preestabelecida por sua própria natureza.

Um elemento de distinção nesta lógica é a oposição específica, constitutiva do discurso pecuário e tradicional em todos os movimentos ruralistas, entre campo e cidade. Esta categorização, muito “rústica”, mantém um vigor extraordinário nas formas de percepção de tipo social entre os diferentes agentes do Uruguai. De fato, ela foi envolvendo, aos poucos, outra opção mais velada que é a relativa à oposição estabelecida (e utilizada) entre Montevideu-Interior ou Capital-Interior (no sentido de resto do país). Em função dessa primeira e mais larga opção do discurso, conforma-se uma aliança muito ampla como tudo o que se opõe ao governo de Montevideu, centralista e burocrático. Do outro lado estão os criadores de gado, que, junto com os governos regionais e locais, reclamam uma maior descentralização, contra a burocratização do Estado e a ineficiência das empresas públicas. Esses elementos, incorporados à referida cadeia de equivalências, conferem um amplo espaço para a articulação potencial de alianças dos criadores de gado com um leque de forças sociais do “interior”<sup>10</sup>. Uma particularidade desta oposição simbólica consiste em fazer com que o sistema político e seus agentes, “os políticos”, também respondam à mesma, pois, conforme os argumentos dos criadores de gado, independentemente da origem do legislador, os políticos terminam por sucumbir aos interesses da cidade ao ingressarem em algum dos poderes do Estado, radicados basicamente em Montevideu. Estas simplificações quanto à “separação” do mundo social determinam que, em muitas ocasiões, o discurso dos criadores de gado se transforme muito facilmente em “anti-político”, exprimindo questionamentos sobre as formas de exercício democrático no país. Essa postura lhes permitirá canalizar, no final do período, o descontentamento com o sistema político devido à persistência de problemas que a cidadania supunha que poderiam ser resolvidos com o advento da democracia. Esse constituirá um traço mais saliente na FRU, organização que chegará a propor a realização de um plebiscito para reduzir a um terço os representantes do Poder Legislativo por considerá-lo uma “despesa

---

<sup>10</sup> O massivo comparecimento à mobilização convocada, entre outros, pela FRU, e realizada em Montevideu em abril de 1999, é uma prova prática da eficiência desta cadeia de equivalências e de sua utilidade para obter adesões de diversas forças sociais que se vinculam simbolicamente nesta representação de como se “divide” o mundo social.

desnecessária”. Ainda que essa iniciativa não tenha prosperado, ela colocou novamente as referidas organizações no âmbito do que pode ser considerado como uma ação de defesa de seus interesses no marco das regras democráticas.

Outra linha divisória do mundo social que reforça a anterior será construída a partir da oposição entre Industriais e o Agro. É especificamente no caso dos frigoríficos que a indústria assume todas as conotações negativas atribuídas aos “outros”. Nesse aspecto, essa oposição é sempre mantida e recriada dentro do complexo da carne, em que os frigoríficos são sempre assinalados pelos criadores de gado como os “culpados” pela estagnação do setor. Os empresários dos frigoríficos são deslegitimados como tais, argumentando-se sistematicamente em todas as intervenções dos agentes pecuários, que a viabilidade dessa indústria decorre dos privilégios que o governo lhe outorga em detrimento do interesse dos criadores de gado. Durante este período, os enfrentamentos com essa fração se agravam. As lutas simbólicas travadas com essas armas serão de grande eficácia para atingir as conquistas materiais, restringindo mediante determinadas regulamentações de mercado, a capacidade dos empresários frigoríficos de captar excedente do complexo da carne.

Porém, fora do setor da carne, a referida oposição começa a diminuir na recriação do mito pecuário atual em raiz da utilização do conceito de Complexo Agroindustrial ou Agroindústria. Esse conceito procura superar a oposição e inaugurar uma estratégia de unificação que visa significar, de um lado, os valores positivos da Indústria como, por exemplo, crescimento, desenvolvimento e emprego, unindo-os aos valores da terra e da agropecuária. No contexto atual de perda de autonomia e significação do “agrário”, esse novo conceito aparece como um recurso valioso para atualizar o discurso das agremiações, que corria o risco de ser demasiado autárquico e pouco fundado perante as novas circunstâncias globais. Não devemos esquecer que os dirigentes pecuários, desde o século XIX, quando a legitimidade da indústria era notória, tentaram sempre atribuir essa mesma categoria também ao “agro”, considerando freqüentemente em seus discursos públicos a pecuária como uma Indústria, “*a primeira indústria do país*”. Algo similar é o que visam hoje os dirigentes ruralistas ao incorporar o conceito de agroindústria e de “empresa rural”.

Essa equiparação entre agro e agroindústria foi se fortalecendo, adquirindo uma significação particular que tornou ainda mais difusa a distinção entre ambos os setores. Isso atenuou a oposição entre os dois, mostrando como os “*verdadeiros interesses da*

*agroindústria*” são os “Produtores Rurais”, representados pela ARU e pela FRU. A referida igualação também pode ser entendida como outra faceta atual da permanente busca promovida pelas agremiações pecuárias a fim de atingir a unificação da representação dos agentes agrários mediante a negação de toda diferença no espaço social agrário de hoje, estendendo o mesmo ao espaço agroindustrial.

#### 5.2.4. As Lutas pelas Distinções

Já vimos nos itens anteriores como as representações simbólicas legitimadas transformam os criadores de gado em agentes coletivos munidos de um poder de representação do mundo construído sobre um determinado número de figuras simbólicas. Essas figuras lhes permitem auto-nomear-se baseados num “nós somos” que, como em todo processo relacional, envolve uma oposição em relação a um “outros”. Debruçar-nos-emos agora sobre essas oposições nas lutas entre as estratégias de definição dos princípios legítimos de divisão e distinção do campo agrário.

O eixo dessa construção de opções reside num apelo para o traço identificador, o “nós somos” conformado pelos elementos que “distinguem” os referidos agentes: *campo / riqueza / protagonismo / desenvolvimento / progresso / felicidade*. Assim, esse “nós somos” marca a existência dos limites desde os quais os criadores de gado constroem os requisitos de pertença e de exclusão em relação a sua classe. Essa produção de diferenças resulta essencial para que existam “significação” da distinção social e o correlativo exercício do poder simbólico do grupo. Os limites ou fronteiras representados simbolicamente estão associados e conotados com vários tipos de referentes. Em primeiro lugar, e como o mais geral, temos a opção por negar e menosprezar o resto da sociedade:

*“somos os representantes do país em seu conjunto e o setor protagonista da economia nacional”, “o agro não precisa ajuda nem transferências de outros setores”, “nascemos quando estava nascendo este pequeno país, fundado por imigrantes e orientais, pouco tempo depois da Revolução das Lanças”.*

Mesmo no interior do próprio campo existe também uma oposição mais velada em função do reconhecimento e a distinção moldados em torno de estruturas objetivas –volume de capital global em suas diferentes espécies, no agro-: pecuária, agricultura, indústria do

leite, produtividade, mercado interno ou externo, volumes de exportação, tamanho da terra. Aqui opera um duplo critério classificador. Primeiro, e por em cima de tudo, são negadas as diferenças entre produtores por tamanho: *“é falsa a divisão entre grandes, medianos e pequenos, todos somos produtores rurais”*. Mas, posteriormente, é veladamente reivindicada a posição de privilégio dos criadores de gado perante os outros ramos agroindustriais:

*“o setor pecuário não é só um número estatístico; constitui um dos maiores capitais com que conta o país, capital social, capital cultural e produtivo”,  
“é possível continuar afirmando que a vaca e a ovelha não são duas das mais prezadas maquinarias com que conta o país?”*

Quando as estruturas incorporadas e as estruturas objetivas coincidem, a percepção se torna evidente, o estabelecimento de diferenças no interior do campo se codifica e se formaliza de tal modo que a “pecuária” -determinada pela posse *“das mais prezadas maquinarias, como a vaca e a ovelha”*- passa a ser percebida e valorada como hierarquicamente superior perante outros bens do mesmo campo. Assim, os criadores de gado se transformam num “ser percebido” de acordo com suas propriedades diferenciais e, como as estruturas de percepção e de valoração são o fruto essencial da incorporação das estruturas objetivas, a estrutura de distribuição do capital simbólico tende a apresentar uma “estabilidade” muito grande (P. Bourdieu, 1995): *“A pecuária ocupa 14 milhões de hectares, é o setor vital da economia”, “a lã é nosso principal produto exportável digno de ser imitado por outros setores”*.

Outro nível de diferenciação e oposição é constituído pela identificação territorial; a oposição binária campo/cidade produz distâncias e proximidades simbólicas através das quais as identificações são constituídas e consolidadas. Proposições como “o interior e a cidade-porto”, “o interior esquecido em favor da cidade”, “a cidade que leva todo o fruto do esforço” ou “olhares urbanos que não entendem o esforço de nossos trabalhadores rurais”, traduzem oposições simbólicas. Essas representações contribuem para a edificação de fronteiras enquanto elementos simbólicos a partir dos quais são estabelecidas distâncias, sendo definida, aliás, a “essência” das coisas: *“o campo (é a) reserva de riqueza à qual se recorre quando os outros setores se esgotaram em sua capacidade”*.

Uma das características da distinção na hora de defesa dos “interesses” é que os mesmos não devem ser apresentados unicamente com conotações relacionadas à economia, mas também, devem ser associados a práticas estruturadas sobre princípios axiológicos com

pretensão de universalidade e a um certo “desinteresse” em relação ao estritamente econômico: *“espírito de produzir que vai além de todo razoamento econômico”*.

Os criadores de gado, dentro do campo agrário, travam lutas destinadas a manter, conservar ou aumentar o “sistema de diferenças”, quer dizer, a estrutura dos diferentes capitais. Si analisarmos o que parece estar em jogo no campo dos conflitos agrários, os elementos de distinção ligados à própria existência do campo e a sua relação com os campos de poder serão: a *“revalorização da produção”*, o *“direito à propriedade”*, a *“política setorial”*, *“a igualdade”*, *“a rentabilidade”*, *“o livre mercado”*, *“a liberdade individual, a iniciativa privada e a desregulamentação”*. Esses itens representam a definição dos instrumentos, as apostas da luta. Constituem-se como definições e instrumentos que serão submetidos às variações impostas pelo andamento do jogo social que, por sua vez, conduzirá a redefinições, re-propostas de alianças, novas estratégias e novas oposições dentro do campo e entre campos.

Dentro do campo social agrário, os interesses específicos dos criadores de gado entram em jogo –pugna- com os interesses dos outros setores do campo e de outros campos. Esses interesses têm a ver com *“a pressão fiscal, as taxas de interesse, o atraso cambial”*. De fato, tudo isso pode ser sintetizado num só assunto geral: o relativo às transferências do setor pecuário à indústria e aos setores públicos. Esse tópico vai variando em função dos critérios tanto dos dirigentes da ARU quanto dos da FRU, os que, enquanto agentes dominantes, têm um especial “sentido do jogo”, um “saber” específico sobre o que é “bom”, “mau”, “favorável ou desfavorável” para a reprodução de seu grupo social. Eles contam com esquemas de percepção e de valoração que funcionam como instrumentos de visão e divisão do universo em que se movem. Os discursos e as estratégias simbólicas irão, então, variando e adaptando-se às diferentes circunstâncias em virtude desse “sentido do jogo” detido pelos dirigentes, como será possível apreciar em cada um dos períodos que serão analisados mais adiante.

Na produção de diferenças a partir da qual os grupos são produzidos e reproduzidos, a utilização de estratégias de “condescendência” em relação a agentes agrários que ocupam posições subordinadas é uma tática baseada na *“negação simbólica da distância social, que não deixa por isso de existir, garantindo assim as vantagens do reconhecimento pactuado numa denegação puramente simbólica da distância”* (P. Bourdieu, 1987: 132). Os seguintes fragmentos dos discursos atestam esse fenômeno:



*“Queremos recomendar cautela na atribuição de verbas para a florestação”, “a ARU reivindica o setor granjeiro esquecido e castigado” “especial relação que existe entre empresários e empregados na atividade rural, onde todos participam por igual nas tarefas, moram num mesmo lugar, compartilham os momentos de descanso (...) estabelecendo-se assim uma relação ‘de distância e reconhecimento mútuo’, às vezes difícil de ser captada desde um enfoque urbano”.*

Também existem outras lutas abertas, lutas frontais, como aponta Bourdieu, na medida em que o *“saber o que é preciso fazer numa situação determinada”* (1987: 40) próprio das elites pecuárias faz com que as mesmas utilizem, em algumas conjunturas, todo seu poder simbólico acumulado contra o Estado e o sistema político. Com efeito, ao sentirem-se ameaçados pelos últimos para impor-se nas lutas, utilizam uma estratégia frontal de *“desvalorização”*: *“num mundo que galopa rumo a mudanças estruturais, nossos políticos andam a trote”, “o clientelismo continua tão vital quanto em suas melhores épocas”*; aludem à *“incapacidade do setor industrial”* e às *“burocracias ineficientes”*. A estratégia frontal é mais frequentemente utilizada pela FRU do que pela ARU, mais inclinada a utilizar estratégias de condescendência.

As diferenças e as afirmações de sua posição na sociedade também se projetam no tempo e no espaço de referência, incorporando a memória social: *“devemos honrar as gerações que nos precederam e projetar o país para o século XXI”, “resgatemos o melhor de nosso passado, evoquemos o sacrifício de nossos pais e, seguindo seu exemplo, forjemos o futuro de nossos filhos”*. Isso permite ordenar a temporalidade numa rede de sinais figurativos, simbólicos e objetivos em relação aos quais o *“nós”* adquire seu próprio relevo e estabelece entidades categoricamente excludentes entre si. Os *“habitus”* são também geracionais, o que implica um condicionamento estrutural de tipo histórico *“sabei que nós sempre concordamos, seja o que for o que digamos”*. No dizer de Bourdieu (1992: 71) *“o poder social sobre o tempo (...) é tacitamente reconhecido como excelência da excelência (...) possuir o antigo, a história entesourada, os nomes, as proezas, as façanhas”*. Todo grupo tende a dotar-se dos meios precisos para perpetuar-se além da finitude dos agentes individuais nos que se encarna, *“é preciso citar a representação que imortaliza a pessoa representada...”*, *“a vida eterna é um dos privilégios mais procurados”*.

### 5.2.5. Poder Simbólico e o Estado

A afirmação que assimila o “dizer” ao “fazer” aparece como uma assertiva aceitável. A competência no “dizer” se inscreve dentro das lutas de poder porquanto o poder simbólico é um poder de fazer as coisas com palavras. *“Para mudar o mundo é preciso mudar as maneiras de fazer o mundo, quer dizer, a visão do mundo e as operações práticas pelas quais os grupos são produzidos e reproduzidos”* (P. Bourdieu, 1987: 140). Este mesmo autor afirma que o poder simbólico é o poder de “fazer” dos grupos. Assim, toda forma de enunciado performativo se funda na posse de um capital simbólico capaz de impor uma “nova visão do mundo”. Destarte, o capital simbólico dos criadores de gado funciona como um “crédito” obtido mediante fórmulas de “reconhecimento” atingidas através de um processo histórico de institucionalização.

Para compreender a dimensão simbólica e, junto com a mesma, a estratégia dos criadores de gado, não podemos deixar de debruçar-nos sobre o efeito do Estado, o “efeito universal”. Em linhas gerais, mostramos como na gênese da constituição do Estado, a ARU desempenhou um papel fundador, instituindo o Estado no setor e, em particular, produzindo o discurso performativo sobre o Estado. Com isto, conseguiu-se que, enquanto se aparentava dizer o que era o Estado, o Estado fosse dizendo o que devia ser (1992: 112). A partir da década de 80, inicia-se uma nova etapa em sua reconstituição: *“a modernização do setor privado e as exigências da competitividade requerem também a modernização do Estado eficiente e de menor tamanho”*.

A imposição de uma nova visão sobre o funcionamento do Estado será mais eficaz na medida em que essa nova proposta se assente em elementos da realidade. Os argumentos das agremiações nesse sentido são do seguinte teor:

*“No mundo de hoje a agressividade e competitividade dos mercados de produção agropecuária exigem o livre jogo da oferta e da demanda, mecanismo idôneo para a orientação da atividade econômica”; “Quando é livrada uma guerra comercial despiada no nível internacional, não podemos dar-nos ao luxo de manter transferências inter-setoriais”; “Todos no país sabemos perfeitamente que o que almejamos é um sistema de mercado no qual o Estado possa ser um elemento orientador sem representar uma asfixia”*.

O Estado é o que concentra o poder. *“Infelizmente, o excessivo peso do Estado se transforma em freio para nossas possibilidades”* (ARU, 92). Como aponta Bourdieu (1992: 124), *“o Estado é a sede por antonomásia da concentração e do exercício do poder simbólico”*. Da mesma forma, é *“o único que está em condições de regular o funcionamento dos diferentes campos (...), de mudar as regras do jogo”*. A essência da ação do Estado reside no intercâmbio, no poder distributivo dos recursos –subsídios, empréstimos, rendas públicas–, podendo limitar, com isso, a capacidade de manobra dos grupos econômicos.

As disputas pelo poder sobre o Estado se manifestam, num estado concreto das relações de força, pela distribuição ou redistribuição dos “benefícios”. R. Behn afirma que as estratégias em relação às “políticas” do Estado sempre dependerão dos “benefícios” outorgados pelas mesmas. Assim, o nó da questão reside na distribuição, isto é, *“em quem recebe os benefícios e em quem paga os custos”*. O Estado atua como monopolista e, de maneira discriminadora, oferece proteção aos diferentes grupos. Mas, como os diversos grupos têm diferentes “custos de oportunidade” e de “poder de negociação”, serão produzidas tantas estratégias e negociações quanto grupos entrem em luta pelo poder sobre o Estado: *“A época do Estado paternalista, empregador de mão-de-obra e gerador de discriminações acabou”*.

A luta pelo poder sobre o Estado se funda no reconhecimento da capacidade estatal de desequilibrar a “taxa de câmbio” entre os capitais dos diferentes campos, de afetar o volume dos diferentes tipos de capital e, conseqüentemente, de gerar impactos negativos sobre as estratégias específicas de “reprodução” dos criadores de gado. A delimitação das “funções exclusivas” do Estado é a estratégia mediante a qual os agentes agrários, em suas “maneiras” discursivas, propendem para a conservação de seu patrimônio econômico e simbólico e para manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe. Os criadores de gado procuram usar seu capital simbólico como “crédito” para ser reinvestido na defesa dos interesses específicos, em sua mobilização enquanto grupo em prol da defesa de seus interesses e no campo de luta. Nesse sentido, eles afirmam que

*“é extremamente perigoso desarmar a estrutura de um país produtivo devido a modas passageiras não aceitas pela maioria, conformando um país de serviços e prescindindo dos setores produtivos” e que “estamos deixando de ser um país agro-exportador para tornar-nos um país de serviços. É isso o que queremos? Os produtores não achamos isso e não nos resignamos a deixar nossos campos e a deixar de produzir.”*

De outro lado, ao ir impondo, passo a passo, essa constelação de idéias sobre o mundo rural, nesse período começam a ser sutilmente questionadas também as políticas redistributivas ao arremeter diretamente contra os impostos, reclamando, em seu discurso, na forma do que é apresentado como uma máxima universal, que *“é justo e legítimo que quem trabalha, investe e arrisca, pretenda receber também com justiça e legitimidade o que esse trabalho gera”*.

Os dirigentes das organizações pecuárias conseguem mobilizar-se em forma simbólica e com eficácia política, pois, mediante suas práticas, opiniões e discursos, impõem uma “visão” do funcionamento da economia utilizando estratégias de “in-versão” de seus interesses particulares para “interesses universais”: *“A extraordinária dimensão do Estado não apenas implica uma carga insuportável para o produtor, para o industrial e para o comerciante, mas, em definitivo, atenta contra a liberdade do indivíduo”*.

Dessa forma, a batalha pela “transformação do Estado” se constitui, para os criadores de gado, numa condição *sine qua non* para seus interesses enquanto estratégia de conservação de seus diferentes tipos de “capitais”, que re-apresentam e re-definem o setor agrário. Nesse sentido, eles colocarão em jogo o poder entesourado em lutas anteriores, históricas: *“Fizemos o Código Rural, cercamos os campos, trouxemos raças, construímos a Nação”*. *“Ostentação de signos, de convenções, de códigos que dão conta do que “são eles”, estratégias de pretensão de sua razão de ser”* (P. Bourdieu, 1992: 243). Isso legitima os referidos agentes para enunciar a perda da previsibilidade social do Estado, que deixa de ser um Estado para a Nação = Agro, alterando, por conseguinte, as regras de jogo: *“O País renegou de sua vocação agropecuária”*. Com isso exprimem sua desilusão, sua perda, o desequilíbrio, pois a nova conjuntura afeta, tanto seus capitais tangíveis –propriedade e rentabilidade- quanto o capital simbólico –reconhecimento e consagração- em favor de outros setores da economia.

Atualmente, a luta no campo do poder se baseia na imposição de novas categorias de percepção, de visão e divisão –Estado vs. Mercado-, sendo o *“livre jogo da oferta e da demanda (...) o mecanismo idôneo para a orientação da atividade econômica”*.

A forma simbólica constitutiva do mito de “país pecuário”, **Pecuária = País = Nação**, está em condições de funcionar também para **Estado = Nação = País = Pecuária** e, portanto, quem detiver esse “capital simbólico”, contará com um capital de reconhecimento e

consagração, prestígio, legitimidade e “autoridade” como para impor novas regras de funcionamento ao Estado.

Bourdieu aponta que uma posição simbólica de proximidade –ou seja, de reconhecimento mútuo entre os agentes envolvidos- na luta de poder proporciona maiores possibilidades –aos mais próximos e reconhecidos- de impor novas regras de jogo, de re-instituir o Estado na base de seus interesses específicos mediante “estratégias de valoração” (“*do campo sai tudo o necessário para a vida do país*”) e “estratégias de descrédito” no intuito de mudar o valor relativo do capital de outros campos (“*incapacidade do setor industrial ou ineficiência das burocracias*”, “*temos crescido sob o protecionismo que chegou a ofuscar-nos e a anular nossa criatividade*”). Essa tática discursiva do “*eu acuso, eu exijo, é o resultado e a realização do processo coletivo de “emancipação”, que, em determinada conjuntura histórica, rompe com certa ordem estabelecida*” (P. Bourdieu, 1992: 246). Neste caso, trata-se de romper com o Estado Benfeitor, a Economia protecionista fechada e industrial através do postulação de novos valores, enunciados como verdades absolutas e propostos como o único caminho possível para a “liberdade” do homem –valor universal-. Ora, os criadores de gado, por serem quem são e por terem o que têm –reconhecimento e legitimidade- estão em condições de erigir-se como sentinelas desses valores simbólicos. “*A doxa, ponto de vista particular, apresenta-se e impõe-se como ponto de vista universal; o ponto de vista de quem domina o Estado, tendo constituído seu ponto de vista enquanto ponto de vista universal, estabelece o Estado*” (P. Bourdieu, 1994: 121).

Quando os princípios do setor, regidos por suas leis particulares –modernização, competitividade, livre empresa-, chegam a impor-se no universo social em sua totalidade, o setor aumenta seu “poder simbólico”, permitindo-lhe isso atingir um elevado nível de independência com respeito aos outros poderes e levar a cabo estratégias de construção do “princípio de autonomia”. “*Um Estado hoteleiro, pesqueiro, industrial, centralista, burocrata e centrado na capital é um Estado que transforma as relações de força, deixando de lado o homem, o ser humano, a família, a terra, o campo e o valor individual*”; deixa de lado, portanto, os valores “universais”, os que são equivalentes aos valores simbólicos da ruralidade. Em definitivo, para os Criadores de Gado, o Estado deve deixar de ser “Todopoderoso”, sobretudo quando ele se opõe a seus interesses particulares. Requer-se um

*“Estado testemunha e não agente, custódia de seus serviços primários e guarda para a função da ordem, tutor da liberdade, estimulador da livre*

*empresa e defensor da livre iniciativa, isto é, um Estado que se adira ao conceito de Estado liberal”.*

Em suma, um Estado que assegure cabalmente seus interesses particulares e não ameace a reprodução social do grupo.

Na luta pelo poder e na definição e redefinição de seus “interesses”, os impostos constituem um tópico central e recorrente em seus discursos relacionados ao Estado. Eles são tratados como *“as armas (do Estado) que destroem a atividade agropecuária”*, mas, ao mesmo tempo, funcionam como elementos essenciais para a reprodução e representação simbólica de um Estado com autoridade, do qual eles também precisam. Assinala Bourdieu que os impostos baseiam sua legitimidade e seu consentimento na representação da coletividade em seu conjunto. Mas, como já foi visto, no corpus discursivo do setor pecuário, mediante o trabalho de inversão referido acima, os agentes rurais se consideram os representantes da comunidade em sua totalidade; e, como os impostos servem a “interesses privados” –burocracias, frigoríficos, empresas públicas, seguridade social-, eles devêm “não-legítimos”.

*“O homem de campo é consciente de que o Estado precisa de sua contribuição, mas também sabe que os números são muito evidentes, sente que o governo de seu país o está empurrando para uma situação na que perde o trabalho de anos”; “A voracidade da modernização e a febre estatizante ofuscaram; esperamos tudo do Estado, herdamos bem-estar e esquecemos os métodos que foram utilizados para obtê-lo”; “As transferências de recursos são o menor prejuízo causado aos produtores pela ação do Estado”. (1994: 100)*

A FRU é ainda mais direta em sua luta contra o Estado e desenvolve uma estratégia de confronto direto:

*“ratificamos a histórica postura da mais absoluta liberdade de mercado, sustentada e mantida sem claudicações”, “a constante transferência intersetorial e as políticas protecionistas afetaram nossa rentabilidade”, “enquanto a indústria do azeite foi presenteada com 2 milhões de dólares para que suas contas fechassem ou enquanto a indústria frigorífica foi atendida com quantidades ainda superiores ou alguns bancos foram assistidos com dezenas de milhões”, “os produtores devem lidar hoje com um sacrifício sistemático para poder subsistir”,*

afirmam os produtores rurais.

As estratégias discursivas com respeito à pressão fiscal que suporta o setor estão destinadas a “fazer ver e valer” certas realidades. As palavras, os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem, constituem a aposta por excelência da luta política e

as “estratégias” em si mesmas supõem “invenção” permanente (particular, universal, social, natural, etc.), condição indispensável para adaptar-se a situações novas. *“O Estado deve dedicar-se a administrar melhor seus recursos e adotar políticas responsáveis e coerentes com o país e com o agro”*. *“São requeridas condições que priorizem o produtivo perante o especulativo e o burocrático”*.

Também existem fatores externos estruturais, fortuitos ou emergentes, como a globalização da economia ou a instabilidade dos mercados. Esses fatores afetam a luta política, pois podem colocar novos agentes em jogo e gerar novas alianças (clientes, mercados ampliados, etc.) que podem implicar novas estratégias. Colocar os cenários em seu favor faz parte do sentido de jogo dos dirigentes pecuários. Um caso claro nesse sentido foi sua reação em face do Mercosul:

*“O Mercado amplia, não apenas o mercado, mas também a capacidade de negociação com o resto do mundo”, “O Mercosul é o ponto de inflexão para a paulatina queda dos protecionismos e as práticas desleais do comércio”, “devemos defender no Mercosul a importância estratégica do setor agropecuário”*.

Com esse discurso e essas palavras, eles se apropriam do novo contexto, “significando” o Mercosul como parte “natural” do mundo rural que eles construíram, exigindo e auto-atribuindo-se um papel protagônico em sua orientação e na formação do bloco econômico.

Um exemplo disso é a seguinte citação sobre a inesperada emergência que assume o Mercosul em 1992: *“A integração só beneficiará o agro uruguaio se tivermos um marco similar ao de nossos colegas da região”*. O mesmo acontece com as variantes impostas por uma nova ordem econômica, na que se apropriam das mudanças reinterprestando-as na clave de seus interesses:

*“o modelo deve ser agro-exportador e sua regra básica, a competitividade”, “acreditamos num país com agroindústrias competentes”, “o modelo deve ser exportador e sua locomotiva o complexo industrial”, “estamos convencidos de que nosso país deve apostar no exterior, a conjuntura mundial se apresenta favorável às possibilidades de nosso setor”*.

### 5.2.6. Algumas Especificidades no Discurso da FRU

Nos discursos da Federação Rural existem significantes, símbolos, códigos e representações que reforçam a simbologia do “agrário” conotado como AGRO = PAÍS/NAÇÃO/ECONOMIA, através da reiteração, redundância e formalização das representações simbólicas do agro definido como *“base imprescindível de nosso desenvolvimento como nação.”* Ou ainda: *“O agro, sobre todas as coisas, tem a função sagrada de proporcionar alimento e abrigo à humanidade”, “Nosso setor continua sendo o suporte da economia nacional.”*

O reconhecimento e consagração permanentes nos enunciados da FRU reforçam e relegitimam o capital simbólico acumulado durante tantas décadas, reproduzindo o mesmo para um novo contexto social. *“O setor produz o grosso da riqueza do país”... “Nosso propósito é construir o porvir venturoso do país com o fruto e o esforço de nosso trabalho”... “O país que queremos se assenta em bases firmes na produção agropecuária”.* A Federação Rural tem como bússola orientadora de suas estratégias o maior grau de fortalecimento dos valores simbólicos construídos nas lutas anteriores contra o batllismo, mas, sobretudo, a valorização da unidade de ação com a ARU a fim de mostrar o critério de ação única do setor. *“A ARU e a FRU são duas instituições que, mais do que irmãs, surgem do mesmo tronco”.* Essa unidade das corporações agrárias tende para a consolidação de seu monopólio no espaço corporativo agrário, estendendo e ampliando assim “o representado”, ao mesmo tempo em que relegitimam a capacidade de “representação” em nome do conjunto dos agentes agrários. Do ponto de vista semântico, a palavra “irmandade” nos *“fornece instruções para reconhecer os referentes eventuais dos termos que descreve intencionalmente”* (H. Eco, 1991: 100). A ARU e a FRU são duas entidades que existem por semelhança e também por diferença; com efeito, existe nelas um componente associativo comum –base agrária- que as representa como agentes equivalentes com ênfase em elementos compatíveis formulados da mesma forma e a partir das mesmas regras. No dizer de Bourdieu (1992: 22), isso implica uma “espécie de cumplicidade básica” das corporações agrárias que remete ao reconhecimento de pertença a um “campo” comum que gera interesses fundamentais : *“tudo o que está ligado à própria existência do campo”, “a FRU e a ARU têm trabalhado palmo a palmo para obter o melhoramento das condições materiais e morais do esforçado produtor rural”.*



É também uma estratégia de “autoconsagração” dos agentes corporativos na medida em que eles se representam como os agentes legítimos para definir e impor os interesses ou objetivos que contribuam para o sucesso de suas estratégias de reconversão e reprodução no campo agrário em seu conjunto.

*“A função de representatividade volta assim a exigir, por parte dos que a exercem no terreno político, a capacidade de (re)construir permanentemente uma identidade coletiva de referência e de legitimidade reivindicada”. (E. Landowsky, 1993: 54) “Nenhum outro setor, nenhum outro grupo, tem idéias tão claras e tão firmes quanto nós, nem tão graves responsabilidades”.*

Como já foi assinalado, os trabalhos simbólicos de inversão social dos interesses são amplamente colocados de manifesto nos discursos da FRU:

*“Precisamos leis que abençoem a riqueza” ... “terra fator de paz social” ... “o doloroso e patético é o fato de desconhecer que o interior fornece desde sempre a maior parte dos produtos que, depois, sob o título de tradicionais ou não-tradicionais significam a enorme maioria das exportações que servem para conseguir as receitas graças às quais funciona a Nação”.*

Existe uma espécie de cumplicidade básica, um acordo entre as corporações acerca do que merece ser objeto de luta. Esses elementos invariáveis dos discursos da FRU e da ARU deixam transparecer sua homóloga posição no espaço social agrário. Da mesma forma, eles nutrem objetivamente os núcleos explicativos de sua “aliança”, de suas apostas comuns, permitindo dar conta da implementação de estratégias relativamente orquestradas. As apostas em comum, dignas de serem perseguidas são, em síntese: *“rejeitar a proteção e os subsídios, o protecionismo intersetorial, o gasto público, os tributos nacionais e municipais, as burocracias arcaicas, o excessivo peso do Estado, a imobilidade do funcionário público e o atraso cambial”* (P. Bourdieu, 1992: 22). Uma característica que marca a diferença entre ambas as instituições é sua estratégia de autorepresentação: *“A FRU está especialmente vinculada aos produtos modestos, às regiões de campos difíceis e ao trabalho sacrificado e constante”*. O agente corporativo reconhece a constituição histórica do campo, estruturada em termos de propriedade da terra, em virtude da qual os produtores são diferenciados e diversificados de acordo com o tamanho da propriedade e/ou com a produção de bens específicos, porquanto suas práticas discursivas são orientadas por esse sistema de diferenças. De fato, na estratégia de “apresentação de si”, o agente corporativo faz ver e valer a existência de outros “agentes individuais” ligados ao campo social agrário –com propriedades diferentes na hierarquia do campo-, já que é “em e por” a existência desses agentes que a corporação se representa, consagra, distingue e legitima como tal. Na aceitação da heterogeneidade dos

agentes agrários, no reconhecimento de âmbitos específicos e diferenciais de poder é que se constituem os códigos base sobre os quais a Federação Rural se auto-institui: *“A FRU se nutre de gente da campanha e dos trabalhadores que palpitam no trabalho permanente da terra”*. Os modestos, as pessoas da campanha se constituem nas diferenças que conferem sentido aos significados distintivos do agente corporativo que, para “ser” –Federação Rural- e para “existir” como tal, requer “diferenciar-se” da FRU através de novos códigos e fórmulas que lhes confiram sentido e significação a seus representações e práticas.

*“Magnífico exemplo o desse grupo excepcional de ruralistas liderados pelo Dr. Irureta Goyena que, seguindo o rumo traçado por Dom Carlos Reyles, tiveram visão e coragem para encarar a magna obra de organizar em horas difíceis para o país uma estrutura federada que nucleará todas as agremiações de produtores”*. *“Grandes homens no passado compreenderam com visão inigualável que sem a união dos produtores, sem sua participação ativa no afazer nacional, era impossível que surgissem as necessárias soluções”*.

Os heróis do passado (enfrentados naquela oportunidade à tática da ARU a fim de afrontar o Reformismo Batllista) também fazem parte dos “bens simbólicos”, atributos da excelência, do poder sobre o tempo; *“estratégia de “eternização” da qualidade e extensão do grupo encarregado de garanti-la (...) mediante a “ordem das sucessões”, predecessores e sucessores não estão separados por nada a não ser o tempo”* (P. Bourdieu, 1992: 104).

A marcada ênfase da “apresentação de si” como “representação gremial” se constitui no elemento de distinção essencial, que define a existência legítima da organização:

*“A FRU seguirá no primeiro posto de luta procurando saída e defendendo os produtores” ... “A FRU, idéia federativa, espírito de unidade gremial que congrega em seu seio todos os homens que trabalham na terra” ... “A atuação gremial é o principal instrumento de defesa dos produtores e a mesma se alimenta e se nutre com uma grande adesão à família rural”*.

Como aponta Bourdieu, *“o representante existe porque representa (ação simbólica) o grupo representado, simbolizado, que, por sua vez, existe e faz existir seu representante como representante de um grupo”* (1988: 159). Nesse sentido, a marca distintiva e simbólica da Federação Rural é o poder “atuar” e “falar” por seus representados:

*“A FRU não trabalha para alguns, mas para todos, não se agita por uma parte da campanha, mas pela campanha toda”*. A Federação *“é um signo que fala, que diz o que é, o que faz, o que representa e que, como porta-voz, manifesta sua legitimidade ao manifestar aos que a delegam”* (P. Bourdieu, 1988: 160). *“A FRU assume o compromisso de criar o suporte institucional em que a opinião do autêntico produtor rural se possa manifestar livremente e ser escutada em todos os cantos do país”*.

O ato de simbolização mediante o qual se constitui o “porta-voz”, faz com que o mesmo se identifique com a coisa significada (o produtor rural) de modo tal que ela não existiria sem ele:

*“A FRU é um movimento gremial, é a expressão organizada dos esforços individuais e das energias demandadas pelo produtor isolado” ... “A FRU assume o compromisso de criar o suporte institucional em que a opinião do autêntico produtor rural se possa manifestar livremente e ser escutada em todos os cantos do país”... “Rica história federal que hoje, mais do que nunca, permite aos produtores e a suas famílias expressar-se e exprimir suas necessidades, suas potencialidades, sua percepção do futuro...”.*

Estas são as estratégias de oficialização mediante as quais os agentes manifestam sua reverência em relação à crença oficial do grupo; são estratégias de universalização que concedem ao grupo o que ele exige antes de mais nada, isto é, uma declaração pública de reverência com respeito ao grupo e em relação à representação que ele pretende oferecer aos outros e a si mesmo.

*“A atividade gremial da FRU consiste em lutar por nossos postulados”. “Nosso dever e justa homenagem é para os homens do campo, para o reconhecimento de seus esforços e para o serviço que proporcionam com todo seu vigor ao país”. “Por em cima de todas as coisas existe uma Federação Rural que nos abrigou por mais de 70 anos e que continua sendo um formidável instrumento de vigor para defender os interesses das pessoas que trabalham no campo”.*

Esse essencialismo gremialista dos dirigentes da FRU leva, no decorrer de sua história gremial nesse período, a colocar uma especial ênfase em mostrar (representar) permanentemente a unificação do campo das representações agrárias, pois toda luta produz os “efeitos” próprios para dissimular a própria existência da luta.

*“Não acrediteis na categoria de pequenos, médios e grandes produtores. Não acrediteis na separação dos produtores de carne, lã, leite, cereais ou de produtos de granja. Não acrediteis quando os falarem em produtores afastados ou próximos aos centros povoados: o produtor rural é um só”.*

A FRU tem concentrado seus esforços especialmente nessa frente de batalha, tentando negar a distinção no nível gremial entre produtores grandes e pequenos, como também as contradições entre o capital e o trabalho das empresas do setor. A apresentação do campo social unificado –sem frações, sem categorias de agentes- é uma estratégia da corporação porquanto sua “existência legítima como único porta-voz” depende de seu capital simbólico. Isso leva a que, ao fazer de sua essência a ação gremial, ela se atribua o monopólio da representação legítima dos agentes rurais, como recurso de legitimação na luta de interesses.

Nesse sentido, não devemos esquecer que os sistemas simbólicos têm, não apenas a capacidade de estruturar a realidade, mas de representar as “relações de classe”.

## 6. As Agremiações Pecuárias e o Governo

### 6.1. As Agremiações Pecuárias em face do Primeiro Governo Democrático (1985-1999)

O período analisado nesta seção abrange os cinco anos de governo do Presidente da República Julio María Sanguinetti, líder do Partido Colorado (1985-1999). Esses anos de governo estiveram marcados pelas tensões derivadas do processo de transição democrática e pelas negociações e conflitos surgidos no intuito de conformar uma aliança econômica, social e política que firmasse as bases para um modelo de acumulação duradouro.

O contexto de avanço das forças democráticas e a vontade dos setores progressistas de expandir os direitos políticos para o âmbito social e econômico provocarão, mais uma vez, na história do país, uma ameaça em potencial para as posições de privilégio dos criadores de gado no campo social agrário. Com efeito, a capacidade de antecipar o sentido do jogo própria das elites dirigentes lhes permitiu perceber que, no novo contexto democrático, as ameaças a suas posições deviam ser combatidas, principalmente no nível simbólico. Isso levará os referidos agentes a centrar uma parte importante de sua estratégia de reprodução nessa dimensão da realidade social.

As elites dirigentes notaram, desde cedo, que o retorno democrático não implicava apenas uma restauração da velha ordem, mas que, pelo contrário, inaugurava uma nova estruturação da classe dominante e do campo de poder à luz das mudanças que se estavam processando no contexto nacional e internacional. O presidente da ARU afirmava, em 1985: *“A rapidez da evolução do mundo contemporâneo obriga a pensar em termos de futuro”*. Esse olhar estratégico em longo prazo estará sempre presente, guiando as ações de pressão dessa corporação, simbólicas e fáticas, de mediano e curto prazo, a fim de direcionar todas elas de acordo com sua aspiração de adquirir um lugar de privilégio no campo de poder em reestruturação.

Na presente seção, procuramos mostrar as principais características dessa estratégia simbólica e como se posicionaram nesses anos as elites dirigentes em relação à construção das bases do modelo de acumulação promovido pelo governo.

Nesse sentido, este período pode ser dividido em duas fases. A primeira compreende os dois primeiros anos, em que as agremiações tentam legitimar seu papel no novo contexto democrático, centrando seu discurso na necessidade de renovação tecnológica do setor e salientando sua preocupação pelo aumento dos conflitos sociais. Num segundo momento, aproximadamente nos anos finais do período de governo, elas centram sua estratégia discursiva na política do setor da carne e nos problemas de endividamento.

A fim de ilustrar a primeira fase, utilizaremos o discurso de 1985 da Associação Rural na Exposição do Parque Prado perante o Presidente da República. Nesse discurso são marcados os eixos fundamentais da estratégia numa etapa salpicada por temores e desconfiança das elites pecuárias em face dos renovados brios democráticos que manifestava nesses anos a conturbada sociedade uruguaia emergente da ditadura.

A oratória começa com uma solene e quase obrigatória saudação à recém-chegada democracia: *“Sentimos que este ato tem um profundo e especial significado, sendo uma verdadeira bem-vinda ao reencontro dos uruguaios com seu tradicional estilo de vida política”*. Como é possível observar, essa saudação à democracia é realizada de uma maneira muito particular; a nova forma de governo não é nomeada diretamente, mas é substituída por uma alusão ao “tradicional estilo de vida política”. Essa reticência numa declaração grandiloqua sobre a democracia, numa ocasião tão propícia para isso, pode decorrer de razões não conscientes determinadas pela trajetória social recente da instituição, que tinha realizado esse mesmo ato durante os treze anos anteriores, convidando para o mesmo às autoridades do governo militar. A falta de possibilidades de apelar à democracia é um indicador da escassa quantidade de capital simbólico em sua forma de “compromisso democrático” detida pela instituição num momento em que essa forma de capital estava sendo muito valorizada. A ARU tentará compensar esse *handicap* mediante uma ampla recuperação dos valores tradicionais do discurso ruralista e da visão épica do criador de gado. A afirmação que sucede à saudação à democracia constitui um exemplo cabal dessa estratégia:

*“Sem jactância, com humildade, os homens que entregaram sua vida, seus afãs, suores, lágrimas e esperanças à terra, em sua profunda e inesgotável fertilidade e riqueza (...), perante a presença do Presidente da República, vimos dizer: neste pequeno e ao mesmo tempo grande pedaço de terra americana, nossa única e preciosa mancha verde aproveitável, um esforçado conjunto de homens com fé no agro sente, acredita e afirma que apenas nesse esforço a sociedade uruguaia encontrará a alavanca de reabilitação e de equilíbrio econômico e financeiro”.*

Dessa forma os agentes agrários procuram igualar os esforços de outros setores e organizações sociais para recuperar a democracia aos sacrifícios dos *“homens que entregaram sua vida à terra”*, e que, agora, comprometem-se com o Presidente da República –símbolo vivo da democracia recuperada- a serem a alavanca para a *“reabilitação do país”*.

Após essa introdução sobre o compromisso simbólico dos criadores de gado com a democracia, o discurso abordará os problemas gerais do setor e sua ligação com os problemas gerais do país.

As elites dirigentes dos criadores de gado compreendem que a sociedade está começando a transitar uma profunda reestruturação em suas relações de poder. Essa situação é visualizada com tal magnitude como para torná-la comparável à vivida pelo país em finais do século XIX, na própria origem da organização pecuária, quando os criadores de gado afrontavam profundas mudanças que requeriam uma nova ordem econômica e social. Em virtude desse diagnóstico, a situação atual é definida recorrendo-se à citação das declarações de 1873 de Juan Ramón Gómez, primeiro presidente da ARU.<sup>1</sup> *“A situação da campanha está gravemente comprometida e o remédio para seus males não admite esperas nem vacilações”*. Pois bem, aquela colocação de Gómez adquire hoje pleno vigor. Naquele primeiro momento, a resposta positiva a esta reclamação rendeu seus frutos durante cinquenta anos. *“Nossos problemas atuais vêm de várias décadas atrás, quando, infelizmente, o país renegou de sua vocação agropecuária. A gravidade da situação também não admite, como naquele momento, esperas ou vacilações”*.

---

<sup>1</sup> Não deve desconsiderar-se que, neste ato de “citar”, também é colocado em jogo o capital simbólico acumulado na longa história da instituição.

### 6.1.1. A estagnação

Dando continuação ao diagnóstico e dirigindo-se diretamente ao Presidente, afirma-se:

*“Sr. Presidente: Uma análise de nossa realidade nos mostra claramente o desafio. Ou continuamos percorrendo um caminho de estagnação e pobreza, com permanentes conflitos, concorrendo todos pela distribuição de minguados recursos, ou afrontamos decididamente o futuro...”*

É muito significativo que se aluda diretamente, nesse primeiro discurso, a um elemento tão controverso como é o relativo ao assunto da estagnação do setor pecuário. De fato, esse foi um aspecto central do debate agrário deixado de lado sistematicamente por várias décadas nos discursos dos dirigentes pecuários. Mas, ao ser retomada a democracia -e após os debates dos anos anteriores-, esse tema não podia deixar de ser afrontado discursivamente pelos criadores de gado. Ele já tinha sido objeto de inúmeras análises na saída da ditadura e base de uma crítica permanente à atitude dos criadores de gado e de suas agremiações. A linha argumentativa utilizada para travar essa difícil luta simbólica será a de reconhecer a estagnação, mas mostrando que suas causas residem nas condições externas impostas ao setor e não em suas atitudes enquanto empresários. São essas causas externas (nacionais e internacionais) as que não permitem o amadurecimento dos esforços que eles realizam para desenvolver o setor. Baseados nesse argumento, afirmarão que o uso que eles fazem da terra -e, portanto, o modelo de exploração pecuária dominante- não está na raiz da falta de produtividade do setor e que, por conseguinte, não faz sentido criticar a posse extensiva de terras e questionar sua propriedade privada. Esses argumentos serão utilizados perante a insistência dos partidos políticos em incluir em seus programas eleitorais de 1984 diversas propostas de reestruturação da posse da terra a fim de atingir maiores níveis de desenvolvimento rural no país. Esse perigo em potencial para os setores de grandes criadores de gado colocado pela redemocratização do país seria um dos elementos centrais da transição democrática no setor. Por isso, o objetivo mais destacado nos primeiros anos desse período da ação coletiva dos criadores de gado foi justamente afrontar essas ameaças para poder avançar, depois, em outras linhas de ação.



A estratégia coletiva dos criadores de gado para lidar com a situação, fundamentalmente através da ação da ARU, consistirá em assumir o problema e promover uma forte ação discursiva em favor da incorporação tecnológica no setor.

*“É necessário aumentar a produção nacional e esse aumento deve basear-se no investimento produtivo e na reconversão tecnológica. No mundo de hoje, a agressividade e competitividade dos mercados do produtor agropecuário tornam imprescindível um crescente grau de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de adaptação a uma realidade cambiante”.*

Também, nesse extenso discurso, são arrolados outros elementos referidos às melhoras sanitárias, ao uso do solo como uma preocupação ambiental e aos problemas da pesquisa agrônômica. Esses itens serão objeto, nos anos seguintes, de uma atenção especial por parte das agremiações e conformarão elementos centrais em sua estratégia discursiva. Permitirão articular seus velhos interesses, baseados na monopolização da terra, com seus planos de reprodução social, mediante uma reconversão tecnológica tão resistida no passado. O Presidente da ARU, durante este discurso, não deixará de lembrar o papel protagônico da organização no século passado como agente dinamizador da mudança técnica na pecuária para fundamentar seu impulso atual ao respeito.

*“Nossa associação rural, que sempre esteve na primeira linha de lutas pelo melhoramento técnico da produção, vê com profunda preocupação a deterioração em que se encontram os serviços de pesquisa.”* Da mesma forma, assinala-se que *“deve prestar-se especial atenção à conservação dos recursos naturais, à luta contra a erosão e aos problemas ligados à sanidade animal e vegetal.”*

Nesse primeiro discurso em democracia, recorre-se novamente ao eixo argumentativo da reconversão tecnológica para dar uma visão otimista, mostrar as potencialidades do setor e apontar que “existem outros culpados” pela situação, despojando-se de responsabilidades pela situação atual.

*“Quem sabe aonde poderíamos chegar como produtores e como país se nos deixassem recursos para organizar as rotações agrícolas, para acelerar o processo produtivo e para aumentar a extração, para aumentar a produtividade e para aumentar a produção.”*

Esta citação alude à carga impositiva que devem pagar os produtores como trava para seu desenvolvimento. Para atingir esses objetivos, são reclamadas

*“poucas normas básicas, estáveis no tempo, que priorizem o investimento produtivo e a transformação tecnológica, (que) serão, sem dúvida, a demonstração de que se tomou consciência, em todos os níveis da atividade nacional, de que no setor agropecuário reside a felicidade material e espiritual da nação”.*

Destarte, mostra-se a necessidade de implementar um novo modelo de acumulação que mude o rumo do país. Do ponto de vista dos criadores de gado, esse modelo deveria aprofundar as liberalizações e desregulamentações iniciadas pelos governos militares. Isso implicaria impulsionar

*“uma nova mentalidade que revalorize a produção e o investimento, a iniciativa privada, a liberdade individual, o direito de propriedade e a responsabilidade em seu uso, o respeito à ordem e à legalidade, e que reconheça a necessidade de crescimento econômico para atingir desenvolvimento e estabilidade.”*

Os temas assinalados pelos criadores de gado como parte desse novo modelo são ainda muito difusos: “revalorização da atividade privada” e “necessidade de crescimento”. Apenas se constata uma clara adesão à idéia dominante do período, a que antepõe –como um puro problema de lógica formal- o crescimento econômico à posterior redistribuição social dessa riqueza.

Mais tarde, acrescenta-se:

*“Devem ser encarados novos mercados, novos produtos, novas formas de apresentação e de processamentos dos produtos tradicionais, novas técnicas de produção e manufatura e novas formas de organização e gestão empresarial para produzir”.*

Esta mudança de rumo que apela a um novo agente com mentalidade empresarial constitui um esforço de reprodução social dos grandes criadores de gado, que contribuem e aderem, com esse comportamento, a um novo tipo de modelo agro-exportador que começa a consolidar-se nesses anos, com o primeiro governo de Sanguinetti. Esse reconhecimento da estagnação e a busca de saídas assentadas na incorporação de novas tecnologias serão os elementos de apresentação dos criadores de gado para relegitimar-se e procurar uma aliança dentro do campo de poder a efeitos de consolidar e ampliar o modelo de abertura.

### **6.1.2. Ordem e Legalidade**

Mas não deixa de chamar a atenção que sejam introduzidos como temas fundamentais para o desenvolvimento econômico o respeito ao “direito de propriedade” e a necessidade de

manter a “ordem e a legalidade”. Essas questões adquirem uma considerável importância nesses primeiros anos para os criadores de gado, embora sempre apareçam de forma velada devido ao predomínio das reclamações econômicas diretas. O temor dos referidos agentes residia em possíveis “transbordamentos democráticos”, promovidos pelas forças de esquerda e pelo movimento sindical. As reclamações pelo respeito à ordem, à legalidade e à propriedade privada se enquadram assim numa relação de luta e conflitos com essas organizações, que, na saída da ditadura, ainda se apresentavam com um resultado incerto. Deve-se reconhecer que a defesa da “ordem” e a advertência sobre os possíveis “transbordamentos democráticos” são realizadas por parte dos criadores de gado junto com a defesa de outros elementos mais compatíveis com o momento histórico e com o estado de ânimo da opinião pública, como, por exemplo, a reclamação pelo pleno direito da liberdade individual e pelo uso responsável dos recursos naturais. No entanto, esses argumentos e a própria idéia de “transbordamento democrático” não deixam de inscrever-se no conceito conservador que considera os setores populares e suas reclamações “perigosos”.

Esse comportamento atinge tamanha magnitude que os criadores de gado chegam a condicionar a renovação tecnológica do setor aos assuntos numerados acima.

*“Não é suficiente a normalidade institucional, essa é uma condição suficiente, mas por si só não pode resolver todos os problemas. Não é sensato e justo pedir à produção sacrifícios para depois esterilizar sistematicamente seus esforços. Não peçamos incorporação de novas tecnologias se, depois, o combustível não vai chegar aos sítios. Não haverá trabalho nem investimento produtivo se não for garantido um clima de paz e de respeito. O campo quer trabalhar em liberdade e segurança –porque o homem da terra sabe, porque assim nasceu e cresceu– que a liberdade, tão essencial como o ar que ele respira, só existe dentro da ordem, a segurança e o trabalho.”*

Esta alusão ao conflito operário desenvolvido nesse ano pelos trabalhadores da ANCAP (Empresa Estatal de Combustíveis) se transforma numa advertência geral sobre as conseqüências que podem acarretar as reclamações dos trabalhadores e dos movimentos sociais para a estabilidade econômica do país. Deixa-se transparecer assim sua ideologia, profundamente conservadora, que não pode aceitar que os setores sociais subalternos também tenham o direito a defender seus interesses.

Mas uma manifestação ainda mais conservadora tem lugar quando, no mesmo ano, pede-se ao governo que *“mantenha a inalterável continuidade dos serviços públicos e a estabilidade institucional”*. Com esse pedido, estão sendo colocados num mesmo nível de

igualdade os conflitos sindicais dos serviços públicos e possíveis ataques à recém-atingida institucionalidade democrática. Essa declaração, que denota uma feição autoritária no manejo dos problemas sociais, não é nova na ARU, mas sim surpreende que se realize um ataque tão duro ao direito de sindicalização e de greve, num momento em que os mesmos eram amplamente aceitos como legítimos pelo conjunto da sociedade uruguaia. Impor como condição da mudança técnica no agro o controle desses “transbordamentos” de liberdade sindical, que alteram a ordem e a segurança, mostra o profundo temor que esta fração tem de que as forças populares possam, nalgum momento, vir a atentar contra seus interesses e, sobretudo, de que os setores no governo realizem alguma aliança com eles, outorgando-lhes concessões nesse sentido. Por isso, essa longa alusão às lutas populares conclui afirmando a negativa radical em relação a qualquer acordo com esses setores:

*“Para o homem do campo é fundamental a segurança no respeito ao ordenamento legal, ao direito de propriedade e à manutenção do clima de paz, que não apenas consiste em garantir a ordem da rua, mas também em que os trabalhos produtivos possam ser desenvolvidos normalmente”.*

### 6.1.3. Os Adversários no Campo de Poder

Depois de transcorridos os primeiros anos de democracia e tendo se reduzido o temor sobre seus “inimigos” ideológicos, começaram a surgir de forma mais reiterada, nos discursos das agremiações pecuárias, as referências a outros adversários dentro do campo de poder. Esses adversários são numerados de maneira indireta no seguinte discurso do Parque Prado de 1997.

*“Apesar das transferências extraídas (ao setor) em favor dos setores públicos, industriais e financeiros (...) contra a distorção gerada pelas taxas de juros e pelo atraso cambial e contra os problemas do sobreendividamento, contra as dificuldades para conseguir maquinaria e contra a falta de eletrificação rural, contra tudo isso, o campo continua produzindo e continua constituindo a reserva de riqueza à qual se recorre quando os outros setores se esgotaram em sua capacidade”.*

Assim, suas reclamações enfrentarão os agentes agrários, nesses anos, a três frações do campo de poder: os industriais frigoríficos, os banqueiros e os tecno-políticos que dirigem o setor público. Destarte, a ênfase outorgada à política de carnes, à política fiscal e creditícia será o eixo central de sua estratégia coletiva no intuito de obter as maiores percentagens de excedentes pecuários num contexto internacional desfavorável.

Em primeiro lugar, encontramos suas reclamações direcionadas ao setor público, ao qual se exigirá a redução dos impostos. O confronto com o setor público estará centrado nas diferenças com respeito às políticas tecnocráticas de contenção da inflação e de captação de depósitos de capitais de não-residentes com vistas a criar no país uma praça financeira emergente. A estratégia discursiva dos criadores de gado terá como elemento fundamental a chamada “reforma do Estado”. Para as agremiações, essa reforma significará, pura e simplesmente, a redução de suas funções como forma de baixar os impostos. Quando ainda não existia muito consenso sobre esse assunto nas frações dominantes, a ARU e a FRU assumiram publicamente uma posição institucional ao respeito, tentando liderar essa batalha, instituindo-se em vanguarda.

Em 1987, afirma-se enfaticamente:

*“A Associação Rural do Uruguai entende que o país deve recolocar-se definitivamente o problema do tamanho e da gestão do Estado, tanto pelo efeito de suas decisões sobre a atividade produtiva quanto pela incapacidade da mesma de suportar suas exigências sempre crescentes. Causa preocupação ver que o déficit fiscal é afrontado, quase exclusivamente, através de maiores impostos, enquanto a permanente e incrementada transferência de recursos do setor privado para o público restringe sensivelmente as possibilidades de reativação econômica”.*

Incorpora-se neste discurso toda a ortodoxia neoliberal sobre os problemas do Estado e dos impostos como obstáculos para o setor produtivo. No decorrer de todo o período, o assunto da carga impositiva desaguará, permanentemente, em alusões ao alto custo do Estado e a seus efeitos perversos na produção. A demanda estratégica dos criadores de gado nessa questão é a eliminação dos impostos sobre a terra. Esses impostos, que operam mediante a tributação sobre a base de renda *ficta*, grava a terra que não tem níveis de produtividade adequados de acordo com sua fertilidade. A demanda histórica dos criadores de gado consiste em exigir que se tribute sobre a renda real, sem levar em conta a produtividade potencial da terra. Mas o sistema impositivo também tem outros frentes importantes, como os diversos impostos às vendas de produtos agropecuários, impostos para a educação pública, contribuições à seguridade social, impostos municipais, etc. Todos esses temas captam sempre a atenção preponderante das agremiações pecuárias e, perante qualquer inconveniente que o justifique, elas solicitarão adiar seus pagamentos, rebaixar seu montante ou, diretamente, revogá-lo. Portanto, essa é uma questão de debate permanente entre os criadores de gado e o sistema político que tem um eixo básico de discussão.

Em segundo lugar, as reclamações ao setor industrial da cadeia da carne se centram em acusações reiteradas a sua “atitude conservadora e especulativa” que freia o ímpeto modernizador dos criadores de gado. Procura-se impulsionar a liberalização do mercado da carne para que a concorrência entre as fábricas frigoríficas aumente o poder dos criadores de gado no mercado de faina. Nesse sentido, pede-se que “*não se proíba arbitrariamente a exportação de produtos do setor*”. Isso faz referência a uma das reclamações mais imediatas dos criadores de gado: a total liberalização dos mercados pecuários. Essas reclamações atingem, não apenas a exportação de animais em pé, mas abrangem também os couros sem curtir. A primeira medida afeta os interesses da fração da indústria frigorífica e a segunda os da indústria do calçado. Para os criadores de gado, ambas as medidas – a não autorização de exportações de couros crus e de exportação de gado em pé – são medidas inadequadas que visam proteger a fração industrial frigorífica. Ambos os decretos são fundamentados pelo governo no entendimento consensual de realizar exportações com um maior valor agregado. No entanto, como veremos ao longo deste período, o ponto de vista dos criadores de gado sobre as virtudes do livre mercado irá se impondo gradualmente, afirmando que a liberalização é uma forma de ampliar os mercados e de diversificar as exportações, aproveitando nossas vantagens comparativas.

A ação gremial visa, nesses anos, conferir, sistematicamente, argumentos e legitimidade com suas ações para que o governo imponha um novo rumo nas políticas públicas no setor da carne<sup>2</sup>. Embora esse seja o objetivo imediato mais importante dos criadores de gado, não existem muitos acordos prévios com o Governo. Há mais de duas décadas, os mercados do complexo pecuário estavam regidos por um conjunto de decretos transitórios e dispersos, sem um marco geral que permitisse que os criadores de gado tivessem a chance de travar uma batalha para impor, em todos os âmbitos do setor, uma visão que assegurasse sua posição. Mas a aliança com o governo nesse ponto era muito fraca, existindo, aliás, uma desconfiança mútua. A fragilidade dessas relações se manifestou em 1987, com a queda do Ministro da Agricultura. Ele tinha um estreito vínculo com o setor industrial, o que gerou fortes tensões com o governo, levando o Poder Executivo a ter que optar por retirar seu ministro. O novo ministro, ainda que não mudasse a orientação anterior, devido a sua

---

<sup>2</sup> De fato, suas estratégias discursivas procuram, continuamente, identificar as pretensas potencialidades da pecuária e mostrar como elas são freadas pela indústria frigorífica, pelos altos impostos sobre a terra e pelos altos juros.

condição de ex-dirigente gremial, será mais confiável para as agremiações, mantendo um difícil equilíbrio durante todo o governo e suportando fortes embates por parte das agremiações. Os dirigentes pecuários parecem perceber que o contexto de reestruturação das relações de poder é um momento propício para tentar mudar radicalmente em seu favor as velhas regras de jogo do setor. Em face deste novo ministro, afirmarão: *“Reclama-se o desenvolvimento acelerado de seu complexo agroindustrial, como fator dinâmico e capaz de satisfazer a demanda previsível do exterior e como complemento da produção básica.”*

Os conflitos, nesses anos, irão se concentrando no interior do complexo da carne, onde as reclamações pela desregulamentação e contra a fração industrial se tornarão mais agudas. Esse assunto adquire tamanha incidência na agenda desses anos que relega o tema tradicional dos impostos. Nesses anos, a proposta para o setor da carne, principalmente dos dirigentes da FRU, é a de instrumentar imediatamente uma política que permita melhorar a posição dos criadores de gado perante o suposto monopólio da faina exercido pela indústria exportadora. Considera-se que esse monopólio não permitia aos criadores de gado apropriar-se dos excedentes produzidos por seu setor e aproveitar as vantagens da liberalização da economia promovida pelo governo.

Nos discursos desses anos são dirigidas duras acusações aos industriais, afirmando-se, por exemplo, que

*“na indústria frigorífica não se percebe um processo de modernização, mas, em geral, chãos de fábrica obsoletos e endividados que utilizam habilmente a influência de seu ‘lobby’ e sempre estão obtendo do Estado a solução para seus problemas”.*

Também se reclama do governo uma ação mais coerente com seu discurso liberalizador:

*“Quanto à política das carnes, as instituições rurais temos compartilhado a tendência (do governo) para a instrumentação de uma política de liberdade de preços, liberdade de mercados e redução ao mínimo da intervenção do Estado nas transferências internas dos preços de exportação”.*

Posteriormente, são numeradas as medidas que deveriam ser tomadas:

*“Autorização da livre exportação em pé de todas as categorias, a eliminação do Estoque Regulador<sup>3</sup>, a revogação dos decretos que proibem a*

---

<sup>3</sup> O estoque regulador é um mecanismo de regulação utilizado nos momentos de escassez de gado (no inverno) para baixar os preços ao consumo.

*atividade a "façon" na indústria, a livre exportação de couros e a melhora dos níveis de informação proporcionada pela INAC".*

Por último, o terceiro adversário será o setor financeiro. Os criadores de gado procurarão reduzir as taxas de juros, conseguindo um bom refinanciamento de suas dívidas, medida que os enfrentará ao setor financeiro.

Nesses anos, os discursos anuais abandonarão definitivamente toda alusão aos temores suscitados pelo movimento popular e pelos partidos de esquerda, passando a centrar-se na pressão ao governo e aos grupos dominantes que o cercam. São discursos num tom sóbrio, em que não se faz tanta referência ao mito pecuário. Isso indicaria que os tempos de maior questionamento à legitimidade da organização e aos interesses pecuários foram ficando para atrás.

Começa-se a exigir com maior ênfase uma definição sobre o modelo de acumulação pelo que optará o país e sobre o papel que corresponderá nele aos criadores de gado. Perante as vacilações dos primeiros anos de governo, insiste-se em que *"É unânime a estratégia de apontar para um modelo agroindustrial exportador a fim de definir a base econômica que servirá de fundamento à sociedade uruguaia do futuro"*. Descreve-se o papel que caberá aos criadores de gado nesse modelo e menciona-se a necessidade de apoio para poder desenvolvê-lo:

*"É cada vez mais evidente que a produtividade agropecuária baseada em vantagens comparativas derivadas da abundância e produtividade dos recursos naturais, deve, necessariamente, ser complementada com o conhecimento e capacitação de nossos recursos. Não fazer isso com a intensidade e eficiência que o momento histórico reclama significaria, na certa, ficar atrasados no concerto das nações e condenados a um permanente subdesenvolvimento relativo"*.

A estratégia dos criadores de gado consiste em ir pressionando para que, na definição do modelo agro-exportador, sejam contempladas suas principais demandas. Também se realizará um esforço a fim de compatibilizar seus interesses com os da instalação de uma praça financeira emergente no país. Compartilhar-se-á com entusiasmo a meta de atingir os equilíbrios macroeconômicos e o combate à inflação. Essa busca de amalgamar esses dois modelos será a fonte de conflitos com o governo e com outros setores dominantes, mas as elites dirigentes dos criadores de gado parecem estar, nesses anos, dispostas a percorrer esse caminho.



Para isso, insiste-se em colocar de manifesto, permanentemente, os acordos gerais:

*“o Sr. Presidente da República manifestou que todos no país, ou em sua imensa maioria, sabemos claramente que estamos aspirando a um sistema de mercado no qual o Estado possa ser um elemento orientador, mais ou menos planejador, mas orientado –e não mais do que isso- a que não se represente em nenhum caso a asfixia da iniciativa privada”.*

Essa colocação é completada com a afirmação de que *“A ARU exprime mais uma vez que defende um sistema de preços livres, determinados em todo momento pela oferta e a demanda”.*

Essa utopia dos criadores de gado sobre um mercado irrestritamente livre e um Estado mínimo constitui uma postura muito radical para esses anos, mas, com o tempo, irá se transformando na idéia dominante, impondo-se, nos anos 90, como visão hegemônica da sociedade e da economia sob a forma do que alguns chamam de “pensamento único”.

As sintonias com as orientações gerais da política econômica do governo vão crescendo paulatinamente e, no discurso oficial do Parque Prado de 1988, é estabelecido um acordo aberto com o governo: *“consideramos um acerto do Poder Executivo o atual mantimento da liberalização dos preços internos e a aplicação de uma política cambial realista criando condições favoráveis para a clarificação do funcionamento do mercado”.* Destarte, são dados os primeiros passos de uma aliança estratégica no campo de poder com os setores dominantes que sustentam a base econômica do projeto de governo.

#### **6.1.4. Apoio e crítica: o desdobramento da estratégia coletiva**

Sem deixar de reconhecer o acordo com a orientação geral do governo, os criadores de gado foram aumentando sua pressão para a aplicação de medidas específicas para o setor. Nesse sentido, foi reclamada insistentemente, perante as vacilações do governo, a adoção de sua política liberalizadora no setor da carne.

*“É preciso reconhecer o fato positivo de que, pela primeira vez na história do país, autoriza-se a livre exportação de gado vacuum em pé, mas, infelizmente, o poder Executivo, ao adotar uma medida de tanta*

*transcendência, vacilou em sua instrumentação, introduzindo a marca intervencionista e inconveniente de autorizar apenas a exportação de terneiras e vaquilhonas e não a de terneiros machos que constituem em essência a mercadoria produzida pelo setor dos criadores”.*

Mas para manter essa posição tão ambígua perante o governo, os criadores de gado tiveram que desenvolver uma estratégia coletiva criativa e complexa. Em princípio, como já foi dito, as elites pecuárias achavam que era possível articular um modelo agro-exportador com o da praça financeira emergente –impulsionado pelo setor financeiro com total apoio do governo-. Para os criadores de gado, as possíveis contradições entre ambos os modelos seriam resolvidas com a implementação de uma total desregulamentação dos mercados pecuários e da flexibilização das normas que regiam a atividade da indústria frigorífica.

Para poder sustentar essa dupla posição de, de um lado, conformidade com o rumo do governo e, de outro, de marcada desconformidade com suas orientações para o setor, optar-se-á pela velha fórmula de divisão de tarefas entre a ARU e a FRU. A FRU colocará ênfase nos desacordos com as políticas específicas para o setor e a ARU salientará mais os acordos com as políticas gerais do governo de feição liberal e anti-estatista. Em grandes linhas, os discursos não são muito diferentes, apenas existem nuances e ênfases particulares, mas neste campo corporativo e simbólico, não se deve esquecer que as palavras são “como coisas” e, portanto, suas nuances importam.

Objetivamente, a estratégia gremial de confronto com o governo responde a três circunstâncias conjunturais que têm lugar nesses dois últimos anos de governo, principalmente em 1989: uma queda dos preços internacionais do gado, os efeitos negativos de uma seca prolongada que compromete no curto prazo a situação dos criadores de gado e as proximidades das eleições nacionais. A emergência de uma aguda estiagem<sup>4</sup> cria as condições para elaborar discursivamente um estado de “crise” que, junto com a queda de preços do gado e a agitação política pré-eleitoral, acenderá as posições mais radicais entre os criadores de gado tradicionais do norte do país.

---

<sup>4</sup> Mas, nesses anos, começa o que no ano seguinte se transformará numa crise da estiagem que, como todo acontecimento contingente ou inesperado, pode ser analisada de duas formas. Uma, colocando ênfase em seus aspectos especificamente contingentes e, outra, observando como esse evento se inscreve nos processos de conflito de longo alento. Interessa-nos esse último enfoque e, por isso, tentaremos mostrar como as circunstâncias climáticas adversas catalisam relações de força e permitem aos criadores de gado sensibilizar o governo e pressioná-lo para ir impondo seu ponto de vista nas políticas para o setor.

Nessas circunstâncias, em 1989, a FRU assumirá um discurso de forte oposição de feição ruralista, tentando aglutinar em seu âmago os descontentamentos de todos os produtores rurais. Já a ARU manterá sua vinculação com o governo com um discurso tecnocrático empresarial, menos apegado aos vaivens eleitorais e contido numa linguagem ligada à lógica macroeconômica dominante. A ARU continuará colocando ênfase na busca da incorporação de melhoras tecnológicas para relegitimar seu espaço corporativo e recuperar seu capital simbólico. A FRU, pelo contrário, apelará a um papel político, de aberta defesa dos problemas do setor e de crítica aberta ao governo, sintonizando-se com as críticas eleitorais realizadas pelos partidos de oposição.

Mas, a despeito dessa estratégia para defender melhor os interesses de classe, como afirma o Presidente da FRU, a relação com a ARU é muito estreita:

*“Queremos manifestar publicamente que, durante todo este período, temos trabalhado num nível de relacionamento e amizade com todas as agremiações representativas do agro (...), mas, fundamentalmente, temos trabalhado muito proximamente com a instituição irmã, a Associação Rural do Uruguai, com quem trabalhamos juntos, palmo a palmo, na maioria das gestões que promovemos neste último período”.*

Deixando assim estabelecida essa relação de fraternidade com a ARU, que marca o acordo tácito com os lineamentos mais gerais do governo, a FRU dirige a seguir um inflamado ataque contra a política econômica:

*“os lineamentos gerais da política econômica privilegiam claramente neste país a atividade financeira por em cima das atividades produtivas. É prioritário pagar a dívida externa, antes que reduzir a pressão fiscal, é prioritário atrair capitais com o aliciente das altas taxas de juros antes que reduzir as taxas de juros para os créditos que utilizam o agro e a indústria”.*

E acrescenta-se depois:

*“Mas não temos dúvida de que se o país não resolver de forma clara a contradição implícita entre pretender atingir o desenvolvimento modernizando os setores produtivos e, ao mesmo tempo, privilegiar os setores financeiros, o primeiro objetivo não vai passar de uma mera aspiração, de um simples discurso, e o segundo vai implicar, em contrapartida, uma utilização insuficiente de nossos recursos naturais e a frustração de nossa gente”.*

Esse trecho do discurso anual apresenta, com uma diametral clareza e crueza, o desafio e a tensão que enfrenta a aliança dos criadores de gado ao governo e aos setores dominantes que o acompanham. Essa linha argumentativa é quase de ruptura para quem, supostamente, tenta sustentar um acordo estratégico com os grupos dominantes. Apresenta-se

assim uma contradição frontal, quase antagônica, entre dois modelos de país. A possibilidade de manter, ao mesmo tempo, níveis tão fortes de confronto e os privilégios e influências com o governo que é atacado tão duramente, é viável, simbolicamente pelo menos, porque os criadores de gado usufruem o privilégio de ter uma dupla representação.

De fato, o endurecimento da postura da FRU deve ser entendido como uma resposta para poder continuar exercendo a representação de um grupo de criadores de gado que demandava uma maior oposição ao governo e que, em várias oportunidades, tinha tentado criar um movimento alternativo às organizações pecuárias. Como lembra o próprio presidente da FRU em ocasião de realizar estas declarações tão duras, essa mudança na ação da Agremiação rendeu seus frutos:

*“No interno queremos manifestar nossa complacência pelo diálogo e o apoio que a FRU recebeu de todas as entidades federadas que a integram e a satisfação de que este período foi culminado com a superação de algumas diferenças internas e de que, hoje, todos os que integramos a FRU estamos convencidos de que a unidade na idéia e no esforço diário é o instrumento mais importante, mais eficaz para obter o melhoramento das condições materiais e morais do esforço do produtor rural”.*

As divergências a que alude o presidente tiveram lugar em ocasião das eleições do Conselho Diretivo, no ano 1987, eleições nas que se apresentaram, pela primeira vez, três chapas. Finalmente, conseguiu-se votar uma só chapa, a chapa da “unidade gremial”, o que contribuiu para ocultar por alguns anos as diferenças internas (Bruera e Riella, 1992). A existência de divergências dentro da FRU com respeito ao relacionamento com o governo, mais do que um fato isolado, é uma constante ao longo de sua história, exprimindo formas alternativas de encarar as estratégias de reprodução ligadas aos diferentes tipos de trajetórias existentes dentro desse grupo social. No entanto, essas divergências, na maioria dos casos, sempre conseguiram ser canalizadas dentro das estruturas gremiais, exceto em contadas ocasiões. Em geral, quando esses elementos de conflito crescem, parece ocorrer um afastamento sistemático entre a FRU e a ARU. Nesse período, essas diferenças não chegaram a provocar conseqüências importantes, mas, sem dúvida, esses primeiros desencontros serão o germe de uma divisão gremial que se manterá latente e que voltará a exprimir-se com muita força quando a crise do setor se aprofunde no ano 2000. Essas posturas dissidentes representam, em linhas gerais, embora não exclusivamente, os setores de criadores de gado mais tradicionais, com menor nível de diversificação, dedicados à criação de gado e localizados no norte e no centro do país, em terras de menor qualidade. Esses setores irão se

afastando objetivamente das posições da ARU por sua falta de diversificação dentro<sup>5</sup> e fora do setor. Isso facilitará à elite dirigente atingir uma aliança com os setores dominantes, ao permitir que esses grandes criadores de gado diversificados encontrem pontos de contato com os setores do comércio e das finanças. Já os criadores de gado menores ou pouco diversificados, com baixo desenvolvimento tecnológico, deverão afrontar a paulatina deterioração dos termos de intercâmbio nos preços de seus principais produtos. De outro lado, a liberalização dos mercados internos não consegue por si só melhorar substancialmente sua situação, que se vê ainda mais deteriorada pela paulatina sobrevalorização da moeda como forma de frear a inflação. A esses setores, importantes numericamente, é dirigido o discurso dos dirigentes da FRU.

A situação de incerteza criada pela estiagem se aguçará à medida que se aproxima a data das eleições de 1989. A severa situação que atravessa o setor pela falta de chuvas, deixa transparecer, mais uma vez, a fragilidade e a falta de previsão dos criadores de gado. Os enfrentamentos com o governo atingem seu maior grau de tensão, deixando atrás os acordos de anos anteriores.

Perante essas circunstâncias e em face de uma eventual renovação de governo, o objetivo das agremiações, como em toda instância eleitoral, consiste em expor um diagnóstico desolador sobre a situação de seu setor. Isso é realizado a efeitos de sensibilizar o próximo governo e a fim de legitimar perante a opinião pública sua necessidade de que, assim que for eleito o próximo governo, sejam tomadas de maneira urgente as medidas reclamadas por eles. A forma em que os presidentes de ambas as instituições encerram seus discursos em 1989 resulta ilustrativa dessa estratégia.

O presidente da FRU termina seu discurso com a seguinte pergunta:

*“Permitirá o governo que muitos produtores deste país com esse potencial humano, que dedicaram sua vida ao trabalho da terra, tenham que abandonar suas lides agropecuárias, condenando-os com isso a alargar as faixas de marginados das cidades? Ou lhes será proporcionada a reparação dos danos a que, por razões de justiça ou responsabilidade por parte do governo, eles têm direito?”*

---

<sup>5</sup> Basicamente, a diversificação dentro do setor se dá através de uma vinculação com alguns dos ramos ligados aos Complexos Agroindustriais.

E o presidente da ARU termina afirmando:

*“A imensa estiagem padecida, sem antecedentes na história, teve, entre outras conseqüências, a de que o assunto agropecuário tenha atingido na opinião pública, graus de preocupação como nunca antes em sua história. A ARU vive um momento muito especial em sua história, pois deve recolher as demandas do desafio de uma hora carregada de angústias, de legítimas reclamações, de ânsias de bem-estar e paz, de aspirações de uma vida decorosa e digna, de uma diminuição de diferenças, tanto econômicas quanto sociais e ideológicas (...) O Estado deve atender, primeiro, a campanha que a capital, não por egoísmo ruralista ou de oposição ao melhoramento do adquirido pelas classes trabalhadoras de Montevideu, mas porque, como é evidente, a campanha ficou descuidada e relegada, implicando isso um grave prejuízo para a economia e até para a cultura do país.”*

Com esse forte tom ruralista, as Agremiações Pecuárias se sintonizam com uma campanha eleitoral. As declarações tão gerais, com essa linguagem que retoma o mito de país Pecuário, enaltecendo a condição do produtor rural e a importância do agro, deixam as portas abertas para qualquer força política vencedora das eleições presidenciais de final do ano.

Á medida que avançam a polêmica e a campanha eleitoral, a estratégia da FRU aponta a mostrar como o governo está apostando num modelo de país que dá as costas para os setores produtivos. Esse argumento os coloca do mesmo lado simbólico ocupado pelas forças políticas e sociais de oposição, conferindo mais peso a suas reclamações, enfraquecendo as posições do governo e marcando a agenda para o próximo governo.

### **6.1.5. Tentativa de Balanço: Criadores de Gado e Governo de Transição**

Com vistas a realizar um balanço deste período, podemos resenhar alguns pontos centrais que estruturam a relação entre os criadores de gado e a redemocratização do país. Nestes cinco anos de lutas simbólicas e conflitos em diferentes níveis da sociedade, os criadores de gado obtiveram diferentes conquistas e fracassos que indicam sua posição no espaço de poder e os avanços em sua estratégia de reprodução social.

Quanto aos conflitos pela determinação do funcionamento do complexo da carne, os criadores de gado não conseguiram, mormente, impor seu ponto de vista. Em torno da série de medidas que procuravam impor a fim de desregular a atividade da indústria frigorífica, eles

não atingiram maior sucesso. Pelo contrário, o setor industrial conseguiu impor as regulamentações para reduzir a concorrência industrial, o que lhes outorgou um maior poder de mercado para determinar os preços do gado. Em relação ao decreto de proibição de exportação de couro sem curtir, aprovado pelo governo em inícios do período, não conseguiram que fosse alterado<sup>6</sup>. A única medida na que conseguiram impor seu ponto de vista foi a relativa ao “estoque regulador de carnes”, obtendo uma tendência à desapareição desse mecanismo de regulação estatal de preços de pós-safra, aumentando, assim, sua possibilidade de captar maior excedente.

No referido aos impostos também não ocorreram mudanças significativas, mantendo-se a mesma tributação, mas sem aumentar os níveis existentes impostos pela ditadura, que não eram muito altos. Antes, podemos considerar que esses anos serviram como uma contribuição decisiva na construção social da necessidade de uma mudança no sistema tributário. Com efeito, nesse período, as relações de força não foram suficientes para alterar o sistema tributário, mas, no nível simbólico, foi sendo elaborada a legitimidade necessária para viabilizar a mudança. Em finais do período e fundamentalmente no contexto dos efeitos da estiagem, o assunto passa a ser “passível” de mudança. Portanto, isso implicou um avanço significativo na imposição da visão do mundo dos criadores de gado sobre os impostos. O passo mais difícil em direção à mudança já tinha sido dado.<sup>7</sup>

Já na relação dos referidos agentes com o capital financeiro, obteve-se uma conquista importante com o refinanciamento das dívidas do setor produzidas em 1982 em ocasião da passagem do sistema de câmbio fixo para um câmbio flutuante. Esse refinanciamento foi resultado de um custoso conflito que durou muitos anos e que culminou com a aprovação de uma lei parlamentar, mas com a oposição da Associação de Bancos do Uruguai. Nesse sentido, os criadores de gado deram um avanço importante no campo de poder ao impor essa lei ao setor financeiro, que constituía a fração com maior hegemonia no campo. Por último, com respeito a sua relação com a fração financeira, cabe assinalar que, nesses anos (em que é discutido o tema de negociações da dívida agrária), ainda não se dá um confronto direto e claro com o sistema financeiro, confronto que sim acontecerá no final do período com o

---

<sup>6</sup> Esta medida prejudica claramente os criadores de gado, pois tem uma direta incidência no preço do gado ao constituir 10% do preço total do animal. Isso beneficia a indústria do couro, causando um traslado de excedente dos criadores de gado para esse setor industrial. Embora tenham lugar duras polêmicas, essa situação é mantida durante todo o período.

<sup>7</sup> Nesta conquista colaborou muito a imposição, no resto da sociedade, da visão dominante de “Estado” como um problema.

aprofundamento do modelo que privilegia a estratégia de criar no país uma praça financeira “emergente” na região. Durante alguns anos, sobretudo no período de governo branco (1990-1995), os interesses de ambos os setores conseguem não ser totalmente contraditórios, permitindo isso aos criadores de gado obter benefícios estruturais que assegurarão sua reprodução social. Arquiteta-se uma aliança tática entre esses setores no campo de poder a fim de afrontar os interesses do Estado, os setores subalternos organizados e os setores industriais protegidos pelo Estado.

No campo dos conflitos agrários parecem constatar-se os avanços mais notórios, porquanto se conseguiu deter os possíveis focos de ameaça à posição hegemônica dos agentes agrários. Sua prédica de “ordem e legalidade” conseguiu destruir os incipientes movimentos populares que procuravam organizar os trabalhadores rurais e alterar a estrutura de posse da terra. Também o capital simbólico de suas organizações se viu reforçado pelos permanentes atos de reconhecimento efetivados pelo Governo e por outros órgãos do Estado.

O conjunto dessas medidas deixou os criadores de gado numa posição um tanto quanto ambígua. De um lado, eles conseguiram superar sem maiores sobressaltos os questionamentos colocados a suas posições no início do período, mediante uma forte aplicação de estratégias discursivas direcionadas a resgatar seu capital simbólico e à reconstrução de sua legitimidade, questionada pelo seu apoio à ditadura. Nesse sentido, o governo os ajudou a recompor sua legitimidade, instituindo-os, em várias oportunidades, como seu único interlocutor e atribuindo-lhes um papel primordial no desenvolvimento do país. Isso os protegeu dos ataques de seus adversários, tanto do campo de poder quanto dos setores subalternos. No nível fático, foi-lhes permitido manter o monopólio da terra sem dar lugar às reclamações de gerar mecanismos para atingir qualquer tipo de reestruturação fundiária, em momentos em que existia certa vontade política nessa direção, exprimida nas tímidas, mas explícitas, referências ao assunto nos programas de todos os partidos políticos. Nesse contexto relativamente adverso, ter podido manter sua posição de poder implicou uma conquista importante para a estratégia de reprodução social dos criadores de gado. Isso lhes permitirá, no período seguinte, perante um contexto menos adverso, organizar uma ofensiva para melhorar sua posição no campo em face do advento de uma nova fase de reestruturação das relações de força na sociedade, produzidas a partir do aprofundamento da abertura e da globalização do modelo de acumulação.



Nessas circunstâncias, passam-se os anos de transição democrática. A estratégia coletiva dos criadores de gado oscilou entre o apoio e a crítica, entre a aproximação e o afastamento, entre o reconhecimento de algumas medidas e a crítica pela falta de implementação de outras. Em suma, é um período em que, claramente, as relações de força são instáveis e as alianças demasiado passageiras. Não existe uma consolidação clara de acordos entre os setores que apóiam o governo e os interesses particulares dos criadores de gado. Apenas encontramos interesses gerais compartilhados, mas que encontram na implementação da política de carne um obstáculo, sobretudo devido ao peso detido pela fração da indústria frigorífica na estrutura partidária do governo. Ao que parece, só removendo efetivamente essa força, os criadores de gado poderão estabelecer uma aliança mais estável com os setores que conduzem a política econômica.

## **6.2. O Governo Branco e as Vitórias Simbólicas dos Criadores de Gado (1990-1994)**

Nas eleições de novembro de 1989, Luis Alberto Lacalle, representante da fração herrerista do Partido Nacional, é eleito Presidente da República para o período 1990-1995. Pela primeira vez em eleições presidenciais, o partido Nacional conseguia impor-se sobre o Partido Colorado. Essa vitória, aliás, foi conquistada por uma ampla margem diferencial de votos, captados principalmente no interior do país. Dentro de seu próprio partido, o Herrerismo obteve as duas terceiras partes do total de votos, relegando as frações de centro e de centro-esquerda. Assim, a vitória do Herrerismo significou um deslocamento do espectro político do país para a direita, porquanto suas propostas representavam, claramente, as aspirações das velhas classes conservadoras do meio rural e urbano. A essa postura vieram se somar as propostas do liberalismo econômico ortodoxo, impulsionadas pela emergente fração empresarial ligada aos capitais transnacionais. O novo plano de governo se centrou na tentativa de adaptar-se à globalização e à internacionalização da economia, através de uma ampla abertura econômica, a desregulamentação dos mercados internos, uma agressiva ação para reduzir o peso do Estado e a privatização das empresas públicas. No nível macroeconômico, postulava-se como meta atingir o equilíbrio e conter a inflação que vinha em ascensão. Essas propostas coincidiam em geral com as reclamações que as elites dirigentes dos criadores de gado tinham dirigido ao governo anterior, o qual apenas tinha dado alguns tímidos passos nessa direção.

Como foi documentado no Capítulo 3, existem profundas raízes históricas que unem as agremiações pecuárias ao Partido Nacional, principalmente, a sua fração herrerista. Essa ampla afinidade ideológica entre os dois marcará a tônica deste período. A inédita proximidade e “confiança” dos criadores de gado em relação ao governo, permitir-lhes-á tentar impor de forma definitiva as medidas que, de seu ponto de vista, contribuem para o desenvolvimento do setor pecuário e, portanto, para seus próprios interesses enquanto empresários. No entanto, as elites pecuárias sabem que a afinidade ideológica com o governo não é suficiente para atingir seus objetivos, pois a mesma não é mais do que um terreno propício em que travar as batalhas para impor seu ponto de vista. Por isso, não deixarão de efetivar um conjunto de ações a fim de aproveitar essa sintonia ideológica com o governo e a proximidade com o próprio Presidente<sup>8</sup> para avançar o máximo possível rumo à consecução de seus interesses.

O governo, por sua vez, além de concordar com muitas das propostas dos criadores de gado, era muito consciente de que sua vitória tinha se alimentado de um componente significativo de votos obtidos em suas regiões de influência<sup>9</sup> e de que, no futuro, manter esses votos seria ainda mais importante, dado o novo contexto eleitoral do país.

Após as eleições, o eleitorado ficou virtualmente dividido em três terços, com diferenças quantitativas tão pouco significativas que se falava num virtual empate entre os três partidos no nível nacional. Mas essa paridade estava conformada de maneira muito particular. Enquanto a Frente Ampla tinha sua força eleitoral na hegemonia que exercia na capital, os dois partidos tradicionais tinham um virtual empate de forças no interior do país. Em face dessa disputa tão eqüitativa dos partidos tradicionais no interior e dado que das possíveis diferenças poderia depender o acesso à presidência da República, os escassos votos das regiões pecuárias passaram a ser muito importantes para definir as eleições nacionais e, nos departamentos onde a paridade era muito acentuada, para determinar também as eleições municipais.

---

<sup>8</sup> O Presidente da República, Luis Alberto Lacalle, é empresário pecuário e, nessa qualidade, tem participado em muitas ocasiões, em várias instâncias gremiais da ARU e da FRU.

<sup>9</sup> Em virtude de sua boa votação no interior e nas regiões rurais, o Partido Nacional conseguiu vencer, no que tem configurado um verdadeiro Record, 16 das 19 municipalidades do país.

Os criadores de gado, cientes dessa particular situação que lhes devolveia em parte o poder eleitoral detido em décadas passadas, acrescentando sua conviência estratégia com os planos do governo, começam o período apresentando com firmeza e clareza suas reclamações. Em 1990, ao abrir sua reunião anual e receber com beneplácito o novo governo, afirmam enfaticamente a necessidade de mudar a política do complexo da carne, servindo-se para isso de uma comparação entre os setores agroindustriais e o setor pecuário:

*“As conquistas atingidas em setores como os laticínios, os citrus, o arroz e a lã são bons exemplos para demonstrar que quando o setor se movimenta dentro de um marco no qual as regras de jogo foram explicitadas, discutidas e aceitas por todos os operadores que o integram, não se recorre ao governo demandando auxílio, atribuindo-lhe a culpa pelas dificuldades. A outra face é o setor carnes, no que absurdas normativas impedem processos industriais descentralizados e a liberdade de mercado (exportação de gado em pé e de couros) levando isso a um desfecho de estagnação e virtual retrocesso”.*

Perante essas colocações, o governo não se fez esperar e anunciou no Parque Prado, esse mesmo ano (1990), a revogação do decreto que proibia a exportação de couros sem curtir, o que permitiria aos criadores de gado captar o preço internacional desse produto e não ficar submetidos aos preços determinados pela indústria no nível nacional. Com essa alentadora medida, a ARU começará, junto com a FRU, a desenvolver um amplo leque de ações, usando suas diferentes modalidades de pressão para aproveitar essa conjuntura política tão favorável. Em menos de um ano de gestões e pressões, o governo adotará um conjunto de medidas reclamadas por muito tempo pelos criadores de gado, que satisfarão, em boa medida, as expectativas dos criadores de gado mais otimistas. O presidente da ARU afirma, ao encerrar a reunião anual do ano seguinte:

*“Vemos com satisfação uma série de políticas tendentes a liberalizar e racionalizar a economia do setor rural em relação a outros setores. É com prazer que expressamos publicamente que muitas delas foram cumpridas. Por exemplo: a eliminação do circuito fechado, a autorização da faina a ‘façon’ para a exportação, a eliminação do estoque regulador, o livre abasto nas regiões de fronteira e outras medidas tendentes a tornar transparente a concorrência com a indústria frigorífica.”*

Assim, essas medidas se transformam na primeira grande vitória dos criadores de gado em sua busca por moldar a estrutura do complexo da carne e mudar a relação de forças na fixação dos preços entre eles a indústria, virando a mesma com estas novas normativas em seu favor. Dentro desse conjunto de medidas, a que assume maior importância simbólica para os criadores de gado é a de livre exportação de gado em pé. Essa medida tinha sido rejeitada várias vezes nas décadas anteriores pelos governos, os empresários da indústria frigorífica e

os sindicatos operários porque eles viam na mesma uma ameaça para o abastecimento da indústria em decorrência de uma venda massiva de gado em pé para os países fronteiriços, onde, em algumas ocasiões, os preços superavam os do mercado interno. Durante anos, essa medida não só não foi considerada, como era impensável que fosse apresentada seriamente como uma demanda, pois não tinha absolutamente nenhuma legitimação porquanto atentava contra um modelo de país e de desenvolvimento nacional que visava, sobre todas as coisas, incorporar o valor agregado aos produtos primários. Essa idéia de força era compartilhada, em linhas gerais, pela ampla maioria das forças políticas e sociais, o que impediu, por muito tempo, aos criadores de gado ter espaço simbólico para reivindicar a medida.

As soluções desindustrializadoras propostas pelo governo e pelos criadores de gado como forma de reverter a estagnação crônica da pecuária, exportando gado em pé e couros sem curtir para serem industrializados em chãos de fábrica da Argentina e do Brasil não deixam de constituir saídas de curto prazo que só acrescentavam incerteza e desintegravam uma das cadeias produtivas mais importantes da economia do país. Nesse sentido, é possível afirmar que o conjunto de medidas aprovado nesses anos mudou substancialmente as regras de jogo do mercado da carne, causando o fechamento de várias das fábricas industrializadoras mais importantes, provocando a cessação de atividades de quase a metade dos operários do setor e gerando uma forte suba nos preços internos da carne.

Em termos econômicos mais imediatos, os criadores de gado pretendiam com essa medida aproveitar as vantagens da crescente integração regional, vendendo diretamente o gado em pé aos países vizinhos, pois o preço oferecido superava o da indústria. De fato, essa medida se transformava, para os criadores de gado, num mecanismo para pressionar a suba dos preços internos do gado perante um aumento dos preços na região. Mas a implementação dessa medida terá um impacto quantitativo reduzido devido às limitações sanitárias próprias dessa forma de comercialização, as que irão se constituindo cada vez mais em limitantes reais para o comércio de animais vivos.<sup>10</sup>

Em definitivo, a adoção dessa medida é uma vitória política e simbólica que marca para os criadores de gado o começo do fim de “*um modelo de desenvolvimento para o setor*

---

<sup>10</sup> De fato, hoje é possível constatar que, sob essa modalidade, o que aconteceu é que os negócios mais significativos se concentraram com países externos à região e com gado que não está destinado à faina, mas a fins reprodutivos, como é o caso do gado leiteiro.

*da carne, marcado pelo intervencionismo estatal, passando-se a adotar definitivamente as regras de mercado como única regulação possível da atividade econômica". (FRU)*

Daqui em diante, nesses assuntos, os criadores de gado só deverão controlar metodicamente o cumprimento dessas regulamentações e que o governo não “sucumba” às pressões dos setores industriais. O zelo com que as elites pecuárias defenderão essas medidas é realmente extraordinário e constitui um bom exemplo de como o *trabalho* de “naturalização” de determinadas medidas do governo é realizado, fazendo esquecer a gênese social, sempre conflituosa, que originou as mesmas. Perante qualquer tentativa ou prenúncio de discutir ou alterar alguma dessas medidas, as agremiações não vacilarão em usar todo o poder que lhes confere o Estado, ao institucionalizar seus interesses em decretos e leis. Para defender as medidas e afrontar os “ataques” de seus adversários, contam agora –além de com seu poder simbólico- com o poder institucionalizado que lhes permite universalizar seus interesses e apresentar sua luta como um “defesa da lei”, “das regras de jogo”, “das instituições” e do “governo democraticamente eleito”. Essas armas simbólicas tão efetivas são sempre outorgadas a quem lhe é concedida, desde o Estado, a possibilidade de universalizar seus interesses, transformando-os em normas, decretos ou leis para toda a sociedade.

Essa capacidade de reação pode ser observada no caso da regulamentação sobre a livre exportação de couros. Como já foi dito, o Poder Executivo, como primeira medida, tinha liberado a exportação desse produto com o beneplácito dos criadores de gado. Mas, alguns meses depois, foi apresentada no Poder Legislativo, por parte das indústrias de calçado, uma proposta que pretendia colocar essa medida em questão. A resposta dos criadores de gado não se fez esperar. Desencadeou-se um ataque aberto e desproporcionado ao Poder Legislativo e aos partidos políticos em geral, sob o argumento de que estavam atentando contra os interesses “reais” do país, sem atuar à altura das circunstâncias e sem responder ao que o país precisava. Acusava-se o Poder Legislativo de ser uma trava para o setor produtivo, mostrando, com esse argumento, que a defesa de seus interesses pode transcender os limites do sistema democrático. De fato, no discurso da ARU de 1992, afirma-se:

*“Há um ano falamos do acerto governamental ao decretar a liberdade de exportações de couros. Achávamos e achamos que esse foi um passo importante rumo à tão apregoada e necessária liberdade de mercado. Porém, já nos encontramos com uma tentativa de violenta marcha a ré no Parlamento, assentada na defesa da mão-de-obra nacional, o que já demonstramos que não é assim (...).”*

Mas, para argumentar a ilegitimidade desse projeto, ataca-se o sistema político e as ações corporativas dos outros setores sociais com uma agressividade que corresponde mais ao tom ruralista da FRU do que à imagem “honorável” e “apolítica” da ARU. Afirma-se, por exemplo:

*“Quando analisamos o ano transcorrido, deparamo-nos com um mundo que galopa rapidamente em direção às mudanças estruturais e ao desenvolvimento. Em contrapartida, observamos um marco político interno que anda ao trote e não acompanha o ritmo requerido, sem se dar conta da hora em que estamos vivendo.”*

Esse ataque de tom muito arrogante ao Parlamento traz implícito um estilo antidemocrático que procura apresentar o sistema político como uma trava para o desenvolvimento do país. Mas essas acusações não atingem só esse nível, dirigindo-se também a outras corporações:

*“São muitos os que vivem e medram à custa do Estado e, por conseguinte, da sociedade toda; são demais, tantos que ainda têm poder para frear e entorpecer os esforços realizados a fim de terminar com esse grande parasita que há décadas corrói nossas entranhas. Infelizmente, o clientelismo político, tantas vezes denunciado, tantas vezes colocado em evidência, continua tão vital quanto em suas melhores épocas” (...) “o sistema político vai ao ‘tranco’ e não se dá conta da ‘hora em que estamos vivendo’”.*

Ao que parece, para os criadores de gado, só suas ações de pressão são legítimas, pois eles se sentem realmente “portadores” dos destinos da nação. Já as ações do resto das corporações do campo de poder são meros atos egoístas que visam aproveitar-se do Estado e que não fazem mais do que entorpecer o desenvolvimento do país.

Essas afirmações que desqualificam tanto as ações e reclamações de outros agentes sociais e o sistema político são uma forma de adesão e de defesa das políticas do governo que, em várias ocasiões, foram “freadas” pelo parlamento. Por isso, essa ação dos criadores de gado não é apenas uma reação perante um problema pontual sobre uma lei. A substância desses ataques ultrapassa esse objetivo específico, localizando-se num nível geral de apoio ao programa de aprofundamento da abertura econômica e da desregulamentação impulsionada pelo governo herrerista. Essas medidas foram fortemente resistidas pelos setores populares, pela esquerda e, em determinadas ocasiões, por alguns grupos políticos de centro.

### 6.2.1. O Conflito com a Fração Financeira

Em 1992, tendo sido já atingida a meta de mudar a legislação no complexo da carne e tendo conseguido frear as tentativas de seus adversários orientadas a revogar essas novas normas, as agremiações pecuárias incluirão em sua agenda novos itens. Começa-se imediatamente a delinear a estratégia de apresentação dos assuntos que se transformarão no centro de suas reclamações nos próximos anos: o sistema de impostos e a política creditícia.

O avanço na posição dos criadores de gado no campo de poder ocorrido nesses anos não os dispensará de conflitos ou tensões fortes com seus aliados na disputa por atingir seus objetivos de mudar o sistema de impostos e de alterar as políticas de crédito para o setor. Ambos os aspectos estão estreitamente vinculados ao manejo das variáveis macroeconômicas, colocando de manifesto, em mediano prazo, as contradições entre as frações exportadoras e a fração ligada ao setor financeiro e comercial. De alguma forma, começam lentamente a visualizar-se os limites para amalgamar o modelo agro-exportador e o modelo da praça financeira emergente.

O tema dos créditos começa a ser cada vez mais debatido devido às altas taxas de juros impostas pelos bancos de praça nos empréstimos para o setor, gerando, de fato, uma transferência importante de seus excedentes para o setor financeiro. Essas altas taxas de juros representavam um alto custo do dinheiro para o funcionamento das empresas, o que reduzia sensivelmente a rentabilidade das mesmas. Essa situação estava ligada à necessidade de criar uma praça financeira emergente, pois, para que os bancos pudessem captar depósitos de não-residentes, deviam ser pagas taxas de juros superiores às de outros países. O tema era colocado da seguinte forma pelo presidente da FRU:

*“Como parte da política de abertura nacional e de não transferência de recursos intersetoriais, como também de fomento ao setor agropecuário, não foram implementadas até hoje as medidas tantas vezes prometidas no nível oficial para baixar a carga de impostos do setor agropecuário e implementar os créditos em cesta.”*

Esse conflito em torno dos problemas do crédito e do endividamento tem a particularidade de afrontar a fração dos banqueiros, que possui um poder assentado em seu capital econômico, mas conta com um nível muito baixo de legitimidade em comparação com

o relativo ao dos criadores de gado. Estes últimos, pelo contrário, detêm um poder centrado em seu capital simbólico, que os cobre de uma grande legitimidade, mas possuem um decaído poder econômico efetivo. Veremos como os criadores de gado lidam com essa situação, conseguindo, em ocasiões, afrontar e deter os embates fáticos de seu adversário.

Em sua luta por mudar a política creditícia e resolver os níveis de endividamento, as elites dirigentes das agremiações pecuárias devem usar todos os mecanismos simbólicos que conformam o mito de país pecuário para poder justificar e legitimar um tratamento especial perante problemas que afetam também outros grupos e frações sociais. Devem “mostrar” à sociedade como tratar de maneira privilegiada seu setor é de interesse “comum” e “universal” para todos os uruguaios. Portanto, suas reclamações pela obtenção de créditos mais baratos, soluções políticas para o endividamento e pela não realização de execuções judiciais, são “apresentadas” como soluções extraordinárias que, embora se afastem de seus postulados –“a regulação natural da vida econômica”-, justificam-se pelo que o setor “representa”, de seu ponto de vista, para o conjunto da sociedade. Dessa forma, os dirigentes gremiais conseguem justificar um tratamento diferencial para o setor, contrário a seus próprios argumentos tão utilizados para desprestigiar a indústria frigorífica e exigir a mudança do sistema tributário no agro.

Tradicionalmente, as exigências dos criadores de gado para obter créditos adaptados a seus processos produtivos foram satisfeitas pela Banca Estatal através do BROU (Banco da República Oriental do Uruguai), segundo critérios antes políticos do que financeiros. Essa relação com a banca estatal também implicava historicamente uma flexibilização no refinanciamento das dívidas, as que, exceto em raras oportunidades, chegavam à instância judicial para sua cobrança. Essa ação permissiva da banca oficial era duramente questionada pela Associação de Bancos, que sempre viu nesse tipo de ação um perigo para sua posição e uma deslegitimação de seus interesses. De fato, isso ameaçava a legitimidade para cobrar suas dívidas e criava a possibilidade de que esse mecanismo de negociação política das dívidas fosse aplicado também para responder a reclamações de outros setores da economia. Sua posição ao respeito era muito clara. Como afirma o presidente da Associação de Bancos do Uruguai: *“quem toma um crédito e não cumpre com suas obrigações nos prazos estabelecidos, deve ter suas garantias executadas sem mais trâmite”*. Para eles, não existe outro caminho do que o do cumprimento da lei, como é feito em outros setores da economia.



Assim, procura-se impor as regras do capital econômico sobre as do capital simbólico, equiparando o setor pecuário aos outros setores da economia.

Mas, nessa luta, as relações de forças estão muito igualadas e, por isso, o conflito será alvo de uma longa negociação das elites, sem que prevaleça claramente nenhuma posição, embora, no final do período, o poder econômico da fração financeira, com o apoio irrestrito da burocracia estatal, consiga impor algumas de suas condições.

Em 1992 e 1993, houve um surto inflacionário que levou as taxas de juros para um 120% anual, o que permitiu aos criadores de gado legitimar sua aspiração para que fossem conferidos ao setor créditos em “cestas de produtos”. Isso inaugurava um mecanismo mediante o qual os créditos eram pagos em função dos preços dos produtos produzidos pelo empresário –neste caso, o preço do gado e da lã suja-, ligando, dessa forma, a amortização dos créditos às contingências da produção. Como é reconhecido pelo presidente da ARU em 1993, suas reclamações foram em primeiro lugar levadas em conta pelo governo:

*“Com respeito aos créditos em cestas, o ano passado nesta tribuna, o Poder Executivo afirmou que o MAPP e o BROU estavam trabalhando a fim de implementá-los. Transcorrido um ano após aquele anúncio, nada tem acontecido. Resulta óbvio dizer que compartilhamos a opinião do Executivo e que esperamos que logo seja colocada em andamento”.*

Porém, essa forma tão pouco mercantilizada de empréstimos comuns na etapa de fomento da produção já não era aceita pela Associação de Bancos Privados, que tinha uma forte imbricação com os quadros tecno-burocráticos que assessoravam o Ministério e o Banco Central. Por conseguinte, O Banco Estatal (BROU), que por tanto tempo tinha atendido as reclamações das organizações rurais com esse tipo de crédito, elimina, a partir desse ano, essa modalidade de crédito. Como compensação, o BROU decide implementar para o setor uma linha de crédito tradicional, mas com juros mais baixos que os de praça, o que deixou conformes às agremiações até o final desse governo. Embora os fazendeiros continuem insistindo nessa reclamação, as circunstâncias econômicas mudam, perdendo, essa demanda, no decorrer de poucos anos, centralidade em sua agenda. A solução oferecida pelo governo no marco de uma significativa baixa da inflação, como também o começo de um ciclo de crescimento no setor, farão com que o problema vá perdendo importância real.

Nesse conflito, encontramos que os limites da fração pecuária para pressionar o governo aparecem com facilidade quando se trata de assuntos que afetam as regras do sistema

financeiro ou os interesses dos setores ligados ao mesmo. Isso mostra que o grupo hegemônico do que pretendem fazer parte as elites pecuárias tem como liderança clara, nesses anos, a fração financeira. Como é assinalado por vários estudos desde a democratização do país, a influência da Associação de Bancos do Uruguai vem crescendo a tal ponto de designar seu presidente como Ministro da Economia, dando lugar ao que alguns autores chamam de o poder da “tirania financeira” sobre os fracos regimes democráticos.

Nesse período, os criadores de gado estabelecerão uma aliança instável com a referida fração, partidária da abertura e da desregulamentação, o que lhes permitirá retomar as posições de privilégio no campo de poder, relegando as frações industriais e freando os setores populares. Essa aliança supõe, em alguns momentos, a aceitação por parte das elites pecuárias, de sua subordinação à hegemonia do poder financeiro a fim de poder atingir outros privilégios dentro do bloco no poder.

### 6.2.2. A Batalha contra os Impostos

O segundo tema de vital importância, tanto material quanto simbólica, para as agremiações pecuárias durante esse período, será a tão almejada reforma do sistema rural de impostos. Sobre esse assunto, afirmava-se no marco de uma declaração de acordo geral com o governo, em 1993:

*“Infelizmente no aspecto dos impostos não podemos dizer coisas positivas. E ainda que devemos reconhecer as tentativas do Poder Executivo quanto a conseguir uma política tributária que dê oxigênio à asfixia a que se encontra submetida a agropecuária, isso só pôde ser atingido em forma parcial. Esta nova asfixia que provém dos efeitos da estiagem, da queda dos preços internacionais e da pressão fiscal, já nos levou a pagar grande parte dos impostos com patrimônio”.*

E, mais adiante, afirma-se: *“E conscientes da realidade do país, reclamamos o alívio fiscal (porque) continuamos sendo a atividade que suporta maior carga de impostos e resolver isto é um problema nosso, doméstico, urgente”.*

Embora a redução da carga fiscal constituísse sempre uma de suas principais pressões, nesse período essa reclamação adquirirá uma centralidade inédita, pois, ao advertirem o

favorável clima ideológico e político por parte do governo, os referidos agentes, não apenas procurarão uma redução fiscal, mas também mudar a filosofia do sistema de impostos no setor. Com efeito, a intenção dos dirigentes pecuários será a de não mais considerar a terra como um meio de produção diferente dos outros, utilizando, assim, argumentos para poder revogar o imposto sobre a terra.

O imposto sobre a terra, ainda que fosse reduzido consideravelmente durante a ditadura, começou a aumentar novamente com a retomada da democracia. Principalmente, com o ajuste fiscal realizado pelo governo do Partido Nacional em 1991, a pressão sobre o setor pecuário começa a aumentar em forma gravitante, embora sem atingir nunca os níveis das décadas anteriores<sup>11</sup>. Mas a baixa dos preços internacionais da carne e da lã nos anos 90 fará com que o imposto sobre a terra se transforme numa pesada carga para os minguados lucros dos criadores de gado, mais apegados ao modelo de explorações tradicionais. Por isso, justo no governo do Partido Nacional, esse imposto, que sempre foi um elemento ideológico irritante para os criadores de gado, tornar-se-á um problema econômico imediato e de relevância para contribuir para uma adequada reprodução social desse grupo como um elemento importante para os que estavam realizando uma reconversão individual mediante a adoção de uma forma de exploração mais combinada (agrícola-pecuária). Cientes de que a relação de forças poderia voltar-se em seu favor, adverte-se sua intenção de ir fundo no assunto. De fato, nesses anos, começa-se a intensificar a campanha contra o imposto, utilizando argumentos como o seguinte: *“A ARU entende que a responsabilidade e a carga contributiva deve ser suportada igualmente por todos os setores e que o sistema deve estar baseado na equidade entre setores”*.

O argumento de que está se cometendo uma injustiça ao não se tratar todos os setores de forma igualitária, discriminando-se com isso o setor agrário ao não deixá-lo tributar por seus lucros constitui, junto com a deslegitimação do Estado e de seus impostos já comentados, a arma simbólica mais utilizada para obter a revogação dos impostos sobre a terra. Nesse sentido, afirmar-se-á que *“os criadores de gado devem ter um sistema tributário igual ao dos industriais ou ao dos comerciantes, baseado numa percentagem de seus lucros”*. Eles não

---

<sup>11</sup> O sistema de impostos sobre a pecuária esteve centrado, até a ditadura, na extração direta sobre as exportações de carne e de lã. Esse sistema foi lentamente desmontado nos últimos 30 anos do século, pelo que o imposto sobre a terra foi adquirindo maior relevância na contribuição direta que os criadores de gado realizam para a distribuição da riqueza na sociedade. Todavia, o volume total do contribuído através do imposto sobre a terra é menor do que o arrecadado pelas retenções das exportações.

“vêm” “lógico” que o imposto que eles devem pagar esteja baseado na quantidade de terra que possuem e não em suas utilidades.

Durante anos, não era possível apresentar esse tema dessa forma porque, justamente, existia um estendido consenso na sociedade quanto a que possuir determinada quantidade de terra, não apenas conferia direitos sobre a mesma, mas também obrigações porquanto ela era uma das principais fontes de riqueza da sociedade. Em decorrência disso, essa terra devia ser adequadamente explorada e, quem não o fizesse, devia ser punido com um imposto fixado em função de um desempenho médio que devia ser atingido nessa terra de acordo com sua produtividade potencial. Destarte, o Estado e a sociedade garantiam que a terra disponível não fosse utilizada como mera especulação ou de forma extremamente extensiva, pois ela é um bem nacional limitado.

Nesse período, os criadores de gado vêm, pela primeira vez, uma relação de forças em seu favor para conseguir uma possível mudança radical na filosofia do sistema de impostos, algo absolutamente impensável há apenas alguns anos antes<sup>12</sup>. Por essa razão, postula, em 1992, no congresso anual da FRU: *“Não estamos dispostos a analisar possíveis reformas do sistema tributário agropecuário em forma isolada, sem que, previamente, sejam equiparados todos os setores”*.

Um claro sinal que os criadores de gado tinham recebido nesse sentido foi a aprovação em 1992 de uma nova lei de arrendamentos que substituía a antiga lei assentada em elementos doutrinários similares aos do imposto sobre a terra. Essa reforma, após várias discussões parlamentares, deixa de beneficiar o arrendador –que era considerado até esse momento “agente modernizador” no agro-, pois passa a reduzir substancialmente os prazos do arrendamento, beneficiando, desse modo, os interesses dos possuidores de terras para arrendamento, que, em geral, são os proprietários de estabelecimentos pecuários extensivos. A aprovação dessa lei significou um indicador para as agremiações pecuárias de que o clima político tinha mudado e de que era tempo, então, de tentar modificar os fundamentos da política fiscal.

---

<sup>12</sup> Nem sequer durante a ditadura conseguiram mudar esse sistema. Embora os militares reduzissem significativamente a carga tributária do agro, foi a partir da alteração de caráter mais geral do sistema de impostos que começou a ser priorizada a arrecadação através dos impostos indiretos (IVA e IMESI) sobre os impostos diretos. Nem sequer nessas circunstâncias, os criadores de gado conseguiram convencer os militares a mudar a filosofia dos impostos para o setor, embora os últimos realizassem várias mudanças parciais no intuito de atender parte das pressões dos criadores de gado.

A aprovação dessa lei também acarretou uma vitória para os criadores de gado no interior do campo agrário e dentro do campo de poder perante as frações mais modernizadas representantes dos empresários que tinham interesses no arrendamento de terras. Durante o tratamento parlamentar da questão, gerou-se uma forte oposição à reforma por parte das agremiações leiteiras e do arroz, mas elas não conseguiram modificar a iniciativa e a lei foi aprovada como aspiravam as agremiações pecuárias. Esse episódio mostrou a fortaleza das agremiações pecuárias e a recomposição definitiva de seu poder simbólico entre estas outras agremiações, as que, de forma muito velada e indireta, vinham questionando, desde 1985, seu monopólio na representação do setor. Nessas circunstâncias, essa vitória também abria o caminho para mudar o sistema tributário, pois as agremiações derrotadas, junto com o movimento popular e a oposição política de esquerda, eram as forças que se opunham à mudança do sistema atual.

Nos anos restantes do governo branco, os criadores de gado irão construindo lentamente a imagem de que o sistema de impostos no setor é “asfixiante” para o empresário rural, constituindo, aliás, um freio para seu desenvolvimento. Esse se transformará no argumento legitimador em sua luta por abater ao mínimo os impostos para o agro, inscrevendo-se o mesmo numa luta simbólica mais global e difusa do Uruguai contemporâneo por resignificar o Estado e seus impostos como um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade. Por isso, em sua luta contra os impostos, os criadores de gado se posicionam na frente das forças mais conservadoras na batalha pela redução do papel regulador do Estado na vida social do país.

Cada vez mais, as menções ao tema dos impostos terminarão, em forma sistemática e repetitiva, com uma crítica ao funcionamento do Estado por causa de sua suposta “ineficiência e da realização de despesas excessivas e desnecessárias”. Para as agremiações, a solução é que o “Estado apenas desempenhe suas tarefas básicas e se desfaça de outras atividades que realiza”.

Essa postura tão linear e simplificadora da ARU e da FRU, que atribui todos os “males” da sociedade ao Estado, levar-las-á, junto com as forças oficialistas, a travar uma

dura luta política contra o bloco de forças populares<sup>13</sup>. Uma clara manifestação dessa batalha é a constituída pelo plebiscito nacional contra as privatizações das empresas públicas. Com efeito, a despeito desse procedimento popular, as críticas nunca cessaram. Apenas diminuirão sua intensidade por alguns anos para voltar, nos sucessivos discursos, a apontar com maior ênfase e dramatismo a necessidade de revisar “o decidido com o plebiscito”, adotando-se também outras iniciativas anti-políticas e demagógicas como a de pedir que fosse reduzido a um terço o número de parlamentares a fim de baixar o “gasto político”.

A derrota esmagadora sofrida pelo governo no referido plebiscito coloca em questão todo o modelo, tornando necessária uma maior defesa pública do mesmo. Isso demorará os planos dos criadores de gado de mudar no curto prazo o sistema rural de impostos. Em face dessas circunstâncias, as agremiações pecuárias, nos anos seguintes ao do Plebiscito, reafirmarão seu enfático apoio ao governo, como também suas conquistas para o setor nesses anos. Nas declarações de 1993, afirma-se, ao iniciar o discurso:

*“Já o ano passado marcamos acertos em políticas empreendidas pelo governo no nível das carnes, couros, sanidade animal e arrendamentos rurais. Da ação governamental no nível agropecuário no último exercício, avaliamos positivamente a liberalização de exportação de gado em pé, as conquistas obtidas na campanha contra a febre aftosa, a continuidade firme nas políticas do complexo da carne, a também firme posição do país na ronda Uruguai do GATT, o controle de qualidade dos produtos zooterápicos, o lançamento da campanha de conservação de solos e águas e o prometido apoio do Ministério da Agricultura ao plano de condicionamento de lã”.*

Outro claro exemplo do nível de compromisso com a política agrícola seguida pelo governo e da plena identificação das agremiações em relação à mesma e ao modelo de país que procuram implementar o Herrerismo e seus aliados, encontra-se neste outro fragmento do discurso da ARU:

*“Apoiamos no nível macroeconômico a orientação para a abertura e o equilíbrio interno entre setores, como condição ‘sine qua non’ para a integração regional e mundial. Também concordamos com as conquistas em matéria de desregulamentação de comércio exterior e lei de portos que facilitam a ação, abarata as gestões e aproximam o mundo a industriais, comerciantes e exportadores de nossos produtos básicos.”*

Lembra-se também, posteriormente, que os antigos governos tinham levado a que

*“Durante décadas será moldado um país de costas ao setor agropecuário. Todos conhecemos as políticas aplicadas durante mais de meio século, em*

<sup>13</sup> Essas forças defenderão, com diferentes nuances, o fortalecimento das ações do Estado e se oporão à privatização das empresas públicas, posição que vencerá no Plebiscito de 1992.

*virtude das quais recursos dos chamados setores tradicionais eram transferidos para outras atividades como mecanismo de redistribuição da renda. Esse fluxo desde o setor já foi uma das principais causas de limitações ao crescimento do mesmo.”*

Essas menções mostram cabalmente que as elites dirigentes dos criadores de gado apóiam decididamente as transformações impulsionadas pelo governo, fazendo parte, portanto, do grupo hegemônico dentro do campo de poder. Embora seu peso econômico não seja o mesmo de antigamente, as elites pecuárias usufruem, nesses anos, o privilégio de estar entre os grupos hegemônicos do Uruguai contemporâneo. Essa posição difere muito da que possuíam nos anos 50. Com efeito, nesses anos, se bem que os referidos agentes detivessem muito mais poder, eles se encontravam enfrentados aos grupos hegemônicos no campo de poder, conseguindo exercer mais seu poder de veto do que seu poder de iniciativa nas políticas setoriais.

No contexto de pleno apoio ao governo e tendo sido restabelecida a legitimidade do modelo de acumulação, os criadores de gado tornarão a colocar o tema dos impostos na centralidade de suas reclamações. A ARU começará a realizar uma série de estudos técnicos para demonstrar a alta carga de impostos e quantificar o volume de “transferências” que, sob esse conceito, realiza o setor. Destarte, ao quantificar o “problema”, não apenas é construída uma visão pretensamente objetiva e técnica do mesmo, mas são definidos também suas implicações e limites. Por exemplo, mediante essa forma de ver o problema dos impostos, começam a serem incluídas nesses cálculos técnicos as contribuições patronais à seguridade social dos trabalhadores<sup>14</sup> e os impostos municipais que até esse momento não faziam parte do tema alvo de debate. Assim, eles conseguem ir criando um método para calcular a pressão de impostos que recolherá exclusivamente os interesses e o ponto de vista da ARU. Com o tempo, o mesmo se transformará no único método válido para calcular a referida pressão fiscal, servindo de contraste empírico “neutro” para qualquer discurso que quiser fazer referência a esse assunto. Essa estratégia se centra em mostrar que o que o setor paga de impostos tem “ultrapassado já todos os limites”, que esses impostos são “confiscatórios” e que geram um estado de ânimo estimulante para uma verdadeira “revolução dos contribuintes”. Chegou-se inclusive a afirmar que esses impostos levam a uma “deterioração moral e espiritual” dos que pretendem produzir riqueza para o país. Essas menções,

---

<sup>14</sup> Referimo-nos às contribuições ao Banco de Previdência Social dos Patrões por superfície e não por trabalhador. Destarte, incentiva-se o aumento de mão-de-obra, pois pagará mais quem tiver mais terra e não quem ocupar mais mão-de-obra.

carregadas de adjetivos, que apelam aos valores e sentimentos, visam ir criando um espaço para deslegitimar o sistema de impostos em vigor, aproveitando-se do estado de ânimo da opinião pública contra a suba dos impostos e do descontentamento generalizado com o funcionamento do Estado. Esses argumentos, de fácil penetração em todas as camadas médias do agro, permitiram à FRU realizar algumas mobilizações nacionais de protesto contra os impostos em finais de 1993 e meados de 1994. Esses protestos consistiam no não-pagamento de tributos durante 48 horas e em reuniões públicas nos povoados para ler uma proclamação sobre a situação do setor. Ainda que essas medidas fossem de caráter testemunhal e não obtivessem muito sucesso, a estratégia em seu conjunto renderá seus frutos. Uma manifestação disso é que, desde vários setores políticos, começar-se-á a reconhecer a necessidade de baixar os impostos à produção agropecuária, como uma forma de proteger a produção nacional contra a abertura econômica promovida pelo Partido Nacional e a entrada em vigor dos acordos do Mercosul.

Nessa conjuntura, a última mobilização da FRU contra os impostos, convocando para uma “greve de impostos”, embora, em termos econômicos, não atingisse mais que um caráter testemunhal, sem criar nenhuma interrupção econômica<sup>15</sup>, no nível simbólico sim foi muito efetiva. O fato de os criadores de gado organizarem uma greve contra um governo herrerista determinou que o governo rapidamente começasse a trabalhar para encontrar uma solução para a questão.

Esta situação posicionou melhor os criadores de gado, pois os mesmos conseguiram convocar um maior número de aliados em suas reclamações por mudar o sistema tributário. Esse contexto de privilégio é gerado por uma curiosa derivação de seu poder simbólico. As forças populares e de oposição política, enfrentadas ao modelo de abertura e de desnacionalização, começam a realizar uma campanha de apoio à produção nacional, dentro da qual terá um lugar privilegiado a produção agropecuária. Embora essa prédica não conte com o apoio das elites pecuárias, comprometidas com o modelo atacado, parte do quadro dirigente da FRU canalizará em favor de sua prédica contra os impostos essa oposição ao governo. Isso possibilita às agremiações pecuárias contar com o apoio da fração herrerista no governo –que compartilha com elas a necessidade de eliminar os tributos sobre a terra-, como

---

<sup>15</sup> Isto contrasta com o que acontecia nas greves da década de 60, em que, efetivamente, geravam-se problemas econômicos sérios com a interrupção de atividades. Isso indica a fraqueza atual do poder estrutural da fração pecuária.



também com o da oposição –que reconhecia a necessidade de aliviar os custos de produção dos setores da produção nacional, entre eles, a pecuária-. Cientes dessa conjuntura, a ARU e a FRU insistirão mais do que nunca em mudar o sistema de impostos radicalmente.

De outro lado, durante todos esses anos, o governo foi sendo pressionado no intuito de obter prorrogações nos prazos de vencimentos para o pagamento dos impostos, adiando-se assim o pagamento efetivo dos mesmos. De fato, em todas essas ocasiões, os governos autorizaram essas prorrogações, solicitadas uma e outra vez, recorrendo-se à invocação de problemas naturais –estiagem ou chuvas-, problemas nos mercados internacionais ou outras conjunturas específicas. Isso sempre servia de pretexto para a realização de um pedido angustioso ao Estado, de um “apoio especial” para o setor “verdadeiramente importante do país”. Durante os anos deste governo, foram obtidas 06 prorrogações desse tipo num total de 10 vencimentos. Essas prorrogações foram preparando o terreno para uma mudança do sistema e o conseqüente abatimento substancial nos impostos para os maiores contribuintes do setor. No entanto, as discussões com o governo e a oposição de alguns setores de agricultores familiares em relação a essas mudanças fazem com que a reforma não tenha uma rápida aprovação.

Aproximadamente no final do período, as agremiações conseguem desbloquear a situação e o Poder Executivo envia ao parlamento para sua aprovação um projeto de lei (Lei 16.736), inspirado e elaborado em conjunto pelas agremiações pecuárias, que tem como objetivo uma mudança no sistema rural de impostos. Assim, menos de dois anos após a mudança da lei de arrendamentos, é proposto um sistema de impostos baseado na mesma filosofia. Isso dá lugar ao acontecimento que consideramos mais relevante em termos simbólicos para as organizações pecuárias: a mudança na base tributária no setor. Esse projeto mudou radicalmente o sistema de impostos, deixando de lado a antiga forma de tributação assentada na produtividade potencial da terra, passando a tributar-se pela produtividade real. Essa foi uma das mudanças mais significativas na política agrária das últimas três décadas. Com efeito, com essa lei, abandona-se o princípio que regia o sistema tributário desde inícios de século e que concebia o imposto sobre a terra um instrumento em mãos do Estado para punir a grande propriedade improdutiva e incentivar a produtividade e a redistribuição da terra. Assim, essa reforma implicou resolver em favor dos criadores de gado um longo processo de conflitos e enfrentamentos entre as organizações rurais. O referido processo começou em 1984, em momentos de concerto democrático, ao ser conformada um grupo de

entidades agrárias –que reuniu todas as organizações do agro- para formular os lineamentos de uma futura política para o setor. O assunto que apresentou maiores dificuldades nessa instância, levando à ruptura das negociações, foi o tema dos impostos. As organizações pecuárias (ARU e FRU) se opuseram fervorosamente a um sistema de impostos que punisse a posse de terra improdutiva, o que determinou seu afastamento da negociação e a conseqüente deslegitimação desse espaço. O que resulta particularmente significativo é que em 1996, quando a reforma tributária para o setor é aprovada, após uma curta discussão parlamentar, as organizações das frações agroindustriais apoiaram a reforma ao conseguir que esse novo sistema fosse opcional e não obrigatório, mantendo-se o outro sistema para um período de transição. A resolução deste conflito e a mudança de posição das organizações da fração agroindustrial mostram a lenta, mas eficaz imposição do ponto de vista dos criadores de gado sobre outras perspectivas do campo agrário, isto é, como a prédica simbólica desses agentes vai construindo a legitimidade para que sejam adotadas as medidas políticas favoráveis a eles e para que as mesmas apareçam como medidas “certas”, “adequadas” e “necessárias” para o desenvolvimento do setor num sentido universal. A coincidência ou não-conflito nesse nível com outras organizações mostra a possibilidade de uma aliança no campo de poder com os outros agentes dominantes do setor, o que lhes confere um poder muito importante para impor seus interesses a seus adversários comuns nesse campo.

Em finais de 1994, a situação econômica e política do país apresenta alguns sobressaltos; e o clima de campanha eleitoral desse ano começa a levar a um já “rotineiro” afastamento eleitoral entre os criadores de gado e o governo. Nessas circunstâncias, o discurso de 1994 do presidente de ARU abandona o entusiasmo dos anos anteriores: *“Revisando a história, é difícil encontrar uma conjuntura de circunstâncias tão adversas para a produção agropecuária. Vivemos uma crise que se aprofunda cada vez mais”*.

Esse diagnóstico está baseado num elemento da política econômica que vinha operando havia alguns anos e que já tinha sido assinalado como um problema em discursos anteriores: a sobrevalorização do peso sobre o dólar que produzia um atraso cambial e um problema de competitividade para o setor. Essa conseqüência da política de estabilidade econômica desenhada pelo governo, que contou em sua implementação com todo o apoio dos criadores de gado, irá se transformando no elemento central do confronto de interesses entre as forças que apóiam o modelo de acumulação. Mas esses enfrentamentos não passarão de discussões eleitorais. De fato, eles não adquirirão maior relevância ao ficarem “diluídos” nos

altos índices de crescimento registrados durante esses anos nas economias regionais. Apenas emergirão com força a partir de 1999, quando as economias comecem a mostrar mercados sinais de estagnação.

Em suma, ao analisar os conflitos e negociações entre os criadores de gado e o governo no quinquênio 90-95, verificamos que as agremiações pecuárias conseguiram, mediante sua forte influência e afinidade ideológica com o Governo, que uma de suas reivindicações fosse aceita: mudar as regras do mercado da carne do país. No primeiro ano de governo desse período, a medida que eliminava o Estoque regulador de carnes foi reafirmada, ampliando-se, aliás, o financiamento às exportações na maioria das usinas industriais. No segundo ano, obteve-se a liberalização das exportações de couros sem curtir. E, um ano mais tarde, era implementada a livre exportação de gado em pé para todas as categorias. Esta última medida significou uma grande vitória para os criadores de gado, pois deixavam de depender dos industriais nacionais para vender sua produção. Isso representou uma conquista de forte conteúdo simbólico em defesa do livre mercado no complexo. Nesse sentido, conseguiu-se “derrotar para sempre” seu adversário: os industriais nacionais. Para os criadores de gado, eram esses industriais os que provocavam a estagnação do setor, ao apropriar-se ilegitimamente de um excedente que correspondia à fase agrária, causando uma baixa rentabilidade nos estabelecimentos, desmotivando os criadores de gado e gerando, por conseguinte, a estagnação do setor que tanto preocupa o país. Portanto, a livre exportação de gado em pé, segundo seu raciocínio, é a medida que permitirá sair da estagnação.

O outro elemento substantivo é a eliminação do imposto sobre a terra como base do sistema impositivo rural, gerando a segunda grande vitória simbólica das agremiações pecuárias –depois da livre exportação de gado em pé-. O abandono do sistema tributário como uma ferramenta para motivar uma melhor distribuição da terra, passando para um sistema netamente fiscalista é outra importante imposição dos criadores de gado sobre a “visão do mundo rural”. Com isso, eles conseguem definir o problema “tributário”, como também suas soluções “imagináveis” e, portanto, “reais” e “possíveis”. Essas circunstâncias transformaram os criadores de gado no setor mais beneficiado em termos de conquistas gremiais a ponto que é possível concluir que, nesse período, eles ficaram sem plataforma reivindicatória. Eles atingem, de fato, um triunfo absoluto do “ponto de vista” pelo qual vinham pressionando o Estado há mais de quatro décadas.

Por último, é importante apontar que, nos últimos anos de governo branco, constata-se que as estratégias discursivas das agremiações mudam de tom e abandonam paulatinamente a menção à necessidade de desenvolvimento tecnológico, deixando também um pouco de lado a repetição persistente dos emblemas simbólicos dos criadores de gado e de seu papel no destino da nação. Pode-se afirmar que começam a utilizar uma linguagem mais tecnocrática, em sintonia com a discussão mais específica sobre os problemas macroeconômicos do país, sem questionar já o modelo de país, assumindo implicitamente seu acordo com o modelo implementado pelo governo. De fato, é como se não fosse tão importante gastar energias e tempo da ação coletiva reivindicando, como antes, seu papel no desenvolvimento do país, pois ele é perfeitamente reconhecido pelo governo. Assim, considera-se mais importante usar esses recursos com argumentações detalhadas sobre os problemas do setor e suas possíveis soluções para sensibilizar o resto do sistema político, mas adverso a suas posições, demonstrando que as medidas reclamadas por eles eram inadiáveis devido ao contexto externo que afrontava o país<sup>16</sup>.

### **6.3. Os Anos Dourados e a Tática Ofensiva dos Criadores de Gado (1995-1999)**

Nas eleições de novembro de 1994 triunfa o Partido Colorado, tomando posse em março de 1995 de sua segunda presidência o Dr. Sanguinetti. O contexto de seu segundo período de governo difere muito do de seu primeiro mandato em 1985. Com efeito, esses anos (1995-1999) terão características políticas e econômicas peculiares que permitirão às agremiações pecuárias continuar pela trilha da acumulação de vitórias que marcaram o quinquênio anterior.

A característica econômica de maior destaque nesses cinco anos é que se conseguiu retomar o crescimento econômico a partir do aproveitamento de uma série de fatores do contexto econômico do lustro. O primeiro desses fatores é de caráter regional e surge por causa da prosperidade criada pelos altos preços dos produtos agroindustriais na região. Isso é atingido devido à sobrevalorização do Real no Brasil e do Peso na Argentina, que, no marco

---

<sup>16</sup> Nesse sentido, esse período coincide com a firma do tratado do Mercosul, que servirá aos criadores de gado como pretexto para justificar suas demandas de abertura e liberalizadoras, desta vez como imposições do processo de integração regional. Na seção 12, reataremos este assunto.

de um aprofundamento do MERCOSUL em 1996, passam a constituir uma União Alfandegária. O segundo fator está ligado ao mercado mundial de carnes, onde o Uruguai obtém a categoria de país livre de Aftosa, permitindo-lhe isso ter acesso a mercados com maiores preços (EEUU e JAPÃO). Um terceiro fator, também de índole global, é o aumento dos preços internacionais dos grãos, os que experimentam uma suba significativa em decorrência dos problemas climatológicos nos Estados Unidos e na Europa durante os anos 1995 a 1996. Como resultado desses fatores, o país em geral e os setores agrários em particular registram um forte crescimento durante o quinquênio. Isso permitiu superar as dificuldades financeiras e aliviar a carga tributária que gerava o descontentamento dos empresários pecuários, levando às mobilizações da FRU.

Da mesma forma em que os fatores econômicos marcaram um contexto favorável, as características políticas nas que se desenrolará o segundo governo do Partido Colorado também foram de grande importância para as agremiações pecuárias. Como já fora anunciado, as forças políticas do país estavam divididas em três terços com diferenças muito pouco significativas entre elas. Mas, nestas eleições, pela primeira vez, um partido de esquerda obteve o segundo lugar no nível nacional –relegando o Partido Nacional ao terceiro lugar-, ficando, aliás, a uma muito escassa distância do Partido Colorado para vencer as eleições. Esse novo mapa político determinou que o partido de governo fosse a maior minoria no parlamento; por isso, para governar, deveria, necessariamente, realizar acordos estáveis com as outras forças políticas. Nessas circunstâncias, surge por primeira vez no país um governo de coalizão explícita, formado pelos dois partidos tradicionais (Branco e Colorado). Essa contingência gera a possibilidade de que as elites pecuárias pressionem os setores políticos de maior afinidade com respeito a suas posições para fazer com que o novo governo de coalizão desse continuidade às políticas setoriais implementadas pelo governo anterior. Em função dessas pressões, os delegados do Partido Branco, na negociação por formar uma coalizão, exigiram o mantimento das políticas agropecuárias e, em particular, das políticas sobre o setor da carne. A aprovação desses acordos políticos afastou as ameaças que afrontavam os criadores de gado perante a eventualidade de que o Partido Colorado revisasse as medidas adotadas pelo Herrerismo e, principalmente, as referidas à desregulamentação do complexo da carne, pois destacados dirigentes desse partido mantinham estreitos vínculos com a indústria frigorífica.

Nas negociações com o novo governo, os criadores de gado obtiveram também outras concessões muito importantes. Como forma de consolidar seu poder nos espaços de decisões governamentais e garantindo a continuidade das políticas agropecuárias, as Agremiações conseguem que seja designado Ministro da Pecuária e da Agricultura (MPAP), quem fora Presidente da ARU entre 1993 e 1994, um dos homens mais comprometidos com as políticas que beneficiavam os criadores de gado. Destarte, avança-se ainda mais na colonização do Estado e fortalecem-se suas posições, dando um novo impulso a sua estratégia para ampliar suas alianças no campo de poder.

Em 1995, já instalado o novo governo, as elites pecuárias não poupam seu apoio e adesão à coalizão dos partidos tradicionais, abrindo a exposição do Parque Prado desse ano com a seguinte menção: *“Não podemos mais do que aplaudir o compromisso assumido por nossos governantes com o transcendental passo que, a fim de garantir a governabilidade, significa a coalizão atingida entre as principais forças políticas do país”*.

Depois desse reconhecimento e exaltação aos partidos tradicionais que formaram a coalizão, são colocadas de manifesto as virtudes das conquistas atingidas com o governo anterior e a forma como os empresários responderam positivamente a esses estímulos:

*“Nos últimos anos, no Uruguai tem tido lugar um marco mais adequado de políticas agropecuárias e agroindustriais, baseadas na liberdade empresarial e comercial que, somadas à transparência dos mercados, conformam regras historicamente reclamadas desde nossa instituição. (...) e as respostas da pecuária a (essas) acertadas medidas, principalmente à liberalização da exportação de gado em pé e couros, diminuindo a pressão fiscal, não puderam ser melhores”*.

Na realidade, é possível supor que o aumento da produção pecuária, antes do que decorrer de uma ampla transformação tecnológica ou do efeito de novas regulamentações dos mercados da carne, é apenas um aumento de volume –usando a capacidade ociosa já existente nos campos- em resposta às boas perspectivas do mercado. Nesse sentido, é o próprio discurso do presidente da ARU o que permite essa interpretação, ao afirmar imediatamente que existem muito boas perspectivas para o setor:

*“A conjuntura mundial se apresenta favorável às possibilidades de nosso setor. Suas vantagens comparativas devem ser aproveitadas ao máximo e, para isso, devem ser mantidas as políticas agropecuárias que assegurem transparência e regras de jogo estáveis”*.

Essas perspectivas para a pecuária têm dois elementos centrais que as agremiações não deixam de saudar com muito entusiasmo: *“Este tradicional discurso se enquadra num marco histórico, o de ser o primeiro discurso proferido no contexto da União Alfandegária, atingida dentro do processo do MERCOSUL e num país livre de aftosa”*.

Mas, como se esses elementos não bastassem para mostrar ao novo governo a potencialidade do setor e bom caminho em que se encontra o mesmo, são valorizadas como muito positivas as supostas tendências para a redução do protecionismo nos Mercados Agrícolas Mundiais:

*“Também devemos destacar que a produção e o comércio agrícola mundial estão iniciando importantes processos de mudança. Alguns são de tipo econômico, produto do encerramento da Ronda Uruguai do GATT, ponto de inflexão para a paulatina queda dos protecionismos e de práticas desleais de comércio”*.

Infelizmente, essas afirmações não serão senão a expressão de desejo das elites pecuárias nacionais, pois logo se comprovará o amadurecimento do protecionismo agrícola, tanto nos EEUU quanto na U.E.. Esse primeiro discurso sob o novo governo é encerrado com uma grande algazarra decorrente dos elementos políticos e econômicos assinalados. Os criadores de gado se lançam a liderar uma ampliação de sua aliança para consolidar o modelo de país em vigor. Nesse sentido, aponta-se, ao finalizar o discurso anual:

*“Revisando a história, vemos como poucas vezes se deram as condicionantes como para que os uruguayos unidos levemos o país para o lugar de progresso e prosperidade que ele merece (...) A agropecuária e suas indústrias derivadas contribuem com 78% das exportações do país, tornando-a, sua potencialidade de crescimento, o setor de atividade de maior impacto em curto e mediano prazo. É a via mais genuína para absorver grande proporção do desemprego de nosso país (...) No âmbito regional, o MERCOSUL oferece oportunidades para a maioria da produção agroindustrial que derivam, não apenas do fato de contar com um mercado ampliado, mas, fundamentalmente, de uma capacidade de negociação perante o resto do mundo (...) Chega de sentir saudades de um passado que já era, apostemos à mudança que envolve criar e construir”*.

Com esse acentuado otimismo de meados dos anos noventa, as elites mostrarão decididamente seu apoio ao governo, mantendo suas demandas no mesmo sentido dos anos anteriores, mas reduzindo sua intensidade. Baixar os impostos, melhorar a facilidade de acesso aos créditos e a sobrevalorização da moeda serão suas demandas mais notórias no período. No primeiro ano, tornar-se-á à reforma tributária do setor porque ainda faltava uma etapa para sua aprovação definitiva. Ainda que o apoio das forças da coalizão estivesse

garantido, as agremiações não deixaram de pressionar até a efetiva entrada em vigor da referida reforma<sup>17</sup>.

Neste caso, sua estratégia discursiva se limita a uma rotunda afirmação, dando por garantido que o tema estava já resolvido para os criadores de gado e que não seriam aceitas maiores vacilações ao respeito: *“Quanto às possíveis modificações da tributação agropecuária, reafirmamos nossa posição de eliminar os impostos sobre a terra e basear a imposição na renda real, que é o mais justo indicador da capacidade produtiva”*.

Quanto à política creditícia para o setor, verifica-se um reconhecimento das conquistas nas políticas do Banco estatal (BROU) que, como foi referido na seção anterior, começou a outorgar créditos a taxas promocionais após o conflito pela reabertura dos créditos em cestas de produtos: *“Muito valoramos as importantes medidas tomadas pelo BROU, que, com taxas de juros competitivas em dólares e prazos em sintonia com os ciclos produtivos, contribuem com instrumentos válidos para gerar e atrair novos investimentos”*.

Sobre o assunto da sobrevalorização do peso e o conseqüente aumento do atraso cambial, o presidente da ARU afirma em 1996<sup>18</sup>:

*“Um importante problema que temos é o da contínua perda de competitividade decorrente da enorme inflação em dólares, vulgarmente chamado de atraso cambial. Sabemos que é um problema de complexa solução, ligado a aspectos internos, como a excessiva indexação da economia, a enorme incidência do orçamento global do Estado, e a aspectos externos, como a influência das economias dos países vizinhos. Mas é preciso eliminar as conseqüências negativas de uma altíssima inflação em dólares que afeta todo o setor exportador”*.

<sup>17</sup> A pressão constante dos criadores de gado levará a que, após a aprovação da lei em finais de 1995, já em 1998 seja proposta uma modificação para baixar ainda mais os montantes estabelecidos pelo novo imposto que substitui o imposto sobre a terra.

<sup>18</sup> Durante esse período, a contradição básica afrontada pelos criadores de gado em face deste modelo neoliberal se manifesta na seguinte disjuntiva: de um lado, a escolha da liberalização e da desregulamentação dos mercados com uma reduzida participação estatal, o que lhes possibilita uma maior captação de excedentes no interior do complexo pecuário e uma redução da carga de impostos; ou, de outro, o manejo monetarista da economia a fim de controlar a inflação com a conseqüente valorização do peso, o que acarreta para eles uma perda de competitividade e de excedentes. Os diferentes momentos deste período constituíram formas específicas de resolver tacitamente esse dilema que não deixa de exprimir-se numa prédica ambígua das organizações. No final do período, aparecerão os elementos necessários para distinguir as estratégias das duas organizações; com efeito, no mesmo, a ARU colocará mais ênfase nas regras gerais do modelo, acompanhando as posições mais próximas aos interesses financeiros, enquanto a FRU centrará sua estratégia na crítica ao atraso cambial e na necessidade de variar radicalmente a política cambial, o que levará a um confronto com a fração financeira e seus aliados no poder.



Esse tom compreensivo da ARU para tratar o tema do atraso cambial não deixa de mostrar a atitude conciliadora da agremiação, ao não recorrer a seus tradicionais argumentos, utilizados nesta mesma tribuna, de “crise profunda” ou de “situação insustentável”. Pelo contrário, limita-se apenas a denunciar uma “perda de poder de compra” do setor para cobrir as despesas de reprodução familiar, sobretudo em relação aos bens não transáveis que conformam uma parte importante das despesas da cesta deste setor social (educação, saúde, serviços pessoais, etc.), que experimentaram uma suba em dólares muito importante nesses anos.

*“Existem múltiplos estudos que provam a perda de poder de compra do setor agropecuário, mas a prova mais crua é a contribuída por milhares de produtores cada mês, que, com desespero, vêem como o dinheiro não lhes alcança para as necessidades básicas de manter e educar sua família”.*

A preocupação sobre esse assunto irá crescendo paulatinamente e conformando as pressões que, anos depois, levarão à desvalorização de 100% da moeda nacional em 2002, medida que renderá importantes benefícios para o setor exportador e, como consolo, para os grandes criadores de gado.

Quanto à política geral do governo, como já foi mencionado, reafirma-se cada vez mais o compromisso das agremiações com o modelo de acumulação. Isso decorre do fato de que, nesses anos, o modelo mostrará seus melhores resultados, levando a um ciclo de crescimento econômico, com aumento de exportações, de consumo e dos salários médios. No entanto, como será analisado mais adiante, também irão se acumulando tensões irresolúveis que o levarão a uma crise em finais dos anos noventa. *“Somos partidários deste caminho (o do governo) porque, em matéria macroeconômica, aspiramos, para o Uruguai, a uma economia estável, aberta e competitiva”.*

Os três anos seguintes estão marcados por um importante crescimento do setor agropecuário e da agroindústria, fundamentalmente no ramo dos laticínios e do arroz, com destino à comercialização dentro do MERCOSUL, principalmente no Brasil. Nesses anos, as pressões das frações exportadoras fazem com que comece a reduzir-se o atraso cambial, passando, o setor agroindustrial, a liderar claramente o crescimento. Os criadores de gado se

encontram em seu apogeu, embora sofram pela queda dos preços internacionais da lã, o que afetará parte de sua renda<sup>19</sup>.

A grande pujança dos sócios do Mercosul e o aumento do preço da carne no nível internacional deixarão ainda por alguns anos em suspense, pela via dos fatos, todos os problemas. Tanto é assim que, exceto algumas críticas um pouco mais acentuadas da FRU, os discursos das duas agremiações durante os dois anos seguintes (96 e 97) e em parte de 1998 são altamente complacentes com o governo, tendo como acento central o elogio ao modelo econômico aplicado pelo governo de coalizão e a defesa das conquistas atingidas na liberalização e na abertura do setor pecuário. Nesses anos, a reprodução social dos criadores de gado estava garantida e seu capital simbólico alcançava níveis insuspeitados em torno de finais do século XX.

Os resultados obtidos nesses anos e as possibilidades supostamente abertas pelo fato de o país ter sido declarado livre de febre aftosa entusiasmaram enormemente os grupos dominantes do setor e seus aliados políticos quanto ao futuro do setor. Esse estado de ânimo “triumfalista” levou os criadores de gado a reafirmar seu mito de país pecuário. De fato, nesses anos, abundam expressões como “*o país se salva com o agro ou com ele perece*”. Nessa situação, a elite dirigente desenrolará uma estratégia ofensiva realizando uma proposta, em ocasião dos 125 anos da ARU, de um plano de desenvolvimento destinado a duplicar a produção pecuária, o que, segundo seus próprios argumentos, permitirá à pecuária liderar o crescimento do país no século XXI. Essas atitudes mostram o lugar que essa fração aspira a ocupar no campo de poder.

*“Nossa instituição sente a responsabilidade de propor caminhos de desenvolvimento nacional. Essa responsabilidade vêm das próprias raízes de nossa história, quando as primeiras gerações de dirigentes da ARU sonharam e projetaram mudar o país (e, de fato, conseguiram-no!). Fizeram o Código Rural, propuseram e cercaram os campos, trouxeram raças para melhorar a pecuária, promoveram a tecnologia agropecuária e falaram, permanentemente, em educar abrindo escolas no meio rural. Com esta tradição que nos impulsiona, propomo-nos crescer, obrigando a nós mesmos a melhorar e a promover no país um ambiente que nos permita atingir um maior desenvolvimento econômico e social (...). Não pode causar espanto que nós, seus sucessores, queiramos liderar a marcha, projetando o país para o século XXI, comprometendo-nos a trabalhar por um futuro melhor. O*

---

<sup>19</sup> A estrondosa queda da produção de lã do país é um efeito importante a ser considerado, pois terá um impacto negativo nos empresários dedicados principalmente a esse ramo que, em geral, são também os criadores de gado mais tradicionais do norte do país. Esse grupo irá gerando um alto grau de desconformidade, conformando uma base social importante de radicalização da estratégia coletiva em inícios da década seguinte, que liderará a FRU.

*futuro está em nossas mãos, pensemos e façamos para as futuras gerações de modo que o sacrifício dos que regaram esta terra púrpura não tenha sido em vão”.*

Após esta introdução “épica”, carregada de alusões ao mito pecuário e a seu capital simbólico acumulado, os referidos agentes se autoconferem o privilégio de “liderar a marcha projetando o país para o século XXI”.

Posteriormente, passa-se a destacar o lugar que os criadores de gado ocupam hoje na economia do país, colocando ênfase nas conquistas atingidas, principalmente na suposta superação da estagnação. Nessa conjuntura econômica favorável, o trabalho simbólico das organizações esteve direcionado a mostrar “evidências” empíricas, sempre muito circunstanciais, para recriar e reafirmar o mito pecuário.

*“Atualmente, a agropecuária nacional assiste a uma das mudanças mais importantes das últimas décadas, liderando o crescimento com a taxa mais alta de nossa economia e arriscando-se por inteiro no trabalho produtivo e no investimento. De discutir durante décadas sobre as causas da estagnação, passou-se à análise do crescimento e suas conseqüências, o que revaloriza nosso setor perante os olhos da sociedade. Essa realidade de um agro em crescimento foi a resposta do setor às medidas de livre mercado, de eliminação do estoque regulador, de liberalização da exportação de gado em pé, de liberdade de exportação de couros e de manutenção de uma política agropecuária estável e com regras claras durante mais de uma década (...). Também é produto da conquista de novos mercados, da melhora da qualidade de nossos produtos e de uma postura de maior agressividade nas aplicações (...). Mas, sobretudo, é produto dos verdadeiros protagonistas desta transformação; referimo-nos ao empresariado agropecuário”.*

Portanto, a superação da estagnação e a criação deste novo “Empresariado rural” são os novos elementos do renovado “mito de país pecuário”. Isso é produto desse estado subjetivo em torno das bondades do “estilo de desenvolvimento liberal adotado para a pecuária” e das conquistas econômicas desses anos. Até os setores que ideologicamente manifestavam mais antagonismos com os interesses dos criadores de gado, começaram a relativizar suas críticas, chegando, inclusive, a ser retiradas das plataformas programáticas dos partidos de esquerda e da Central Operária as referências explícitas às mudanças nas estruturas agrárias como medida para atingir o desenvolvimento agroindustrial do país. De alguma forma, nesses anos, consegue-se impor uma visão do rural como um “mundo de empresas” onde o eixo do debate reside na rentabilidade, desaparecendo a “questão social”.

Essa visão se imporá como resultado de um avanço do pensamento único, que não encontrará maiores vozes discordantes com a referida representação do “mundo rural”.

Conforme os criadores de gado, para que o país consiga chegar a esse novo caminho de desenvolvimento, é preciso uma mudança no “ânimo” da cidadania. *“Os números de crescimento da produção e da exportação que nos propomos são possíveis na medida em que (...), fundamentalmente, consigamos superar a baixa moral e a descrença que há décadas imperam em nossa sociedade”*.

O apelo voluntarista em relação ao “ânimo” como motor da ação empreendedora é um recurso reiterado nos discursos ruralistas. Mas o que chama a atenção neste caso é que a forma de levantar o ânimo e reduzir a descrença, segundo os criadores de gado, é manter a coalizão no governo:

*“Hoje voltamos a reiterar nosso alento aos esforços de quem mantém vigente o governo de Coalizão, facilitando a governabilidade e a estabilidade do país. Vemos nesse comportamento um ato de inteligência e patriotismo que muito serve ao país e a sua gente”*.

Esta passagem mostra, como afirma Bourdieu, que nada é mais objetivo do que a subjetividade. Com efeito, os criadores de gado exprimem a segurança de sua posição social e o bom ânimo que neles suscita a coalizão dos partidos tradicionais como se fosse uma coisa compartilhada pelo “país e sua gente”.

Mas, para poder percorrer o caminho rumo ao século XXI traçado por eles em seu “plano de desenvolvimento”, é preciso que sejam mantidos os parâmetros gerais da política econômica. Quanto a isso, afirmar-se-á:

*“Cada dia estamos mais convencidos da necessidade de apostar por uma economia estável, aberta e competitiva na qual os agentes econômicos possam atuar livremente com toda sua dinâmica e potencialidade. (...) Entendemos prioritário manter os equilíbrios macroeconômicos básicos, compartilhamos o objetivo de reduzir a inflação e valoramos a tendência decrescente experimentada no último ano”*.

Em síntese, nesse contexto de crescimento, os criadores de gado tentam reconstruir sua capacidade hegemônica dentro do campo de poder, apoiando-se nos partidos tradicionais que conformam a coalizão e reafirmando seu compromisso com o modelo econômico geral. Mas a variante desses anos é sua marcada aspiração -como mostra seu “plano de desenvolvimento”- a voltar a ser alicerce fundamental da economia e a recuperar seu poder

econômico na sociedade. Nesse esforço e contando com tanta legitimidade e entusiasmo, as menções aos setores subalternos do agro não podiam ficar fora da estratégia dos criadores de gado. Com efeito, para reforçar o efeito de condescendência destinado a acrescentar seu capital simbólico no campo agrário, recorrem às menções à educação, à habitação e aos movimentos de mulheres e jovens rurais. Como exemplo dessa atitude, resgatamos as seguintes afirmações do ano 1997, mas que se repetem com similar teor em todos os anos compreendidos por este período.

*“O despovoamento da campanha é um fato; resistimo-nos a permanecer sem fazer nada e que esse fenômeno continue dilacerando a família rural. Por isso, devemos unificar esforços apoiando a educação, a habitação e os movimentos sociais que crescem dia após dia e lutam pelo assentamento, a capacidade e a capacitação da juventude e das mulheres rurais. (...) Preocupa-nos o possível fechamento de escolas rurais baseado no argumento de escassa população, dizemos que as crianças não são um número, são mentes férteis, abertas para o conhecimento e com direito ao mesmo. Fechar uma escola é condenar uma criança a que ela se afunde na escuridão da ignorância, é atacar o porvir do país na sua própria medula. A escola rural não é apenas o centro educacional, mas um lugar de encontro social. (...) Nosso compromisso de todas as épocas é com a educação rural e, além das contribuições legais, não existe produtor rural que não tenha colaborado e colabore em todas as formas possíveis com a escola de sua região.”<sup>20</sup>*

Esse otimismo quanto ao futuro permeia tudo nesses anos. A confiança cega e um tanto quanto ingênua no caminho escolhido leva os criadores de gado a visualizar e apontar em seu discurso de 1997 tendências mundiais de melhora das condições de vida do planeta:

*“Elementos favoráveis como o importante incremento no número de habitantes do planeta que melhoram suas condições de vida e que se transformam em demandantes de alimentos e vestes geram expectativas muito boas para o setor nos próximos anos”.*

Esta afirmação mostra com certa ironia como se podem confundir convicções sobre como “funciona o mundo” com “o mundo”. Com efeito, a percepção triunfalista das elites pecuárias nesses anos consegue atravessar toda sua visão do mundo que os cerca. Conforme estudos recentes (PNUD, 2000), o que se verifica no mundo -pelo contrário da afirmação transcrita acima- é o aumento da desigualdade devido à concentração da renda, o que leva a triplicar a distância entre os mais ricos e os mais pobres do mundo.

---

<sup>20</sup> Estas afirmações sobre a educação fazem referência ao conflito com G. Rama, Presidente do Conselho Nacional da Educação (órgão reitor do ensino primário e médio do país), causado pela demanda dos criadores de gado de serem exonerados do imposto de Educação Público Primária. Isso levou Rama a realizar fortes acusações públicas sobre a “histórica atitude egoísta dos criadores de gado latifundiários no Uruguai”.

De outro lado, no decorrer destes anos, enquanto os criadores de gado se fortaleciam em suas posições de poder, os grupos sociais com que eles mantinham fortes antagonismos foram se enfraquecendo. As transformações econômicas geradas pelo impulso dos processos de internacionalização e de desregulamentação econômica levaram a uma perda paulatina do peso das frações vinculadas à produção industrial do país. Esse fenômeno também acarretou crescentes taxas de desemprego e uma deterioração na convocação dos sindicatos que terminou prejudicando o conjunto dos trabalhadores organizados, pois os trabalhadores industriais têm representado historicamente uma força central de poder sindical, tanto fático quanto simbólico. Principalmente o operário industrial tem sido um emblema no modelo de sociedade e de país defendido pelos sindicatos, oposto ao modelo de país defendido pelas agremiações pecuárias. Em suma, esse processo de desindustrialização levou, indiretamente, a que os adversários históricos dos criadores de gado –sindicatos operários e câmaras industriais- se enfraquecessem, o que, presumivelmente, facilitou também a ascensão em suas posições dentro do campo de poder.

Em finais do triênio dourado (1996-1998) começam a mudar os fatores econômicos que possibilitaram o crescimento e a estabilidade econômica. Nessas circunstâncias, começa a crescer novamente a sobrevalorização do peso sobre o dólar, o que restará competitividade às exportações.

*“O Agro está imerso num período de dificuldades que limitam sua capacidade de desenvolvimento e, por conseguinte, condiciona todas as atividades e serviços que atuam no campo. Temos nos obrigado a realizar um ajuste severo e ‘sem aviso’ para aumentar a produção, com grandes custos econômicos e sociais para muitos produtores. (...) Os baixos preços e elevados custos produzem a falência da empresa agropecuária. (...) ‘Custo Uruguai’ nos coloca em desvantagem na concorrência mundial; desmesurados impostos, taxas e contribuições, os custos derivados do transporte, insumos, energia, créditos, que superam amplamente o que devem afrontar nossos concorrentes. (...) Numa palavra, o alto custo do ‘atraso cambial’.”*

Esta situação mostra como vão se esvaecendo as virtudes do modelo de desenvolvimento calorosamente apoiado alguns anos atrás. É particularmente surpreendente como se passa de uma maneira muito rápida de uma situação de otimismo e “triumfalismo” para uma visão pessimista e escura sobre o futuro. Isso pode ser explicado mediante a hipótese de que sempre existiram, dentro do quadro dirigente pecuário, duas frações, uma com maior convicção sobre o modelo atual e, portanto, mais entusiasta, que se exprimia com

maior clareza, conformada, em sua maioria, por dirigentes da ARU; e outra fração que, a despeito de apoiar também o modelo em geral, apresentava diferentes nuances com respeito a sua implementação. Essa fração se expressa nalguns dirigentes da FRU. Portanto, perante o acelerado enfraquecimento do modelo, esta última fração tomará rapidamente a palavra e marcará uma virada na estratégia coletiva da elite pecuária, colocando ênfase nas diferenças com o governo e já não nas coincidências.<sup>21</sup>

Em decorrência disso, em 1999 começarão a manifestar-se com maior reiteração as diferenças entre as duas organizações coletivas (ARU e FRU), o que se exprimirá num paulatino afastamento de suas ações e estratégias discursivas. Tudo indica que estamos perante o início de uma nova divergência tática entre elas, como já acontecera no governo anterior. Porém, o aprofundamento da crise nos anos seguintes faz supor que esta divergência será de maior envergadura. A separação das duas organizações constitui a expressão de tensões e conflitos que não são de fácil resolução. Tendo sido já atingidas as grandes reivindicações que mantinham as elites dirigentes unidas, começam a exprimir-se as diferenças, no espaço social, entre os grupos mais tecnificados e diversificados das regiões do litoral e do sul e os criadores de gado mais tradicionais e menos diversificados do norte e do centro do país. Como já fora assinalado, estas seriam duas frações pecuárias emergentes na nova morfologia social do agro.

O final desses anos dourados começará no verão de 1999, com a desvalorização do Real no Brasil e terminará estrepitosamente em abril de 2000 com a crise da febre Aftosa. Isso produzirá uma queda generalizada dos preços que questionará seriamente a aposta que, nesses anos, o país tinha realizado em relação ao crescimento da pecuária. Simbolicamente, esses fatos acabarão com a esperança de que o país pudesse “se salvar” com a pecuária e de que sua estrutura agrária atual permitisse extrair excedentes suficientes como para melhorar a redistribuição em toda a sociedade. O dramático epílogo dessa situação e o golpe definitivo ao modelo macroeconômico que vigorou no país por mais de uma década será dado pela crise argentina de finais de 2001. Isso coloca o país perante um novo desafio que implicará novamente uma reestruturação de forças sociais que não é possível diagnosticar tanto no cenário nacional, quanto regional e global.

---

<sup>21</sup> De alguma forma, esta fração atua mais apegada a uma lógica de representação do que de medição de interesses.

Nessas circunstâncias e à luz dos novos acontecimentos, a partir de 1999 as elites dirigentes dos criadores de gado revisaram e moldaram sua estratégia simbólica. Seu objetivo será não regredir no processo de acumulação de capital simbólico e econômico, não colocar em questão sua hegemonia na representação do setor e manter suas posições nos aparelhos do Estado colonizados até esse momento. A estratégia a seguir consistirá em optar novamente por uma dupla representação, separando as ações da FRU e da ARU com vistas a criar duas redes mais amplas de apoio a suas ações, uma na direita do espectro político e outra na esquerda<sup>22</sup>. O sucesso desta estratégia só poderá ser avaliado nos próximos anos.

Um elemento importante atingido neste período é a articulação entre os interesses dos criadores de gado e o governo colorado, que, historicamente, tinha sido tão conflituosa. A própria possibilidade desta articulação estaria indicando que, após 10 anos de batalhas, as agremiações pecuárias tinham conseguido atingir uma posição mais importante dentro do campo de poder do que a ocupada no retorno à democracia.

Em síntese, podemos concluir que, nesse período, os criadores de gado conseguiram consolidar e ampliar suas posições, assumindo uma clara estratégia ofensiva e procurando estabelecer alianças com outros setores dominantes para atingir uma reestruturação mais profunda das relações de poder na sociedade. O cenário favorável para os criadores de gado pela combinação de fatores econômicos e políticos confluía na criação de oportunidades para que as agremiações pecuárias ampliassem e consolidassem suas posições no campo de poder. Embora no final de nosso período de estudo se abra uma pergunta sobre a possibilidade de que este processo continue, os acontecimentos recentes indicam que possivelmente as elites pecuárias possam continuar por esse caminho. Tendo já passado a conturbada crise financeira de início de século e tendo sido operada uma desvalorização de 100% no país e estando já convencidos da falida tentativa de ser uma praça financeira emergente, existe entre os uruguaios uma imagem generalizada de que o país deve procurar uma saída, baseando-se em seu setor agro-exportador. Tudo parece indicar que o mito pecuário será novamente recriado coletivamente sob o olhar complacente das elites pecuárias.

---

<sup>22</sup> A crise do modelo fortaleceu o avanço da esquerda e suas possibilidades de aceder ao governo. Por isso, os criadores de gado desenvolverão uma estratégia de aliança também nesse sentido.



**Parte IV- A construção hegemônica dos Criadores de Gado no Campo  
Social Agrário: adversários e novo cenário regional (1985-1999)**

## **7. Hegemonia e Poder dos Criadores de Gado**

### **7.1. Governo, Partidos e Poder Simbólico dos Criadores de Gado**

Na presente seção pretendemos apresentar evidência empírica para mostrar como o poder simbólico das organizações pecuárias tem incidido sobre os atores políticos nacionais. Nesse sentido, colocaremos de manifesto como os últimos vêm incorporando a visão do mundo rural das referidas organizações. Para isso, colheremos, em primeiro lugar, as declarações dos Ministros da Agricultura como representantes da visão dos governos de nosso período de estudo. Posteriormente, realizaremos um estudo comparado das plataformas eleitorais dos três principais partidos políticos do país, no início do período (1985) e no final do mesmo (1999).

#### **7.1.1. Os Discursos do Governo**

Começaremos por analisar as menções ministeriais que fazem referência à ARU e à FRU. Nas Resenhas 1 e 2 selecionamos algumas das menções realizadas pelo Ministro durante as reuniões anuais das referidas organizações, às que comparece como representante oficial do governo. Como é possível observar, essas menções são muito reiteradas e mostram com clareza como o Estado tem atribuído reconhecimento e legitimidade às agremiações pecuárias durante todos esses anos.

## RESENHA 1

### Referências à Associação Rural

- 
- *Prestar homenagem a esta gloriosa instituição nascida no país e a seus dirigentes esforçados e a todos os produtores que a integram. (85)*
  - *Tenho a convicção de que o sucesso em muitas ações do governo fica definitivamente garantido se essas ações são compartilhadas em sua discussão e instrumentadas junto com as agremiações pecuárias. (87)*
  - *Ano após ano e há muito tempo, a Exposição Rural do Parque Prado é, entre outras coisas, um lugar tradicional de encontro da produção com as autoridades nacionais; nossa relação com as agremiações se consolida dia após dia com o contato permanente. (93)*
  - *A Amostra da Cabana Nacional é expressão da harmonia com que diferentes setores têm trabalhado. (94)*
  - *Continuaremos trabalhando com as agremiações, que fundamentam seu espaço no engrandecimento do bem comum com contribuições construtivas, com visão de desenvolvimento e não com os mensageiros do caos. (96)*
  - *Os empresários rurais, por uma razão de justiça e de equidade em relação a outros setores da sociedade, têm o direito de realizar suas contribuições, de adquirir responsabilidades, de fazer-se ouvir, de compartilhar decisões. (96)*
- 

Esses atos simbólicos por parte do Estado conferem um reconhecimento extraordinário a quem não passa de uma organização corporativa, permitindo objetivar as afirmações que já realizamos sobre o capital simbólico e o poder social das referidas instituições. O governo, ano após ano, apela à história da ARU, cobre de elogios e adjetivos a representação que exerce essa agremiação e ressalta seu papel dentro do campo agrário e em outros níveis da vida política da sociedade. Em algumas menções aparece a representação das organizações como universal, desinteressada, preocupada “pelo bem comum” e pelas causas mais “nobres”.

## RESENHA 2

### Referências à Federação Rural

- 
- *A Federação Rural, organização de longa trajetória e grande representatividade no nível nacional, constitui um dos alicerces da agremiação rural de nosso país. (85)*
  - *Sob a sombra protetora da ARU nasce a benemérita FR, com uma concepção de luta dinâmica em todas as esferas de decisão que afetarão o futuro do campo. (86)*
  - *Como representantes do governo, vimos, com enorme respeito, escutar as vozes dos rurais, quando tem tanta história por trás das mesmas, histórias de dignidade, de sacrifício, de homens que colocaram suas vidas a serviço das causas mais nobres do país. (86)*
  - *Não é uma novidade na história da FR e na história dos Congressos Rurais ouvir sonoros ecos de uma oratória brilhante. (87)*
  - *Não podemos fazer abstração também de que nesses Congressos ressoam os ecos de mais de 70 anos de história em defesa da agropecuária nacional. Vêm a nossa memória nomes de verdadeiros visionários que, desde cedo, compreenderam que no aumento e no desenvolvimento da produção se inscreve o verdadeiro destino do Uruguai. Autênticos trabalhadores da terra que dedicaram seus esforços e suas vidas a cumprir com essa tarefa quase sagrada de prover alimentos e abrigo a seus semelhantes. (88)*
  - *Em representação do Poder Executivo temos, mais uma vez, a alta honra de comparecer para inaugurar o Congresso da FR, que se inscreve numa longa sucessão como máxima expressão desta antiga Instituição que tantos brasões ostenta em defesa dos produtores rurais. (89)*
  - *O Congresso da FR constitui um dos eventos mais importantes da agropecuária nacional. (90)*
  - *O Poder Executivo deve multiplicar as instâncias de comunicação com os produtores e este Congresso é um deles. (92)*
- 

Só a referência às instituições alcançaria para instituí-las como interlocutores válidos, como é feito com outras instituições. Mas as declarações dos Ministros vão além, pois têm a característica de posicionar as referidas organizações como suas “sócias” ou “pares”, como veladoras do bom desempenho do Estado e do Governo. Com efeito, abundam as referências ao trabalho mancomunado entre as instituições e os governos, à permanente consulta na tomada de decisões e à voz autorizada para reclamar ao Estado seus interesses.

*“Senhores produtores, Associação Rural do Uruguai, Federação Rural e suas organizações intermediárias, devem propulsar a mudança para que a história não nos deixe definitivamente à beira do caminho.” (92)*

Com essas alusões, coloca-se às organizações num lugar especial dentro da rede de representação de interesses em função da sociedade e, em particular, entre as organizações do campo de poder. A seguinte expressão do Ministro em 1998 deixa clara esta posição de privilégio: *“O Ministério resolveu dar prioridade aos propósitos das agremiações (ARU e FRU) sem que isso implique romper a neutralidade que deve manter sempre o Governo perante a atribuição de verbas que realiza para o setor privado.”*

Esta frase mostra a enorme legitimidade com que contam as referidas organizações, que leva a que o Estado, através do governo, priorize as mesmas publicamente sobre as outras organizações e agentes sociais do campo agrário e do resto do campo de poder.

Isto institui a ARU e a FRU em organizações “especiais”, unidas à “história do país” e a suas “máximas conquistas como nação”. Assim, elas são reconhecidas como genuínas portadoras do grupo social ao que representam ao mesmo tempo em que lhes é atribuído um amplo capital simbólico. Por isso, elas são localizadas numa dimensão do mundo corporativo à que outras organizações não poderão chegar. Esse capital das instituições pecuárias nem sempre facilitou suas alianças com outras organizações na procura de interesses comuns, pois os governos aparentam reconhecer seu capital apenas quando elas se mantêm nesse lugar especial, relativamente isoladas em relação ao resto dos grupos de interesse. Isto parece ser bem compreendido pela ARU que, não em vão, é a que tem mais capital desse tipo. De fato, essa instituição sempre ensaiou a negociação solitária e direta com o governo, sem entrar em enfrentamentos frontais. Já a FRU nem sempre respeitou esses critérios, sofrendo, muitas vezes, a desvalorização de seu capital.

Na análise destas menções, deparamo-nos com uma situação interessante com respeito ao mencionado no parágrafo anterior. As referências dos Ministros às duas organizações não se diferenciam em seu conteúdo, mas sim em sua reiteração. Encontramos que as referências à ARU permanecem constantes durante todo o período, enquanto que as menções à FRU aparecem apenas aproximadamente em meados do período (1994). Essa falta de referências pode decorrer de dois motivos: ora deixa-se de fazer referência à organização nos Discursos

do Ministro ou, diretamente, o Ministro não participa nesses anos. No fundo, os dois motivos têm o mesmo caráter e exprimem em grau diverso o afastamento da FRU das posições governamentais.

Isso nos proporciona um novo elemento empírico para sustentar a hipótese de que, à medida que se aproxima o fim do período analisado, por diferentes circunstâncias que resenhamos no capítulo anterior, começa a produzir-se um afastamento lento mas permanente da FRU com respeito ao governo e à ARU. Isso estaria indicando uma diferenciação no espaço social agrário entre os próprios criadores de gado, causada pelo processo de modernização conservadora e excludente que teve lugar na pecuária durante os últimos três lustros.

O segundo passo nesta análise é mostrar como o “Mito de País Pecuário”, construído e reconstruído pelas organizações pecuárias ao longo de mais de um século, está presente na visão que os governos posteriores à ditadura têm do setor e do desenvolvimento do país. Na Resenha 3, expomos as menções dos Ministros referidas ao setor que consideramos mais significativas do período. Como é possível observar, torna-se difícil distinguir se quem está falando é representante do Governo ou representante das Agremiações. Com efeito, o tom, os apelos e as referências ao setor e a seu papel na economia nacional parecem ser idênticos aos utilizados pelos presidentes das organizações.

### RESENHA 3

#### Referências ao setor agropecuário

- 
- *O país apresenta uma série de problemas estruturais que são consequência das políticas aplicadas ao setor durante longos anos; e a permanente transferência de recursos para outros setores da economia desestimulou o investimento produtivo, alentando as aplicações simplesmente especulativas. (85)*
  - *Em matéria de impostos, a política deve tender gradualmente para um imposto finalista que inclua a exoneração de pequenos produtores (85)*
  - *A importância e o significado do campo no Uruguai são tão grandes que, para um Ministério da Agricultura, é mister dizer que desse setor depende o progresso e, inevitavelmente, toda a atividade econômica do país. (86)*
  - *O que pensa o governo é consolidar nossa riqueza básica, renová-la, tecnificá-la, ocupar novamente nossos campos com gente, com idéias novas, com técnicas novas para sair desse letargo em que fomos submersos durante os últimos 20 anos, criando, desde o campo, a onda expansiva de uma reativação econômica... (86)*
  - *Nós queremos reafirmar então que olhamos para o campo como o setor em que as ações mais firmes do governo deverão ser tomadas. Para dar-lhe oportunidades de crescer, fazendo crescer o país, basicamente para aumentar a produtividade de cada metro de terra deste bendito solo nacional; essa é a forma de criar riqueza, compartilhando-a, redistribuindo-a, essa é a forma de impulsionar uma sociedade sem desequilíbrios internos, de transformar o cenário rural na sede de empresas modernas, tecnificadas, que ofereçam oportunidades crescentes para as gerações futuras... (86)*
  - *O setor agropecuário ou o setor agroindustrial ou o setor agroalimentário são os que têm mais possibilidades de crescer e desenvolver-se num modelo de política de mercado e de abertura da economia. (92)*
  - *Acredito profundamente neste setor agropecuário do Uruguai porque há força, há coração, há inteligência em nossa gente do campo. Toda nossa história do país se nutre de exemplos de superação de situações de dificuldade no setor agropecuário, sendo o próprio setor o que, junto com o Estado, tem ido encontrando os caminhos e as soluções. (94)*
  - *O setor agropecuário não tem esperado –nem deve fazê-lo– que as soluções cheguem desde fora; foi procurando-as, foi brigando por elas, às vezes enfrentando e às vezes acompanhando o Governo, mas essa é a forma sadia de construir, é a forma em que devemos construir este Uruguai que tanto queremos. (94)*
-

- *É preciso devolver ao campo pelo menos uma parte do que ele tem dado à sociedade nesta e em outras épocas. O campo deve ter a seu alcance tudo o que tem o resto da sociedade. A equidade o exige assim. (96)*
- *Se projetarmos o futuro, poderemos ver o setor percorrendo novamente a trilha do crescimento, que teve início após a abertura democrática mediante o estabelecimento de medidas apropriadas concretizadas através de verdadeiras políticas públicas. (98)*
- *Da mesma forma, gostaria de fazer saber ao país que a preocupação deste Ministério não repousa unicamente numa simples obtenção de dados econômicos positivos para o setor; nossa preocupação vai muito além, nosso destinatário final é o homem do campo. É através dele que o esforço produtivo, diário e sacrificado culmina por dar ao país dados econômicos positivos. (98)*

Como se lembrará, nestas menções parecem estar presentes todos os elementos do mito pecuário, como também seus principais componentes. Com efeito, nos discursos dos diferentes ministros, alude-se à terra como única fonte verdadeira de riqueza, ao papel prioritário do agro no desenvolvimento nacional, aos esforços sempre abnegados e “generosos” dos “produtores” rurais e aos elogios já referidos à ação das agremiações pecuárias.

Isso demonstra empiricamente que as representações do setor próprias dos criadores de gado se impuseram completamente nos fazedores das políticas direcionadas ao setor. Essa é a conquista de suas lutas simbólicas, o que assegurará em definitivo todas as outras conquistas materiais obtidas através das leis, corpos de normas e decretos que foram promulgados nesse período e que já foram numerados no capítulo anterior.

É nestas palavras proferidas pelos representantes do poder estatal que se vê plasmada com clareza a “imposição” simbólica dos criadores de gado, pois as formas de perceber ou de representar o mundo rural são idênticas às enunciadas pelos criadores de gado em seus discursos. É mediante estas evidências que se coloca de manifesto como é construída e desconstruída a realidade social, sempre ambígua, fragmentária e semanticamente indefinida. Quando as elites pecuárias conseguem, mediante os discursos de seus porta-vozes, impor aos governantes suas categorias de percepção do mundo –como mostram de forma eloquente as frases da resenha-, elas estão exercendo a dominação simbólica sobre o resto dos agentes do



campo social agrário e do campo de poder. Quando essa dominação é exercida, não resta mais que esperar as coincidências entre as medidas adotadas pelo governo e os interesses dos criadores de gado. A necessária coincidência entre esses dois elementos surge de que as referidas medidas são adotadas –de maneira não-consciente- do “ponto de vista” dos criadores de gado. O objetivo de produção e reprodução de um grupo social como dominante depende de poder levar adiante com sucesso esta operação simbólica perante seus adversários.

### **7.1.2. As Propostas Agrárias dos Partidos Políticos**

Nas seguintes resenhas comparativas (4, 5 e 6) são apresentadas as principais propostas eleitorais nas eleições gerais do país em 1984 e 1999. Para este levantamento foram considerados os três principais partidos políticos: Partido Colorado, Partido Nacional e Encontro Progressista-Frente Ampla.<sup>1</sup>

A comparação entre estas duas eleições mostra as permanências e mudanças nas propostas. Trata-se de expor com esta análise o que continua sendo afirmado e o que tem sido deixado de lado.

---

<sup>1</sup> Encontro Progressista-Frente Ampla foi a legenda utilizada em 1999; em 1984, a legenda era Frente Ampla, embora se utilizasse a legenda permanente Partido Democrata Cristão.

## RESENHA 4

### Propostas Programáticas para o Agro do Partido Colorado (1984-1999)

1984	1999
<p>As principais propostas para o setor agropecuário são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamização de serviços e indústrias ligados ao setor.</li> <li>• Racionalização e melhor uso dos recursos naturais baseados em reagrupamentos no nível regional e na posse da terra, evitando os latifúndios e os minifúndios, além da possível concentração de terras.</li> <li>• Em relação ao setor agropecuário e a outros setores:</li> </ul> <p>Quanto ao comércio exterior, propõe-se uma expansão através da reimplantação de estímulos tributários e da re-elaboração de uma apropriada política de reembolsos. Tudo isso junto com uma revisão da política tarifária a fim de evitar a proteção, ineficiências e excessos; obviamente, com o objetivo de atingir uma maior produtividade no setor.</p>	<p>Especificamente para o setor agropecuário, as medidas são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer uma rebaixa permanente em 50% das contribuições patronais ao BPS (Banco de Previdência Social)</li> <li>• Generalizar progressivamente a substituição de outros impostos pelo imposto à Renda Real –paga-se quando se ganha-, começando pelo Imeba (imposto aos combustíveis) e, preferentemente, o imposto aplicado à venda de leite.</li> </ul> <p>Ampliar a margem de devolução de impostos às exportações (o maior peso nas exportações é constituído pelos produtos tradicionais, ou seja, os agropecuários).</p>

## RESENHA 5

## Propostas programáticas para o Agro do Partido Nacional (1984-1999)

1984	1999
<p>É o mais extenso em termos de detalhes com respeito ao setor.</p>	<p>Especificamente para o setor agropecuário as medidas são:</p>
<p>Em linhas gerais, propõe uma reforma viável do setor rural mediante a promoção de um acondicionamento do território com uma racionalização do uso do solo e localização adequada de serviço de cada região. Isto baseado numa planificação regional que priorize, sobretudo, as regiões consideradas estratégicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os pequenos produtores ficarão exonerados deste imposto, ao estarem compreendidos nos mínimos não-imponíveis.</li> <li>• Ampliar a margem de devolução de impostos às exportações (o maior peso das exportações é constituído pelos produtos tradicionais, isto é, os agropecuários).</li> <li>• Rebaixa das contribuições ao BPS que gravam o trabalho nacional, priorizando os setores de produção e de serviços que se encontram em concorrência com o exterior.</li> <li>• Diminuição das tarifas públicas para os setores produtivos. Rebaixar as tarifas da energia elétrica de modo que o custo do KW seja menor quanto maior for o consumo, incluindo nesse benefício às micro, pequenas e medianas empresas rurais, industriais, comércio e de serviços.</li> </ul>
<p>Propõe-se a reforma agrária baseada nos seguintes princípios:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Propriedade da terra para quem tiver aptidão para trabalhá-la.</li> <li>• Evitar a concentração (latifúndio) e o excessivo fracionamento (minifúndio).</li> </ul>	
<p>Como finalidade:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redistribuição da terra.</li> <li>• Redistribuição da renda rural.</li> <li>• Impulso à poupança e ao investimento, ambos no meio.</li> </ul>	
<p>Quanto à Política Tributária:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impostos diretos que assegurem a produção e a redistribuição da renda.</li> </ul>	

## RESENHA 6

## Propostas programáticas para o Agro da Frente Ampla (1984-1999)

1984	1999
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impulso à pesquisa e assessoramento técnico para produtores.</li> <li>• Programa de estímulos para a formação de cooperativas, incluindo facilidades para instalação e funcionamento de agroindústrias.</li> <li>• Proibição de existência de sociedades anônimas em relação à propriedade e à exploração da terra.</li> <li>• Reforma agrária que assegure que a terra seja para quem a trabalha: isso de acordo com sua estabilidade econômica, bem-estar, dignidade e liberdade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informação e assistência técnica, comercialização, créditos aos produtores e trabalhadores rurais.</li> <li>• Para o setor agroindustrial: Políticas agrárias, de terras, capacitação, informação, assistência técnica e comercialização. Especificamente nos seguintes setores: carne, lã, laticínios, agrícola, arroz, mineiro.</li> <li>• Quanto à aposta ao desenvolvimento do setor produtivo, é imprescindível a aplicação de instrumentos econômicos, financeiros, fiscais, monetários, comerciais e de geração de conhecimentos adequados a fim de atingir o objetivo visado.</li> <li>• Reduzir transitoriamente a contribuição imobiliária rural de forma seletiva.</li> <li>• Diminuição de tarifas de serviços públicos para a produção agropecuária.</li> <li>• Reduzir as contribuições à seguridade social dos pequenos produtores.</li> <li>• Estas três últimas medidas são similares às apresentadas pelo Partido Colorado – Partido Nacional, mas colocam ênfase no último item referido aos pequenos produtores.</li> </ul>

A informação que surge destas resenhas comparativas ilustra as mudanças nas propostas apresentadas pelos partidos políticos, especificamente para o setor agrário, nos últimos três lustros que analisamos.

Em 1984, o eixo da questão agrária reside, de forma relevante, no problema da posse da terra e do tamanho das explorações, enquanto que em 1999, o problema central se localiza na carga tributária do setor e em diversas medidas sobre financiamento e comercialização. É interessante constatar que esse deslocamento se dá com diferentes nuances em todos os partidos. Embora possam ser constatadas diferenças entre eles em 1999, suas propostas evoluíram de maneira similar, deixando de definir o problema agrário do país como um problema de posse e concentração da terra, passando a defini-lo em termos de um “excesso” de carga tributária. Nesse contexto, é apresentado um conjunto de medidas para baixar a referida carga no setor em suas múltiplas facetas (impostos, tarifas, contribuições à seguridade social, etc.). De alguma forma, passa-se de uma ênfase produtivista para uma ênfase na rentabilidade das empresas agropecuárias. Implicitamente, pode-se afirmar então que é abandonada a idéia de que “é preciso fazer produzir a terra”, pela idéia de que “as empresas são o agente de desenvolvimento”. Isso implica, portanto, legitimar a terra como um recurso mais equiparado ao resto dos recursos de produção, o que contradiz os argumentos produtivistas conforme os quais a terra é um recurso especial não renovável. Isso o constitui, por sua vez, num patrimônio social que deve ser usado para o desenvolvimento do país e não como uma mera forma de enriquecimento pessoal.

Em linhas gerais, ao comparar a tendência das propostas nas eleições de 1984 com as de 1999, observamos que se passa de propostas sustentadas em algum tipo de reformas ou alteração da estrutura agrária para propostas mais concretas sobre medidas específicas para o setor ou para alguns sub-setores.

No caso do Partido Colorado, em 1984, suas propostas eleitorais previam uma racionalização do uso dos recursos naturais baseada em reagrupamentos no nível regional, o que supunha uma eventual modificação na posse da terra para evitar os latifúndios e os minifúndios. Em outras palavras, propunha-se uma política redistributiva com respeito aos recursos naturais (entre eles, a terra e a água) oposta aos interesses das elites pecuárias. Ainda que, já no governo, o partido Colorado não pudesse ou não quisesse implementar essa política, até último momento foi uma ameaça real para os criadores de gado a possibilidade de que o partido que assumisse a Presidência após a ditadura tivesse entre suas medidas uma eventual redistribuição da terra. Em termos objetivos, podemos corroborar que as ações empreendidas pelas agremiações durante o governo Sanguinetti foram elementos importantes

para desestimular a aplicação de medidas desse tipo. Embora isso nunca fosse expressamente “tematizado” na plataforma eleitoral do partido Colorado, é um claro indicador do baixo nível de poder simbólico detido pelos criadores de gado na saída da ditadura. Sua ação decidida nos primeiros anos de governo democrático conseguiu recuperar terreno e impedir a ameaça de aplicação deste tipo de medida. Portanto, o ponto de arranque dos criadores de gado em 1985 nos indica o nível de questionamento social de que eram objeto os grandes criadores de gado e a deslegitimação sofrida pela concentração de terra que possuíam.

O Partido Nacional, em 1984, tinha propostas ainda mais ameaçadoras para os grandes criadores de gado. Na saída da ditadura, o partido estava homogeneizado pelas correntes seguidoras de Wilson Ferreira, tenaz opositor à ditadura, cuja proposta eleitoral continha vários questionamentos à ordem vigente no meio rural. Propunha-se diretamente a realização de uma reforma agrária. Propor diretamente uma medida usando o termo “reforma agrária” tem uma carga simbólica especial, pois o mesmo tem ido adquirindo, no Uruguai, uma forte conotação anti-pecuária e anti-latifundista. No entanto, os objetivos desta reforma não eram tão radicais; visavam evitar a concentração excessiva (latifúndio) e o excessivo fracionamento (minifúndio), com o alvo explícito de gerar uma redistribuição da terra e da renda rural, impulsionando assim a poupança e o investimento no meio rural. A aparição desta postura dentro do Partido Nacional não é nova, pois sempre existiu uma fração, oposta ao herrerismo, que postulava mudanças nas estruturas agrárias e questionava os proprietários maiores. Porém, essas diferenças ficam, em muitos momentos da história, ocultas por trás da defesa fechada que ambas as frações farão do meio rural perante a dicotomia “campo - cidade”, implantada simbolicamente nas lutas contra o modelo industrial urbano do batllismo nas décadas de 50 e 60. Com a derrota do batllismo e o enfraquecimento de seu modelo em inícios dos anos 70, essa dicotomia simbólica dilui sua força aglutinante dentro do Partido, permitindo que aflorassem com maior vigor as divergências no Partido Nacional. Por isso, ao constituir-se como majoritária a posição wilsonista, mais centrista do que herrerismo e menos encostada nas classes dominantes e conservadoras do meio rural, são propostas estas medidas de reforma agrária. A ação das elites pecuárias após a ditadura teve como eixo reconquistar posições dentro de um Partido Nacional que, em virtude do radicalismo imposto pela liderança de Wilson Ferreira, tinha perdido grande parte de seu peso eleitoral. Com a morte do líder em 1988, o herrerismo consegue retomar a maioria dentro do partido, afiançando novamente seus vínculos com as elites pecuárias, o que levará a uma modificação substantiva das medidas propostas pelo partido para o agro nos anos vindouros. As novas medidas

contribuirão a que o problema da estrutura agrária fosse desaparecendo do nível simbólico, deixando de ser uma preocupação para os uruguaios.

Na Frente Ampla, a proposta sobre o agro foi, desde sua fundação (1971), a de uma reforma agrária de feição socialista, sugerindo uma expropriação de terras por parte do Estado como mecanismo de redistribuição, o que implicava um forte ataque à improdutividade das grandes fazendas pecuárias. Entretanto, em 1984, a proposta de 1971 sofre algumas alterações que tendem a “suavizar” as medidas. Essa mudança tem lugar, fundamentalmente, no nível simbólico, deixando-se de utilizar o termo “reforma agrária” –por causa do conteúdo já apontado-, substituindo-se pela *transformação da estrutura do setor*. Também é colocado em questão o problema da propriedade da terra, propondo duas medidas referidas a esse ponto: o apoio à propriedade cooperativa e a oposição às sociedades anônimas como forma de propriedade. Também se coloca ênfase na agroindustrialização do setor como saída para a estagnação e como forma velada de questionamento do poder dos grandes proprietários, os que estariam freando o avanço desses processos por suas formas tradicionais de exploração. O programa prevê estímulos concretos para a formação de cooperativas, incluindo facilidades para instalação e funcionamento de agroindústrias. Da mesma forma, contempla a proibição expressa de sociedades anônimas em relação com a propriedade e a exploração da terra. Por último, é sustentada a idéia de que a terra é para quem a trabalha, aludindo com isso diretamente, entre outras coisas, à apropriação da mesma por parte dos assalariados rurais.

Pode-se apreciar que esse conjunto de medidas torna a proposta da Frente Ampla para as eleições de 1985, em termos relativos, a mais radical das três. Isso abona objetivamente a visão “ameaçadora” que as elites pecuárias têm sobre este partido de esquerda, que também foi, efetivamente, um questionador histórico da legitimidade de sua propriedade e de sua riqueza. Mas, para além das intenções da Frente Ampla, o resultado eleitoral não lhe permitiu atingir as maiorias necessárias como para colocar alguma medida dessas em discussão e, menos ainda, como para permitir sua implementação. A ação das agremiações pecuárias nos primeiros anos da democracia foi a de atacar essas propostas, tentando isolar essas posições radicais, utilizando o argumento de que essas medidas atentavam contra os direitos estabelecidos na Constituição da República e de que, por isso, elas tinham um caráter antidemocrático e destabilizador. Destarte, essas medidas foram sendo paulatinamente deslegitimadas, o que foi levando a sua desaparecimento sistemática como possíveis soluções. Isso se traduziu na desautorização sofrida pelo referido partido durante alguns anos nos debates

sobre os problemas agrários, sendo desconhecido enquanto um interlocutor válido nesses assuntos. À medida em que o capital simbólico das agremiações foi aumentando, obter o reconhecimento dos criadores de gado seria cada vez mais importante na estratégia de crescimento da Frente Ampla. Desde inícios dos anos 90, esta força política começará paulatinamente a incorporar em suas medidas para o setor o ponto de vista destas organizações. Como é possível observar em 1999, as medidas já não fazem referência aos assuntos da propriedade da terra, mas colocam ênfase nos problemas fiscais, mantendo apenas como matriz própria e diferenciadora a aposta a privilegiar os “medianos e pequenos produtores”, categoria altamente difusa e difícil de operacionalizar para a implementação efetiva das medidas, que parecem, antes, de caráter universal. Essa forma de duplo discurso sobre as medidas para o agro reflete as disputas internas entre as posições radicais e centristas dentro da coalizão de esquerda, que deixam aberto o debate sobre as medidas que seriam aplicadas ao setor caso, efetivamente, fosse atingido o governo. Em que medida as mesmas seriam realmente diferenciadas de acordo com o tipo de produtor parece ser um tema que deverá ser resolvido no cenário de conflitos e alianças que emergiria com um governo da Frente Ampla. De qualquer forma, ainda nesse cenário, que seria o pior para os interesses de reprodução social das elites pecuárias, as agremiações teriam boa parte da batalha vencida enquanto conseguiram moldar em forma importante as possíveis medidas da esquerda a seus interesses mediante a imposição de uma visão do mundo rural que eles, majoritariamente, construíram para legitimar seus interesses e garantir a reprodução de sua posição social.

## **7.2. As Agremiações Pecuárias em face dos Assalariados Rurais e suas Organizações**

Para analisar as relações de poder no campo social agrário no Uruguai e determinar a posição que no mesmo ocupam atualmente os criadores de gado, não se pode deixar de fazer referência às lutas e conflitos entre as organizações pecuárias, os trabalhadores rurais e suas organizações.

Como vem sendo analisado no decorrer do presente trabalho, o poder dos criadores de gado tem consistido basicamente em conseguir manter o controle monopólico da terra durante mais de um século, dando legitimidade a esse privilégio e a seu usufruto mediante a naturalização de sua posição social apresentada como a mais adequada e conveniente para o



país. Da mesma forma, é preciso destacar que um elemento permanente e central de sua estratégia de reprodução simbólica de classe tem sido a “eliminação simbólica” das tensões e conflitos derivados das relações capital/trabalho. Numa primeira instância, no século XIX, ocasião em que é consolidado o campo de conflitos agrários, as agremiações pecuárias conseguem, a partir de diversos fatores, gerar as condições para estabelecer um sistema de dominação patrimonialista e caudilhista que levou à desativação da organização de trabalhadores. Alguns fatores que favoreceram esse fenômeno foram o cercamento dos campos, as próprias condições de trabalho impostas pela pecuária como, por exemplo, o isolamento dos trabalhadores, e o uso da força de trabalho como soldados das sucessivas guerras civis. De outro lado, já no século XX, as esparsas tentativas de sindicalização rural foram duramente reprimidas pelas agremiações com o apoio incondicional do Estado e dos governos da época.

No período histórico compreendido pela presente pesquisa existem novos impulsos de organização sindical rural no marco do processo de redemocratização do país. Com efeito, a abertura democrática determinou um forte aumento da participação cidadã em todos os âmbitos da sociedade. Só o fato do surgimento desse impulso sindical significará, para além das minguadas conquistas que ele pôde atingir, um importante questionamento no nível simbólico ao sistema de dominação pecuária, ao colocar no debate público as condições de vida e de trabalho dos peões rurais e seu direito à sindicalização. A irrupção deste debate coloca em questão a imagem do mundo rural construída tenazmente pelos criadores de gado: a de um mundo social isento de conflitos de classe, *“onde assalariado e patrão contribuem cada um com seu papel para um objetivo comum, atingindo, cada um deles, a legítima recompensa material que merecem pelo esforço realizado”*.

A contundente e rápida resposta das agremiações pecuárias às tentativas de organização de sindicatos rurais nos permitirá analisar empiricamente o poder deste grupo social para defender e manter como legítima sua visão de mundo rural. Os artefatos simbólicos utilizados nessa batalha procurarão *demonstrar* que essas tentativas gremiais são produto da iniciativa de agentes forâneos ao mundo rural que não podem “compreender” a “natureza” das relações de trabalho do meio rural.

A análise dessas situações de conflito ilustrará mais uma faceta do poder simbólico das organizações pecuárias na sociedade uruguaia contemporânea. Como já foi exposto, esse

poder mantém uma eficácia extraordinária na reprodução desse grupo, se considerarmos que seu poder fático e sua capacidade estrutural de pressão sobre o processo econômico têm experimentado um franco declínio nas últimas décadas.

Os principais acontecimentos a que aludimos têm lugar durante o ano 1985. Esse ano está marcado pelo restabelecimento pleno dos direitos sindicais e pela implementação da lei de negociação coletiva para determinar os aumentos de salário e os convênios coletivos por ramo de atividade. Esses estímulos legais geraram uma verdadeira explosão do movimento sindical uruguaio, que atingiu seus maiores níveis históricos de filiação e participação. Essa febril atividade gremial também esteve atravessada por um período de alta conflitividade de trabalho, após mais de uma década de repressão à atividade sindical. Nessas circunstâncias, a Central Única de Trabalhadores (PIT-CNT) e o Ministério do Trabalho se transformaram, durante o primeiro período de governo democrático, em figuras públicas de primeira categoria, exercendo uma ampla incidência na formação da opinião pública.

Esse estado de ânimo coletivo em favor da participação social e da sindicalização dos trabalhadores terminou influenciando também a sociedade rural. A força e respeitabilidade pública atingidas pelo movimento sindical que solicitava a extensão dos direitos sindicais para todos os trabalhadores do país –e não só para os da capital-, começaram, primeiro, levando a organização sindical para as cidades do interior do país para, posteriormente, começar a denunciar com maior vigor a falta de direitos dos trabalhadores rurais e sua marginalização dos conselhos de salários (instância para-estatal de negociação coletiva entre trabalhadores e empresários de cada ramo de atividade).

Como afirma González Sierra (1994), a exclusão social e a marginalização dos assalariados rurais não são conjunturais, mas sim históricas. Com efeito, se revisarmos o direito trabalhista rural, é possível assinalar alguns pontos centrais que mostram o atraso histórico dos direitos sindicais no meio rural. Isso nos permite contextualizar os debates atuais sobre o assunto. Segundo Barbagelata (1982), o fato de se tratar um assalariado rural enquanto uma pessoa rural e não como um trabalhador, usando, aliás, habitualmente a expressão “Direito Rural” quando são tratados assuntos referidos ao Direito Trabalhista Agrário mostra a raiz da discriminação à que são submetidos os trabalhadores rurais no país. Conforme o jurista, essas “confusões” terminológicas decorrem do fato de que os assalariados rurais *“aparecem no direito, na maioria dos casos, em função de sua relação com a*

*propriedade agrária e não enquanto verdadeiros sujeitos de direito*". Essa situação de exclusão jurídica de seus direitos trabalhistas é produto da pronta ação das agremiações pecuárias, que colocam seus assalariados sob sua "tutela" com a conivência do Estado. Foi apenas em 1923 que o trabalhador rural foi contemplado pelo direito, legislando-se, em relação a ele, com critério de proteção, ao ser sancionada uma lei de salário mínimo para os trabalhadores rurais.

*"Nessa lei foram fixadas categorias de ocupação e salários para cada uma delas, como também a obrigatoriedade dos empresários de proporcionar habitação higiênica e alimentação suficiente ou, em sua falta, uma quantia de dinheiro adicional."* (Barbagelata, 1982: 67).

Embora essa quantia fosse muito baixa, o significativo dessa lei é que ela rompeu com a intenção dos criadores de gado de que não se legislasse sobre o trabalho rural. A lei provocou fortes resistências nos criadores de gado, demonstrando que se tão difícil era aprovar uma norma "modesta e limitada", mais difícil ainda seria aplicá-la efetivamente. Como exemplo disso, veja-se que, na atualidade, 90% dos estabelecimentos rurais não cumpre com nenhuma das regulamentações trabalhistas em vigor, como é assinalado por um estudo recente do Ministério do Trabalho e Seguridade Social na matéria. Mas essa tendência a estender os direitos dos trabalhadores urbanos para os rurais

*"se reverteu em 1946, com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, que discriminava o trabalhador rural perante os direitos outorgados ao resto dos trabalhadores, recontando seus direitos sobre acidentes de trabalho, férias, horas extra. Esse estatuto, não realidade, não foi mais longe do que a lei de salários mínimos de 1923 nem obteve maior sucesso do que o atingido pela mesma, à margem de um maior desenvolvimento do corpo de artigos e da consideração, não muito feliz, de algum outro assunto, como, por exemplo, a vocação anual e a demissão. A maior inovação que se pretendia introduzir —o assentamento da família do trabalhador no estabelecimento— não passou de uma aspiração"* (Barbagelata, 1982: 81).

Essa legislação trabalhista teve ainda outro retrocesso durante a ditadura militar, quando, em 1978, foi aprovado um novo Estatuto do Trabalhador Rural que consagrou disposições sobre demissão que impunham a "brutalidade", no dizer de Barbagelata, instaurando um sistema de despejos e expulsões dos trabalhadores demitidos de feição policial. Essa normativa exclui expressamente esses trabalhadores do direito às 8 horas e à negociação coletiva para seus salários. O argumento utilizados pelos criadores de gado para a não-aceitação das 8 horas para os trabalhadores foi que "os seres vivos atendidos pelos peões não têm horário" (e nem os doentes, os idosos, as crianças e os presos). Nesta alteração do

Estatuto do Trabalhador Rural teve uma participação muito relevante a Federação Rural (González Sierra, 1994: 31-35).

Essa falta de direitos trabalhistas teve suas conseqüências no âmbito econômico, no que se pode observar objetivamente a relação entre salários e produtividade no setor. A evolução do salário real desses trabalhadores tem experimentado um franco declínio nas últimas décadas, enquanto sua produtividade registrou um aumento constante (Buxedas, 1988). Essa evolução dos custos da mão-de-obra tem sido um dos fatores dominantes que permitiu às empresas pecuárias reproduzir-se sem aumentar sua tecnificação substancialmente, num contexto econômico adverso a esse tipo de produções extensivas de produtos primários.

É nessa longa trajetória de discriminação que se inscrevem os conflitos ocorridos durante a segunda metade da década dos oitenta e as posições que assumiram os diferentes agentes dos mesmos. Perante a prédica dos dirigentes gremiais e o apoio de alguns partidos de esquerda, em 1985 começam a formar-se alguns pequenos núcleos de sindicalização rural em alguns departamentos de maior concentração de assalariados (Artigas, Canelones, Tacuarembó, Salto, São José).

Como uma forma de manifestação de sua sensibilização perante essas ações e propostas dos dirigentes sindicais, o Ministro do Trabalho e da Seguridade Social, numa entrevista concedida ao jornal de maior tiragem do país, expõe seu ponto de vista sobre os trabalhadores rurais e apresenta as principais ações que, em relação a eles, pensa adotar sua Secretaria de Estado no período de governo. Na referida matéria, publicada em junho de 1985 no jornal *El País*, ele afirma que

*“embora as condições objetivas nas quais trabalham (os assalariados rurais) mereceriam uma alta conflitividade, eles não podem efetivá-la porque, de fato, não exercem seu direito de greve devido à relação de dependência que têm com seus patrões”.*

Isso levou, conforme o Ministro, a que os trabalhadores se vissem obrigados a aceitar essas condições de trabalho ou, em caso contrário, emigrar para as cidades. Assinala a seguir que

*“as condições de trabalho desse setor de trabalhadores são muito piores do que as dos trabalhadores urbanos porque os direitos são diferentes e também porque, em geral, eles não conhecem seus direitos e os empresários,*

*por sua vez, desconhecem-nos sistematicamente, pois os trabalhadores não têm como fazê-los respeitar por não contarem com nenhuma instituição que os ampare efetivamente.”*

Mas adiante, afirma que há lugares nos que se trabalha só por comida, configurando-se assim uma situação feudal; e que negar o assentamento da família do trabalhador no campo não faz mais do que condenar esse setor social à *“exploração, à miséria ou à emigração”*. O Ministro encerra a reportagem dizendo que não pode acreditar que *“o agro não ofereça (possibilidades econômicas) como para que o trabalhador case, tenha família e viva correta e dignamente...”*. Existem razões objetivas, acrescenta, para *“que o trabalhador rural não possa se tornar um trabalhador moderno, acedendo a fontes de trabalho estáveis, bem remuneradas e amparadas pela lei”*. Já quase no final da entrevista, o Ministro se introduz também no problema da posse da terra, afirmando:

*“se estivéssemos interessados em repartir a terra para todos, os uruguaios somos muito poucos e os uruguaios que ficam no campo são menos; por isso, não existe nenhuma razão objetiva pela que não tenham possibilidade de aceder a um pedaço de terra para trabalhar.”*

O teor e a crueza dessas declarações públicas indicam por si mesmos o grau de confronto que suscitará esse assunto. Além disso, o fato desses argumentos serem enunciados por um representante do governo de tão alta hierarquia constitui um forte ataque ao *status quo* rural e uma interpelação direta ao seu grupo dominante e a suas organizações. As declarações do Ministro sobre o problema dos assalariados rurais terminam trazendo a discussão um tema ainda mais irritante para as agremiações pecuárias como é o assunto referido ao monopólio exercido pelos criadores de gado sobre os recursos naturais, mostrando como a questão da propriedade da terra está ligado ao problema dos assalariados rurais.

Estas considerações colocam na berlinda a legitimidade dos interesses dos criadores de gado e, portanto, seu poder simbólico. Isso provoca um forte e sórdido enfrentamento com a FRU e com a ARU, as que não tardarão em responder, acusando o Ministro de querer levar o Marxismo ao campo e de ter posturas *“antipatrióticas”*.

Esta problemática nos remete novamente ao antigo confronto entre o batllismo tradicional e as agremiações pecuárias. O Ministro, com as referidas declarações, filia-se claramente à filosofia reformista dos primeiros anos do século e do segundo período batllista na década de 50. De fato, nesse momento, suas considerações se aproximavam mais das

propostas dos partidos de esquerda e do movimento sindical do que das posições do governo. Ao aprofundar sobre as causas desse ataque aos criadores de gado por parte de um Ministro tão conotado, num meio tão significativo como o jornal *El País* –historicamente ligado, aliás, aos interesses pecuários-, vemos que esse é um claro indicador da deterioração sofrida nesses anos pelas agremiações pecuárias e pelos criadores de gado enquanto classe social. De alguma forma, essas declarações mostram a fragilidade relativa dos criadores de gado perante outros grupos sociais do país nos anos que se seguiram à saída da Ditadura –à que destacados representantes dos criadores de gado estiveram vinculados-. Porém, com o decorrer dos anos vemos como eles conseguem, através de uma ampla atuação no campo simbólico, reconstruir seu lugar de poder, deixando rapidamente de lado as fragilidades dos primeiros anos de Democracia.

A resposta da Federação Rural às declarações do Ministro foi relativamente discreta. Essa estratégia de não entrar em polêmicas públicas sobre assuntos tão “sensíveis” é muito utilizada pelos criadores de gado, o que contrasta abertamente com seu estilo de ação. Este, pelo contrário, supõe um amplo desenrolar de declarações com uma grande cobertura da mídia e múltiplas reuniões no mais alto nível de governo, acompanhadas por *lobbys* mais discretos com líderes políticos mais sintonizados com suas posições. Como forma de restar transcendência às declarações e possíveis ações do Ministro, a resposta é veiculada através da revista bimensal da Federação Rural, que tem uma escassa circulação pública. Na mesma, afirma-se que o Ministro realizou “*afirmações temerárias e de uma ligeireza incompreensível, que constituem uma ofensa gratuita para o setor*”. Propõem, a seguir, uma estratégia de defesa reconhecendo que podem existir casos isolados de não cumprimento das normas trabalhistas, mas que isso não autoriza a envolver o setor, que, tradicionalmente, é respeitoso da legislação trabalhista vigente. De outro lado, eles assinalam no comunicado “*que a Federação Rural, em defesa dos trabalhadores, perante os casos de possíveis violações à lei, encomenda o assunto ao Ministério do Trabalho e à justiça trabalhista*”. Destarte, os agentes pecuários se atribuem a representação dos trabalhadores, concorrendo novamente, em finais do século XX, de forma um tanto quanto absurda, com os sindicatos pela representação dos assalariados. Mas essa suposta representação que exerceriam as organizações patronais com respeito a seus trabalhadores está baseada no conceito de que

*“as diferenças nas relações de trabalho não residem na natureza do direito, na ignorância do mesmo ou na impossibilidade de fazê-lo valer, mas no fato de compartilhar a vida nos estabelecimentos com os empresários, o que*

*estabelece uma relação de familiaridade, confiança e amizade” (El País, 25/07/85).*

O problema que ainda falta por explicar às agremiações pecuárias é o de por que, se existe esse clima de fraternidade entre o trabalhador e o empresário, este último não melhora a qualidade de vida de seus assalariados. A resposta a este assunto é dada pelo velho confronto campo – cidade. Os criadores de gado argumentam que não foi possível ainda aceder às comodidades da cidade porque os impostos que o produtor paga não são investidos em gerar essas melhoras para a vida do meio rural, mas são aplicados na cidade. Essa transferência de recursos é a culpada de que os empresários não possam dar melhores condições de vida a seus trabalhadores e de que, em muitos casos, não possam cumprir com os montantes salariais em vigor. Esse argumento, como se lembrará, é utilizado pelas agremiações em meados do século XIX para justificar sua passividade em face das extremas desigualdades registradas na sociedade rural uruguaia. Essa visão autocomplacente e auto-indulgente das agremiações leva a que, com efeito, elas se ocupem esporadicamente do assunto, fazendo menção em seus congressos aos problemas sociais da campanha, incluindo as condições de vida dos trabalhadores, como um assunto que deve ser atendido pelo Estado e não pelos empresários. De fato, no levantamento de seus discursos que realizamos, registramos 12% de menções sobre esses assuntos, concentradas majoritariamente nos primeiros anos do período, o que responderia, em parte, às pressões sofridas pelos referidos agentes nessa época. Não devemos esquecer que, no que se refere à questão social, as estratégias das agremiações nas lutas simbólicas passam, em boa medida, por sua flexibilidade discursiva. Isso lhes permite atingir graus de ambigüidade tamanhos como para que, caso uma força adversa vier a impor uma medida oposta a seus interesses, possam optar por aceitar a medida em questão e fazê-la sua, incorporando-a a seu discurso antes de sua aprovação formal como maneira de que a mesma não apareça como algo que lhes foi imposto externamente e contra sua vontade, preservando, assim, seu capital simbólico no campo social agrário. Essa estratégia parte do pressuposto acertado de que, em termos simbólicos, é mais conveniente prevenir, evitando que as melhoras sociais ou trabalhistas para o meio rural sejam impostas desde fora ou que as mesmas sejam capitalizadas por outros atores do campo. Outro claro exemplo dessa estratégia discursiva de extrema flexibilidade e ambigüidade para não perder capital simbólico no campo agrário perante outras forças é o constituído pela resposta dada ao Ministro com respeito a suas declarações em torno de possíveis formas de redistribuição da terra: “não nos opomos a novas e imaginativas formas de exploração e de acesso à terra, mas sempre

*atreladas ao conceito irrenunciável de propriedade privada, como é estabelecido pela Constituição da República” (El País, 25/07/85).*

Nessas circunstâncias e como resposta à reação das agremiações pecuárias, o Ministro não fica no nível das declarações e convoca, alguns meses depois, para uma jornada destinada a discutir o Estatuto do Peão Rural. O assunto que subjaz a essa reunião, marcada para novembro de 1985, é a reinstalação dos Conselhos de Salários para os outros ramos de atividade, como também o interesse manifesto do Ministro de procurar criar algum espaço de negociação coletiva no setor rural. No intuito de comprometer nessa iniciativa às agremiações pecuárias –e ciente da oposição consuetudinária das mesmas perante esse tipo de iniciativa-, o Ministro opta por utilizar uma estratégia de convocação pública para essa reunião a fim de garantir a presença das referidas organizações. Como já foi dito, o objetivo específico dessa reunião é o de discutir o Estatuto do Peão Rural, realizando-se, como concessão simbólica aos criadores de gado, numa cidade do interior do país (Fray Bentos) e não em Montevideu, onde, tradicionalmente são realizadas as reuniões desse tipo.

Como parte dessa iniciativa -politicamente muito audaz se levarmos em conta a sensibilidade conservadora das organizações- foram convidados à reunião delegados da Central de Trabalhadores (PIT-CNT), no seio da qual estava sendo conformada a Federação Nacional de Trabalhadores Rurais (FENARU). Essa organização agrupava uma dezena de pequenos sindicatos de trabalhadores rurais dispersos nas regiões de maior uso intensivo do solo e com muita pouca incidência ns regiões pecuárias. Estas ações gremiais tinham sido questionadas pelas agremiações pecuárias, que logo se anteciparam em oferecer-se como “*porta-vozes dos verdadeiros trabalhadores rurais do país*”. Por isso, essa convocação outorgava uma legitimação à incipiente agrupação sindical com a qual ainda, de fato, não se contava.

Num contexto de forte mobilização sindical urbana, numa convocação em que deveriam dialogar os trabalhadores e os criadores de gado, o perigo de que fosse criada uma oportunidade real para a organização dos trabalhadores rurais era percebida como muito possível, sobretudo quando era reconhecido à central operária e a sua Federação de Trabalhadores Rurais o direito de “falar” pelos trabalhadores rurais perante os “patrões”. Em face desse eminente perigo de alteração do *status quo* de mais de um século nas relações capital – trabalho no meio rural, e perante o risco de que esse fosse o começo de uma



destruição da reprodução das condições de existência do setor, as agremiações pecuárias assumem uma posição de força: desconhecem a convocação. Com efeito, elas não comparecem à reunião, em nenhum momento se dão por notificadas da mesma e nunca direcionam aviso de sua decisão de não participar. Não encontramos menção à referida reunião em nenhum de seus discursos, publicações ou documentos oficiais. Essa operação de fazer desaparecer simbolicamente a reunião ou de “negar” sua existência ao eliminá-la do campo simbólico coloca os criadores de gado num enfrentamento com o Ministro e suas ações dirigidas a convocar a central operária para discutir as relações capital – trabalho no meio rural. É que as agremiações pecuárias, com um profundo “sentido do jogo”, sabiam que a mera aceitação do convite a uma reunião com esses participantes, poderia significar, no longo prazo, um dilaceramento da visão do “mundo rural” elaborada por eles em estreita sintonia com seus interesses estratégicos e impostos ao resto da sociedade por mais de um século mediante um longo e minucioso trabalho no nível simbólico.

Finalmente, a reunião é realizada sem a presença das agremiações pecuárias, com uma repercussão muito baixa devido a mais de um motivo. O primeiro deles é o questionamento que, quanto a sua legitimidade, colocarão vários agentes sociais pela falta de delegados das agremiações pecuárias. A outra razão, mais conjuntural, pode estar relacionada com a data e o lugar nos que o referido evento foi realizado. De fato, o mesmo coincidiu com o final do ano e o início do recesso de verão, o que lhe restou tratamento por parte da imprensa, ao que veio se somar também a falta de visibilidade decorrente do fato de ter sido realizado fora de Montevidéu.

De outro lado, o aumento da conflitividade sindical leva a que comecem a ser cada vez mais fortes e recorrentes os confrontos entre o Ministro do Trabalho e a Central de Trabalhadores. Isso determinou que a questão rural, na qual poderia pensar-se em avançar juntos, fosse ficando paulatinamente de lado. Esse afastamento entre o Ministro e a Central de Trabalhadores facilitou os efeitos das pressões dos criadores de gado para conseguir que o Ministro desistisse de promover mudanças na legislação trabalhista rural.

Esses elementos em seu conjunto levaram a que, de fato, a iniciativa do Ministro e os possíveis resultados da reunião ficassem efetivamente no esquecimento coletivo, mostrando mais uma vez o eficaz poder de veto das agremiações pecuárias nesses assuntos. De fato, durante o resto do período de governo essas questões não voltam a ser mencionadas nem é

tomada nenhuma medida em relação a elas por parte do Ministério do Trabalho ou de outra esfera governamental qualquer. Destarte, os criadores de gado conseguem, literalmente, frear a possibilidade de introduzir mudanças na legislação trabalhista rural e deter a incipiente sindicalização dos assalariados rurais. Não contando com interlocutores e nem com possibilidades de implementar ações efetivas, os sindicatos de trabalhadores rurais irão desaparecendo e, ao chegar a década de 90, suas ações serão praticamente inexistentes.

Após a euforia da retomada democrática, a participação cidadã começará a diminuir e com ela também diminuirão as pressões sociais e políticas sobre a questão social no meio rural. Nesse contexto, os problemas de legislação trabalhista irão ficando cada vez mais protelados na agenda política do país. Só em 1990 reaparecerá fugazmente o tema dos assalariados rurais em ocasião da realização do Congresso Anual da Federação Rural na cidade de São José. O tema foi introduzido pelo novo Presidente da República, Luis Alberto Lacalle, da fração herrerista do Partido Nacional. Ele, enquanto produtor pecuário, no habitual discurso de encerramento do referido congresso, afirma que:

*“O despovoamento da campanha é motivado pelas violações dos produtores rurais que não cumprem com as disposições legais” e adverte que “o peão rural tem o direito –não por obrigação legal, mas por humanidade e espírito cristão- a usufruir do conforto da vida moderna junto com sua família, o que, freqüentemente, não acontece devido ao egoísmo de muitos produtores rurais.”*

Com respeito à medida tomada por seu governo de aumentar o salário conferido aos peões rurais, afirma:

*“Os salários mínimos do peão rural foram aumentados 50% porque eu ficava envergonhado de que se pagasse aquela esmola e (...) de que fossem realizadas inspeções para controlar quem se atreve a chamar-se de produtor rural e não paga os mínimos legais”.*

Esse discurso do Presidente da República, em primeiro lugar, não faz mais do que confirmar as acusações realizadas cinco anos antes pelo Ministro do Trabalho sobre as condições de vida e de trabalho dos assalariados rurais. No entanto, a forma em que isso é dito como também quem o diz não representa uma ameaça efetiva para a estratégia de reprodução dos criadores de gado; por isso, as agremiações pecuárias se limitarão a receber o dito, mas não desenvolverão nenhuma estratégia discursiva em sua defesa. Na realidade, embora o tom ameaçador e enérgico das declarações do presidente e as medidas tomadas de aumento de salário e quanto a realizar inspeções de trabalho no setor implicassem uma maior ação ao respeito do que tudo o promovido pelo Ministro do Trabalho do governo anterior, as

aspirações e medidas impulsionadas por este governo apenas visam que a lei seja cumprida, sem envolver os sindicatos de trabalhadores, o que, de fato, não representa nenhuma ameaça ao *status quo*. Já a aspiração do anterior Ministro, assinalando os mesmos fatos, era de uma vocação de feição claramente reformista, o que atentava contra a ordem social estabelecida no meio rural, merecendo, por isso, uma resposta de acordo com as circunstâncias por parte das agremiações pecuárias em seu conjunto.

A causa de que um presidente herrerista de notória afinidade ideológica com as entidades pecuárias realizasse em público essas acusações está ligada, na nossa opinião, a dois aspectos: um vinculado à atitude das agremiações pecuárias em relação ao governo e outro de caráter político-eleitoral. A primeira razão está relacionada com a necessidade do governo de impor limites à crescente pressão das agremiações, as que, sabendo da permeabilidade deste novo governo com respeito a suas demandas, começavam a arremeter contra o mesmo com um verdadeiro aluvião de críticas a fim de “*apressar*” –segundo as próprias palavras do Presidente da FRU- “*as medidas que o governo deveria tomar para salvar o setor*”. Esse decreto de aumento salarial para os trabalhadores rurais foi uma tentativa de advertência às agremiações de que o governo poderia tomar medidas contrárias a seus interesses caso eles não atenuassem suas reclamações.

O aspecto de caráter político-eleitoral, o mais importante para explicar a referida medida, está ligado ao triunfo nas eleições do Partido Nacional, que foi obtido graças a um caudal de votos provindo das regiões rurais e do interior do país. Nessas regiões, o partido Nacional tinha se comprometido a procurar formas para melhorar a renda dos trabalhadores habitantes das mesmas. Por isso, é possível pensar que as reclamações realizadas aos criadores de gado no Congresso com respeito às condições de vida dos trabalhadores e o posterior decreto de aumento de salário fizessem parte dos compromissos eleitorais para fortalecer suas bases eleitorais nas regiões rurais e suburbanas do país que conformam um caudal eleitoral importante para o partido.

Todavia, o caráter quase filantrópico com que essa medida foi argüida – e levando em conta que, na realidade, os salários mínimos eram tão baixos que, efetivamente, os mesmos já eram pagos por em cima do estabelecido pela lei- fez com que as agremiações não desenvolvessem ação contra a medida e com que os criadores de gado a integrassem sem maiores problemas. De outro lado, deve-se considerar que com os salários marcados pela lei

já era dificultoso conseguir um trabalhador para o estabelecimento que fosse medianamente eficiente. Portanto, o assunto se esgota no referido aumento, simbólico mais que nada, que permite cumprir com seus compromissos políticos ao Presidente sem colocar em risco a rentabilidade das empresas, contribuindo indiretamente a afastar o perigo de organização dos trabalhadores rurais e as pressões externas ao setor sobre essas questões.

Conseqüentemente, em todos anos abrangidos por esta pesquisa, não se produzirão mudanças importantes nas questões de fundo vinculadas à legislação trabalhista e aos direitos dos trabalhadores. Essas demandas, resumidas na plataforma reivindicativa da FENARU, continuam, na sua maioria, sem serem atingidas. A lei de 8 horas não vigora nos estabelecimentos pecuários, o direito à sindicalização é sistematicamente violado em cada lugar onde se tenta formar um sindicato, os salários continuam sendo fixados pelo Poder Executivo sem consulta dos trabalhadores e o cumprimento cabal das disposições legais que protegem o trabalhador e sua família parecem ser antes um privilégio de uns poucos trabalhadores do que constituir a lei geral do setor.

A única reivindicação atingida foi a incorporação do Seguro de Desemprego para os trabalhadores rurais. Após ser demandado durante 16 anos pelos sindicatos e partidos de esquerda, o mesmo é obtido a raiz da aguda crise do Setor decorrente da febre Aftosa no ano 2001. Nesse momento, perante a paralisação forçada do setor, decretada pelas autoridades sanitárias, são outorgados múltiplos subsídios aos produtores, sendo exonerados, aliás, do pagamento de todos os impostos. Isso provocou uma reação muito forte da Central de Trabalhadores devido ao esquecimento que essas medidas implicavam em relação aos trabalhadores rurais que, conforme seus argumentos, seria o grupo mais prejudicado pela referida interrupção de atividades. A pertinência destas colocações e o apoio que imediatamente conseguiram dos partidos de esquerda e dos progressistas dos partidos tradicionais mais ligados ao setor<sup>2</sup> levaram a que, finalmente, após uma longa discussão acerca de como seria financiada essa medida, fosse aprovado estender o referido direito aos trabalhadores rurais (esse direito rege para os trabalhadores urbanos desde a década de 50).

Embora a medida seja parcialmente restritiva –pois exige dos trabalhadores rurais muitos mais jornais anuais de trabalho para poder aceder ao benefício do seguro do que os

---

<sup>2</sup> Resulta oportuno assinalar que a maior oposição em relação a estender o seguro de desemprego para os trabalhadores rurais proveio da fração herrerista do Partido Nacional, liderada pelo presidente Lacalle.

requeridos dos trabalhadores urbanos (250 diárias contra 150)-, ela significa uma conquista simbólica muito relevante que implica um reconhecimento do trabalhador rural como sujeito de direito independente e um avanço para reverter a série demasiado estendida de exclusão e marginalização à que é submetido esse grupo social. Assim foi entendido pelas agremiações pecuárias, que, ainda que no começo se mostrassem céticas quanto à nova norma, à medida em que avançavam as negociações sobre a lei, como também no momento de sua aprovação, mantiveram cauteloso silêncio, incomum em sua forma de atuar com respeito a uma disposição que faz referência expressa a seu setor.

Neste momento podemos concluir então que as agremiações pecuárias atingem, não sem sobressaltos, seu objetivo imediato no início do período analisado, isto é, frear o avanço da legislação trabalhista e da organização sindical no campo e manter inalteradas as relações capital – trabalho no setor. Isso contribuirá para sua reprodução como setor social, ao reproduzir seu espaço de dominação no campo social agrário (sociedade rural) com uma demonstração de força dentro do próprio campo de poder, exprimida mediante o não veto às ações do governo sobre seu setor.

No segundo período, com um governo sintonizado ideologicamente com seus interesses, sem a ameaça da organização dos trabalhadores, com uma participação cidadã retirada, as referidas organizações mostraram seu acordo tácito com algumas medidas que beneficiavam os trabalhadores. Essas medidas tinham um caráter mormente condescendente, que afirmou ainda mais a legitimidade das mesmas e seu poder no campo social agrário.

Já quase no final do período e nos primórdios de uma nova reestruturação de poder, a situação das agremiações se torna mais ambígua, começando a constatar-se uma separação entre as posturas da ARU e da FRU. De fato, suas últimas ações estariam indicando que ambas as instituições se encontram prestes a definir sua posição no cenário emergente em função da ostensiva crise do modelo econômico monetarista. Sua definição ao respeito afetará, sem dúvida, a postura sobre os assuntos que vimos nesta seção e variará ao observar-se um possível realinhamento de algumas frações do setor dominantes do meio rural.

### 7.3. O Novo Cenário Regional: Os Criadores de Gado e o Mercosul

Na presente seção tentaremos mostrar como as organizações pecuárias se apropriam rapidamente do assunto relativo ao Mercosul e, nesse novo cenário, procuram contribuir para a determinação dos problemas nacionais, reforçando seu poder e garantindo que a integração não prejudique sua reprodução enquanto classe.

A Integração Regional encontra uma pronta resposta por parte das elites pecuárias, não apenas de nosso país, como também do Mercosul inteiro. Em 1985, antecipando-se a todos os tratados regionais, é criada uma agrupação entre as agremiações dos grandes produtores dos quatro países do cone sul que conformariam mais tarde o Mercosul com a finalidade de coordenar suas ações no nível regional. Essa atitude de vanguarda perante a questão oferece uma amostra do profundo “sentido do jogo” dessas organizações. Isso lhes permite virtualmente adiantar-se aos acontecimentos e ter, por conseguinte, uma capacidade de antecipar a resposta às decisões de seus próprios governos. Isso contrastará com o atraso na resposta a esses acontecimentos dos setores subalternos do agro.

Os efeitos da integração e da globalização no setor agroalimentário serão diferentes em cada estrutura agrária nacional. Em algumas das sociedades rurais haverá atores sociais que aproveitarão as oportunidades da integração ou da globalização para melhorar sua situação na estrutura de poder da sociedade, enquanto outros não poderão controlar as novas regras de jogo e perderão poder. Também haverá outros atores que não terão sua situação modificada em face desse novo cenário, mantendo seus antigos privilégios sociais e usando a nova situação para relegitimar os mesmos.

A partir de 1989, com a firma do Tratado de Complementação Econômica entre a Argentina e o Brasil, inicia-se um processo de integração no Cone Sul que terminará sua cristalização com a firma do tratado de Assunção em 1991, no que a Argentina, o Paraguai, o Brasil e o Uruguai acordam a criação do Mercado Comum do Sul. Essa contingência histórica alterará de forma muito significativa o mapa político e econômico da região.

O processo de regionalização, que se combina com o de globalização, acarreta importantes efeitos econômicos, sociais e políticos. As análises realizadas desses processos

colocaram ênfase em seus aspectos econômicos e comerciais, descuidando os efeitos sociais e políticos. Nossa perspectiva centrará sua atenção na dimensão da ação coletiva através do estudo das respostas dos agentes sociais agrários perante a emergência do Mercosul. Assim, o objetivo desta seção é mostrar como os criadores de gado, mediante a conformação de um novo ator regional, tentam impor sua visão do processo em face deste novo contexto de integração. Procuraremos abordar esta problemática num sentido amplo e analítico com vistas a estabelecer um modelo que nos permita compreender as lógicas que subjazem à ação dos atores agrários que os criadores de gado enfrentam, como também mostrar como as mesmas se exprimem através de diferentes estratégias integracionistas que, mediante processos de negociação e conflito, contribuem para a construção coletiva do Mercosul.

Para analisar a ação dos criadores de gado e dos outros agentes rurais no novo espaço regional e de um ponto de vista sociológico, partimos do pressuposto de que o Mercosul instaurou um novo cenário de lutas e conflitos em que novos atores –criados a partir de alianças entre os já existentes no âmbito nacional- começam a disputar entre eles a determinação das políticas, normas e regulamentações que estão moldando as novas regras de jogo na região. Um enfoque desse tipo considera que os acordos e formas institucionais criados e a serem construídos no Mercosul constituem a objetivação das práticas e das ações coletivas enquadradas em determinadas relações de força.

Por isso, analisaremos a integração regional como uma construção social sustentada em ações coletivas, centradas no poder simbólico detido por essas organizações no nível nacional. Para analisar a participação dos atores sociais no Mercosul devemos então, em primeiro lugar, apresentar brevemente o contexto político no que a construção do Mercosul está sendo processada. Em segundo lugar, descrever muito sucintamente as estratégias integracionistas em jogo atualmente a fim de localizar e valorar com exatidão o sentido das ações das organizações rurais no processo de integração. Em terceiro lugar, descrever as novas organizações agrárias regionais, analisando o tipo de estratégia que cada uma impulsiona com suas ações. Por último, avaliar a capacidade e o poder de cada uma delas na construção do Mercosul rural.

### 7.3.1. O Déficit Institucional do Mercosul

As importantes transformações ocorridas a partir da década de 80 levam a severas alterações nas relações Estado – Sociedade Civil que, por sua vez, conduzem à ruptura da matriz “estadocêntrica”. Isso dá lugar, em finais dos anos 90, ao que alguns autores conceituam como sociedades “desestatalizadas”. Com efeito, nas sociedades do Mercosul, em que a primazia do mercado como regulador da vida econômica e social é incontestada, começa a gerar-se entre as elites dirigentes e na maioria do elenco político uma desvalorização das ações coletivas da vida política, econômica e social dos países da região.

A desvalorização do papel das ações coletivas dos agentes subalternos esteve acompanhada também por uma busca de impor, mediante sofisticados mecanismos simbólicos e ideológicos, a aceitação da incerteza da ação econômica e a tolerância das desigualdades sociais para neutralizar e deslegitimar as ações coletivas tendentes a modificar essas situações. Isso operou em diferente medida, tanto perante as reclamações das organizações de trabalhadores e de outros grupos subalternos quanto junto a algumas frações empresariais nacionais. A articulação desses fenômenos aparentemente dispersos provocou uma legitimação do isolamento dos governos com respeito às pressões sociais e empresariais, consolidando-se o modelo de democracia *delegativa* (O’ Donnell, 1992). É nesse contexto de reestruturação das relações entre o Estado e a Sociedade Civil que se processa a Integração Regional e, por conseguinte, é plausível deduzir que sua construção tenderá a reproduzir esse tipo de relacionamento.

Essa nova forma de governar nos países da região, despreocupada em relação à construção do consenso e a seu relacionamento com a rede de associações de interesse, estende-se ao âmbito dos acordos regionais, dando lugar ao que foi denominado o *déficit institucional* do Mercosul. Assim, essa falta de estruturas institucionais destinadas a canalizar os diferentes interesses em jogo corresponde a uma maneira particular de encarar o processo de integração e não –como afirmam alguns analistas- a uma mera casuística, imprevidência ou imaturidade do processo. Pelo contrário, essa forma de governo do Mercosul responde a uma estratégia explícita dos governos dos Estados membros de separar a esfera política da econômica como forma de estabelecer regras de jogo claras e estáveis que estimulem o



crescimento econômico da região. Sob este enfoque, legitima-se a exclusão das organizações políticas, sociais e corporativas das instâncias de governo decisivas do Mercosul.

Portanto, o Déficit Institucional do Mercosul deve ser interpretado como a expressão regional da nova articulação Estado – Sociedade Civil. Porém, por esse mesmo motivo, enquanto essa situação persistir, o Mercosul será uma integração regional incompleta de Estados, visto que incluirá somente os Poderes Executivos, mas não os Poderes Legislativos e Judiciários. Essa omissão não implica apenas um déficit institucional, podendo inclusive chegar a constituir-se numa grave falta de democracia de suas formas institucionais.

Essa falta cada vez mais notória de algum tipo de supranacionalidade, com o decorrer do tempo gera e adiciona novos conflitos, tornando cada vez mais difícil sua resolução devido ao mesmo déficit institucional. Os passos iniciais de integração, dados num marco de crescimento econômico da região, de alguma forma atenuaram os conflitos e, por conseguinte, a pressão sobre as frágeis instituições responsáveis pela condução do processo. Mas, atualmente, quase dez anos depois do início do processo e num horizonte de estagnação econômica, essas estruturas começam a mostrar claros signos de esgotamento e de fraqueza para resistir às tensões que o mesmo processo tem ido gerando e gerará no futuro imediato.

É nesse contexto de restrições à participação, e no âmbito de um debate sobre a estratégia que deverá reger o processo no futuro, no que deve ser analisado o papel desempenhado pelos atores sociais agrários.<sup>3</sup>

A seguir tentaremos realizar uma apresentação das organizações regionais criadas até hoje, descrevendo suas demandas e seu grau de poder no intuito de avaliar qual tem sido sua contribuição para a situação atual do Mercosul e a fim de analisar sua estratégia perante o processo de integração na atual conjuntura<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Entre estas organizações existe uma clara percepção de que, embora haja muita informação, disposição e contatos com autoridades, não há espaços de participação real nas instâncias de decisão, que sempre ficam restritas ao Poder Executivo, o que privilegia os setores que têm maior poder de influência sobre o mesmo. Mas adiante retomaremos esta questão.

<sup>4</sup> Estas organizações ou coordenações regionais nem sempre foram criadas em harmonia de interesses, embora, em geral, tentem funcionar por consenso com vistas a relegar os conflitos e centrar-se nos acordos. No entanto, esse mecanismo não conseguiu manter isentas de conflitos estas incipientes organizações e, de fato, em alguns casos, determinadas frações terminaram sendo afastadas destes espaços.

### 7.3.2. As Estratégias Integracionistas

No referido contexto e em face da crise brasileira de janeiro de 1999 –que colocou o Mercosul perante a eventualidade de uma forte recessão regional- ficou claramente de manifesto o debate sobre as diferentes formas ou estratégias para continuar com o processo de integração.

Embora as sociedades da região e seus atores mais relevantes pareçam concordar quanto a impulsionar a integração regional, dia após dia, deparamo-nos com múltiplos questionamentos em relação ao processo que transcendem os lógicos e esperáveis conflitos de interesse, enfrentando-nos a severas crises que podem chegar a atentar contra o avanço efetivo do Mercosul. A razão desse problema pode residir, segundo Schvarzer, no fato de que esse apoio consensual ao Mercosul está assentado na polissemia do termo “integração”, que leva a que todos apóiem o tratado, mas conferindo-lhe conteúdos muito diversos. Como era sugerido no início, em geral e em termos analíticos, poder-se-ia dizer que existem duas concepções do Mercosul que conduzem a lógicas e estratégias de ação substancialmente diferentes e que se encontram na base das diferenças que geram as polêmicas e os confrontos atuais nesse terreno.<sup>5</sup>

Conforme a primeira dessas acepções, o Mercosul é uma plataforma que permite a seus países membros inserir-se no mercado mundial de forma mais competitiva. Essa forma de conceber os objetivos do bloco supõe uma estratégia integracionista antenada com as reformas estruturais e com a abertura unilateral das economias da região. Coloca, portanto, a ênfase nos assuntos tarifários, procurando que a Tarifa Externa Comum seja única e o mais baixa possível. Destarte, consegue-se reduzir os custos da região e melhorar a competitividade dos produtos que têm vantagens comparativas no mercado mundial. Isso é acompanhado por uma estratégia que pretende que o Mercosul seja um âmbito de pressão conjunta perante os países do primeiro mundo a fim de que eles liberem seus mercados a nossos produtos. No âmbito da região, essa estratégia se orienta a integrar o bloco com a maior quantidade possível de países e é favorável a uma rápida criação do ALCA. Essa estratégia de integração que

---

<sup>5</sup> Nesse sentido também se pode afirmar que a expressão “Regionalismo Aberto”, cunhada pela CEPAL para tentar definir com maior precisão os conteúdos dos atuais processos de integração na América Latina, padece da mesma polissemia do termo original.

designamos como “aberturista” afirma que os processos de harmonização devem ser rápidos e que, para atingir esses objetivos, os acordos de integração devem ser acordos “marco” sobre tarifas e harmonização de políticas monetárias, reduzindo ao mínimo os espaços institucionais supranacionais destinados à implementação de regulamentações econômicas e sociais. Esse modelo de Mercosul e a estratégia integracionista que deriva do mesmo são os que vêm imperando desde 1995. Essa estratégia supõe que a integração pode ficar em mãos do Poder Executivo e que todos os assuntos relevantes devem ser delegados ao Encontro de Presidentes do Mercosul. Isso conformaria, em nosso juízo, um modelo de Mercosul de “somatório” de países que se articularia adequadamente com os modelos políticos nacionais de “Democracia delegativa” e com a situação de “desestatização” que atravessam as sociedades da região.

A outra lógica integracionista subjacente ao processo que vimos analisando concebe o Mercosul como um espaço destinado a atingir uma relativa autonomia de acumulação que permita –sem descuidar as relações com o mercado global- priorizar o fortalecimento da economia da região, que ficaria resguardada, assim, dos vaivéns do mercado global. Para alcançar esses objetivos, esta estratégia implica uma integração mais setORIZADA, o que supõe negociações mais complexas e processos mais longos de harmonização. Este enfoque foi o que se impôs nos primeiros acordos entre a Argentina e o Brasil e nos tratados do Uruguai com esses dois países do CAUSE e do PEC. Os partidários desta estratégia propõem procurar acordos com a UE e o NAFTA, desalentando a criação do ALCA para aumentar, dessa forma, a autonomia do Mercosul com respeito aos países desenvolvidos. Por conseguinte, é possível designar esta estratégia como uma estratégia de “aprofundamento” tendente a criar espaços de relativa autonomia para o Mercosul e a gerar um esquema de negociação setorial múltiplo que poderia conferir maior participação aos agentes corporativos, reforçar as estruturas institucionais supranacionais e criar instâncias político-parlamentares mais integradas.<sup>6</sup>

Ainda que essas estratégias possam distinguir-se analiticamente, é difícil encontrar um ator que seja defensor “puro” de alguma delas. Na realidade, exceto nalguns casos extraordinários, tanto os diferentes governos quanto as organizações sociais e corporativas

---

<sup>6</sup> O fracasso da OMC tem sido utilizado como argumento central pelos partidários desta Estratégia de Aprofundamento. Eles também se sentiram alentados por dois fatos mais próximos. O primeiro é o relativo ao recente pedido de ingresso do Chile ao Bloco, visto que, devido à atual orientação política de seu governo, é possível esperar uma posição favorável a esta estratégia que é, em algumas ocasiões, compartilhada também pelo Governo do Brasil. O segundo fato, ainda mais recente, é o configurado pelas declarações do Presidente argentino, que propôs um possível aumento da Tarifa Externa Comum, o que, certamente, inscreve-se dentro desta estratégia de aprofundamento do Mercosul.

que participam do processo, portam parcialmente elementos de uma ou da outra estratégia segundo o interesse que procuram defender e o lugar que ocupam nas relações de poder estabelecidas no nível regional. Por exemplo, os governos dos países pequenos como o Uruguai, embora sejam partidários de uma estratégia aberturista no âmbito comercial, tendem, nas instâncias institucionais, a propor estratégias de aprofundamento com vistas a mediatizar institucionalmente o poder econômico dos sócios maiores. No caso do governo brasileiro, pelo contrário, existem claros objetivos de aprofundamento nos aspectos econômicos no intuito de implementar espaços de relativa autonomia perante os riscos da globalização, mas, nas instâncias institucionais, sua lógica de ação contribui para a formação de uma estratégia aberturista, tendo-se negado, em várias ocasiões, a criar instâncias supranacionais. No caso dos atores sociais também se verificam comumente essas combinações de lógicas diferentes, embora seja possível identificar com maior clareza um certo ator com determinada estratégia. É o que acontece, por exemplo, com as organizações do mundo rural, nas que, como veremos na seção seguinte, os atores tendem a inscrever suas demandas e ações com maior nitidez num ou noutro dos modelos de integração expostos acima.

### **7.3.3. A Rede de Organizações Agrárias na Região e suas Estratégias**

Embora –como já foi dito- os Governos não tenham favorecido a participação efetiva das organizações sociais e das associações de interesse nas decisões que conduziram à conformação e posterior funcionamento do Mercosul, essa ação governamental não inibiu que fosse constituída de forma acelerada uma rede de organizações do Mercosul. De fato, a partir da coordenação entre as organizações nacionais, foram criadas, com grande rapidez, organizações supranacionais que contrastam com o “déficit” nessa matéria das esferas oficiais do tratado. A resposta das organizações rurais é uma amostragem eloqüente da capacidade da sociedade civil regional, que se resiste a ficar marginalizada com respeito às decisões no processo de integração.

Nesse sentido, já em inícios da década de 90, as organizações rurais começaram a complementar sua forma tradicional de pressão sobre o Estado, coordenando suas demandas com seus pares regionais. Isso firmou as bases para a formação de organizações gremiais

supranacionais que procuraram constituir-se como interlocutores válidos nas negociações da integração agrícola do Mercosul.

A constituição de atores sociais supranacionais e a estruturação deste novo sistema de representação de interesses no âmbito regional incidirá nas formas de integração agrícola adotadas pelo Mercosul. De fato, esses atores tiveram possibilidades de influência na decisão de aspectos chave da política agrária de integração, como são, por exemplo, a tarifa externa comum para determinados produtos, a determinação do nível de “guarda-chuva agrícola” perante produtos subsidiados de terceiros países, a formação da lista de produtos de exceção, os prazos para a harmonização de políticas de apoio ao setor, etc.

Contudo, sem querer contradizer o dito, também é preciso advertir que as ações dos atores agrários não determinam de forma direta as políticas agrárias (ativas ou passivas) do Mercosul. Elas são resultado de uma complexa rede de relações de poder entre diferentes frações de classe da região, os interesses particulares de legitimação dos Estados e seus governos e também dos agentes externos como as Empresas Transnacionais, os organismos internacionais de financiamento e de comércio e o interesse dos países centrais.

A seguir, procuraremos realizar uma breve descrição das organizações regionais criadas até hoje, de suas demandas, de suas formas de atuação, como também uma primeira aproximação à análise de suas estratégias em face do processo de integração na atual conjuntura<sup>7</sup>.

#### **a) Federação de Associações Rurais do Mercosul**

O primeiro setor social que responde “ao estímulo” da formação do Mercosul é o dos grandes Fazendeiros. Suas organizações, que detêm um alto prestígio e poder nas sociedades da região, mantinham já estreitas relações e, em meados dos anos 80 –antes de serem oficializadas as negociações dos acordos de integração-, as mesmas começaram a desenvolver formas de organização regional. Até esse momento, era muito comum encontrar nas feiras pecuárias da região as delegações das diretorias dos países vizinhos, o que permite visualizar

---

<sup>7</sup> Estas organizações ou coordenações regionais nem sempre foram criadas em harmonia de interesses, embora, em geral, tentem funcionar por consenso com vistas a relegar os conflitos e centrar-se nos acordos. No entanto, esse mecanismo não conseguiu manter isentas de conflitos estas incipientes organizações e, de fato, em alguns casos, determinadas frações terminaram sendo afastadas destes espaços.

claramente que, de fato, existia desde então uma coordenação e uma afinidade ideológica muito forte entre elas. Isso lhes permitiu, junto com sua capacidade para aceder às esferas de poder de seus respectivos governos, estruturar-se rapidamente como grupo de pressão e negociar de igual para igual com os governos. Em inícios do período de transição, durante mais de quatro anos, foram realizados, no marco do Conasul (espaço institucional impulsionado pelo IICA), encontros conjuntos dessas organizações com os Ministros da Agricultura da região. Daí é possível inferir que as principais demandas dessas instituições foram rapidamente incorporadas aos acordos de integração. A principal preocupação das organizações de fazendeiros parecia residir, sobretudo, em que o Mercosul não fosse um freio para os processos de liberalização dos mercados agrícolas, principalmente no setor de insumos e maquinaria que estava sendo processado nos países da região. Por isso, as referidas entidades aderiram rapidamente à estratégia aberturista de integração. Geralmente, isso consistiu, para os criadores de gado, em incorporar uma valoração positiva em termos discursivos de todas as iniciativas referidas à integração, mas, em relação aos acordos econômicos, em promover uma ação sistemática em favor de uma tarifa externa comum o mais reduzida possível com o alvo de não ficarem “prisioneiros” das indústrias regionais de insumos. Este setor é, conforme suas próprias declarações, um dos setores mais liberalizantes do Mercosul.<sup>8</sup>

O exercício de influências sobre os ministros da Agricultura e também, ultimamente, sobre os ministros das Relações Exteriores, constitui a forma privilegiada desta organização para pressionar nas negociações. Existe um relacionamento fluido e harmônico entre essas autoridades e essas organizações que criaram, em meados dos anos 90, a Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM), o que lhes permitiu fortalecer sua atuação gremial regional. As reuniões da FARM servem como forma de coordenação de reclamações que depois são apresentadas separadamente junto a cada governo. As organizações pecuárias da região não têm reclamado publicamente um maior nível de participação, o que, de alguma forma, está assinalando que elas estão satisfeitas com os espaços de participação atingidos até agora. Suas declarações e reclamações deixam transparecer um acordo tácito com a forma institucional adotada pelo Mercosul. De fato, nunca têm questionado sua forma de

---

<sup>8</sup> Dentro desta organização também existem diferenças marcadas na postura das organizações brasileiras em relação ao resto, pois os produtores brasileiros contam com uma gama de apoios à agricultura que contradiz, muitas vezes, as prédicas liberalizantes das organizações argentinas e uruguaias. Até hoje, essas diferenças vêm sendo superadas graças às habilidades negociadoras de ambas as partes, que reconhecem que o mais benéfico para todos é manter a unidade simbólica de ação nas esferas de negociação.

funcionamento e, atualmente, as organizações da FARM são as únicas organizações rurais a integrar o Conselho Consultivo do Mercosul através das Câmaras Empresariais de seus respectivos países.

Destarte, sua ação reforçaria as instâncias institucionais criadas pelo tratado, nas que o que predomina é a opinião de cada Estado, sendo os mesmos, por sua vez, permeáveis a suas reclamações. Em suma, sua forma básica de ação é a pressão sobre os governos nacionais, demonstrando uma alta capacidade de iniciativa e um elevado poder de incidência nas negociações.

### **b) Coordenadoria de Produtores Familiares do Mercosul**

Duas das organizações dos medianos e pequenos produtores rurais da região, a Comissão Nacional de Fomento Rural do Uruguai e a Federação Agrária Argentina, encontravam-se, em inícios dos anos 90, participando no Conasul<sup>9</sup>, instituição que funcionava sob a hegemonia das organizações de grandes produtores. Por isso, as referidas instituições consideraram que seus interesses não estavam representados nesse espaço e começaram então a fazer esforços para articular-se com organizações similares dos países vizinhos. Em agosto de 1994, é realizada uma Assembléia com a participação de 14 organizações, criando a Coordenadoria de Organizações de Produtores Familiares do Mercosul, integrada pela Comissão Nacional de Fomento Rural do Uruguai, a Federação Agrária Argentina, a Federação Nacional Camponesa do Paraguai e a CUT e a CONTAG do Brasil<sup>10</sup>. A partir de sua constituição e com apoio técnico e financeiro de várias ONGs, essas organizações desenvolveram uma ação importante para articular e defender os interesses específicos dos Produtores Familiares da região em diversas instâncias do Mercosul, principalmente no Sub-grupo 8 que trata o assunto da integração agrícola. Conseguiu-se realizar reuniões periódicas da organização, chegando a transformar-se, a mesma, com muito esforço, num interlocutor válido perante os técnicos que estavam tratando os assuntos agrícolas do Mercosul. É assim que o tema relativo ao impacto da integração nos Agricultores Familiares da região é incluído na agenda de discussão do Sub-grupo 8. Essa vitória simbólica consolidou a coordenação regional e levou à realização de três seminários em conjunto entre esta organização e os

---

<sup>9</sup> A partir desta instância, as Organizações de Grandes Criadores de Gado e Fazendeiros da região criariam a FARM, como já comentamos nas páginas anteriores.

<sup>10</sup> Nesses anos, estas duas organizações não se tinham unido ainda.

representantes dos governos para definir critérios acerca de como poderiam ser implementadas políticas diferenciadas para os Agricultores Familiares nos países da região sem afetar os acordos do Mercosul. Também se tentou participar na gestão de fundos de cooperação da UE para apoiar as reclamações mais imediatas de algumas das regiões mais prejudicadas pelos acordos econômicos, embora sem muito sucesso, visto que a maioria dos fundos foi destinada à harmonização das regulamentações fito-sanitárias, como era demandado pelas organizações de Fazendeiros.

As formas de pressão que estas organizações têm procurado desenvolver se orientam a reforçar e tentar ampliar os espaços de coordenação regional com vistas a incidir em conjunto nas escassas instâncias do Mercosul: Sub-grupo 8, reunião de ministros da Agricultura, reunião de Grupo Mercado Comum, etc. A atitude de privilegiar a pressão sobre os espaços supranacionais pode explicar-se por sua posição subordinada nas relações de força nacionais e, por conseguinte, por sua baixa capacidade de influência sobre os governos. Nesse sentido, entendemos que a tendência a coordenar suas demandas e pressionar em conjunto sobre as reduzidas instâncias supranacionais é uma forma de compensar sua fraqueza no nível nacional. No entanto, embora esse modelo de pressão possa ser eficiente num contexto de integração com instituições supranacionais relevantes, no contexto do Mercosul, os esforços de coordenação não conseguiram, até hoje, exercer maior influência nas negociações. De qualquer forma, com essas ações, consegue-se pelo menos pressionar para criar um maior suporte institucional para os acordos, constituindo um elemento a mais em prol do aprofundamento da integração. Nesse sentido, a potencialidade de iniciativa e a capacidade utilizada até agora pela coordenação permitem pensar que este agente social detém um capital que pode fazer com que ele venha a desempenhar um papel importante num cenário que tenha seus âmbitos de participação ampliados.

### **c) As Organizações Setoriais**

O outro setor social que participou ativamente nessa reestruturação das organizações rurais, conferindo-lhe um perfil mais regional, foi o dos novos empresários agrários e o dos setores modernos do empresariado rural, vinculados, em muitas ocasiões, aos CAIs. As entidades que “difusamente” representam este setor têm desenvolvido um conjunto de ações,



conformando organizações e redes regionais de pressão<sup>11</sup>. Há, em geral, dois atores visíveis deste setor que, na região, reúnem o tipo de empresários referido e, sobretudo, recrutam suas elites dirigentes: as organizações setoriais ligadas aos complexos agroindustriais e as Cooperativas Agrárias. A peculiaridade destas representações é que, em geral, têm suas demandas centradas num setor ou ramo específico; por isso, elas detêm uma presença menor por não terem assumido um discurso ruralista clássico de tipo generalista, procurando, antes, diferenciar-se desse modo de desenvolver a atividade gremial. De fato, sua ação em face da integração tem sido, em todo esse tempo, a de promover propostas que visam combinar elementos da estratégia aberturista com elementos da estratégia de aprofundamento. No que se refere a seus interesses particulares, suas iniciativas e práticas procuram um permanente aprofundamento da integração no intuito de proteger seus setores com o argumento de que é preciso consolidar o desenvolvimento dos mesmos na região para depois poder concorrer melhor no nível mundial. Parece existir coincidência em visualizar no mercado da região uma possibilidade de estabilização, resistindo à baixa da Tarifa Externa Comum para seus produtos e reclamando a proibição efetiva do ingresso de produtos agrícolas subsidiados ao Mercosul. Essa posição é combinada com uma demanda parcialmente contraditória em relação às anteriores –mas razoável para países agro-exportadores– de realizar ações conjuntas a fim de atingir a liberalização dos mercados agrícolas dos países desenvolvidos.

Em geral, essas organizações contam com maiores recursos econômicos e intelectuais do que as organizações dos Agricultores Familiares e, por isso, elas mantêm uma melhor e mais fluida comunicação com seus pares na região, da mesma forma que as organizações dos Fazendeiros. Isso lhes permite seguir mais de perto os processos decisórios referidos à integração. Sua ação de pressão combina um fácil acesso aos níveis ministeriais com sua presença nos âmbitos corporativizados do Estado, o que lhes outorga uma melhor chance de defender seus interesses e incidir na agenda de negociação dos acordos agrícolas. Nessa defesa de seus interesses setoriais e graças a sua fluida articulação regional, as referidas organizações reforçam as tendências para uma negociação setorial da integração e se opõem de fato à negociação de marcos gerais. Nesse aspecto, elas se mostram mais inclinadas a uma estratégia de aprofundamento do que a uma de abertura. Portanto, a lógica de negociação setorial impulsionada por esses atores e as formas institucionais mais participativas derivadas da mesma se enquadram numa estratégia similar à que prevaleceu no tratado “fundacional”

---

<sup>11</sup> Os setores que têm adotado esta forma de organização são, entre outros, Laticínios, Arroz, Florestação e Cana-de-açúcar.

entre a Argentina e o Brasil, com acordos setoriais como, por exemplo, os do setor nuclear e automotivo. Essa forma de ação reforça a pressão por um aumento da participação do setor privado nas negociações e pela estruturação de uma rede institucional do Mercosul que permita aumentar a relação entre a esfera política e o interesse corporativo.

Mas esse grupo -embora isso pareça contraditório- também tem um discurso geral sobre a integração que, como já foi dito, afasta-se das argumentações ruralistas e incorpora elementos da racionalidade empresarial mais ortodoxa: defende postulados liberalizadores com vistas a uma redução de custos e a um aumento da rentabilidade no nível regional. Por isso, estes agentes se inscrevem, em muitas ocasiões, entre os partidários de tarifas externas o mais reduzidas possíveis, abonando, muitas vezes, a estratégia aberturista do Mercosul, embora suas práticas setoriais contradigam esse discurso.

Nas declarações públicas desses dirigentes, as referências à estrutura geral do Mercosul parecem reclamar uma baixa institucionalização supranacional liderada pelos poderes executivos e com uma escassa participação do Poder Legislativo. Essa postura ambígua pode responder à posição de privilégio que esses setores ocupam nas economias de cada país, em que, efetivamente, aparecem entre os setores mais dinâmicos e exportadores, com amplas potencialidades de crescimento. Isso explicaria que eles contem com um trato preferencial do Poder Executivo e que, por isso, não implique para eles uma “fatalidade” o fato de que os âmbitos de decisões fiquem, como até hoje, em suas mãos. Destarte, seu forte poder de iniciativa vai acompanhado pelo exercício de um importante poder de pressão e influência sobre os Governos de cada país. Apesar disso, como já foi mencionado, esse setor constituiria, com certeza, um ator com marcada relevância nos espaços institucionais supranacionais de elaboração de políticas agrícolas regionais.

#### **d) Os Assalariados Rurais**

A organização de trabalhadores rurais está incluída dentro da coordenação que existe no âmbito das Centrais Sindicais de cada país. Enquanto tais, as centrais lutam por ter um papel relevante na tomada de decisões embora, como já foi visto, os processos mais gerais façam com que as mesmas sejam escassamente levadas em conta no modelo das decisões nacionais e também regionais. Porém, têm sido estabelecidas algumas articulações regionais por ramo que mostram certa eficácia de pressão; esse é o caso dos trabalhadores do setor do

Papel, da Bebida e outros, que articulam suas demandas e conseguem antecipar alguns problemas ao estar em contato com seus pares da região. Mas essa organização regional não tem tido lugar entre os trabalhadores rurais devido a duas razões básicas. A primeira é a relativa à fraqueza de cada organização em seu país e a segunda é a pouca importância conferida ao tema rural pelas centrais sindicais. A iniciativa promovida pelos Advogados Trabalhistas da região constituiu um esforço significativo para a criação de uma coordenação entre estes trabalhadores. Eles convocaram para uma série de encontros, desde inícios dos anos 90, sobre Legislação trabalhista rural no Mercosul, inaugurando assim um foro de debate sobre esses assuntos, permitindo trocar informação e experiências entre alguns sindicalistas da região e, sobretudo, sensibilizar às Centrais Sindicais sobre esta problemática.

Neste contexto, e só após quase 10 anos de se encontrar em andamento a integração, foi levado a cabo, no âmbito do último encontro de centrais sindicais, realizado em Montevideu, o primeiro Encontro de Trabalhadores Rurais do Mercosul, em dezembro de 1999. Nessa reunião, participaram delegados de quatro Sindicatos Rurais do PIT-CNT do Uruguai, a União Argentina de Trabalhadores Rurais e Estivadores da CGT, a Federação de Trabalhadores da Agricultura de São Paulo de Força Sindical, a Seção Rural de CUT-CONTAG do Brasil e o Sindicato Nacional de Trabalhadores Rurais do Paraguai. Durante o encontro e em sua declaração final, ficaram registrados os enormes atrasos que, na prática, sofrem estes trabalhadores quanto à aplicação de seus direitos, o que contrasta com os avanços atingidos pela maioria dos trabalhadores urbanos. Por essa razão, muito válida por sinal, antes que apresentar na reunião problemas específicos que podem chegar a enfrentar os trabalhadores rurais com a integração –como, por exemplo, o crescente problema dos trabalhadores temporários indocumentados em regiões fronteiriças-, a reunião se transformou num foro de denúncia das condições de trabalho e de vida às que é submetida a maioria dos trabalhadores rurais em cada país. As demandas estavam direcionadas a exigir o respeito dos direitos outorgados aos trabalhadores rurais na lei, sistematicamente desconhecidos pelas patronais. Colocou-se que, nestas condições de extrema desigualdade social no interior de cada país, não é possível avançar seriamente na integração econômica da região. Propôs-se, para diminuir essas desigualdades, “unificar lineamentos mínimos de trabalho nas atividades rurais e estabelecer salários mínimos com critérios unificados que contemplem as necessidades básicas dos trabalhadores e de suas famílias”, pois os trabalhadores rurais constituem um dos setores mais vulneráveis dos quatro países.

As propostas que saíram desse plenário mostram claramente que, entre os trabalhadores rurais da região, ainda não foram obtidas as conquistas básicas que habilitem o setor para imaginar problemas ligados à integração. A luta desses trabalhadores, como também suas demandas, encontra-se visivelmente no horizonte de ação do Estado-Nação e não atinge, no substancial, os problemas da integração.

Como resumo geral, elaboramos os quadros expostos a seguir. Neles são descritas de forma sintética as características e a capacidade de influência dos diferentes agentes coletivos que intervêm na integração regional, conformando uma rede de organizações supranacionais rurais implementada como resposta à criação do Mercosul. No primeiro desses quadros é possível observar os setores sociais que os referidos agentes representam, suas formas de funcionamento, seus âmbitos privilegiados de ação e suas principais demandas.

**QUADRO 1**  
**Características das Organizações Rurais Regionais do Mercosul**

Organização	Espaço Social	Funcionamento	Âmbito de Ação	Principais Demandas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Federação de Associações Rurais do Mercosul</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazendeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criada em 1991</li> <li>Reuniões periódicas</li> <li>Sem problemas de Recursos para seu funcionamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Influência sobre posições dos Governos Nacionais</li> <li>Participação no Foro Consultivo</li> <li>Reuniões periódicas acompanhando as reuniões ministeriais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Harmonização de políticas macroeconômicas</li> <li>Regulamentações fito-sanitárias</li> <li>Ações conjuntas para a liberalização do comércio internacional (Barreiras tarifárias e não-tarifárias)</li> <li>Baixas tarifas externas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenações Setoriais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Novos empresários rurais e produtores ligados aos CAIs</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Baseados em organizações preexistentes no nível Latino-americano</li> <li>Reuniões periódicas</li> <li>Acordos Indústria-Agricultura</li> <li>Negociações entre empresas agroindustriais e organizações de produtores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reuniões setoriais, declarações públicas, <i>lobby</i> nas esferas técnicas de decisão.</li> <li>Influências das empresas transnacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acordos por cadeias produtivas que assegurem um desenvolvimento harmônico do setor no nível regional</li> <li>Política tarifária diferenciada</li> <li>Proteção contra os subsídios</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenação de Pequenos e Medianos Produtores do Mercosul</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultores Familiares, Camponeses</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criada em 1994</li> <li>Funcionamento regular</li> <li>Problemas de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pressão sobre as instâncias do Mercosul</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Harmonização das políticas agrícolas do Mercosul (sobretudo,</li> </ul>

	Assalariado s	financiamento para manter uma estrutura estável	com ações coordenad as nos quatro países	créditos, sistemas de comercialização )
			• Reuniões conjuntas com o Sub-grupo 8	• Criar políticas diferenciadas na região para os A. Familiares • Proteção contra os subsídios dos mercados internacionais
• Encontro de Trabalhador es Rurais do Mercosul	• Assalariado s, Semiprole- tários e Camponese s	• Não existe uma instância formal de coordenação, a não ser os encontros das Centrais de Trabalhadores • Encontros esporádicos	• Não tem ação autônoma. Dependem do Moviment o Sindical, no que desempe- nham um papel subordinad o, tendo pouca capacidade para colocar na agenda suas problema- ticas específicas	• Unificação da legislação trabalhista • Denúncias das condições de extrema precariedade social dos trabalhadores rurais. • Ênfase em mostrar que eles são o setor social mais vulnerável da região.

No Quadro 2 é apresentado em forma sintética e analítica o tipo de estratégia integracionista no que podem ser enquadrados os discursos e as práticas dos diferentes grupos sociais e de suas Organizações, a capacidade de iniciativa de cada um deles, sua forma de pressão e seu poder de incidência nas negociações.

## QUADRO 2

### Estratégias, Incidência e Capacidade de Pressão dos Grupos Sociais Agrários nas Negociações do Mercosul

Grupos Sociais	Estratégia Mercosul	Capacidade de Iniciativa	Forma de Pressão	Incidência em Negociação
Fazendeiros	Aberturista	Alta	Centralizada	Alta
Empresários e CAIs	Aprofundamento/ Aberturista	Alta	Centralizada Coordenada	Média Alta
A. Familiares	Aprofundamento	Alta	Coordenada	Baixa
Assalariados	Aprofundamento	Baixa	Coordenada	Nula

Fonte: Elaboração Própria

#### 7.3.4. O Poder dos Criadores de Gado na Construção da Integração

Em função dos elementos expostos e como síntese, propomos as seguintes reflexões relativas ao processo de construção do Mercosul e à ação das organizações agrárias.

Tomando como referência os atores agrários da região podemos observar que as diferentes classes e frações sociais tenderam, num relativo curto prazo, a organizar-se e a moldar suas estruturas a fim de adaptar-se ao novo cenário regional. Como era de se esperar, essas respostas não foram similares, diferenciando-se de acordo com o poder estrutural dos diferentes atores envolvidos nas mesmas. Os atores que contavam com mais recursos estruturais, tiveram uma maior capacidade para dar resposta ao processo desde seu início, organizando-se de tal forma que lhes permitiu envolver-se eficazmente nas negociações estatais e proteger assim seus interesses de possíveis contingências derivadas dos acordos integracionistas. De outro lado, encontramos os setores com menor poder e, sobretudo, as organizações mais fracas do espaço social agrário regional como as dos assalariados rurais do Uruguai e da Argentina e as organizações camponesas do Paraguai. As mesmas não puderam articular a tempo e satisfatoriamente suas demandas com os outros setores subalternos para poder estruturar suas reivindicações e estabelecer no momento adequado uma estratégia de pressão para participar das negociações desde o começo.

As circunstâncias e posicionamentos dos atores descritos acima levam a pensar a conformação de uma forte homologia estrutural estabelecida entre as posições em face das políticas agrárias nacionais e as posições relativas à integração. Todavia, isso não deve ser pressuposto de forma absoluta, pois as posições dos atores com respeito ao Mercosul não podem ser consideradas “definitivas”, dado que, em suas agendas nacionais, a integração não ocupa um lugar central. Em geral, o que acontece é que as organizações utilizam a integração como elemento de reforço discursivo em suas lutas nacionais de interesses para justificar o apoio ou a oposição a determinada medida governativa. Por causa disso, os atores sociais e os grupos de interesse nacionais ligados ao agro não foram capazes, na maioria dos casos, de transcender as fronteiras nacionais com suas demandas, visto que visualizavam o Mercosul como uma projeção meramente linear de seus problemas nacionais. Isso se traduz na falta de imaginação para antecipar problemas e propor ferramentas novas para sua resolução no contexto de ação imposto pelo tratado. Essa situação se vê agravada entre os setores subalternos, os que, preocupados pelos problemas das reformas estruturais e pela liberalização, não conseguem visualizar com nitidez as dificuldades e os benefícios que, em mediano prazo, a integração pode lhes trazer.

Também a ação coletiva se viu restrita pela falta de instâncias de interlocução Estatal e das autoridades do Mercosul com os atores da sociedade civil, o que impede que esses atores se reproduzam, operando assim como desestimulador de seus impulsos de ação. Isso leva a que unicamente os atores que contam com amplos poderes ou com uma capacidade organizativa estável e forte, possam sobrepor-se a essa “intencionada” falta de interlocução à que são submetidos. Por isso, o déficit institucional assinalado se transforma num elemento que potencia a esfera negativa dos atuais processos de negociação, resta “visualização” às problemáticas da integração e acarreta a imposição de uma visão comercial do Mercosul. Nesse sentido, se não for iniciado a tempo um aprofundamento da institucionalidade do Mercosul, correr-se-á o risco de que, em mediano prazo, o mesmo se dilua numa grande região de livre comércio, como é o caso do ALCA. Essa opção pode levar a dilapidar irremediavelmente os esforços de reestruturação realizados por muitos dos setores da sociedade rural da região durante esses dez anos de integração com vistas a atingir algumas conquistas no final do caminho. Se isso acontecer, poderão ser geradas frustrações que hipotéquem definitivamente a legitimação das iniciativas integracionistas que ainda hoje contam com um apoio popular importante por serem visualizadas como uma saída para os problemas da América Latina que recolhem o legado histórico do continente.



Não se deve esquecer que a parte central desta luta pela institucionalidade entre organizações corporativas e governos não é motivada exclusivamente por interesses econômicos imediatos, sendo antes, os conflitos por esses espaços de participação, de tipo simbólico e ideológico. Neles está em jogo a imposição de uma visão da “integração” para apresentá-la como universal e como única forma possível de efetivação da mesma.

A resolução final desta disputa entre estratégias de integração tem lugar num cenário que interliga o nível nacional do problema –como espaço de luta de frações- e o do Mercosul – enquanto espaço maior de luta e conflito-, estabelecendo-se entre os mesmos uma relação de determinação mútua. Nesses dois níveis, os Estados, as diferentes frações nacionais de classe e as empresas transnacionais disputam simultaneamente, através da negociação e do conflito, a determinação dos conteúdos dos acordos do Mercosul. Desse amálgama de forças surgem as diversas estratégias em jogo e os cenários possíveis para a integração.

Para concluir, gostaríamos de ressaltar novamente que os atores locais que se viram beneficiados com essa abertura emergente da integração regional, combinada com a globalização da economia, não são atores novos nem dinâmicos, mas velhos atores apegados a formas antigas de produzir e de relacionamento com o resto da sociedade. Com efeito, esses atores não têm nada de portadores de novos processos de produção e de eficiência, características com as quais se procura, permanentemente, associar os conceitos de abertura e de globalização econômica.

Portanto, os efeitos da integração e da reestruturação capitalista não conseguirão, no Uruguai, remover as travas que levam à estagnação pecuária, mas, pelo contrário, em longo prazo, tenderão a aguçá-la, ao torná-la ainda mais dependente dos vaivens da região. Ao mesmo tempo, consolida-se a hegemonia da fração pecuária, contribuindo-se para sua reprodução social. As elites pecuárias atingem, como nunca antes, a regulação do mercado em função de seus interesses, impondo suas próprias regras de jogo. Isso confirma que a estratégia utilizada até hoje no processo de integração tenderá a consolidar os velhos atores sociais dominantes, principalmente, os vinculados ao controle monopólico da terra.

## 8. Síntese, Conclusões e Perspectivas

Como forma de concluir este trabalho faremos referência a três aspectos que nos interessa ressaltar particularmente. O primeiro é o relativo à apresentação de uma síntese dos principais achados empíricos e ao contraste de nossa hipótese. Em segundo lugar, pretendemos assinalar algumas reflexões, a modo de hipótese, a fim de compreender o posicionamento dos criadores de gado perante o novo cenário nacional marcado pela crise do modelo neoliberal. Por último, queremos destacar a pertinência da perspectiva teórica que abordamos para a construção do objeto e o desenvolvimento da pesquisa.

Em 1985, no início da redemocratização do país, a legitimidade das agremiações pecuárias e os interesses dos grandes fazendeiros se encontravam ameaçados. Depois de mais de uma década de apoio explícito ao governo militar e com a redução de sua importância econômica começou um forte questionamento a seu modo de produção extensiva. O mesmo era identificado pela maioria dos técnicos e intelectuais como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento econômico e social do país. Nessas circunstâncias, cresceriam os questionamentos ao poder dos referidos agentes e começariam a ser promovidas propostas para revisar a estrutura agrária do país. Durante os anos da transição democrática, esse assunto foi objeto de um amplo debate político que deixou de manifesto um “estado de ânimo nacional” de certa adversidade em relação aos criadores de gado. Uma evidência eloqüente dessa situação esteve constituída pelas plataformas eleitorais dos partidos para as eleições de 1985, que incluíram, todas, algum tipo de medida destinada a modificar a estrutura agrária nacional, objetivando, dessa forma, o referido estado de ânimo coletivo.

Em face desse cenário, a pesquisa mostrou como as agremiações pecuárias desenvolveram uma ampla e permanente estratégia de relegitimação de sua posição e de seus interesses que demonstrou ser muito bem-sucedida. Com ela, os criadores de gado conseguiram, em princípio, reverter o cenário adverso e ampliar seu capital simbólico para, posteriormente, passar à ofensiva, garantindo sua reprodução social enquanto classe dominante. Um balanço geral do período mostra que os criadores de gado obtiveram significativas conquistas materiais, simbólicas e políticas nos quase três lustros analisados.

Em termos materiais, uma de suas principais conquistas foi a de manter estável a estrutura agrária por mais de um século, reproduzindo objetivamente o poder dos grandes criadores de gado e impondo um modelo tecnológico dominante que lhes assegurava continuar sendo o eixo central da produção agropecuária.

No nível político, por sua vez, eles conseguiram desmontar todas as leis e decretos das políticas públicas que lhes impediam obter uma maior captação de excedentes no complexo da carne, o que acarretou, nos anos de crescimento, uma maior rentabilidade de seus estabelecimentos até que o atraso cambial começou a enfraquecer sua renda real. Essa mudança nas regras dos mercados da carne significou a primeira vitória dos criadores de gado no período e uma forte derrota para as posições da indústria frigorífica. Para atingir essas modificações, as organizações pecuárias desenvolveram um conjunto de estratégias simbólicas nos sucessivos conflitos pela determinação de cada uma das medidas tomadas no setor, o que lhes permitiu impor seu ponto de vista ao conjunto dos atores políticos e sociais da cadeia produtiva.

Também em termos políticos, os referidos agentes conseguiram reduzir substancialmente os impostos dos grandes proprietários de terra, mudando radicalmente o sistema tributário. Essa reforma mostra a “imposição” de seu ponto de vista e de seu poder atual no campo social agrário. Essa transformação do sistema tributário constituiu uma das mudanças mais significativas na política agrária da última metade do século, ao supor o abandono da idéia de que o sistema tributário rural devia ser um instrumento do Estado para fomentar a produtividade da terra e sua distribuição e desestimular a grande propriedade improdutivo. O abandono de toda motivação finalista dos impostos para melhorar a distribuição da terra é um triunfo de caráter simbólico de alta relevância para as agremiações pecuárias, pois “despenaliza” a posse de grandes quantidades de terra, fazendo “desaparecer” do debate público a figura do “terratenente” e do “latifundiário”.

Um terceiro acontecimento de relevância nessa mesma direção é o constituído pela reforma das leis do mercado de terra e pela normativa de arrendamento. A nova normativa reduz substancialmente os prazos de arrendamento e os direitos dos arrendatários, beneficiando os interesses dos proprietários de terras para o arrendamento e prejudicando os arrendatários que, até esse momento, tinham sido considerados pelos legisladores como “agentes modernizadores” perante o “atraso e o tradicionalismo” dos grandes proprietários.

Essas reformas da política agrária têm lugar paralelamente a uma paulatina desapareição simbólica da ação coletiva dos atores subalternos, trabalhadores e produtores familiares. Nesse sentido, as estratégias desenvolvidas pelas organizações da fração pecuária nesses anos atingiram um grau de hegemonia no setor que lhes permitiu redefinir a questão agrária no país através da imposição de uma separação definitiva entre a questão social e a questão econômica nos problemas agrários. Isso transformou “o agrário” e “o rural” num “mundo de empresa”, onde a competitividade e a rentabilidade seriam as únicas chaves possíveis para sua interpretação. Conseqüentemente, isso acarretou a modificação radical da concepção e do modelo de desenvolvimento rural no país, impondo um novo modelo no qual o agente privilegiado será o empresário rural, mas não mais como “agente de desenvolvimento”, mas como “agente de crescimento”; e no qual os antigos “agentes do desenvolvimento” – produtores familiares e trabalhadores rurais sem terra- passarão a ocupar um lugar muito secundário.

Os triunfos nesses diversos níveis das agremiações pecuárias fizeram com que as mesmas conseguissem atingir suas principais reivindicações históricas, colocando-se objetivamente, assim, entre os setores mais beneficiados nesse período. Isso foi possível graças a sua ação paciente para impor sua visão do mundo como legítima em cada um dos diagnósticos e interpretações da estagnação do setor e na elaboração das políticas para a suposta superação da referida situação.

Isso se exprime, de forma global e eloqüente, na análise que realizamos da evolução das propostas programáticas dos partidos políticos. Com efeito, na mesma, encontramos que, em todas as bases programáticas dos três grandes partidos, foram desaparecendo paulatinamente as menções explícitas sobre algum tipo de política de reforma das estruturas agrárias.

Portanto, podemos concluir que, em termos objetivos, os criadores de gado souberam dissipar os perigos com que se iniciava para eles a segunda metade da década dos oitenta para, em finais dos anos 90, terem sua estabilidade e permanência nas posições de poder no campo social agrário garantidas e, de forma incontestável, reproduzirem-se socialmente como grupo dominante.

Para complementar estas reflexões, sublinharemos agora algumas particularidades do papel das agremiações pecuárias no campo de poder que podem ajudar a explicar o sucesso que atingiu sua estratégia de reprodução.

Embora seja verdade que os partidos políticos que estiveram no governo durante esses anos podem ter apoiado as reivindicações das referidas agremiações por terem com elas uma afinidade ideológica, também não deixa de ser verdadeiro que esses partidos têm essa mesma afinidade, ou uma afinidade ainda maior, com outras frações empresariais. Além disso, não existiram argumentos que justificassem que esses governos beneficiassem especialmente os criadores de gado que vinham perdendo poder econômico sobre outros setores que mostravam muito maior dinamismo nesses anos. Por conseguinte, devemos descartar que toda a explicação de suas conquistas resida em sua afinidade com os governantes. A explicação deve ser procurada, em nosso juízo, nas ações de suas agremiações, que contribuíram decididamente para atingir essas conquistas. De fato, suas ações nesses anos apresentaram dois aspectos centrais que lhes permitiram atingir as referidas conquistas: a capacidade para relegitimar o mito do país pecuário e a particular articulação atingida no campo de poder.

A capacidade que tiveram as organizações para readaptar o velho mito do “Uruguai País Pecuário” às circunstâncias atuais do país foi a forma efetiva que lhes permitiu aumentar o poder simbólico no que se assentou sua estratégia de reprodução e, por essa via, aumentar também seu poder de influência. A relegitimação do referido mito foi o que lhes permitiu, lenta, mas persuasivamente, impor seu ponto de vista para a resolução de cada uma das questões que envolviam seus interesses, definindo, dessa forma, o rumo da política agropecuária.

Mas, além dessa “capitalização” simbólica, isso redundou num segundo efeito decisivo para sua estratégia no campo de poder: sua reafirmação simbólica esteve acompanhada, no referido campo, pela capacidade de articular-se, embora de maneira conflituosa e sempre instável, com outras frações dominantes. Essa articulação inovadora em sua tradicional ação gremial foi possível sob o eixo de seu apoio irrestrito ao discurso neoliberal dominante e, principalmente, devido a sua postura anti-estatista, que levou, durante esse período, a que muitas frações dominantes e dos partidos tradicionais encontrassem nos agentes pecuários um aliado para as campanhas mais radicais contra toda proposta de um modelo de país que atenuasse as potestades do mercado mediante uma ação ativa do Estado. Esse posicionamento

dos criadores de gado implicou uma mudança importante, mas pouco visualizada nas relações de poder do país que, ainda que em parte já tinha começado a dar-se no período da ditadura, só se cristalizaria nos anos 90.

Seu poder perante outras frações nesse campo se assentou em seu poder simbólico, proporcionando legitimidade e “universalidade” a suas propostas anti-estatistas e neoliberais. As frações com maior poder econômico, como os banqueiros, o setor vinculado ao comércio de exportação e os setores de exportadores não-tradicionais, embora representassem um poder econômico muito superior ao dos criadores de gado, não contavam com o suficiente capital simbólico como para fazer calorosas declarações públicas em favor do modelo de acumulação em vigor sem correr o risco de terem sua legitimidade questionada para “universalizar” seus interesses. Já os criadores de gado, sobretudo nos assuntos mais polêmicos, podiam – e podem- falar com a pretensão de legitimidade suficiente como para indicar-se como representantes dos interesses do “país”, dos “cidadãos desta terra”, dos “verdadeiros produtores da riqueza nacional”. Essas não são meras frases, mas enunciados eficientes dos dirigentes pecuários que podem permitir-se “dizer” graças a que venceram, no campo simbólico, os adversários que poderiam questionar sua investidura. Essa capacidade adquirida nas lutas simbólicas é valorizada de forma muito significativa pelas frações do campo de poder. Por isso, o que contribuiu de maneira importante para que os criadores de gado atingissem seus objetivos dentro do campo de poder em face das outras frações foi seu poder simbólico que, somado a seu poder econômico, permitiu seu avanço no campo de poder. Esse avanço facilitou a capacidade de modificar radicalmente as políticas agrárias, como também sua consolidação hegemônica no campo agrário.

Em suma, a estratégia dos criadores de gado conseguiu, durante esses anos, outorgar a esses agentes um aumento de seu poder no campo social agrário ao colocá-los em aliança estratégica com o setor dominante no campo de poder, algo realmente novo no país porquanto os criadores de gado nunca tinham estado tão decididamente articulados numa aliança hegemônica como em grande parte da década de 90. Essa posição social lhes permitiu “naturalizar” sua visão do mundo rural na sociedade uruguaia, garantindo sua reprodução social em longo prazo, desestimulando e ocultando, ao mesmo tempo, as estratégias de resistência dos atores subalternos.

Em síntese, as evidências reveladas confirmam as hipóteses apresentadas na presente tese sobre o sucesso da estratégia dos grandes criadores de gado para reproduzir seus privilégios e sua hegemonia no campo social agrário e melhorar suas posições no campo de poder da sociedade uruguaia contemporânea.

Contudo, o período de análise que abrange esta tese termina em momentos em que está tendo lugar uma das maiores crises econômicas na história do país e da região. É óbvio que a magnitude dessa crise está ligada aos níveis de dogmatismo com que foi implementado no país o modelo de abertura econômica e de desregulamentação, modelo, que, como já foi visto, teve os criadores de gado na vanguarda. No entanto, uma observação atual dos acontecimentos políticos e sociais mostra que as agremiações pecuárias tiveram a capacidade de não ficarem amarradas à sorte do governo, parecendo estar hoje, como em outros momentos de incerteza e crise, em ambos os lados da contenda e podendo proteger melhor seus interesses.

Para realizar uma análise prospectiva, devemos pensar como afetará sua estratégia de reprodução o atual contexto do país e com que elementos simbólicos contam hoje para afrontar a emergência de um novo modelo de acumulação. Em primeiro lugar, devemos lembrar que, enquanto fração exportadora, as medidas desvalorizadoras de meados de 2002 que desencadearam a crise lhes permitirão, em qualquer cenário possível do país, ter nos próximos anos um novo ciclo de reprodução ampliada e aumentar seu poder econômico.

Entretanto, a crise financeira é de tamanha envergadura e a dolarização das dívidas é tão importante que as conquistas em curto prazo da desvalorização não são tão claras e isso afeta, sobretudo, um grupo de grandes criadores de gado menos tecnificados e com um menor grau de diversificação que já vinham arrastando sérias dificuldades para pagar suas obrigações financeiras. Nesse contexto, as repetidas reclamações da FRU para terminar com o atraso cambial, que em parte contribuíram para a saída desvalorizadora, são hoje substituídas por uma nova reclamação que exige a solução do endividamento e que, sem dúvida, tornou-se agora uma reclamação generalizada na sociedade. Nessas circunstâncias, as agremiações pecuárias começarão a diferenciar seus discursos e posições para chegar ao momento atual de crise com duas posturas muito diferentes. Esse fenômeno, como já foi visto, vinha se

insinuando desde finais dos anos 90<sup>1</sup>. A ARU tem assumido seu papel tradicional oficialista, com a conseqüente retirada da arena política. Já a FRU tem canalizado todos os mal-estares e tem uma atitude de oposição radical às políticas governamentais. Destarte, a ARU, com sua atitude mesurada, está protegendo as conquistas atingidas e continua oferecendo um apoio implícito ao governo e a seu modelo em crise. A FRU, por sua vez, procura resolver os novos problemas acarretados pela desvalorização e entrar num maior contato com as frações políticas de esquerda críticas do modelo em vigor. Assim, perante um eventual triunfo eleitoral da esquerda em 2004, os criadores de gado aparecerão com uma FRU muito próxima a suas propostas, cultuando uma proximidade entre seus dirigentes e os principais líderes de esquerda, com os que vem compartilhando, nos últimos anos, múltiplos cenários públicos de denúncia e crítica ao modelo neoliberal.

Esse posicionamento vem confirmar que sua dupla representação gremial é sua melhor arma nos momentos de crise. Historicamente, nesses momentos, as agremiações tomam diferentes caminhos como forma de garantir sua reprodução. Isso aconteceu em 1915, com a criação da FRU, para deter o batllismo; em finais da década de 50, com o surgimento do ruralismo, para derrotar Luis Batlle; e agora, para a afrontar a crise do modelo de acumulação neoliberal que elas mesmas contribuíram para instalar no país.

Nesses cenários, a capacidade de ter esse duplo posicionamento, ocultando as possíveis contradições e ambigüidades em suas posturas, é abonada também pelo fato de que as forças políticas ou sociais que receberão o apoio das referidas organizações, recolherão também para sua causa o capital simbólico detido pelos criadores de gado. Por isso, ninguém está interessado em questionar esse poder. Nesse sentido, em face do cenário particular do Uruguai de 2002, marcado pela busca de um novo modelo de acumulação, os criadores de gado se constituem como portadores de elementos simbólicos “positivos” e muito cobiçados que lhes permitirão articular-se vantajosamente numa nova aliança e preservar sua posição no campo de poder.

---

<sup>1</sup> O distanciamento entre as duas organizações se tornou explícito a partir da assunção da nova Diretoria da FRU em 2001 que questionou indiretamente a representatividade da ARU da “gente que mora realmente no Campo”. Esse enfrentamento ocorre depois de que a ARU se recusa a acompanhar a iniciativa da FRU de retirar os delegados de ambas as instituições dos cargos de representação que ocupavam nos diferentes âmbitos do Estado como forma de protesto contra o governo por sua falta de resposta aos problemas de endividamento do setor.



A recriação do “Mito de País Pecuário” incluiu elementos do novo contexto e dos debates contemporâneos que hoje adquirem um peso inédito no imaginário dos uruguaios e dos quais as agremiações podem retirar um desempenho simbólico muito importante que lhes permita superar a crise sem afetar seus interesses fundamentais.

O primeiro desses elementos está vinculado à legitimação que os referidos agentes atingiram enquanto “autênticos” representantes da “Produção Nacional”. Atualmente existe na sociedade uruguaia uma idéia muito espalhada e difusa de que a solução para a crise virá se “apostarmos na produção nacional”. Nesse contexto, seus antigos adversários políticos, os partidos de esquerda, são hoje os maiores defensores desse tipo de solução e invocam, permanentemente, à FRU e à ARU como “representantes da produção Nacional”. Ora, o governo e o próprio Presidente da República, por sua vez, realizam reiteradas declarações nas que afirmam que o País se recupera com o agro, dando, aliás, como exemplo de pujança e tenacidade o trabalho da ARU. Nesse contexto, as possíveis ameaças às conquistas dos criadores de gado se minimizam. Além disso, a força política com maiores possibilidades de atingir o governo, como já foi visto, deixou de questionar a propriedade privada da terra, passando a colocar sua ênfase na produção nacional para afrontar os desafios da globalização e a centralidade do capital financeiro. Esse deslocamento para uma proposta produtivista e nacional tem operado como um reforço do Mito Pecuário, pois a esquerda também postula, dentro do eixo da produção nacional, o desenvolvimento de várias atividades agrárias. De outro lado, a crítica ao capital financeiro e à especulação que hoje realizam todos os setores políticos tem permitido uma aproximação com respeito ao discurso conservador dos criadores de gado, que designa tudo o que não é agrário – neste caso, o setor financeiro- como “parasitas da sociedade” e, por conseguinte, vem se somar de maneira muito ambígua às críticas contra o capital financeiro. Destarte, os criadores de gado conseguiram, nesse cenário, uma aproximação importante com seus maiores adversários contemporâneos sem necessidade de enfraquecer os laços com seus aliados históricos.

Um segundo elemento que fortalece os criadores de gado neste contexto é o conceito tão prezado de “sustentabilidade”. Como já foi visto, parte da legitimidade dos criadores de gado na readequação de seu Mito de País Pecuário incorporou a crescente revalorização do meio ambiente por parte da sociedade, principalmente, após a crise da sustentabilidade dos empreendimentos econômicos. As especiais condições de produção natural da pecuária começam a deixar de ser um elemento de atraso e tradição para passar a constituir uma grande

vantagem que mostra a bondade dessa forma de produção extensiva perante outras atividades intensivas que contaminam e depredam a terra e outros recursos naturais. Um exemplo da significação que as agremiações pecuárias tem conferido a esse ponto é o constituído pelas prontas ações da Associação Rural do Uruguai para conseguir ser a organização certificadora de produtos “naturais” e ingressar às cadeias de consumo ecológico européias.

Outro aspecto central dessa estratégia que hoje permite aos criadores de gado deter um bom posicionamento é a luta contra os subsídios à agricultura dos países desenvolvidos. Quando já tinham sido atingidas a destruição das proteções e a liberalização dos mercados pecuários, que deveriam atribuir-se, supostamente, o assunto da produtividade, foi “descoberto” um novo obstáculo para seu desenvolvimento: os subsídios internacionais às exportações agrícolas. Esse argumento começou a ser a justificativa para todos os males do setor. Essa luta contra os subsídios, num momento em que as diferenças entre as organizações agrárias em relação ao sistema de impostos sobre a terra já estavam superadas em favor dos criadores de gado, permitiu ações conjuntas através das quais as organizações pecuárias ampliaram suas alianças internas. Nessa nova conjuntura, a batalha contra os subsídios se constitui num ato de “patriotismo” para sair da crise. A mesma também se tornou o elemento de união do conjunto dos setores do agro, ao conjugar, de forma mais ou menos crível, os interesses dos grandes e pequenos produtores. Isso permite, nestes momentos difíceis, reforçar a unidade simbólica do setor, dando maior legitimação aos criadores de gado, que são os que homogeneízam essas ações.

O quinto posicionamento importante dos criadores de gado neste contexto é o relativo ao papel protagônico desempenhado pelos mesmos nos temas e iniciativas referidas ao MERCOSUL. A aposta por melhorar a situação da região colocou de manifesto como única alternativa realista o fortalecimento do MERCOSUL. Como mostramos no capítulo anterior, os criadores de gado foram, nas origens do processo de integração, ativos animadores do mesmo e, por isso, também aparecem hoje muito vinculados simbolicamente a essa alternativa para os países e povos da região.

Baseados nesses posicionamentos simbólicos –produção nacional, proteção ao meio ambiente, luta contra os subsídios e integração regional-, os criadores de gado conseguiram ganhar o reconhecimento de amplos setores da opinião pública, dos partidos tradicionais e de esquerda, localizando-se, no imaginário dos uruguaios, como agentes com potencialidades

certas para tirá-los da crise. Essa situação mostra cada vez mais como as ressignificações semânticas são uma construção muito afastada da lógica e que só podem ser explicadas pelas lutas que se dão no campo simbólico pela apropriação e criação de símbolos e de significados dentro de uma batalha maior de caráter permanente de construção e reconstrução do sentido da ação social numa multiplicidade de campos e com um amplo jogo de homologias estruturais.

No entanto, nesse contexto de crise, as frágeis organizações dos setores agrários subalternos se enfraquecerão ainda mais e não atingirão o poder suficiente e as alianças necessárias como para afrontar essa situação e fazer-se ouvir por seus potenciais aliados urbanos. Nesse sentido, a presente tese pode ajudar a mostrar que as alternativas atuais estão sendo efetivadas sobre uma “construção social” das classes dominantes, procurando contribuir, aliás, para pensar alternativas de desenvolvimento rural que incluam efetivamente as visões do mundo e o ponto de vista dos agentes agrários excluídos dessas representações, ao equipá-los melhor para essas batalhas simbólicas.

O último elemento que nos interessa mencionar nestas conclusões é o referido ao arcabouço conceitual utilizado na pesquisa. Em particular, queremos salientar que esta abordagem teórica possibilitou apreender dimensões das relações de poder que, em geral, ficavam ocultas na análise sociológica desses processos, demonstrando sua pertinência para abordar este tipo de problemas de pesquisa. O alvo que norteou esta opção teórica foi o de compreender como a fração pecuária conseguia continuar reproduzindo seu poder num contexto tão diferente de seu contexto de origem, em finais do século XIX. Por isso, nossa busca teórica para dar resposta a essa pergunta se orientou a explorar a dimensão simbólica da realidade social para explicar a capacidade de reprodução social dos criadores de gado.

Nesse sentido, adotamos uma perspectiva epistemológica e teórica que concebe a realidade social em termos de processo. Utilizamos o conceito de processo social para aludir às ações dos atores coletivos que transformam as determinantes objetivas de sua posição no espaço social em iniciativas subjetivas, transformando assim a estrutura em ações das quais os sujeitos são os protagonistas. Portanto, analisamos os processos sociais como mediações das interpretações que os agentes realizam da realidade social e como meio através do qual eles constroem essa realidade. Assim, procurou-se conciliar num único momento a ação dos agentes com as determinantes da estrutura social. Por conseguinte, em nossas interpretações,

os atores, ao mesmo tempo em que constroem as configurações de sentido, encontram-se determinados nessa produção por sua posição no espaço social. Essa linha interpretativa nos permitiu articular sem maiores problemas as correntes marxistas e pós-estruturalistas sobre as classes sociais e as relações de poder com as linhas de pensamento contemporâneas que defendem a relevância do simbólico para estudar as relações de dominação.

Essa perspectiva nos permitiu então ressaltar a importância da dimensão simbólica como elemento constitutivo da realidade social, enraizando a mesma, paralelamente, nos conflitos sociais que conformam essa realidade. Nesse sentido, o referido enfoque teórico nos ofereceu a possibilidade de mostrar as ações e práticas simbólicas ligadas ao conceito de estratégias de reprodução sociais. Destarte, foi possível analisar as práticas simbólicas como parte de uma estratégia de reprodução no marco do processo social de construção de uma realidade concreta. A articulação desses três conceitos –prática simbólica, estratégias de reprodução e processos sociais- nos permitiu compreender em profundidade as dimensões nas que atuam as organizações corporativas quando promovem a defesa de seus interesses e posições sociais.

O resultado desta pesquisa nos indica a relevância da dimensão simbólica nos conflitos de interesses econômicos. Embora, devido a seu capital econômico, as diversas frações dominantes tenham possibilidades de impor seus pontos de vista sobre o governo em virtude de sua capacidade para gerar dirupção econômica, como foi observado, isso nem sempre é suficiente para conseguir garantir seus interesses em longo prazo. Em muitas ocasiões, não é um determinismo econômico, mas considerações de legitimidade, as que levam ao governo a priorizar certas opções e a ceder a certas pressões. Para que o poder econômico possa ser exercido com eficácia, os agentes corporativos dessas frações devem contar com quantidades suficientes de capital simbólico como para que seu poder econômico seja reconhecido como legítimo, devendo também, portanto, dispor de poder simbólico para reproduzir sua posição social.

Mas esse percurso teórico não poderia ter dado conta de nosso problema se não tivéssemos introduzido o conceito de poder simbólico para analisar esse tipo de conflitos sociais. Esse conceito nos permitiu entender a real dinâmica social dos conflitos na dimensão simbólica, o que efetivamente está em jogo nesses confrontos entre as organizações corporativas. Pudemos comprovar em nossa análise empírica como os referidos agentes procuram transformar seu capital econômico em poder simbólico para naturalizar sua posição

econômica, fazendo com que a mesma deixe de ser percebida como resultado de relações de dominação e seja aceita então como uma posição legitimamente assumida. Nesse sentido, podemos provar como o poder simbólico atinge, efetivamente, essa naturalização, ao ocultar e transfigurar as relações de dominação e de poder em relações legítimas.

O poder simbólico das organizações opera e se coloca de manifesto através da capacidade das mesmas de impor seu ponto de vista aos agentes com os que entram em conflito. Por isso, as lutas simbólicas entre classes, frações e grupos são as que têm por objetivo impor a defesa do mundo mais ajustada a seus interesses. Como pudemos constatar, nas lutas simbólicas do campo social agrário, as frações pecuárias avançaram em suas estratégias de reprodução social na medida em que conseguiram impor como legítimas suas categorias de percepção do “mundo rural” para “explicar” suas transformações atuais e “justificar” seus efeitos.

Isso é particularmente válido para as organizações corporativas que têm como meta incidir no rumo das políticas públicas, pois esse alvo as obriga necessariamente a introduzir-se na luta política, que é a luta simbólica por excelência, visto que seu principal objetivo é transformar os interesses localizados de grupos e frações em interesses gerais.

As lutas simbólicas dessas organizações também têm um papel muito relevante na “internalização” das condições externas ao país. Através dessas lutas, as organizações conseguem “construir” as alternativas que, posteriormente, serão apresentadas como impactos externos da globalização, da integração, etc., favoráveis a seus interesses. Com o enfoque conceitual escolhido conseguimos colocar de manifesto o “trabalho” oculto dos agentes corporativos no processo de construção das alternativas que são apresentadas como tendências naturais da economia favoráveis a seus interesses econômicos. Ora, para o caso particular dos criadores de gado, mostramos como, sem a mediação de sua ação corporativa, esses impactos não seriam igualmente favoráveis a eles ou não seriam favoráveis na mesma medida em que os favorecem atualmente.

Podemos afirmar então que muitos dos efeitos da globalização que são apresentados como externos e inevitáveis são produzidos, na realidade, pelas estratégias materiais e simbólicas de um grupo de agentes sociais que conseguem impor como única opção válida, legítima e realmente adequada às circunstâncias a que mais convém a seus interesses particulares. Em outras palavras, esses agentes conseguem, utilizando seu poder estrutural e

simbólico, determinar certas ações e políticas do Estado de tal forma que as mesmas lhes permitam capitalizar em seu favor situações criadas pela globalização, situações que, se não fosse pela mediação de sua ação, poderiam prejudicá-los ou não trazer-lhes igual grau de benefícios. Com isso, não se pretende desestimar o poder objetivo das frações do capital; trata-se, pelo contrário, de resgatar a influência desses conflitos e não reduzi-los a uma relação mecânica com os recursos estruturais. Consideramos também que, em alguns casos, essas lutas adquirem uma lógica específica que lhes confere certa autonomia em relação às estruturas objetivas nas quais elas se enraízam, o que deve ser levado em conta a fim de não perder de vista sua especificidade quando for realizada uma pesquisa sociológica das mesmas.

Em suma, a referida abordagem teórica permitiu analisar a ação coletiva como uma forma privilegiada de construção de configurações de sentido do mundo social e mostrar o papel que cabe às organizações na construção da legitimidade das políticas.

Já mostramos como esses agentes não só atuam em defesa de seus interesses corporativos mais imediatos; sua ação vai mais além, pois eles procuram também impor, de forma consciente ou inconsciente, sua “visão do mundo” como legítima. A intensidade desses enfrentamentos é determinada pela importância desses elementos para a preservação das posições de poder num campo social determinado. Os níveis de confronto que têm lugar nesse processo nos levaram a designar esse tipo de conflitos como lutas simbólicas que constituem uma forma de exprimir a determinação com a que agem os agentes, como também a rudeza de suas práticas. Nesse processo de lutas simbólicas, são estabelecidas e produzidas relações de sentido e configurações do mundo social.

O desenvolvimento deste enfoque em outras aplicações empíricas pode constituir-se numa contribuição valiosa para a sociologia crítica contemporânea. Sob essa perspectiva, achamos que é muito importante assumir em toda sua amplitude a “elasticidade semântica” própria dos objetos do mundo social que conformam o universo de estudo da sociologia. Ao afirmar que os objetos ou situações de estudo podem ser percebidos e exprimidos de diversas maneiras e que os conflitos sociais são parcialmente originados nessa região de “imprecisão” do mundo social, não se configura necessariamente numa postura relativista da realidade social. Pelo contrário, essa perspectiva coloca no centro da realidade social as relações de poder sobre as quais ela é construída e mostra como todos os agentes, desigualmente equipados, atuam denodadamente para impor seu “ponto de vista” como “natural” a fim de

subverter ou defender posições no espaço social. Ao adotar esse pressuposto, compreendemos efetivamente a importância das lutas simbólicas e suas manifestações.

É importante ressaltar que, nas lutas simbólicas analisadas, mostramos que “dizer é fazer” e que a palavra “é ação” no sentido de que a mesma está ligada a uma rede social de pertença, de alianças, de proximidades e conflitos num sistema de sentido que remete a um sistema de posições objetivas em concorrência. Nesse sentido, vimos como a imposição de certas resignificações permite construir como legítima uma das possíveis “visões do mundo rural”. Em outras palavras, os agentes coletivos usarão seu poder simbólico para “poder fazer o mundo”, para poder impor e inculcar os princípios de construção da realidade e, particularmente, para preservar ou transformar os princípios estabelecidos de união e separação, de associação e dissociação que operam no mundo social e orientam fundamentalmente a ação coletiva.

Em definitivo, esta pesquisa nos ofereceu a possibilidade de comprovar a utilidade teórica das contribuições da sociologia contemporânea que colocam de manifesto que a realidade na que vivemos é resultado de um processo constante de construção social e que através do estudo dos conflitos que se dão nesses processos podemos encontrar as chaves para interpretar as rupturas e continuidades que permitem prever a direção que assumirá a ordem social do futuro.

Nesse sentido, a abordagem teórica mencionada acima nos permitiu, mediante sua utilização para a análise empírica alvo de nosso interesse, expor as principais razões pelas quais os criadores de gado conseguem, nestes tempos supostamente marcados pela globalização, a inovação e a competitividade, reproduzir seu poder na sociedade uruguaia. Como já foi visto, uma das chaves deste processo de reprodução social é a capacidade de reformulação e adaptação do Mito de País Pecuário. Esse artefato simbólico, que permitiu aos criadores de gado defender seus interesses em épocas muito adversas, hoje tem sido rearticulado, passando a integrar novos significados e, sobretudo, resignificando elementos centrais dos conflitos atuais, ao ampliarem, os referidos agentes, sua base de legitimidade e utilizarem com muita habilidade seu capital simbólico acumulado, apossando-se com bastante eficácia de símbolos que a sociedade e os grupos políticos percebem como positivos. Destarte, eles conseguem, não apenas impor seus interesses, como também protegê-los de eventualidades futuras, como é demonstrado, sem dúvida, pelas plataformas dos partidos

políticos com respeito ao setor, nas que os criadores de gado e suas propriedades deixaram de ser o centro da polêmica e responsabilizados pelas mazelas do país para passarem a ser vítimas das perversidades do mercado mundial agrícola e do capital financeiro.

Por último, como resultado da presente pesquisa, também achamos necessário questionar alguns diagnósticos e propostas para sair da atual crise do país, tendentes a colocar uma ênfase excessiva na emergência de novos problemas, perdendo de vista, assim, o fato de que existem travas estruturais que continuam sendo recriadas e que os momentos de crises se constituem em boas oportunidades para colocar essas travas novamente em debate. Nesse sentido, as relações de poder mostram como os criadores de gado continuam reaparecendo e reproduzindo-se no Uruguai contemporâneo, criando um obstáculo objetivo para uma alternativa de país com maior geração de riqueza e melhores níveis de redistribuição da mesma.



## 9. Referências Bibliográficas

- Alonso, José María "El Agro Uruguayo: Pasado y Futuro" EBO, Montevideo 1984.
- Améndola, Carmen. "Empresarios agrícolas sojeros: orígenes, estratos y estrategias" en Piñeiro, D. (Editor) "Nuevos y no tanto. Los actores sociales para la modernización del agro uruguayo", CIESU, EBO, Montevideo, 1991, p. 227-252.
- Anderson, Perry. "Tras las huellas del materialismo histórico", Siglo xxi, Madrid, 1988.
- Ansart, Pierre. "Ideología, conflictos y poder", Premia, México, 1983.
- Ansart, Pierre. "Las Sociologías Contemporáneas", Amorrortu, Buenos Aires, 1992.
- Astori, Danilo. "La Evolución Tecnológica de la Ganadería Uruguay 1930-1977", EBO, Montevideo, 1979.
- Barran, J; Nahum, B "Batlle, Los Estancieros y el Imperio Británico" Tomo II. Ediciones de la Banda Oriental. Montevideo 1981.
- Barbagelata, Héctor. "Derecho del Trabajo". Tomo III. Fundación de Cultura Universitaria, Montevideo 1988.
- Bardin, Laurence. "Análisis de contenido", Akal, Madrid, 1986.
- Behn, R. " El análisis de Políticas y la Política" Mimeo UCM. España 1994
- Bonanno, Alessandro. "La Globalización del Sector Agrícola y Alimentario y las Teorías del Estado" en "Revista Internacional de Sociología sobre Agricultura y Alimentos", Vol. 1, Venezuela, 1991.
- Bourdieu, Pierre. "Cosas Dichas". Editorial Gedisa. Buenos Aires. 1988
- Bourdieu, Pierre. "Cosas Dichas", Gedisa, Barcelona, 1993.
- Bourdieu, Pierre. " Las Reglas del Arte". Ed. Anagrama. Barcelona 1995.
- Bourdieu, Pierre. "La Noblesse D'État", Ed. Minuit, 1989, Paris
- Bourdieu, Pierre. "La Distinción: Criterios y Bases Sociales del Gusto" Ed. Taurus Humanidades, 1991, Madrid.
- Bourdieu, Pierre "Razões Práticas; Sobre a teoria da Ação", Ed. Papirus, Campinas, 1996.
- Bourdieu, Pierre. "O Poder Simbólico", Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.
- Bourdieu, Pierre. "¿Qué es lo que hace una clase social?: Acerca de la existencia teórica y práctica de los grupos" en "Revista Paraguaya de Sociología", No.89, Asunción,

Enero/Abril de 1994.

Bourdieu, Pierre; Chamboredon, Jean Claude; Passeron, Jean Claude. **"El oficio de sociólogo"**, 19a. ed., Siglo xxi, Madrid, 1995.

Bourdieu, Pierre; Wacquant, Loïc. **"Respuestas. Para una Antropología Reflexiva"**, Grijalbo, México, 1995.

Caetano, Gerardo **"Los caminos políticos de la reacción conservadora"** 1992 EBO, Montevideo 1992

Caetano, Gerardo. **"Partidos, Estado y cámaras empresariales en el Uruguay contemporáneo (1900-1991)"** en CIESU; FESUR; ICP, FCS. "Organizaciones empresariales y políticas públicas", Trilce, Montevideo, 1992, p. 15-48.

Caetano, Gerardo; Pérez, Romeo; Rilla, José. **"Cambios recientes y desafíos en el sistema político uruguayo concebido como una partidocracia"**, en Caetano, G; Mieres, P.; Pérez, R; Rilla, J. "Partidos y electores: centralidad y cambio", CLAEH, EBO, Montevideo, 1992.

da Silva, José Graziano. **"A nova dinâmica da agricultura brasileira"**, UNICAMP.IE, Campinas, SP, 1996.

de Sierra, Gerónimo. **"Los Pequeños Países de América Latina en la Hora Neoliberal"**, Nueva Sociedad, Venezuela, 1994a, p. 17-38.

de Sierra, Gerónimo. (Comp.) **"Sobre los problemas de (in)governabilidad en el Uruguay neoliberal de la posdictadura"** en "Democracia emergente en América del Sur", UNAM, México, 1994b, p. 207-228.

dos Santos, José Vicente. **"Globalização e Conflitualidade no Cone Sul"** en Piñeiro, D. (Comp.) "Globalización, integración regional y consecuencias sociales sobre la agricultura", AUGM, UNESCO, UR, Montevideo, 1996, p. 89-107.

Dreifuss, René. **"A época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização"**, Vozes, Petropolis: RJ, 1996.

Durkheim, E. **"As formas elementares da vida religiosa"** en Rodrigues, J. (Org.) "Emile Durkheim: sociología", 2a. ed., Sao Paulo, Atica, 1981.

Duverger, Maurice. **"Sociología Política"**, Ariel, Barcelona, 1981.

Eagleton, Terry. **"Ideología. Uma introdução"**, Boitempo, UNESP, São Paulo, 1997.

Encuentro Progresista – Frente Amplio **"Un país productivo"** Para un cambio a la uruguayaya. (folleto) Montevideo, 1999.

Eco, H. **"Semiótica y Filosofía del Lenguaje"**. Ed. Lumen. España. 1990

Evans, P. **"El Estado como Problema y como Solución"** en Desarrollo Económico Vol. 35 N° 140 enero-marzo 1996.

Filgueira, Carlos. **"El estado y el proceso tecnológico en la ganadería vacuna"**, CINVE, Estudios III, 1980.

Finch, Henry. **"Historia Económica del Uruguay Contemporáneo"**, EBO, Montevideo, 1980.

Flisfisch, Angel. **"La política como compromiso democrático"**, Siglo xxi, CIS, Madrid, 1991.

Frega, A; Maronna, M; Trochón, I. **"La Propuesta agrícola del batllismo. Impulsos y limitaciones"**. En "El primer batllismo. 5 enfoques polémicos" CLAEH-EBO. Montevideo 1984.

Frente Amplio **"Documentos para el debate"** III Congreso Extraordinario, Montevideo, 1998

Foucault, M **"Las Regularidades Discursivas"**. Comunidad Sur, Montevideo, 1986.

Foucault, M **"Microfísica del Poder"**. La Piqueta, Madrid 1980.

Giarraca, Norma. **"Procesos de Globalización y Cambios en la Agricultura Argentina"** en Piñeiro, D. (Comp.) "Globalización, integración regional y consecuencias sociales sobre la agricultura", AUGM, UNESCO, UR, Montevideo, 1996, p. 112-135.

Giddens, Anthony. **"Para Além da Esquerda e da Direita"**, UNESP, São Paulo, 1996.

Gómez, Sergio. **"El marco conceptual para el estudio de las organizaciones empresariales rurales"** en "Revista Paraguaya de Sociología", año 31, Nro. 89, Abril, 1994, p. 179-205.

Gómez, Sergio. **"Nuevos sectores dominantes en la Agricultura Latinoamericana"** en Rev. "Estudios Rurales Latinoamericanos", Vol.12, No 1, 1989.

González Casanova, Pablo. (Coord.) **"El Estado en América Latina. Teoría y Práctica"**, Siglo XXI, UNU, México, 1990.

González Sierra, Yamandú. **"Los Olvidados de la Tierra. Vida, organización y luchas de los sindicatos rurales"**. Editorial Nordan – Comunidad Sur. Montevideo, 1994.

Gorender, Jacob. **"Estratégias dos Estados Nacionais Diante do Processo de Globalização"** en "Globalização, Metropolização e Políticas Neoliberais", EDUC, São Paulo, 1997, p. 70-98.

Gramsci, Antonio. **"Cartas de la cárcel"**, Lautaro, Buenos Aires, 1958.

Gubert, R. **"La mirada opulenta. Exploración de la iconosfera contemporánea"**. Ed G. GILI. Barcelona 1994.

Herrerismo, **"Seguiremos Cumpliendo"** llamado a la Convención. Uruguay, 1993

Habermas, Jürgen. **"Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío"**, OPCCES, Montevideo, 1989.

Ianni, Octavio. **"A Era do Globalismo"**, Civilização Brasileira, 2a. ed., Rio de Janeiro, 1997.

Insitito Manuel Oribe **"60 Meses que cambiaron al país"**. Montevideo, 1996

Jessop, Bob. **"The capitalist State and the Rule of Capital: Problems in the Analysis of Business Associations"**, en **"Western European Politics"**, Vo. 6, No. 2, April 1983, p. 139-62.

Kmaid, Gonzalo; Riella, Alberto **"La Sociología Rural en el Cono Sur: Estado actual y perspectivas Ante la Integración Regional"**, GISA, Facultad de Ciencias Sociales, Montevideo 1993.

Klippendorff, K **"Metodología de Análisis de Contenido"** Ed. Paidós Comunicación 1990 Barcelona España.

Landowsy, E. **"La Sociedad Figurada. Ensayos de Sociosemiótica"**.Ed. Paidós Comunicación Barcelona 1993.

Lanzaro, Jorge. **"Las cámaras empresariales en el sistema político uruguayo: acciones informales e inscripciones corporativas"**, en CIESU; FESUR; ICP, FCS. **"Organizaciones empresariales y políticas públicas"**, Trilce, Montevideo, 1992, p. 49-83.

Lattuada, Mario. **"Globalización y políticas de ajuste económico en la Argentina. El impacto en el sector agropecuario y su red de representación de intereses."** En Rev. **"Políticas agrícolas"**, Vol. 1, No. 1, 1995, p. 21-56.

Latorre, Raúl. **"Los grupos sociales del arroz en el Uruguay"** en Piñeiro, D. (Editor) **"Nuevos y no tanto. Los actores sociales para la modernización del agro uruguayo"**, CIESU, EBO, Montevideo, 1991, p. 201-226.

Lipietz, Alain. **"O Mundo do Pós-Fordismo"** en **"Indicadores Económicos"**, V.24, Nro.4, Fevereiro, Porto Alegre, RS, 1997, p.79-130.

Llambí, Luis. **"Globalización y nueva ruralidad en América Latina"** en **"Revista Latinoamericana de Sociología Rural"**, Nro. 2, Chile, 1994.

Morelli, Pablo, Ricci, Carlos **"Relevamiento crítico de antecedentes para el diseño de una política tributaria para el Agro."**Centro de Estudios para la Democracia Uruguay, 1989

Moyano, Eduardo. **"Acción Colectiva y Cooperativismo en la Agricultura Europea"**, MAPA, Madrid, 1993.

Moyano, Eduardo. **"Las organizaciones Profesionales Agrarias en la CEE"**, MAPA, Madrid, 1994.

Moyano, Eduardo. **"Una aproximación sociopolítica al proteccionismo en la agricultura"**, en "Revista de Economía", ICE, No. 666, febrero, 1989, p. 163-174.

Navarro, P, Díaz, C. **"Métodos y Técnicas Cualitativas"** Ed, Síntesis, 1995 Madrid  
Nun, José. **"Populismo, representación y menemismo"** en "Sociedad", No. 5, Buenos Aires, 1994.

Offe, Claus. **"Algunas Contradicciones del moderno Estado del Bienestar"** y **"Tesis sobre la Teoría del Estado"** en: John Keane (comp.) "Contradicciones en el Estado de Bienestar", México, Cnca y Alianza Editorial, 1991, p. 105-134 y 135-150.

Ortiz, Renato. **"Pierre Bourdieu"** en "Grandes Cientistas Sociais", No. 39, Atica, São Paulo, 1985.

Partido Nacional **Programa de Gobierno 1990-1995**. Montevideo, 1989

Partido Nacional **"Manos a la Obra"** Programa de Gobierno. Fórmula Presidencial: Volonte-Ramos Montevideo, 1994

Panitch, L. **"Trade Unions and the Capitalist State"**, en "New Left Review", No. 125, Londres, Jan.-Feb., 1981.

Panizza, Francisco. **"Poder Estructural y Hegemonía: Estado y Ganaderos en la década del 60"**, en "Revista de Ciencias Sociales", No. 3, FCU, Montevideo, 1988.

Panizza, Franciso. **"Uruguay: Batllismo y después. Pacheco, militares y tupamaros en la crisis del Uruguay batllista"**, EBO, Montevideo, 1990.

Pérez Yruela, Manuel; Giner, Salvador. **"Corporatismo: el estado de la cuestión"** en "Revista Española de Investigaciones Sociológicas", Julio/Septiembre, No. 31, 1989, p. 9-45.

Pinto, Céli. **"O poder e o político na teoría dos campos"** en Rev. "Veritas", v. 41, No. 162, Junho 1996, p. 221-227.

Piñeiro, Diego. **"Actores sociales, Estado y Complejos Agroindustriales"**, CIESU/DT, 150/1989, Montevideo.

Piñeiro, Diego. (Comp.) **"Desafíos e Incertidumbres para la Sociología Agraria en la Transición hacia un Nuevo Modelo de Desarrollo"** en "Globalización, integración regional y consecuencias sociales sobre la agricultura", AUGM, UNESCO, UR, Montevideo, 1996, p. 33-80.

Piñeiro, Diego. **"El Plenario de Pequeños y Medianos Productores: un intento de crear un Movimiento de Agricultores familiares"**, Mimeo, CIESU, Montevideo, 1985.

Piñeiro, Diego. **"La crisis en los mercados agrícolas y sus consecuencias sobre un**

pequeño país agroexportador: el caso de Uruguay”, CIESU DT, 143/1988.

Pirelli, Carina. **“25 de noviembre. Los programas partidarios” Análisis y comparación** Cuaderno N°. 4, CIEP Departamento de Educación Permanente Montevideo, 1984

Poulantzas, Nicos. **“Estado, poder y socialismo”**, Siglo xxi, 7a. ed., Madrid, 1987.

Rama, Germán **“La democracia en Uruguay”** Arca, Montevideo 1989.

Ramírez, Pres. **“Podemos ir a más”** Programa de Gobierno .Uruguay, 1994

Real de Azua, Carlos **“Uruguay, ¿Una Sociedad Amortiguada?”** CIESU-EBO, Montevideo 1984

Rico, Carmen. **“Los temas de la campaña electoral y las propuestas partidarias”** Cuadernos de Orientación electoral nº 5. Montevideo, 1989

Riella, Alberto. **“Algunos Antecedentes de la Integración Latinoamericana”**, CIESU, INF. 51/91, Montevideo, 1991.

Riella, Alberto. **“El Papel de los Actores Sociales en la Estructuración del Complejo de Ganadero Uruguayo”**, CIESU DT, No. 177, Montevideo, 1991.

Riella, Alberto. **“La Internacionalización del Sistema Agro-Alimentario: Una mirada desde un País Pequeño”**, Ponencia presentada en el XVII Encuentro Nacional del PIPSA, Brasil, 1994.

Schmitt, G. **“El papel de las instituciones en la formulación de la política agraria: repercusiones sobre el sector agrario en una economía mundial en crisis”** en Rev. "Agricultura y Sociedad", Nos. 38 y 39, Madrid, 1986.

Schmitter, Philippe. **“Democratic theory and neo-corporatist practice”**, en “Social Research”, No. 50, 1983, p. 885-928.

Solé, Carlota. **“El debate corporativismo-neocorporativismo”**, en "Revista Española de Investigaciones Sociológicas", Abril/Junio, 1984, p. 9-27.

Soto, F. **“Da indústria de papel ao complexo florestal”**, UNICAMP.IE, Campinas SP, 1992. (Tesis de Doctorado)

Stolovich, L; Rodriguez, J.M. **“Gobierno y empresarios: sus vínculos personales”**, en de Sierra, G. (Comp.) **“¿Hacia dónde va el Estado uruguayo?”**, FCU-CIEDUR, Montevideo, 1987.

Thompson, E. **“Miseria de la Teoría”**, Crítica, Barcelona, 1981.

Touraine, Alain. **“Crítica de la Modernidad”**, FCE, Buenos Aires, 1994.

Van Dijk, R **“Texto y Contexto. Semántica y Pragmática del Discurso”** Ed. Cátedra. Barcelona, España. 1993